UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GLÁDIS GOETÊ AZAMBUJA

EDUCADORES SOCIAIS NOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO PARANÁ: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA SOCIAL COMPARADA (2009-2019)

PONTA GROSSA
2020

GLÁDIS GOETÊ AZAMBUJA

EDUCADORES SOCIAIS NOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO PARANÁ: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA SOCIAL COMPARADA (2009-2019)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na linha de pesquisa História e Política Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. Érico Ribas Machado

PONTA GROSSA
2020

Azambuja, Gládis Goetê

A991 Educadores Sociais nos municípios das Regiões Metropolitanas do Paraná: um olhar sob a perspectiva da Pedagogia Social Comparada (2009-2019) / Gládis Goetê Azambuja. Ponta Grossa, 2020.

303 f.

Dissertação (Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Érico Ribas Machado.

1. Educadores Sociais. 2. Educação Social. 3. Pedagogia Social Comparada. 4. Habitus. 5. Campo. I. Ribas Machado, Érico. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.115

Ficha catalográfica elaborada por Eunice Silva de Novais- CRB9/1097

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado e Doutorado

TERMO DE APROVAÇÃO

GLÁDIS GOETÊ AZAMBUJA

EDUCADORES SOCIAIS NOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO PARANÁ: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA SOCIAL COMPARADA (2009-2019)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a) Prof. Dr. Érico Ribas Machado - UEPG

Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior- UEPG

Prof. Dr. Arthur Vianna Ferreira- UERJ

Ponta Grossa, 16 de dezembro de 2020.

Av. Gen. Carlos Cavalcanti, 4748 – Campus de Uvaranas – CIPP – Sala LP 107 84030-000 – Ponta Grossa-PR Fone: (42) 3220-3154 E-mail: ppge@uepg.br

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Ponta Grossa, ao Programa de Pós-Graduação em Educação e professores a este pertencente, por todo conhecimento, disponibilidade e estrutura para minha formação.

Aos funcionários da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo trabalho, atendimento desenvolvido na instituição, promovendo o funcionamento da mesma, nos dando total suporte.

À Secretaria de Educação Municipal de Ponta Grossa pela liberação para assistir as aulas, podendo ampliar meu conhecimento e retribuir todo o aprendizado para a mesma.

Ao Centro Municipal de Educação Infantil Ana Neri e Escola Municipal Ana de Barros Holzmann por todo apoio durante o Mestrado, principalmente ao reconhecimento da importância dessa etapa de estudo.

Ao meu orientador, Professor Doutor Érico Ribas Machado, pela escolha para inserção ao Mestrado, bem como pela caminhada durante esses dois anos.

Aos colegas de turma, em especial Milena da Silva Gorete Castanha e Alejandro Rincón pelo caminho percorrido ao meu lado, dividindo bons e difíceis momentos, mas que nos permitiram a conclusão do Mestrado.

Aos familiares, principalmente a mãe, Dirce Chila Azambuja e o pai, Clóvis Antônio Azambuja, pela compreensão por minha ausência em momentos importantes, para atender toda a demanda exigida nesta formação e por todo apoio.

Em memória, por alguém que vibrou com o resultado e a inserção ao Mestrado, minha tia Maria Inerí Hass, que durante esses dois anos deixou de viver entre nós, para passar a viver apenas dentro de mim!

Ao meu namorado, Névio de Campos, que sempre esteve ao meu lado, auxiliando em minhas dúvidas, emprestando muitos livros e principalmente, por toda a escuta!

Aos membros da banca, Professora Dra. Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula, Professor Dr. Oriomar Skalinski Junior e Professor Dr. Arthur Vianna Ferreira por todas as contribuições na qualificação e defesa que, somaram para a conclusão desta pesquisa e para o meu processo formativo.

Por fim, a mim mesma, que sabendo das dificuldades e vivenciando-as, não desisti de todo o caminho percorrido, permitindo assim, a busca por novos caminhos a serem trilhados!

AZAMBUJA, Gládis Goetê. **Educadores Sociais nos municípios das Regiões Metropolitanas do Paraná:** um olhar sob a perspectiva da Pedagogia Social Comparada (2009-2019). 2020. 303 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar os critérios utilizados pelos editais de contratação de Educadores Sociais nas Regiões Metropolitanas do Paraná tomando como fonte as informações disponibilizadas em editais de concursos públicos municipais nas oito Regiões Metropolitanas do Paraná, no período circunscrito entre 2009 e 2019. Esta pesquisa apoia-se na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, notadamente nos conceitos de *habitus*, campo, capital e estratégia, assim como nos aportes da Pedagogia Social Comparada, cuja organização está dividida em três capítulos. O primeiro tem um caráter teórico, pois trata da teoria dos campos de Pierre Bourdieu e especificamente da metodologia, privilegiando uma descrição do processo de localização, seleção e forma de análise dos dados referentes aos editais de concurso, em diálogo com a Pedagogia Social Comparada. No segundo capítulo discutem-se a Pedagogia Social e Educação Social como campo de pesquisa e profissional a partir de uma abordagem histórica, assim como, aludem-se as posições e tomadas de posições dos Educadores Sociais no horizonte político de reconhecimento dessas áreas. Por fim, no terceiro capítulo trata-se de problematizar a organização e estrutura dos editais que ofertaram concurso público, sistematizando um quadro analítico a partir de três categorias, a saber: terminologias e atribuições; formação e requisito exigidos; carga horária e remuneração. Em termos específicos, é possível afirmar que: 1) em 49,19% dos editais é designada a terminologia Educador Social e em 51,81% dos casos aparecem diversas outras denominações. 2) em 14,75% dos casos exige-se formação em Curso Superior, 1,63% pede-se Ensino Superior incompleto, 3,27% solicita-se Ensino Fundamental, 24,59% demanda-se Ensino Médio com algum curso específico e em 55,73% requer-se Ensino Médio. 3) há discrepância de remuneração, seja entre os municípios da mesma região, seja entre as regiões metropolitanas. De modo geral, o percurso analítico permitiu avaliar as permanências dos *habitus* que se constituíram ao longo da história da Educação Social, mas possibilitou também perceber certas rupturas. De um lado, observa-se que, a não precisão de uma terminologia única ao profissional dessa área, assim como a indefinição acerca do grau de escolaridade mínimo, inexistência de um curso acadêmico em Educação Social e discrepância de remuneração, reiteram uma visão de que esse tipo de atendimento ainda mantém alguma relação com a antiga visão assistencialista, compensatória, voluntarista. Por outro lado, o fato de parte significativa dos editais nominarem esse profissional como Educador Social, exigirem em alguns municípios a formação em curso superior e definirem uma remuneração mais elevada de acordo com maior grau de escolarização, evidencia a incorporação do ideário de uma Educação Social marcada pelos preceitos dos Direitos Humanos que estão presentes na Constituição de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como em normas específicas destinadas aos idosos, aos quilombolas, aos indígenas. Enfim, ao cotejar os dados dos editais com a história da Educação Social e Pedagogia Social é possível sustentar que o processo de contratação do Educador Social nesses municípios analisados guarda relação com os debates e disputas que se dão nessas áreas e nas lutas do mundo social.

Palavras-chave: Educadores Sociais; Educação Social; Pedagogia Social Comparada; *Habitus*; Campo.

AZAMBUJA, Gládis Goetê. **Social Educators in the municipalities of Metropolitan Regions in the state of Parana:** a view from the Comparative Social Pedagogy perspective (2009-2019). 2020. 303 f. Dissertation (Education Master's Program) – State University Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to analyze the criteria used by the public notices for the recruitment of Social Educators in the Metropolitan Regions of the state of Parana. The sources used include information made available in public notices of municipal public contests in the eight Metropolitan regions of the state in the period from 2009 and 2019. This research is supported by Pierre Bourdieu's field theory, mainly the concepts of habitus, field, capital and strategy, as well as on the Comparative Social Pedagogy and is divided into three chapters. The first comprises the theoretical background, since it addresses Bourdieu's field theory and specifically the methodology, privileging a description of the process of location, selection and form of analysis of the data referring to the public notices of contests in a dialogical relation with the Comparative Social Pedagogy. The second chapter proposes the discussion of Social Pedagogy and Social Education as research and professional fields, from a historical approach. It also refers to the positions and positioning of Social Educators in the political horizon of recognition of these areas. Finally, the third chapter problematizes the organization and structure of the public notices advertising public contests, by systematizing an analytical framework from three categories, namely, terminology and attributions; qualification and requirements; workload and salary. In specific terms, it is possible to state that: 1) in 49.19% of the public notices the terminology Social Educator appears and in 51.81% of the notices found, other terms are used to refer to the professional activity. 2) in 14.75% of the cases, higher education is required, 1.63% accept incomplete higher education, 3.27% require elementary education, while 24.59% demand high school education in some specific courses, and 55.73% require only high school education. 3) there is discrepancy regarding salaries, that is, between municipalities of the same regions and between metropolitan regions, different salaries are offered. In general, the analysis allowed the evaluation of the permanence of habitus constituted throughout the Social Education history, but also enabled the observation of certain rupture. On the one side, the fact that a single specific term is not used to refer to the professional of this area, as well as the ambiguity regarding the minimum education required, the inexistence of a Social Education academic course and the discrepancy related to salaries paid, reinforce a view that this type of work still holds some relation with the old welfare, compensatory and voluntarist view. On the other hand, the fact that significant part of the public notices calls these professionals Social Educators, some require higher education qualification and offer a better salary according to their level of education, reveals the incorporation of the idea of a Social Education marked by the principles of Human Rights that are present in the 1988 Brazilian Constitution, the Statute of the Child and Adolescent, as well as by specific norms destined to the elderly, *quilombolas*, and indigenous populations. Finally, when confronting the data from the public notices with the Social Education and Social Pedagogy history, it is possible to affirm that the process of recruitment of Social Educators in the municipalities under analysis keeps some relation with the debates and disputes that occur in this area and the struggles of the social world.

Keywords: Social Educators; Social Education; Comparative Social Pedagogy; *Habitus*; Field.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Regiões Metropolitanas do Paraná 36
Figura 2 - Mapa administrativo e político do Paraná 99
Figura 3 - Regiões metropolitanas existentes e em análise 111

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 - Região Metropolitana de Apucarana: Terminologias 113
GRÁFICO 2 - Região Metropolitana de Campo Mourão: Terminologias 115
GRÁFICO 3 - Região Metropolitana de Cascavel: Terminologias 117
GRÁFICO 4 - Região Metropolitana de Curitiba: Terminologias 119
GRÁFICO 5 - Região Metropolitana de Londrina: Terminologias 122
GRÁFICO 6 - Região Metropolitana de Maringá: Terminologias 125
GRÁFICO 7 - Região Metropolitana de Toledo: Terminologias 128
GRÁFICO 8 - Região Metropolitana de Umuarama: Terminologias 129
GRÁFICO 9 - Terminologias encontradas nas Regiões Metropolitanas do Paraná 132
GRÁFICO 10 - Região Metropolitana de Apucarana: formação e requisitos 136
GRÁFICO 11 - Região Metropolitana de Campo Mourão: Formação e requisitos 139
GRÁFICO 12 - Região Metropolitana de Cascavel: Formação e requisito 141
GRÁFICO 13 - Região Metropolitana de Curitiba: Formação e requisitos 142
GRÁFICO 14 - Região Metropolitana de Londrina: Formação e requisitos 145
GRÁFICO 15 - Região Metropolitana de Maringá: Formação e requisitos 146
GRÁFICO 16 - Região Metropolitana de Toledo: Formação e requisitos 148
GRÁFICO 17 - Região Metropolitana de Umuarama: Formação e requisitos 150
GRÁFICO 18 - Formação e requisito 152
GRÁFICO 19 - Região Metropolitana de Apucarana - Carga horária 153
GRÁFICO 20 - Região Metropolitana de Apucarana: Remuneração 154
GRÁFICO 21 - Região Metropolitana de Campo Mourão: Carga horária 155
GRÁFICO 22 - Região Metropolitana de Campo Mourão: Remuneração 156
GRÁFICO 23 - Região Metropolitana de Cascavel: Carga horária 157
GRÁFICO 24 - Região Metropolitana de Cascavel: Remuneração 157
GRÁFICO 25 - Região Metropolitana de Curitiba: Carga horária 158
GRÁFICO 26 - Região Metropolitana de Curitiba: Remuneração 159
GRÁFICO 27 - Região Metropolitana de Londrina: Carga horária 160
GRÁFICO 28 - Região Metropolitana de Londrina: Remuneração 160
GRÁFICO 29 - Região Metropolitana de Maringá: Carga horária 162
GRÁFICO 30 - Região Metropolitana de Maringá: Remuneração 162
GRÁFICO 31 - Região Metropolitana de Toledo: Carga horária 163
GRÁFICO 32 - Região Metropolitana de Toledo: Remuneração 164

GRÁFICO 33 - Região Metropolitana de Umuarama: Carga horária.....165
GRÁFICO 34 - Região Metropolitana de Umuarama: Remuneração.....166
GRÁFICO 35 - Carga horária de todas as Regiões Metropolitanas do Paraná.....167
GRÁFICO 36 - Média de remuneração de todas as Regiões Metropolitanas do Paraná.....168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor “Pedagogia Social”.....19
Tabela 2 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor “Pedagogia Social.....20
Tabela 3 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor “Educação Social”.....20
Tabela 4 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor “Educação Social”.....20
Tabela 5 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor “Educação Social”.....21
Tabela 6 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor “Educador Social” 21
Tabela 7 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor “Educador Social” 21
Tabela 8 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor “Educador Social” 22
Tabela 9 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor “Educadora Social” 22
Tabela 10 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: trabalhos selecionados para leitura 23
Tabela 11 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: trabalhos selecionados para leitura 23
Tabela 12 - Total de concursos por ano nas Regiões Metropolitanas do Paraná 38
Tabela 13 - Quantidade de concursos nas Regiões Metropolitanas do estado do Paraná 99
Tabela 14 - Municípios da Região Metropolitana de Apucarana.....100
Tabela 15 - Municípios da Região Metropolitana de Campo Mourão 101
Tabela 16 - Municípios da Região Metropolitana de Cascavel.....103
Tabela 17 - Municípios da Região Metropolitana de Curitiba 104
Tabela 18 - Municípios da Região Metropolitana de Londrina.....105
Tabela 19 - Municípios da Região Metropolitana de Maringá.....107
Tabela 20 - Municípios da Região Metropolitana de Toledo.....108
Tabela 21 - Municípios da Região Metropolitana de Umuarama 109

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educadores
ABES	Associação Brasileira de Educadores Sociais
ABRAPSocial	Associação Brasileira de Pedagogia Social
AEESSP	Associação dos Educadores e Educadoras Sociais do Estado de São Paulo
AEPPA	Associação de Educadores Populares de Porto Alegre
AESC	Associação dos Educadores e Educadoras Sociais do Ceará
AESCRM	Associação de Educadores Sociais de Curitiba e Região Metropolitana
AESMAR	Associação de Educadores Sociais de Maringá
AESP	Associação dos Educadores Sociais de Pernambuco
AIEJI	Associação Internacional de Educadores de Jovens Inadaptados
AIEJI	Associação Internacional de Educadores Sociais
AIEJI	International Association of Social Educators
Anees	Associação Nacional de Educadores e Educadoras Sociais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
Cepopes	Coletivo de Educação Popular e Pedagogia Social
CIPS	Consórcio Intermunicipal da Promoção Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
COESO – Campos Gerais	Coletivo de Educadores Sociais dos Campos Gerais
COESO	Coletivo de Educação Social do Paraná
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EdusoBrasil	Associação Brasileira de Educação Social/Pedagogia Social
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FNEM	Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas

FUNABEM	Fundação do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Planejamento Econômico e Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
MED	Movimento de Educação de Base
MESA	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
MNCA	Mobilização Nacional contra o Analfabetismo
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
NOB	Norma Operacional Básica
Nupepes	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIÁ	Inteligência Artificial do Paraná
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor
PRB	Republicanos
RMs	Regiões Metropolitanas
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TDAH	Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade
UniFMU	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas
UNILASALLE	Universidade La Salle
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução 13

1. Pedagogia Social Comparada: a contribuição da teoria dos campos de Pierre Bourdieu como método de análise 26

1.1 Conceito de *habitus* 28

1.2. Conceito de campo 29

1.3. Conceitos de capital e estratégia 32

1.4. Dados dos editais de concurso: localização, seleção e sistematização 34

1.5. Uma crítica metodológica 38

1.6. Pedagogia Social Comparada 41

2. Pedagogia Social e Educação Social: campo de pesquisa e profissional 44

2.1. Pedagogia Social e Educação Social no Brasil 46

2.2. Pedagogia Social e Educação Social no contexto europeu 68

2.3. Profissional da Educação Social: os Educadores Sociais 86

3. Educadores Sociais nos municípios das Regiões Metropolitanas do Paraná 97

3.1. Terminologias e atribuições ao cargo 112

3.2. Formação e requisito exigidos 135

3.3. Carga horária e remuneração 153

Considerações finais 171

Referências 176

Apêndice A – Editais de concurso: Região Metropolitana de Apucarana 194

Apêndice B – Editais de concurso: Região Metropolitana de Campo Mourão 209

Apêndice C – Editais de concurso: Região Metropolitana de Cascavel 215

Apêndice D – Editais de concurso: Região Metropolitana de Curitiba 222

Apêndice E – Editais de concurso: Região Metropolitana de Londrina 259

Apêndice F – Editais de concurso: Região Metropolitana de Maringá 276

Apêndice G – Editais de concurso: Região Metropolitana de Toledo 288

Apêndice H – Editais de concurso: Região Metropolitana de Umuarama 296

Introdução

O objeto desta pesquisa se inscreve no campo da Pedagogia Social e Educação Social, cuja justificativa está relacionada ao meu percurso profissional e acadêmico, assim como a um problema do conhecimento. Esta dissertação, primeiramente, traz alguns sentidos que integram minha experiência com os cursos de formação de professor e um período de experiência profissional em espaços educativos não escolares. Muitos caminhos nós podemos desejar trilhar, mas foi no curso técnico de Magistério, no Instituto de Educação Estadual Professor Cesar Prieto Martinez, Ponta Grossa, Paraná, que se constituiu com alguma clareza um percurso a ser seguido por mim. Iniciei em uma sala de aula e senti a responsabilidade que a profissão me traria. E foi nesse encontro entre quatro paredes, um quadro negro, alguns gizes e quinze crianças que se deu meus primeiros passos profissionais.

Segui a formação no curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR, quando já era professora de Educação Infantil, mudando em seguida para Educadora Social em uma instituição para trabalhar com crianças e adolescentes. Ao mudar de espaço estava frente a uma nova e desconhecida realidade de profissão: a de trabalhar em espaços não escolares com uma diversidade de pessoas e acontecimentos. Durante esse período cursei a disciplina "Educação em espaços não formais", no quarto ano do curso de Pedagogia, sob a coordenação do Professor Érico Ribas Machado. Igualmente organizei meu trabalho de conclusão de curso nessa temática, sob a orientação do mesmo professor, cujo título é "*As infâncias nas instituições de acolhimento em Ponta Grossa: o olhar dos (das) Educadores (as) Sociais*", realizado em parceria com Tábata Saionara Cecilio.

No decorrer de alguns anos de trabalho dentro de uma instituição não escolar, percebi o quanto esse espaço marcou minha trajetória. Diferentemente do ambiente escolar, nesse espaço de trabalho que compõe o Instituto Educacional Duque de Caxias, departamento Cidade dos Meninos, localizado na região rural de Ponta Grossa, conheci o senhor Epaminondas Xavier de Barros[1], fundador dessa instituição, onde trabalhou e defendeu suas crianças e seus adolescentes, chamando-os de "Brasileirinhos", desenvolvendo-se, assim, um ambiente de promoção social. Aposentado de uma metalúrgica, possuía um grande conhecimento, mesmo que sem rigor científico, mas de vida, pois com o trabalho de um Educador Social pôde contribuir para a mudança de uma realidade social e assim o iniciou há mais de 55 anos.

[1] Conhecido como "Seu Barros, o Tareco". Eis nessa pessoa um Educador Social, que além de trabalhar com crianças e adolescentes, contribuiu para a formação pessoal, acadêmica e profissional desta que aqui escreve. No dia 22 de novembro de 2019, faleceu aos 92 anos. Despedimo-nos fisicamente, mas restam os bons momentos em nossas memórias.

Em 2016, eu deixei de ser Educadora Social na instituição em que atuava, ao ingressar como professora na rede pública municipal na cidade de Ponta Grossa. Atualmente, sou Coordenadora Pedagógica, mas ainda marcada pela percepção de um mundo com suas múltiplas relações, não apenas aos olhos de quem está num contexto escolar, mas como profissional que trabalhou como Educadora Social, e que sabe das fragilidades que permeiam essa profissão. Apesar dessa mudança profissional, minha relação com esse debate continuou presente, pois integro o grupo de estudos NUPEPES - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social, desde o período de graduação (2013-2016). Após a conclusão da Licenciatura em Pedagogia, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná, na linha de História e Política Educacionais, a fim de aprofundar o entendimento dessa temática a partir da perspectiva da Pedagogia Social e Educação Social. Assim, após dimensionar esta dissertação ao NUPEPES, passamos a inseri-la na segunda dimensão, isto é, no âmbito do debate epistemológico. Inscrevemos nossa temática no campo da Pedagogia Social como área de investigação e profissional, onde está contida a compreensão da Educação Social, envolvendo assim as práticas que ocorrem em diferentes espaços.

Nesse processo de sistematização da pesquisa, optamos por um recorte de país, primeiramente devido ao curto tempo de mestrado e que fosse possível aguçar a investigação quanto aos Educadores Sociais. Em seguida, consideramos mais pertinente privilegiar como espaço investigativo o Estado do Paraná, notadamente as regiões metropolitanas[2]. A definição desse recorte ocorreu devido ao crescimento populacional e do processo de urbanização do estado, motivos esses para a organização das regiões metropolitanas, uma vez que novas medidas são necessárias na saúde, educação, infraestrutura, no emprego, etc. Ao percebermos esses aspectos, optamos pelo recorte nas oito regiões metropolitanas do Paraná: Região Metropolitana de Apucarana, Região Metropolitana de Campo Mourão, Região Metropolitana de Cascavel, Região Metropolitana de Curitiba, Região Metropolitana de Londrina, Região Metropolitana de Maringá, Região Metropolitana de Toledo e Região Metropolitana de Umuarama[3].

[2] A exposição do significado de criação das regiões metropolitanas está no primeiro capítulo.

[3] Nossa pesquisa trata das regiões metropolitanas do estado do Paraná. De outra parte, a dissertação de Milena da Silva Gorette Castanha, intitulada "*A regulamentação profissional do(a) Educador(a) Social no Brasil: um estudo a partir da análise de vagas em editais de concursos públicos das regiões geográficas do estado do Paraná*", também orientanda do Professor Dr. Érico Ribas Machado, analisa os demais municípios do Paraná, mas com recortes diferentes e perspectiva analítica pautada em Paulo Freire. Ambos os trabalhos têm o mesmo objeto de análise, os editais, podendo servir de parâmetros para comparar com as condições de trabalho dos Educadores Sociais com outros estados brasileiros.

Assim sendo, o problema desta dissertação constitui-se em discutir como os Educadores Sociais são definidos nos municípios dessas regiões metropolitanas, tomando a nomenclatura e atribuições, formação e requisitos exigidos, carga horária e remuneração que estão nos editais de concurso público[4] como critérios de análise. Em decorrência disso, o objetivo geral consiste em analisar os critérios utilizados pelos editais de contratação de Educadores Sociais nas Regiões Metropolitanas do Paraná. Disso depreende-se os seguintes objetivos específicos: 1) Sistematizar a contribuição da teoria dos campos de Pierre Bourdieu como método de análise das categorias e critérios exigidos à atuação dos Educadores Sociais nos editais de concurso; 2) Reconstituir a partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu os principais aspectos da Pedagogia Social e Educação Social no Brasil e na Europa, enfatizando os embates políticos e teóricos que delinearam suas especificidades; 3) Analisar os critérios solicitados para a atuação dos Educadores Sociais nos editais de concurso a partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu[5] e da Pedagogia Social Comparada.

Pelo exposto no parágrafo anterior, observa-se que esta dissertação trata de um estudo sobre os Educadores Sociais, buscando analisar os critérios exigidos para seu ingresso como profissional e suas condições de trabalho. A sistematização do problema e dos objetivos se constituiu a partir do diálogo com a produção acadêmica que trata dessa temática e com os dados oriundos dos editais de concursos públicos municipais das oito regiões metropolitanas do Paraná. O fato de os dados indicarem o mapeamento desses principais centros urbanos de diferentes regiões paranaenses, consideramos pertinente tratá-los a partir da Pedagogia Social Comparada[6], a qual pode ser assim definida:

> Os elementos comparativos possíveis de serem identificados para os estudos da Pedagogia Social Comparada estarão circunscritos a análises que entendem a Pedagogia Social como uma ciência e uma disciplina específica, que a partir de diferentes correntes e perspectivas se estruturas em vários países. (RIBAS MACHADO, 2014, p. 29).

Privilegiamos analisar os editais de concursos públicos e não processos seletivos, ou outros modos de seleção para o cargo do profissional da Educação Social, cujo primeiro edital e último de concursos abertos foram localizados entre 2009 e 2019. As buscas ocorreram até o mês de maio de 2019, quando passamos a catalogar todos os dados desejados para seguir com a pesquisa. De acordo com Maia e Queiroz (2007), o concurso público se tornou conhecido

[4] A exposição dos aspectos referentes aos dados (as buscas, a seleção e catalogação), isto é, a discussão metodológica será apresentada no primeiro capítulo.
[5] A sistematização da parte teórica desta pesquisa será feita no primeiro capítulo.
[6] Faremos uma discussão específica a respeito da Pedagogia Social Comparada no primeiro capítulo.

como um modelo democrático de seleção dos profissionais, no entanto, não deixa de demonstrar certa meritocracia quando classifica por ordem dos aprovados. Esse modo de organização de seleção é realizado em dois momentos, sendo o primeiro referente ao planejamento da prova, bem como à demanda dos profissionais, das vagas disponíveis, de como e quem organizará as provas, caso haja a necessidade de etapas de caráter eliminatório, como isso correrá. Já o segundo é o da sua divulgação, com o cronograma já estipulado do que permeará os cargos ofertados, a efetivação da prova, correção, demais etapas caso houver e divulgação do resultado.

O que nos leva a fazer uso dos editais de concurso público para análise, e não por exemplo um processo seletivo, é pensar justamente nas diferenças entre eles. O concurso público oferece, para os aprovados e que assumem o cargo, estabilidade até a sua aposentadoria, já o processo seletivo tem um recorte temporal já determinado, sabendo o profissional da data de início e término de trabalho. Por este mesmo motivo, o número de procura de profissionais para realizar concursos públicos, de modo geral, é maior em relação aos processos seletivos, o que torna maior a rotatividade desses profissionais. Cabe ainda destacar quanto a remuneração, fator este que nos interessa para visualizarmos como são pagos os profissionais da Educação Social. O salário num concurso público costuma ser maior do que daqueles que assumem a função por meio de processo seletivo.

O recorte de análise desta dissertação inscreve-se no âmbito do debate da carreira de Educadores Sociais que está em processo de regulamentação, logo, ainda não há uma normatização que oriente suas atribuições e a formação necessária para seu acesso. Muitos países têm em sua história inúmeros movimentos de lutas, resistência, que consequentemente deram espaços ao trabalho dos Educadores Sociais. Desde os apontamentos com Pestalozzi (1746-1827), ou dos registros de quando se fortalece a Educação Social e Pedagogia Social na Alemanha, no findar do século XIX e começo do século XX, notamos a presença dos problemas sociais, que foram o motor para os surgimentos das práticas educativas em diferentes espaços e contextos[7].

É dessa forma que, notadamente, a profissão ocorre mesmo sem formação específica e reconhecimento profissional, fazendo-se necessárias pesquisas e luta para que em nosso país se faça presente a discussão desta temática. Atualmente no Brasil, temos dois projetos de leis em trâmite que dizem respeito à regulamentação da profissão dos Educadores Sociais, Projeto de Lei nº 5346/2009 protocolado na Câmara dos Deputados e o Projeto de Lei nº. 328/2015 protocolado no Senado Federal.

[7] A história desse debate é objeto específico do segundo capítulo desta dissertação.

O primeiro destaca como campo de atuação dos Educadores e Educadoras sociais, os contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares, estabelecendo o Ensino Médio como o nível de escolarização mínima para o exercício desta profissão. Já o segundo, ressalta como campo de atuação dos Educadores Sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos sociais, destacando a importância da regulamentação e formação inicial mínima em nível de graduação aos profissionais da Educação Social, mantendo aqueles que já exercem a função sem esta formação.

Esses debates no âmbito da legislação já são objetos de estudo no campo acadêmico. Podemos observar na tese de Régis Alan Bauli (2018), que logo em seu resumo coloca que Educação Social é um tipo de Educação, entendendo que a melhor proposta de lei corresponde ao texto do Projeto de lei n. 328/2015, pois tem foco nos Educadores Sociais e não na área da Educação Social, que define o nível mínimo de formação em cursos de educação superior, preservando os interesses daqueles que já exercem a atividade sem este nível. Consideramos como importante esta defesa, uma vez que se deseja a valorização da área da Pedagogia Social e do profissional da Educação Social. Para Bauli (2018, p. 104):

> O Educador Social é recrutado no mercado de trabalho para educar pessoas, desenvolvendo sua atividade ao longo de toda a vida dos destinatários, em todos os espaços e relações, encontrando na estrutura da assistência social, já institucionalizada pelo Estado, um meio que carece das atividades e habilidades que este profissional detém.

O Projeto de Lei de 2015, ao prever os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares, corrobora com a profissão dos Educadores Sociais em nosso país. Sobre isso complementa Paiva (2011, p. 89):

> A formação é essencial em qualquer profissão, a transformação constante do mundo, a mudança de paradigmas exige uma formação em serviço. Mudanças ocorrendo cada vez de maneira mais rápida, a diversidade de campos em que se dão, exigem um preparo cada vez mais qualificado.

Ambos os projetos[8] têm por finalidade normatizar a profissão dos profissionais da Educação Social, estabelecendo seus direitos e deveres. Consideramos mais preciso o Projeto

[8] Indicamos como leitura complementar o livro *"Educador Social no Brasil - Normatização e Profissionalização"* de autoria dos professores Régis Alan Baulie Verônica Regina Müller, que trata, para além de uma contextualização da Educação Social no Brasil, da discussão das duas propostas de leis existentes no contexto brasileiro, no Congresso, para a profissionalização dos Educadores Sociais. Vale destacar que os Projetos de Leis foram apensados, assumindo como Projeto de Lei Nº 2941/2019, com relator sendo o Deputado Federal Pedro Uczai do PT/SC.

de Lei do Senado Federal de 2015, notadamente no que diz respeito à formação em nível superior para o desenvolvimento da mesma, compreendendo a dinamicidade e rigorosidade que a profissão exige, além de melhor qualificação do trabalho e melhores condições salariais aos que escolheram essa profissão.

Preparo este necessário, dentro da perspectiva da Pedagogia Social e Educação Social, permeando as mazelas sociais provocadas pela desigualdade social no Brasil, numa tentativa de sua superação.

> O Educador Social relaciona-se diretamente com os processos educativos, com objetivos diferenciados, onde são trabalhadas as diversidades das pessoas. Visa a promoção humana e social, trabalha de forma preventiva e também apoia a socialização e ressocialização do educando. Em síntese, seu compromisso é com a educação do indivíduo. O foco de seu trabalho é a emancipação humana por meio da apresentação ao sujeito dos conteúdos culturais, cívicos e políticos com reflexões em prol de sua vida e da comunidade a qual pertence. (BAULI, 2018, p. 224).

Percebemos que as atribuições dos Educadores Sociais estão interligadas ao contexto e espaço que irá atuar. Segundo Paiva (2011, p. 36):

> A Pedagogia Social surge no Brasil como um caminho para se pensar de forma científica a Educação Social, os saberes/fazeres que são produzidos em outros espaços que não sejam o escolar, um novo paradigma alternativo e aberto que vem refletindo a complexidade da sociedade que vivenciamos, caminho esse que não devemos desprezar, pois seu conteúdo é riquíssimo para a ação do educador e o desenvolvimento do educando.

É assim que a Pedagogia Social abre novas possibilidades de intervenção da Educação Social sobre a sociedade, com foco que contribua para a superação dos inúmeros problemas existentes já historicamente em nosso país. Os Educadores Sociais têm como foco reinserir os envolvidos na sociedade entre as diversas situações em que esses se encontram. Esse profissional deve ser capacitado para atuar na transformação da realidade das pessoas, como observa Oña (2005, p. 9):

> El educador social es un profesional capacitado para intervenir con sujetos y/o comunidades a los que ayuda a potenciar aquellos factores necesarios para su normal desarrollo. Pero, a la vez, trata de elaborar una crítica y una transformación del valor educativo de la sociedad, señalando aquellas estructuras injustas que no permiten a la infancia o a los sujetos con los que trabaja desarrollarse adecuadamente. Por otro lado, podemos localizarlo trabajando con todo tipo de población: excluida o no, realizando un trabajo preventivo o de reinserción; en centros o instituciones de medio abierto, semiabiertos o cerrados y en programas públicos o privados. Además, durante los años preescolares y escolares ha de ofrecer a los niños intervenciones que los ayuden a conocerse (sus límites, cualidades, quiénes son, etc.) y a insertarlos positivamente en sociedad. Por último, poseerá un perfil abierto y optimista, que es capaz de infundir vida, y pone en práctica habilidades de relación y estabilidad personal suficientes para afrontar las distintas coyunturas de su trabajo.

Podemos observar que o projeto de lei de 2015 analisa e colabora para que as atribuições dos Educadores Sociais caminhem sob as diretrizes dos direitos humanos, da promoção da

educação ambiental, das inúmeras situações de vulnerabilidade, dos grupos excluídos socialmente, como crianças, mulheres, negros, adolescentes, indígenas, homossexuais, e ainda ampliamos para os grupos dos idosos, dos portadores de necessidades especiais.

Neste momento é que nos defrontamos com a importância de um curso específico na área de Pedagogia Social e Educação Social, sendo objeto de forte discussão entre estudiosos da área no Brasil, já que ao se percorrer os espaços de trabalho em que os Educadores Sociais atuam deparamo-nos com assistentes sociais, professores, pedagogos, psicólogos, mães sociais, entre outras profissões, que não possuem preparação específica para desenvolver um trabalho efetivo nos espaços que atuam.

Ao lado desse aspecto político da profissão dos Educadores Sociais que integra os debates da Pedagogia Social, há necessidade de articular nossa dissertação com o conjunto da produção acadêmica existente. Tendo em vista a constituição desse profissional, é importante dizer que ainda há um caminho de diferentes nomenclaturas, bem como diferentes espaços de atuação, diferentes concepções de formação, fatores esse que interferem significativamente na sua história dentro da Educação Social e Pedagogia Social. Desse modo, no portal Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES – iniciamos as buscas pelos trabalhos já produzidos na área, munindo-nos de quatro descritores. Cabe destacar que, quando delimitamos área e ano, os resultados foram baixos; assim sendo, optamos por deixar em aberto quanto a esse quesito. Ao todo encontramos cento e onze trabalhos entre teses e dissertações, necessitando de refinamento das escolhas quando realizada a leitura de resumos e palavras-chave[9].

Primeiramente buscamos pelo descritor "Pedagogia Social", e encontramos setenta e uma dissertações e vinte teses, partindo dos títulos dos trabalhos. Ao lermos os resumos, observamos que nem todos os trabalhos cabiam à nossa pesquisa, no entanto, aproximavam-se da temática quanto ao histórico da Pedagogia Social ou dos Educadores Sociais. Assim, podemos observar melhor como organizamos a divisão dos trabalhos, bem como a área de formação, conforme a tabela 1:

Tabela 1 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor "Pedagogia Social"

Dissertações encontradas: 76			
Dissertações relacionadas: 9			
Área de formação	Educação	Educação e contemporaneidade	Letras – literatura portuguesa
Quantidade	7	1	1

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
Nota: Organização da autora, 2019.

[9] Os conteúdos de dissertações e teses serão mobilizados para discussão dos capítulos que tratam da história da Pedagogia Social no Brasil e na Europa, assim como no momento de análise dos dados da nossa pesquisa.

Seguimos para as buscas de teses com o mesmo descritor, observando que o número de trabalho é menor, e novas áreas do conhecimento se revelam. Encontramos ao todo, vinte trabalhos, também com o descritor no título; e ao lermos os resumos, selecionamos sete que se aproximam do nosso objeto. Na tabela 2, podemos observar como ocorreu a busca de teses:

Tabela 2 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor "Pedagogia Social

Teses encontradas: 21			
Teses relacionadas: 6			
Área de formação	Educação	Psicologia – Psicologia Social	Teologia
Quantidade	4	1	1

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
Nota: Organização da autora, 2019.

Prosseguimos as buscas com o descritor "Educação Social", notando que o número de trabalhos aumentou, uma vez que o descritor apareceu em alguns casos separados, como por exemplo, apenas a palavra "Educação" ou somente "Social". A concentração de área de formação também foi diversa, já que seguimos o mesmo critério de não categorizar ano e área. Observamos assim, nas tabelas 3 e 4, como ficaram as divisões, sendo necessário dividir em duas tabelas para melhor visualização dos dados:

Tabela 3 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor "Educação Social"

Dissertações encontradas: 196				
Dissertações relacionadas: 28				
Área de formação	Educação	História	Educação, Arte e História da Cultura	Educação: História, Política, Sociedade
Quantidade	19	2	1	1

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
Nota: Organização da autora, 2019.

A tabela seguinte refere-se ao mesmo descritor e a dissertações:

Tabela 4 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor "Educação Social"

Dissertações encontradas: 196				
Dissertações relacionadas: 28				
Área de formação	Arquitetura e Urbanismo	Pediatria e Ciências Aplicadas a pediatria	Políticas Públicas e Sociedade	Serviço Social
Quantidade	1	1	1	2

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
Nota: Organização da autora, 2019.

No que diz respeito ao descritor "Educação Social" nas buscas de teses, observamos que o número de trabalhos também aumentou e novas áreas aparecerem, sendo possível observar na tabela 5:

Tabela 5 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor "Educação Social"

Teses encontradas: 41			
Teses relacionadas: 11			
Área de formação	Educação	Estudos do Lazer	Letras
Quantidade	9	1	1

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
Nota: Organização da autora, 2019.

Como notamos que há falta de pesquisas próximas à temática desta dissertação, fizemos novas buscas, com novos descritores para aprofundarmos o que já tem ou não produzido na área da Pedagogia Social e Educação Social. Realizamos a procura pelo descritor "Educador Social", cujas tabelas 6 e 7 demonstram como ficou a divisão da coleta dessas informações. Novamente foi preciso dividir os dados em duas tabelas, para sua melhor organização e compreensão:

Tabela 6 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor "Educador Social"

Dissertações encontradas: 120				
Dissertações relacionadas: 33				
Área de formação	Educação	Educação – Psicologia da Educação	Educação-Currículo	Ciências Sociais
Quantidade	24	2	2	1

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
Nota: Organização da autora, 2019.

A tabela seguinte refere-se a dissertações com buscas feitas com o mesmo descritor:

Tabela 7 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor "Educador Social"

Dissertações encontradas: 120				
Dissertações relacionadas: 33				
Área de formação	Política Social	Psicologia	Psicologia Social e Institucional	Serviço Social e Política
Quantidade	1	1	1	1

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
Nota: Organização da autora, 2019.

Realizamos buscas de teses no portal da CAPES com o mesmo descritor, obtendo um número significativo de trabalhos na área de concentração de pesquisa. Assim, na tabela 8 notamos como ocorreu a divisão das buscas, evidenciando que a cada uma, novas áreas do conhecimento aparecem, o que denota que a Pedagogia Social e Educação Social são analisadas

por múltiplos olhares além da Educação, uma vez que entendemos que ela se dá em inúmeros espaços:

Tabela 8 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor "Educador Social"

Teses encontradas: 20						
Teses relacionadas: 13						
Área de formação	Educação	Educação – Psicologia da Educação	Psicologia	Ciências Sociais	Serviço Social	Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde
Quantidade	8	1	1	1	1	1

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
Nota: Organização da autora, 2019.

Buscamos trabalhos com o descritor "Educadora Social" para que pudéssemos acompanhar se há pesquisas que tratam especificadamente das mulheres neste meio. Não encontramos teses que tenham em seu título este descritor, no entanto, encontramos uma dissertação que se aproxima de nosso objeto, elegendo o termo "Educadora Social" e a questão do "ser trans", como é descrito no título e no corpo do trabalho. Assim na tabela 9, podemos observar os seguintes dados:

Tabela 9 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: descritor "Educadora Social"

Dissertações encontradas: 7	
Dissertações relacionadas: 1	
Área de formação	Educação
Quantidade	1

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
Nota: Organização da autora, 2019.

Destacamos que em todas as buscas, devido à palavra "Educadores" encontramos muitos resultados, já que este termo também é utilizado em outros contextos, como para definir um professor, um educador ambiental, um intelectual, dificultando o processo de refinamento de buscas. Ao lermos todos os títulos, encontramos inúmeros repetidos, o que revela os limites dos bancos de dados disponíveis. Assim sendo, observamos que as buscas podem, além da dificuldade pelo tema abrangente, nos deixar em dúvidas a que considerar no momento de análise dos dados, como também de pesquisas que não apareceram nas buscas pelos descritores que definimos. Ao término, separamos oito trabalhos que se aproximam de alguma forma da nossa pesquisa, sendo quatro dissertações e quatro teses.

Tabela 10 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: trabalhos selecionados para leitura

Dissertações		
Título	Autor	Ano de defesa
A constituição da pedagogia social na realidade educacional brasileira	Érico Ribas Machado	2010
A Pedagogia Social em Pestalozzi: teoria e prática pedagógicas	Mara Lucia Teixeira Brum	2014
Formação e trabalho do educador social: estudo dos editais de concurso público na região metropolitana de Curitiba	Luciana Carolina Cleto de Souza	2014
Educadoras e Educadores sociais de Porto Alegre em busca de reconhecimento	Santiago Pavani Dias	2018

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
Nota: Organização da autora, 2019.

Tabela 11 - Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES: trabalhos selecionados para leitura

Teses		
Titulo	Autor	Ano de defesa
Compreendendo as vivências e experiências produzidas na Educação Social de rua: desvelamentos pertinentes ao educador social de rua	Jacyara Silva de Paiva	2011
O desenvolvimento da Pedagogia Social sob a perspectiva comparada: o estágio atual no Brasil e Espanha	Érico Ribas Machado	2014
Formação profissional na Educação Social: subsídios a partir de experiências de educadores sociais Latino Americanos	Paula Marçal Natali	2016
Educador Social no Brasil: profissionalização e normatização	Régis Alan Bauli	2018

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES
Nota: Organização da autora, 2019.

Dentre as buscas realizadas, cabe salientar a dissertação de Luciana Carolina Cleto de Souza (2014), defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Profª. Evelcy Monteiro Machado e coorientação da Profª. Rose Mery Trojan, intitulada a "*Formação e trabalho do Educador Social: estudo dos editais de concurso público na região metropolitana de Curitiba"*, na qual (2014, p. 5):

> Propõe-se uma discussão a respeito do contexto em que se insere o educador social, conforme as exigências dos editais, relacionando-os aos fundamentos teóricos da Pedagogia Social e estabelecendo uma relação dialética com o contexto da atuação do educador social no estado do Paraná.

Tal discussão percorre alguns caminhos em que se deseja trilhar em nossa pesquisa. Este foi o único trabalho encontrado que trata especificamente de editais, percorrendo sua análise no que diz respeito aos Educadores Sociais.

Ao todo selecionamos oito trabalhos entre dissertações e teses que compreendem o histórico da Pedagogia Social e Educação Social, experiências de Educadores Sociais como protagonistas das pesquisas, quanto à normatização, profissionalização dos mesmos, estudo comparado entre países em que a Pedagogia Social e Educação Social já ocorrem de modo mais sistemático e um que trata da Pedagogia Social na perspectiva de Pestalozzi, também utilizado nesta dissertação[10].

Os parágrafos e tabelas anteriores indicam um panorama das dissertações e teses que tratam de objetos semelhantes ao interesse de nossa pesquisa. Nesse momento, apenas indicamos uma visão geral dessa produção, sem um efetivo diálogo. Porém, ressaltamos que essa interlocução se faz presente no momento da reconstituição da Pedagogia Social no contexto brasileiro e europeu, ao tratarmos do processo de sua constituição como campo do conhecimento e profissional, pois teses, dissertações e livros são as principais fontes para a escrita desse capítulo. Além disso, ao organizar os dados oriundos dos editais em gráficos e tabelas, assim como ao estabelecermos critérios de análises comparativas, o diálogo com as pesquisas já existentes é mobilizado à sua escrita.

A organização dos capítulos desta pesquisa é resultante da sua inscrição no âmbito do debate político e teórico da Pedagogia Social e Educação Social, da escolha de sua abordagem a partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu e da Pedagogia Social Comparada, assim como da indicação de que seus dados são oriundos dos editais de concurso público das regiões metropolitanos do Paraná. Assim, a proposta desta dissertação está estruturada em três capítulos, perfazendo uma parte teórica e metodológica, outra histórica, e a parte de análise dos dados.

O primeiro capítulo tem um caráter teórico, onde apresentamos uma síntese dos principais conceitos da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Ainda neste capítulo explicitamos o processo de organização da pesquisa empírica, ressaltando como ocorreu a busca, catalogação e o processamento dos dados desta dissertação. Trata-se da exposição do itinerário

[10] Salientamos que as buscas de dissertações e teses já produzidas na área da Pedagogia Social e Educação Social foram realizadas diversas vezes, devido a desencontros de materiais já conhecidos, mas que não apareciam quando dada a busca. Deste modo, incluímos outros trabalhos que nos ajudam a pensar sobre a nossa temática, cuja discussão integra os capítulos que tratam da constituição histórica da Pedagogia Social e dos dados de nossa dissertação.

metodológico, seja a parte prática, isto é, a descrição dos instrumentos de produção dos dados, seja a parte teórica, isto é, a reflexão sobre os instrumentos dessa sistematização dos dados, tomando como orientação a obra "*O ofício do sociólogo"*, escrita por Jean-Claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron e Pierre Bourdieu. Ao lado disso, apresentamos os aspectos principais da Pedagogia Social Comparada que, ao lado da teoria dos campos, norteará a análise dos dados oriundos dos editais de concurso público dos Educadores Sociais.

Justifica-se essa organização, uma vez que as categorias de análises desse sociólogo são mobilizadas desde o segundo capítulo que faz uma reconstituição da Educação Social e Pedagogia Social. Dessa forma, esperamos produzir uma certa compreensão conceitual que permita perceber o seu uso já no segundo capítulo, onde sistematizamos uma síntese do debate e das lutas em prol da Pedagogia Social e da Educação Social, partindo das discussões no Brasil, passando pelo contexto europeu e chegando à uma reflexão mais pormenorizada da condição dos Educadores Sociais. A particularidade de nossa análise consiste em usar o conceito de campo de Bourdieu para operacionalizar essa reconstituição, procurando destacar essas áreas como espaço de força e de lutas, duas condições básicas que caracterizam um determinado campo social.

Por fim, no terceiro capítulo é composto de quatro momentos, sendo esses: apresentações das Regiões Metropolitanas do Paraná, terminologias e atribuições ao cargo, formação e requisito exigidos nos editais de concurso e carga horária e remuneração. Este capítulo, portanto, trata dos dados encontrados e selecionados dos editais de concurso público referentes as regiões metropolitanas, seguido de suas análises.

1. Pedagogia Social Comparada: a contribuição da teoria dos campos de Pierre Bourdieu como método de análise

Este capítulo se trata da exposição da estrutura teórica e metodológica da dissertação. De um lado, apresenta a teoria dos campos de Pierre Bourdieu. De outro, explicita como construímos o nosso objeto de pesquisa, privilegiando uma exposição sobre a metodologia e uma reflexão sobre como sistematizamos o processo de coleta, tabulação e análise dos dados oriundos dos editais de concursos públicos abertos para contratação de Educadores Sociais nas oito regiões metropolitanas do Paraná.

A teoria de Bourdieu, desenvolvida após diversos estudos, apresenta um conjunto de conceitos que são interdependentes, especialmente no nosso caso as noções de campo, *habitus*, capital e estratégia. Assim sendo, privilegiamos na parte teórica uma exposição desses quatro conceitos, pois se mostram importantes para problematizar o campo da Educação Social e Pedagogia Social no contexto brasileiro (capítulo dois), assim como para analisar os dados empíricos (capítulo três). Desse modo, essa parte do capítulo indica o aporte teórico que orienta a dissertação, pois buscamos sintetizar uma certa compreensão dos conceitos bourdieusianos já citados a fim de delinear um percurso a ser desenvolvido no processo de reconstituição da história da Educação Social e Pedagogia Social no contexto geral e brasileiro, bem como cotejar os dados oriundos dos referidos editais com as possibilidades analíticas presentes na sociologia desse autor francês.

Ainda neste capítulo apresentamos alguns aspectos que se referem ao processo de construção do objeto desta pesquisa, dialogando com as reflexões originadas do livro Ofício do sociólogo e da Pedagogia Social Comparada. Dessa maneira, trata-se da descrição do percurso de busca, seleção, catalogação e sistematização das informações identificadas nos editais de concursos públicos aos Educadores Sociais nas regiões metropolitanas do Paraná, mas também de uma crítica metodológica, isto é, uma discussão sobre a produção de um objeto de pesquisa e de seus dados.

Alude-se, portanto, a respeito da própria organização desta dissertação, isto é, dos aspectos teóricos e metodológicos, da forma como ocorreu o seu desenvolvimento e do próprio entendimento de uma pesquisa acadêmica.

Discorrer sobre a teoria social de Pierre Bourdieu faz que entendamos os caminhos que ele percorreu, para que construísse uma teoria social de destaque e de importância dentro de diferentes áreas das ciências humanas, inclusive na educação. Sua obra pode ser entendida como uma teoria das estruturas sociais e das ações dos indivíduos nos diferentes campos.

Bourdieu perpassou pela Filosofia, Antropologia e Sociologia, descobrindo-se um sociólogo. Neste contexto, construiu seus conceitos a partir de pesquisas em diversos temas, buscando mostrar os processos de dominação simbólica, mas também as lutas de resistência. Bourdieu nos coloca que podemos conhecer o mundo social de três maneiras, a partir das teorias fenomenológica, objetivista e praxiológica. Pestaña, no livro "*Vocabulário Bourdieu"*, retrata a relação de Bourdieu com a fenomenologia:

> É possível rastrear em três planos a vinculação de Bourdieu com a fenomenologia. Por um lado, (1) Bourdieu toma partido nos debates fenomenológicos que conheceu durante seu período de formação e, desse modo, formula sua própria filosofia. Por outro, (2) Bourdieu utiliza sua formação fenomenológica para se distanciar das filosofias do mundo social de seus concorrentes no campo da sociologia. Por último, (3) Bourdieu utiliza as ferramentas da fenomenologia para produzir problemas empíricos que determinam com precisão nosso conhecimento do mundo social. (PESTAÑA, 2017, p. 197)

A fenomenologia explica a primeira experiência vivida e subjetiva no mundo social, a relação com o meio familiar; esta pode contribuir para a ideia, a ilusão do mundo social, uma vez que não atingiria as bases sociais, ficando restrita às representações produzidas pelos indivíduos.

Quanto ao conhecimento objetivista, Pierre Bourdieu, em "*A Sociologia de Pierre Bourdieu"* (2003, p. 39), coloca que se:

> [...] constrói relações objetivas (econômicas ou linguísticas) que estruturam as práticas e suas representações (o conhecimento primeiro, prático e tático, do mundo familiar), ao preço de uma ruptura com esse conhecimento primeiro e, portanto, com os pressupostos tacitamente assumidos que conferem ao mundo social o caráter de evidência e de naturalidade. (BOURDIEU, 2003, p. 39).

Para Bourdieu, essa ruptura se fazia importante quanto à experiência primária, pois assim seria um modo para o conhecimento científico do mundo social. Porém, se na abordagem fenomenológica a ênfase recai sobre os indivíduos, na objetivista considera-se demasiadamente as estruturas, gerando um apagamento da ação dos agentes sociais.

O terceiro tipo de conhecimento é denominado de praxiológico. Essa proposição teria por finalidade, de acordo com Bourdieu (2003, p. 40) que: "[...] não somente o sistema de relações objetivas que o modo de conhecimentos objetivista constrói, mas também as relações *dialéticas* entre essas estruturas objetivas e as *disposições* estruturadas nas quais elas se atualizam que tendem a reproduzi-las.". Essa proposição testada nas suas pesquisa seria uma alternativa para superar alguns entraves entre os conhecimentos fenomenológicos e objetivistas, a fim de proporcionar uma teoria da prática, pios "o conhecimento praxiológico não anula as

aquisições do objetivista, mas conserva-as e as ultrapassa, interagindo o que esse conhecimento teve de excluir para obtê-las" (BOURDIEU, 2003, p. 40).

Na teoria bourdieusiana, o método praxiológico é compreendido para realizar uma leitura do mundo social, tendo as práticas das ações humanas para análise e compreensão de seu todo. A sociologia desse autor é conhecida como teoria dos campos, onde há um conjunto de conceitos que ele operacionalizou em suas inúmeras pesquisas, entre os quais destacamos aqueles que são pertinentes para esta dissertação: campo, *habitus*, capital e estratégia.

1.1 Conceito de *habitus*

Em "*O poder simbólico"*, o autor faz-nos aproximar de uma definição formal do que seria *habitus*, ao dizer que "assim como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexix*, indica a disposição incorporada, quase postural [...]" (BOURDIEU, 2002b, p. 61). Os sujeitos o incorporam e o desenvolvem por toda sua vida, intensificando, moldando, transformando, mediante os espaços em que transitam.

Ao tratar desse termo, no livro *Vocabulário Bourdieu*, Wacquant assim o descreve:

> *Habitus* é uma noção filosófica antiga, originária no pensamento de Aristóteles e na Escolástica medieval, que foi recuperada e retrabalhada depois dos anos 1960 por Pierre Bourdieu para forjar uma teoria disposicional da ação capaz de reintroduzir na antropologia estruturalista a capacidade inventiva dos agentes, sem com isso retroceder ao intelectualismo cartesiano que enviesa as abordagens subjetivas da conduta social, do behaviorismo ao interacionismo simbólico passando pela teoria da ação racional. A noção tem um papel central no esforço levado a cabo durante uma vida inteira por Bourdieu para construir uma 'economia das práticas generalizada' capaz de subsumir a economia, historicizando e, por aí, pluralizando as categorias que esta última torna como invariantes (tais como interesse, capital, mercado e racionalidade) e especificando quer as condições sociais da emergência dos atores econômicos e sistemas de troca, quer o modo concreto como estes de encontram, se propulsionam ou se contrariam uns aos outros. (WACQUANT, 2017, p. 213, grifo do autor).

Podemos dizer que *habitus* é um conjunto de atitudes, reações incorporadas pelos sujeitos dentro de sua vivência na sociedade. Ele ocorre das interações, vivências sociais que se dão no meio social, promovendo as atitudes e os pensamentos. Isso não ocorre de modo consciente, porém corresponde às regras de convivência de um determinado campo social. O *habitus* pode ser durável, mas no movimento de múltiplas relações pode sofrer transformações, num jogo complexo e permanente entre as estruturas estruturadas e as estruturas estruturantes, redirecionando as próprias práticas sociais. Neste contexto, conforme o sujeito percorra outros

campos, outros *habitus* serão incorporados, pois cada campo específico possui suas próprias regras, fazendo-se necessários outras representações, outras ações.

Deste modo, vale ressaltar que este não é incorporado mecanicamente, mas é dado nas próprias relações da prática social. Bourdieu (2003, p. 38) nos orienta que:

> Para compreender todas as implicações da noção de *habitus* – idéia pela qual tentei demonstrar que se podia escapar das alternativas estéreis do objetivismo e subjetivismo, do mecanismo e finalismo, nas quais ficam aprisionadas habitualmente as teorias da ação -, eu gostaria de analisar as relações entre os *habitus* sistemas de disposições socialmente constituídos e os campos sociais. Nessa lógica, a *prática* poderia ser definida como o resultado do aparecimento de um *habitus*, sinal incorporado de uma trajetória social, capaz de opor uma inércia maior ou menor às forças sociais, e de um campo social que funciona, nesse aspecto, como um espaço de obrigações (violências) que quase sempre possuem a propriedade de operar com a cumplicidade do *habitus* sobre o qual se exercem. Isso conduziria a uma teoria da eficácia simbólica. (Grifo do autor).

Observemos que o *habitus* está associado à historicidade, ou seja, àquelas orientações práticas incorporadas e resultantes de longas e complexas relações do mundo social. Em "*Coisas ditas"* Bourdieu procura explicar como ele identificou em suas pesquisas o *habitus* como gerador de práticas sociais:

> [...] O *habitus* torna-se gerador de práticas imediatamente ajustadas ao presente, e mesmo ao futuro inscrito no presente (daí a ilusão de finalidade), quando encontra um espaço que propõe, a título de *propensão* (para poupar, investir, etc.), de disposição (para o cálculo, etc.) porque se constituiu pela incorporação das estruturas (cientificamente apreendidas como probabilidades) de um universo semelhante. (BOURDIEU, 2004a, p. 130, grifo do autor).

O conceito de *habitus* remete à noção de campo, pois são intrinsicamente articulados, produzem representações, práticas, opiniões, modos de agir, encadeando dialeticamente os sujeitos e a estrutura social, fazendo parte de uma teoria da produção social. Assim, após exposição formal do conceito de *habitus*, passamos a tratar da acepção de campo.

1.2. Conceito de campo

O conceito de campo, na teoria bourdieusiana, refere-se a espaços de posições sociais, onde se produz algo que é classificado, consumido. Dentro desse campo ocorrem lutas pelo controle e pela própria dominação, sobretudo pelo direito legítimo de classificar e hierarquizar os bens produzidos. Segundo Bourdieu (2003, p. 11), "o 'campo' é este território. Lugar hierarquizado, estruturado segundo uma determinada lógica de interesses, nele se agrupa, interage, se complementa e entra em conflito um grupo de específico de atores". Em

entrevista[11], realizada em Paris no ano de 1985, traduzida para o português em 2004a, Bourdieu afirma:

> Nesse sentido, se eu gostasse do jogo dos rótulos, que é muito praticado no campo intelectual desde que certos filósofos introduziram nele as modas e os modelos do campo artístico, eu diria que tento elaborar um *estruturalismo genético*: a análise das estruturas objetivas – as estruturas dos *campos* – é inseparável da análise de gênese, nos indivíduos biológicos, das estruturas mentais (que são em parte produto da incorporação das estruturas sociais) e da social, bem como os grupos que nele se distribuem, são produtos de lutas históricas (nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição no espaço social e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço). (BOURDIEU, 2004a, p. 26).

Dentro dos campos ocorrem as lutas por um certo controle, pela legitimação daquilo que se tem por prioridade dentro de um espaço específico, classificando e hierarquizando o que é produzido, demarcando certos espaços e posições sociais. Lahire, ao descrever o termo campo, diz:

> Um campo é um 'sistema' ou um 'espaço' estruturado de posições ocupadas pelos diferentes agentes do campo. As práticas e estratégias dos agentes só se tornam compreensíveis se forem relacionadas às suas posições no campo. Entre as estratégias invariantes, encontra-se a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão do estado da relação de força existente: as primeiras são mais frequentemente as estratégias dos dominantes, enquanto as segundas correspondem às dos dominados (e, entre eles, mais particularmente, dos 'recém-chegados' no campo. Essa oposição pode assumir a forma de um conflito entre 'velhos' e 'novos', 'ortodoxos' e 'heterodoxos', 'conservadores' e 'revolucionários', etc. Este espaço é um espaço de lutas, uma arena onde está em jogo uma concorrência ou competição entre os agentes que ocupam as diversas posições. (LAHIRE, 2017, p. 65).

No interior do campo ocorrem relações entre agentes, grupos e instituições, onde existem certas estruturas dadas, com normas próprias. É nesse âmbito que estão dados os espaços dos possíveis como define Bourdieu, isto é, as possibilidades de lutas em seu meio, numa dinâmica de jogo permanente em que se faz uso de diferentes tipos de capitais, notadamente o cultural, econômico, simbólico e social. De acordo com Ortiz (2002, p. 162), "o campo é o *lócus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores, em torno de interesses específicos pertinentes à área em questão". Algumas regras se fazem presentes no campo, conduzindo ao complexo jogo dos possíveis. É preciso que se adquira o *habitus* pertinente a cada campo, como produção cultural (acadêmico, artístico, científico, musical, etc.),

[11] Entrevista concedida a A. Honneth, H. Kocyba e B. Scwibs, realizada em Paris em abril de 1985, publicada em alemão no ano de 1986, publicada no livro "*Coisas ditas*" no Brasil em 2004, com tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim.

econômico, político, religioso, profissional, esportivo, etc. Quando não se consegue a incorporação do que rege um campo determinado, ocorre o afastamento do agente.

Essa exposição remete à ideia de força, outra condição de existência de um campo, além da noção de luta:

> Penso, em primeiro lugar, na noção de 'campo', que entendo como campo de forças, e também de lutas que visam transformar esse campo de forças. As análises a que submeti tão diferentes campos – artístico ou religioso, científico ou dos partidos políticos, das classes sociais ou do poder – inspiravam-se na intenção de estabelecer as leis gerais dos universos sociais que funcionam como campos. Outro objetivo era determinar as condições econômicas e sociais que devem ser preenchidas para que um universo social possa funcionar como campo, por oposição a agregados amorfos de elementos (indivíduos, instituições) simplesmente coexistentes e também a aparelhos (ou instituições totais) mecanicamente submetidos a uma intenção central. (BOURDIEU, 2003, p. 38).

Dentro das lutas estabelecidas nos campos, os agentes envolvidos criam estratégias que conservam ou transformam aquilo que priorizam no centro de suas posições. No livro *"Vocabulário Bourdieu",* Ernesto Seidl (2017, p.189) o autor mostra que "Bourdieu emprega com frequência a metáfora *jogo* para esclarecer sua visão das lógicas da ação social em especial, das estratégias, como produto do domínio prático das formas de conduta nos diferentes espaços do mundo social". Nesse complexo jogo de relações de cada campo reside a constituição de uma certa tendência de organização, como por exemplo, no campo da Pedagogia Social e Educação Social, como veremos no próximo capítulo. A estrutura desse campo tem uma história que é marcada pela ideia de força, oriunda de representações e práticas de indivíduos, de grupos e de instituições que se estabeleceram com a tarefa de desenvolver o que foi se conhecendo como educação social e pedagogia social. Ao mesmo tempo, é possível identificar seus embates a partir das intervenções, das obras e ações políticas que vislumbram algum outro tipo de organização da educação social. É esse jogo duplo que constitui a teoria dos campos de Bourdieu, cuja potencialidade pretendemos mostrar na sistematização dos capítulos dois e quatro desta dissertação.

Em suas reflexões posteriores sobre o uso que fez dessa teoria, Bourdieu (2004b, p. 28) ressalta:

> Há, portanto estruturas objetivas, e além disso há lutas em torno dessas estruturas. Os agentes sociais, evidentemente, não são partículas passivamente conduzidas pelas forças dos campos (mesmo se às vezes se diz que há essa semelhança: caso se observarem algumas evoluções políticas, como a do número de nossos intelectuais, como não dizer que a limalha segue realmente as forças do campo?). Eles têm disposições adquiridas – não desenvolverei aqui esse ponto – que chamo de *habitus*, isto é, maneiras de ser permanentes, duráveis que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo. Aqueles que adquirem, longe do campo em que

> se inscrevem, as disposições que não são aquelas que esse campo exige, arriscam-se, por exemplo, a estar sempre defasados, deslocados, mas colocados, mal em sua própria pele, na contramão e na hora errada, com todas as consequências que se possa imaginar. Mas eles podem também lutar com as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las às suas disposições. (Grifo do autor).

Mediante a exposição da categoria de campo se buscou compreender a sua conexão ao conceito de *habitus*. Além disso, capital e estratégia, já mencionados, são duas outras noções importantes para nossa análise.

1.3. Conceitos de capital e estratégia

Os estudos de Bourdieu nos remetem a muitos conceitos, sendo campo, *habitus* e capital alguns dos mais conhecidos. Ao lado desses, para nossa análise, consideramos importante o uso da noção de estratégia. Mas antes, faz-se necessário construir uma síntese do que é capital para esse sociólogo.

Bourdieu enfatiza que o capital cultural e o econômico são os dois tipos principais, acrescidos de outros que exercem algum grau de importância complementar: simbólico e social. É importante dizer que Bourdieu estudou as experiências históricas da Europa, notadamente da França dos séculos XIX e XX. Logo, a identificação desses capitais está relacionada a esse período histórico. Capital é uma espécie de energia social que não existe e não produz seus efeitos a não ser dentro do campo onde ele se produz e se reproduz.

Deter algum tipo de capital significa possuir alguma força para agir ou impor ações aos demais indivíduos no interior de um espaço social determinado. Sobre isso Frédéric Lebaron afirma:

> Um ‘capital’ é um ‘recurso’, segundo o modelo do ‘patrimônio’, isto é, um estoque de elementos (ou ‘componentes’) que podem ser possuídos por um indivíduo, um casal, um estabelecimento, uma ‘comunidade’, um país, etc. Um capital é também uma forma de ‘segurança’, especialmente do ponto de vista do futuro; tem a característica de poder, em determinados casos, ser investido e acumulado de modo mais ou menos ilimitado. (LEBARON, 2017, p. 101).

Para fins de nossa pesquisa nos interessa os conceitos de capital cultural e capital simbólico. O capital cultural existe em três estados: interiorizado, objetivado e institucionalizado. Desses três nos concentramos no último, pois é pertinente às análises do último capítulo desta dissertação. Bourdieu assim o descreve:

> A objetivação do capital cultural sob a forma de diploma é um dos modos de neutralizar certas propriedades devidas ao fato de que, estando incorporado, ele tem os mesmos limites biológicos de seu suporte. Com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social que produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador e, até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico. (BOURDIEU, 2007, p. 78).

Já o capital simbólico compreende a reputação que um sujeito possui num determinado campo. Bourdieu assim o define:

> O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura de sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio [...] Na luta simbólica pela produção do senso comum, ou mais precisamente, pelo monopólio da *nomeação* legítima como imposição social – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm como as taxinomias instituídas, como os títulos (BOURDIEU, 2002b, p. 145-146, grifo do autor).

Deter capital cultural significa possuir um saber, um conhecimento, deter diplomas e acumular bens culturais visíveis, como livros. Nas sociedades modernas esse tipo de propriedade tem alto grau de importância, razão pela qual ganham força as lutas por regulamentação de diferentes profissões, cuja expressão mais conhecida são as dos médicos, engenheiros e advogados. No entanto, outras assumem posições semelhantes, como a dos professores. Deter um certo estatuto profissional implica possuir algum tipo de capital cultural, essencialmente o que se expressa por meio de diplomas escolares, cuja posse já qualifica um determinado profissional como detentor de capital simbólico. Ou seja, o capital simbólico está contido na própria detenção do capital cultural que é reconhecido num determinado campo social, gerando ações a partir da força do poder simbólico.

> O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (BOURDIEU, 2002b, p. 14-15).

A distribuição desses capitais tem suas particularidades em cada campo, porém existe uma certa constância no que se refere à desigualdade de concentração de capitais, como descreve Lahire:

> Esse capital é desigualmente distribuído no seio do campo. Por conseguinte, existem, nele, dominantes e dominados. A distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo que é definido, portanto, pelo estado de uma relação de forças históricas entre as forças (agentes e instituições) em confronto no campo. (LAHIRE, 2017, p. 65).

Para Bourdieu, as sociedades modernas se tornaram altamente complexas, passando-se a exigir domínios específicos. Em razão disso, em seus estudos identifica diferentes campos sociais desenvolvidos ou em desenvolvimento. É nesses espaços, constituídos por indivíduos, grupos e instituições, que ocorrem as lutas. Tais ações são operacionalizadas por meio de estratégias, um conceito importante para entender a teoria desse autor. Em "*Coisas ditas"* (2004a) ele esclarece que:

> A noção de estratégia é o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe (recorrendo, por exemplo, à noção de inconsciente). [...] Ela é produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais [...]. (BOURDIEU, 2004a, p. 81).

Esses conceitos (campo, *habitus*, capital e estratégia) permitem explicar o processo de organização do campo da Educação Social e da Pedagogia Social, destacando as lutas estabelecidas pelos diferentes agentes nos mais variados lugares e tempos históricos, bem como analisar em que medida essas disputas se fazem presentes nos editais de concurso público para os Educadores Sociais nos municípios das regiões metropolitanas do Paraná. Portanto, a partir dessas categorias procuramos apresentar uma síntese dos debates em torno da Educação Social, assim como da sistematização de um conjunto de saberes que visa constituir a Pedagogia Social como campo científico e de formação profissional, na tentativa de gerar novas representações e práticas no âmbito das políticas públicas, notadamente nos editais de concursos públicos para os Educadores Sociais, e na própria ordem do ofício desses profissionais.

1.4. Dados dos editais de concurso: localização, seleção e sistematização

A partir das buscas realizadas pela CAPES sobre teses e dissertações notou-se que não há muitos dados referentes aos Educadores Sociais que ajudem a pensar sobre os modos de contratação desses profissionais com relação a editais de concursos públicos, foco desta pesquisa. Como descrito nos trabalhos, tanto os selecionados como os demais, as pesquisas permeiam sua historicidade, atribuições e formação, mas não explicitamente como vem ocorrendo os contratos de trabalho. Cabe ressaltar que concurso público não é o único modo em que se ofertam vínculo empregatício em todas as áreas de trabalho. Estágio, contrato

temporário, autônomo, jovem aprendiz, terceirização são alguns modelos em que um profissional pode iniciar algum tipo de trabalho. No entanto, para esta pesquisa, optou-se pelo concurso público. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, no inciso segundo, observamos que:

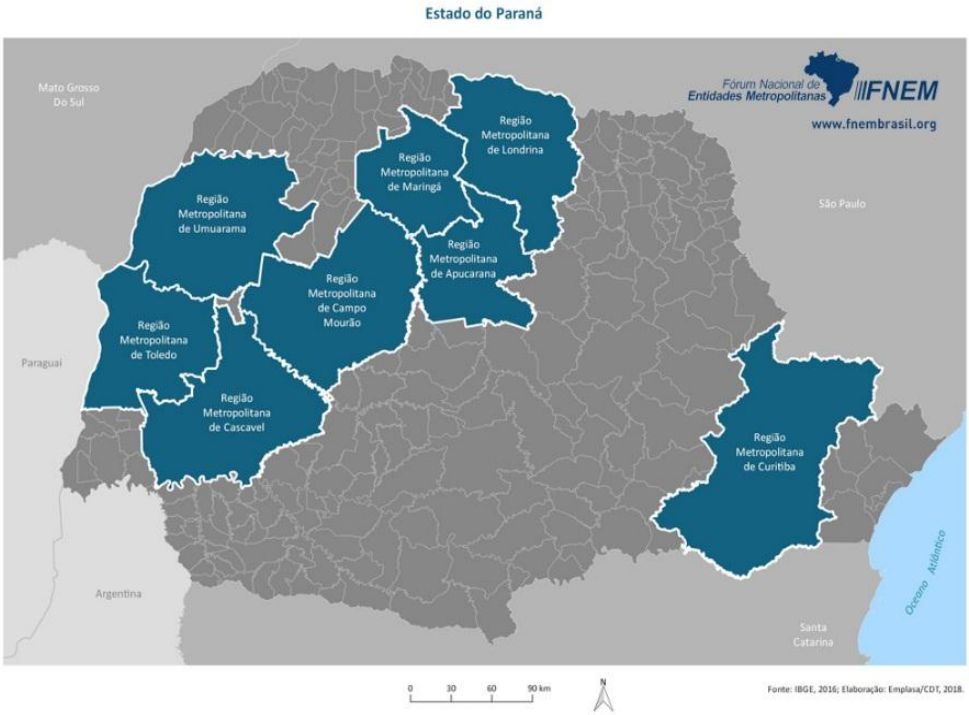
> II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. (BRASIL, 1988, s. p).

Como descrito na Constituição Federal, o processo de seleção por um concurso, passa inicialmente pela abertura do seu edital, geralmente nos sites das prefeituras, onde descrevem como ocorrerá a seleção dos candidatos. Parte-se da realização da inscrição e a realização da prova, existindo em alguns casos prova escrita de conteúdos gerais e específicos, teste de aptidões físicas em alguns casos e prova de título. Esse processo de seleção vem ocorrendo no Paraná[12], especialmente no que diz respeito à profissão dos Educadores Sociais, mesmo que a profissão ainda não seja regulamentada por lei. Em razão disso, como observaremos detalhadamente no último capítulo desta dissertação, há disparidade no entendimento da formação exigida, da terminologia, da carga horária semanal de trabalho e remuneração.

O ponto de partida para o recorte desta pesquisa se deu pelas regiões metropolitanas do estado do Paraná, observando que existem oito regiões, sendo elas: Região Metropolitana de Apucarana, Região Metropolitana de Campo Mourão, Região Metropolitana de Cascavel, Região Metropolitana de Curitiba, Região Metropolitana de Londrina, Região Metropolitana de Maringá, Região Metropolitana de Toledo e Região Metropolitana de Umuarama. A seguir, a figura nos mostra como estas regiões estão distribuídas no Paraná.

[12] Conforme dados de 2018, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área territorial do Paraná é de cerca de 199.305,236 km², tendo como capital do estado o município de Curitiba. Este estado, como descrito nos Cadernos Municipais do Ipardes, nasceu a partir do desmembramento do estado de São Paulo, datado em 19 de dezembro de 1853. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/. Acesso em: 15 abr. 2019.

Figura 1 - Regiões Metropolitanas do Paraná



FONTE: FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES METROPOLITANAS (FNEM). **Regiões Metropolitanas do Paraná**. Disponível em: http://fnembrasil.org/pr/. Acesso em: 10 abr. 2019.

Devido ao crescimento de urbanização em todo o Brasil e no Paraná, observa-se que novos espaços foram sendo instituídos como estratégia para procurar responder às demandas por serviços públicos. Do ponto de vista geográfico, houve subdivisões de alguns grandes municípios, denominando-se regiões metropolitanas. Segundo o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA)[13]:

> A essa nova formação urbana que tem por núcleo central uma grande cidade - à qual se agregam núcleos urbanos absorvidos pela dilatação da mancha urbanizada, que cresceram e se desenvolveram em função da influência e da proximidade imediata do centro metropolitano, convencionou-se chamar de área ou região metropolitana. Nova forma de unidade territorial, a área metropolitana inclui, além da vasta extensão urbanizada, a franja urbano-rural circundante. (IPEA, 1969, p. 1).

Ao observar o estado do Paraná e sua divisão em oito regiões metropolitanas, percebemos que elas abarcam cento e noventa e dois municípios, de um total de trezentos e noventa e nove, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ou seja, 48,12% dos municípios paranaenses estão estruturados em regiões metropolitanas.

[13] Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA). Disponível em: https://www.ipea.gov.br. Acesso em: 15 abr. 2019.

A partir dessas divisões é que se delinearam as buscas de editais de concurso para os Educadores Sociais, a fim de problematizar as condições de contratação desse profissional. Inicialmente, por meio da página do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM)[14], buscamos as regiões metropolitanas que compreendiam o Paraná. Depois de encontradas, seguimos para a página do Governo do Estado do Paraná[15], Inteligência Artificial do Paraná (PIÁ), que comporta os sites das prefeituras e câmaras municipais. Ambas as buscas ocorreram de modo fácil, embora alguns deles estivessem sem atualizações, sendo necessário realizar buscas pelo site de concursos públicos, o PCI Concursos[16], para concluirmos as buscas.

Em cada município de cada região metropolitana, na aba de concursos públicos, foram lidos por ordem decrescente os editais ali fornecidos, para que então pudéssemos encontrar o mais recente e o mais antigo concurso que caracterizasse o profissional da Educação Social, sendo o critério definidor do período desta pesquisa (2009-2019). Como já descrito, quando não encontrado no portal do município, buscamos pelo site do PCI Concursos.

Durante essas buscas, encontramos diferentes nomenclaturas para o profissional da Educação Social. Ao lermos as atribuições, ou até mesmo os requisitos para desenvolver o cargo, observamos que se encaixaria no contexto utilizado para a nossa pesquisa. Ao lermos os editais de concurso, seguimos com algumas de suas categorias para assim aprofundar nossos estudos. Selecionamos dos editais a terminologia empregada para o cargo, formação e requisitos exigidos, a carga horária de trabalho e a remuneração. Em anexo desta dissertação estão todas as especificações dos editais que tratam do profissional da Educação Social, divididos por regiões metropolitanas e apresentadas em ordem alfabética. Destacamos ainda que nos anexos estão todas as partes que tratavam apenas da contratação do profissional, assim como, os conteúdos solicitados para a prova e a indicação se haveria alguma segunda etapa. Isso porque, mesmo não sendo analisados todos os campos do concurso, podem nos ajudar no momento de análise, compreendendo assim que tipo de profissional se exige para contratação nos municípios.

Nas buscas o recorte recaiu nos editais que continham concurso para Educadores Sociais, sendo o mais antigo referente ao ano de 2009 e o mais recente a 2019 que perfazem o período de análise desta dissertação. Abaixo, seguem os dados de quantidade de concursos por ano nas Regiões Metropolitanas do Paraná.

---

[14] Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM). Disponível em: http://fnembrasil.org/pr/. Acesso em: 13 abr. 2019.

[15] Governo do Estado do Paraná, (PIÁ) Inteligência Artificial do Paraná. Disponível em: https://www.pia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43. Acesso em: 16 abr. 2019.

[16] PCI Concursos. Disponível em: https://www.pciconcursos.com.br/. Acesso em: 16 abr. 2019.

Tabela 12 - Total de concursos por ano nas Regiões Metropolitanas do Paraná

Quantidade de concursos por ano	
Ano	Quantidade de concurso
2009	2
2011	1
2012	1
2014	6
2015	13
2016	12
2017	5
2018	10
2019	1
Total	51

Fonte: Editais de concurso públicos das Regiões Metropolitanas do Paraná.
Nota: Organização da autora, 2019.

Os anos de maiores incidências de concursos foram 2015 e 2016, sendo o primeiro com 13 concursos e o segundo com doze. E os anos em que não houve oferta de concursos foram 2010 e 2013. A Região Metropolitana que mais ofertou concursos para Educadores Sociais foi a de Curitiba, totalizando quatorze, e a que menos teve foi a de Campo Mourão, sendo apenas dois.

1.5. Uma crítica metodológica

O nosso problema é discutir como os Educadores Sociais são definidos nos municípios dessas regiões metropolitanas, tomando a terminologia, a formação e requisitos exigidos, a carga horária e a remuneração já classificados nos próprios editais. O nosso objeto é construído por meio das análises desses documentos. E aqui já se destaca o aspecto básico de uma pesquisa: o uso de dados. Mas como analisar os dados que encontramos e selecionamos?

Ao dialogar com a obra *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia* (2007), de Jean-Claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron e Pierre Bourdieu, observamos que o pesquisador deve problematizar seus dados, pois a produção do conhecimento está na articulação entre os dados e as questões do sujeito da pesquisa. Os autores destacam que (2007, p. 50):

> Com efeito, é como se o empirismo radical propusesse como ideal que o sociólogo se anulasse como tal. A sociologia seria menos vulnerável às tentações do empirismo se fosse suficiente lembrar-lhe, com Poincaré, que "os fatos não falam" A maldição das ciências humanas, talvez, seja o fato de abordarem um *objeto que fala*. Com efeito, quando o sociólogo pretende tirar dos fatos a problemática e os conceitos teóricos que

> lhe permitam construir e analisar tais fatos, corre sempre o risco de se limitar ao que é afirmado por seus informadores. Não basta que o sociólogo esteja à escuta dos sujeitos, faça a gravação fiel das informações e razões fornecidas por estes, para justificar a conduta deles e, até mesmo, as razões que propõem: ao proceder dessa forma, corre o risco de substituir pura e simplesmente suas próprias prenoções pelas prenoções dos que ele estuda, ou por um misto falsamente erudito e falsamente objetivo da sociologia espontânea do "cientista" e da sociologia espontânea de seu objeto.

Deste modo, nota-se a preocupação com a análise dos objetos selecionados para a pesquisa, garantindo o que os autores chamam de "vigilância epistemológica[17]", e que assim possa analisar o que se pretende, partindo efetivamente dos dados, não permitindo que suas pré-conclusões se façam presentes, mas integrando as informações e o contexto de análise. A construção de um objeto se faz a partir do que está presente nos dados, mas é preciso saber que eles são produções das próprias relações sociais. Por exemplo, as classificações profissionais, os critérios de seleção, a nomenclatura, a carga horária e a remuneração são classificações oriundas do mundo social, especialmente das representações e práticas da Educação Social e da Pedagogia Social, como procuramos demonstrar no segundo capítulo desta dissertação.

Tomar os dados como construção tem a ver com problematizar a própria constituição do objeto de pesquisa. Sobre isso os autores discorrem que:

> A obrigação de retermos simplesmente, para questionar o real ou os métodos de interrogação do real, determinados elementos criados, na realidade, por uma interrogação que se ignora e se nega como interrogação, é, sem dúvida, a melhor forma de correrrmos o risco - ao negar que a constatação pressupõe a construção - de constatar um nada que, contra nossa vontade, acabamos construindo. Poderíamos dar uma centena de exemplos de casos em que, julgando restringir-se à neutralidade ao limitar-se a tirar do discurso dos sujeitos os elementos de seu questionário, o sociólogo propõe ao julgamento dos sujeitos determinados julgamentos formulados por outros sujeitos e corre o risco de situar seus sujeitos em relação a julgamentos que nem ele próprio sabe situar, ou considerar julgamentos superficiais, suscitados pela necessidade de responder a questões desnecessárias, como expressão de uma atitude profunda. Ainda há mais: o sociólogo que recusa a construção controlada e consciente de seu distanciamento ao real e de sua ação sobre o real pode não só impor aos sujeitos determinadas questões que não fazem parte da experiência deles e deixar de formular as questões suscitadas por tal experiência, mas ainda formular-lhes, com toda a ingenuidade, as questões que ele próprio se formula a respeito deles, por uma confusão positivista entre as questões que se colocam objetivamente aos sujeitos e as questões que eles se formulam de forma consciente. Portanto, o sociólogo terá de fazer uma difícil escolha quando, desencaminhado por uma falsa filosofia da objetividade, vier a tentar anular-se como sociólogo. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2007, p. 51).

[17] Vigilância epistemológica. Ver livro Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia (2007, p. 23).

Nesta direção é que se faz necessária a reflexão do pesquisador para que tenha um certo controle frente ao problema de pesquisa e aos dados, especialmente para evitar de compreendê-los como algo natural ou não arbitrário, isto é, sem historicidade.

A nossa pesquisa parte dos dados oriundos dos editais de concurso das Regiões Metropolitanas do Paraná. Mas como são produzidos os dados?

> Pelo fato de que, no momento da observação ou experimentação, o sociólogo estabelece uma relação com o objeto que, enquanto relação social, nunca é puro conhecimento, os dados apresentam-se-lhe como configurações vivas, singulares e, em poucas palavras, humanas demais, que tendem a se impor como estruturas do objeto. Ao fragmentar as totalidades concretas e patentes que são dadas à intuição para substituí-las pelo conjunto dos critérios abstratos que as definem do ponto de vista sociológico - profissão, remuneração, nível de instrução, etc. - impedindo as induções espontâneas que, por um efeito de halo, levam a estender a uma classe inteira os traços marcantes dos indivíduos mais "típicos" na aparência, em suma, dilacerando a rede de relações que se tece continuamente na experiência, a análise estatística contribui para tornar possível a construção de novas relações, capazes de impor, por seu caráter insólito, a busca das relações de natureza superior que lhe serviriam de justificativa. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2007, p. 24).

Mesmo que se estabeleça uma relação profunda entre o pesquisador e seu objeto, deve-se ter o distanciamento para que ocorra uma análise controlada dos dados. Como no caso dessa pesquisa, em que foram divididos em quatro categorias de análise dos editais de concurso, os dados devem ser problematizados em sua profundidade, contemplando todos os aspectos a que se propôs estudar. Ao olhar os dados é preciso tratá-los interligados a outros contextos, como histórico e social, pois desmembrando-se do seu todo e ainda sim, percebendo o seu todo é que se consegue chegar a um grau maior de sua compreensão, que não se dá por encerrada, mas que poderá se relacionar com tantas outras, problematizando novas realidades.

Bourdieu, Chamboredon e Passeron, (2007, p. 25) ainda nos auxiliam a pensar sobre a necessidade de entender a pesquisa em forma diferente do puro empirismo e do puro racionalismo, gerando o que eles chamam de racionalismo aplicado, isto é, uma relação permanente entre os dados empíricos (no nosso caso, os editais) e os aportes teóricos (teoria dos campos):

> Sabe-se que o ato da invenção que conduz à solução de um problema sensório-motor ou abstrato deve quebrar as relações mais aparentes, por serem as mais familiares, para fazer surgir o novo sistema de relações entre os elementos. Em sociologia como alhures, "uma pesquisa séria leva a reunir o que o vulgo separa ou a distinguir o que o vulgo confunde". (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2007, p. 25).

Se simplesmente os dados forem analisados sob a ótica do que, neste caso, está nos editais, sem desvelar as intenções, o jogo de poder, as estruturas estruturadas que conduzem a

tomadas de decisões de quem se contrata e com que grupos irá trabalhar, a análise dos dados poderá permanecer no nível do conhecimento fenomenológico, aspecto intensamente criticado nos estudos de Bourdieu. É preciso problematizar as classificações (critérios de seleção) dos editais a partir da realidade que produz tais classificações, isto é, das lutas do campo da Educação Social e da Pedagogia Social em interface com os demais campos sociais.

Assim, o que permite essa ruptura com o empirismo ou com os estudos que tomam as informações dos dados como a própria realidade é o aporte teórico. Reiteramos que, nesta pesquisa, as análises dos dados são subsidiadas por conceitos centrais da teoria bourdieusiana, notadamente *habitus*, campo, capital e estratégia que são utilizados para problematizá-los, permitindo-nos explicar, a partir das categorias que utilizamos (terminologia empregada para o cargo, formação e requisitos exigidos, carga horária de trabalho e remuneração), como são definidos os Educadores Sociais nessas regiões do Paraná.

1.6. Pedagogia Social Comparada

Os dados desta pesquisa, como já dito, originam-se dos editais de concurso público para Educadores Sociais das oito regiões metropolitanas do Paraná. Neste momento, a ideia é mostrar sinteticamente como procedemos para sistematizar uma proposta de análise. Partimos da Pedagogia Social Comparada, inscrita no amplo debate dos estudos comparativos que têm longa tradição nas ciências sociais.

O desafio dessa metodologia, como bem observa Peter Burke (2002), é estabelecer alguns parâmetros comparativos sem cair num certo etnocentrismo. O importante desse autor é quando ele afirma que o modelo comparativo "sempre ocupou um lugar central em teoria social" (BURKE, 2002, p. 39). Além disso, ele argumenta que "é apenas graças à comparação que conseguimos ver o que não está lá; em outras palavras, entender a importância de uma ausência específica" (BURKE, 2002, p. 40). Ao lado desse historiador britânico, Ciro Flamarion Cardoso e Hécton Brignoli nos ajudam a sintetizar o sentido do método comparativo, quando dizem que "aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas consiste em buscar, para explicá-las as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos" (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 409).

No âmbito específico dos estudos comparados na Pedagogia Social, destacamos a tese de Àngela Janer Hidalgo, intitulada *La Pedagogía Social bajo una mirada comparativa internacional: análisis de la perspectiva académica, formativa y professional*, defendida em 2017 na Universitat Autònoma de Barcelona, onde sintetiza-se que:

> El objetivo de la investigación es analizar la situación de la pedagogía social en el mundo de manera empírica. Para ello, realizamos un análisis comparado, contrastando la información obtenida en las diferentes fases que conforman la investigación. De esta forma, pretendemos generar nuevos conocimientos que permitan la reevalución de las ideas existentes en el ámbito de la pedagogía social [...]. Desarrollar una investigación comparativa permite, por un lado, contrastar visiones, contenidos y resultados de las diferentes fases desarrolladas y, por el otro, poner em relación las características de la pedagogía social en los diferentes países. (HIDALGO, 2017, p. 56).

A partir desse entendimento é que consideramos pertinente estabelecer critérios de análise dos dados da nossa dissertação. Assim, diante de múltiplas variáveis que emergem dos editais, nós definimos quatro que têm alta relevância nos debates do campo científico e político dos agentes envolvidos com a Pedagogia Social e Educação Social: terminologias empregadas, formação e requisitos exigidos, carga horária de trabalho e remuneração dos profissionais. É preciso dizer que não faremos comparações nem entre países, nem entre estados brasileiros, mas sim entre as regiões metropolitanas do Paraná e entre os próprios munícipios. Mas isso não se apresenta como um problema, pois como bem destacam Ciro Cardoso e Héctor Brignoli (1983) faz-se necessário inscrever séries análogas em formações sociais distintas, podendo ser entre cidades, regiões, espaço rural e urbano, estados de um país, entre países, entre continentes.

Partindo do pressuposto do que selecionar para realizar tal proposta investigativa, bem como os discursos que se delineiam nos editais de concursos, é que nos permite analisar as influências dos que pensam e propõem a profissão ou cargo nos editais para o seu município. Num documento, edital de concurso, que está público para a sociedade, podendo ser também foco de pesquisa, como é o nosso caso, é preciso definir critério do que se deseja pesquisar. Devido à profissão dos Educadores Sociais ainda contar com a sua tramitação, objetivou-se delinear como estes profissionais vem sendo descritos ou definidos nas Regiões Metropolitanas do Paraná.

Nossa escolha pelas categoria, já mencionadas para análise com dimensões específicas, segue para notarmos o reconhecimento ou não destes profissionais; vale destacar no que diz respeito aos editais, que outros enfoques poderiam ser feitos, com mais ou menos categorias, outros referenciais, no entanto, percebemos que as quatro categorias selecionadas dariam conta de nos descrever as regiões metropolitanas.

Nossa análise, a partir da Pedagogia Comparada, segue para que percebamos aquilo que é mais característico numa região, ou simplesmente o que é levado em consideração para a descrição no edital, oportunizando pensar as relações próprias do campo da Educação Social, por exemplo suas atribuições ou espaços a que serão destinados para a realização das ações

após assumido o concurso. Assim, as análises seguem apresentando as regiões metropolitanas, permitindo o realce daquilo que é objeto de intensa discussão no campo da Educação Social e que se faz presente nos editais.

2. Pedagogia Social e Educação Social: campo de pesquisa e profissional

Este capítulo consiste em um movimento necessário ao desenvolvimento do objetivo central de nossa pesquisa, pois não se pode compreender os dados empíricos sem interlocução com o contexto histórico. Em razão da escolha teórica o modo como ocorre a reconstituição da Pedagogia Social e Educação Social tem uma certa particularidade, pois privilegiamos um estudo dessas duas áreas a partir da teoria dos campos. Isso exige que se mostre como elas se delinearam historicamente, os debates e as disputas empreendidas por diversos e diferentes agentes sociais, desde os Educadores Socias até os teóricos que direta ou indiretamente conceberam ideias e projetos que estavam próximos ao que contemporaneamente denominamos de Pedagogia Social e Educação Social.

Assim, partimos do contexto brasileiro, buscando relacionar à ideia de educação popular, a educadores como Paulo Freire e ao contexto da América Latina. Em seguida, nos reportamos ao contexto europeu, enfatizando as contribuições de Pestalozzi e dos debates promovidos na Alemanha e Espanha. A ideia é dizer que a Pedagogia Social está associada à Pedagogia, uma área do conhecimento que orienta as possibilidades de atuação em diferentes espaços com a pluralidade de grupos a serem trabalhados. Neste capítulo, percebemos que a educação popular teve em suas práticas, o que hoje entendemos como campo da Pedagogia Social, sendo esta o campo científico e a Educação Social um domínio das práticas. Há uma interdependência entre elas, como podemos observar a partir de alguns contextos da América Latina, onde Educação Social e Pedagogia Social se efetivam nas práticas existentes, como na organização, sistematização e normatização da profissão, o que ainda está em processo no contexto brasileiro.

O debate brasileiro deve ser entendido no contexto geral, como no caso europeu, pois identificamos que esses campos possuem longa data de reconhecimento, notadamente a situação da Espanha. Essa compreensão não poderá ser feita sem enfatizar as posições dos Educadores Sociais, agentes sociais que estão diretamente envolvidos com essas duas áreas. Procura-se expor como esses profissionais estão inseridos nesses campos, portanto, como convivem com um *habitus* profissional, isto é, um saber constituído que é incorporado por eles no processo das práticas, mas também como refletem e discutem sobre as possibilidades de mudança dos *habitus* incorporados, ou seja, que lutas são estrategicamente concebidas pelos Educadores Sociais.

Esta dissertação ao inscrever-se nesse debate dialoga com a ideia de Pedagogia como Ciência da Educação, uma área de intenso debate no campo do pensamento filosófico e

educacional. Neste sentido, nossos aportes nos conduzirão para um olhar pedagógico da Pedagogia Social e Educação Social. Partimos do questionamento do que é Pedagogia, assim definida no dicionário de Filosofia:

> Este termo, que na sua origem significou prática ou profissão de educador, passou depois a designar qualquer *teoria da educação*, entendendo por *teoria* não só uma elaboração organizada e genérica das modalidades e possibilidades da educação, mas também uma reflexão ocasional ou um pressuposto qualquer da prática educacional. (ABBAGNANO, 2000, p. 747, grifo do autor).

Pedagogia pode analisar e subsidiar inúmeros espaços em que a educação ocorre, sendo ela escolar ou não escolar. Deste modo, ela pode subsidiar as análises quanto à Pedagogia Social, bem como identificar possíveis configurações para a criação de um curso específico na área. Umberto de Andrade Pinto, no livro *"Pedagogia escolar: coordenação pedagógica e gestão educacional"* (2011, p. 24) descreve que:

> Essa incipiente área de estudo nutre-se organicamente dos saberes pedagógicos, e, tornar preciso o conhecimento pedagógico, o estatuto da Pedagogia e das ciências da Educação, com suas inter-relações e peculiaridades, é desvelar os pressupostos teóricos das propostas de formação dos educadores.

A fecundidade da Pedagogia é justamente entender que ela é multidisciplinar, e que seu objeto, a Educação, assim também o é. Ela ocorre historicamente, como veremos nos tópicos seguintes, em múltiplos espaços e contextos. Nesta mesma direção, o autor ainda nos faz refletir quando analisa que a Pedagogia teve algumas conceituações e novas discussões diante dos diferentes contextos:

> A essas conceituações, devemos acrescentar a dimensão transformadora da Pedagogia sobre a realidade social, pois, ao criticar os modelos educacionais vigentes, ela aponta para um futuro com mudanças já desencadeadas na prática educativa que ocorre aqui e agora. Assim, a Pedagogia – cujo objeto de investigação é a Educação – está relacionada a um campo de conhecimento voltado para uma prática compromissada com a transformação da realidade social. (PINTO, 2011, p. 43).

Discorremos sobre a Pedagogia porque a entendemos como central de nossas discussões, principalmente devido à sua potencialidade para transformar a realidade. Apoiamo-nos em Perez Serrano que se utiliza das ideias de Quintana, para metaforicamente dizer que, a Pedagogia seria um tronco de uma árvore, que dá suporte e sustentação, e seus galhos são as demais áreas da Ciência da Educação. Assim, a Pedagogia Social seria sua ramificação, entendendo que a Pedagogia Geral pode subsidiar as demais áreas das Ciências da Educação, em especial, a Pedagogia Social.

Diante disso, é importante assinalar uma distinção entre Pedagogia Social e Educação Social. A primeira trata do campo de pesquisa, enquanto a segunda do campo prático. Fanny T. Añaños-Bedriñana, em seu texto "*Pensamiento y acción socioeducativa en Europa y España.* Evolución de la pedagogía y educación social", apresenta essa distinção:

> La *PS* es un campo de conocimiento pedagógico teórico, una disciplina científica – académica, una metodología… en constante redefinición en función de cada contexto, momento, necesidad, etc., que tiene como objeto de estudio una práctica educativa que denominamos Educación Social, ejercida fundamentalmente fuera del marco escolar, aunque en los últimos años se evoca y trabaja, también, en y desde la escuela. (AÑAÑOS BEDRIÑANA, 2012, p. 133, grifo do autor).

A Pedagogia Social insere-se no campo educacional como teoria e como prática. Os itens deste capítulo procuram apresentar alguns aspectos dos debates e registros de suas práticas que visavam delinear a Pedagogia Social e a Educação Social como campo científico e de formação profissional.

2.1. Pedagogia Social e Educação Social no Brasil

Neste item trataremos de como a Pedagogia Social e Educação Social vem se estruturando no Brasil. Embora sendo de longa data os registros das práticas realizadas, a Pedagogia Social e Educação Social estão em transformações e são conduzidas por diferentes sujeitos nas frentes de luta pelo seu reconhecimento como campo científico e formação profissional.

Em "Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico", Pierre Bourdieu (2004b, p. 27) afirma que "os campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é igualmente possível e impossível em cada momento". Neste sentido, a ideia é mostrar que a Pedagogia Social no contexto brasileiro integra um movimento de luta por sua legitimidade no campo científico, e a Educação Social como campo prático da ciência. As relações de forças podem ser identificadas à medida que ela, sem negar as relações com a Pedagogia, procura construir uma certa especificidade. Este contexto não é neutro, ele perpassa por sujeitos e grupos que defendem seus modos de organização como um modelo a ser implementado pelos demais, assim como os projetos de leis expressam o poder político desse debate, seja ao defender o ensino superior, seja o ensino médio técnico para os Educadores Sociais.

Assim como nos demais países, o histórico brasileiro permeia aspectos políticos, sociais, educacionais que incidem com a estruturação da Pedagogia Social e Educação Social, existindo uma forte relação com a área da Educação Popular. Esses dois conceitos caminham juntos e se fortalecem no âmbito da história da educação brasileira. Érico Ribas Machado (2010, p. 94), em sua dissertação intitulada "*A constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira"*, descreve que "essas terminologias aparecem pela primeira vez na realidade educacional brasileira no início do século vinte, atreladas a um contexto histórico em que grande parte da população brasileira não tinha acesso à escola, não sabia ler ou escrever".

A história brasileira é caracterizada por mais de três séculos de escravidão, o que representa uma marca singular nos índices de desigualdade social. No plano jurídico, apenas na segunda metade do século XIX, os negros escravos começaram a ver sua liberdade sendo reconhecida, cujo processo final ocorreu em 1888. No entanto, o reconhecimento formal dos negros como cidadãos não representou sua inserção efetiva nos espaços de trabalho e educação. A título de exemplo, nas regiões sudeste e sul do Brasil, houve ondas de migração europeia com o intuito de substituição da mão-de-obra escrava, o que implicou na ausência de uma política de inclusão dos recém libertos ao universo dos direitos humanos.

O discurso político do regime republicano buscava associar esses problemas ao Império, produzindo uma ideia de um novo tempo. No âmbito educacional várias reformas foram promovidas pelo governo federal, mas o que simbolizou a retórica de um novo futuro foram as experiências dos grupos escolares, iniciados em São Paulo e se espalhando por diferentes estados brasileiros. Em geral, a Primeira República (1889-1930) é o período em que se questionou o modelo de educação instaurado no Império (1822-1889), sob a acusação de que privilegiava a educação da elite, particularmente porque cada província deveria investir no ensino primário e cabendo à capital imperial cuidar do ensino secundário e ensino superior. Dermeval Saviani, em *História das ideias pedagógicas no Brasil* (2010), comenta como o termo Educação Popular ganha espaço no debate republicano:

> Na Primeira República, a expressão 'educação popular', em consonância com o processo de implantação dos sistemas nacionais de ensino ocorrido ao longo do século XIX, encontrava-se associada à instrução elementar que se buscava generalizar para toda a população de cada país, mediante a implantação de escolas primárias. Coincidia, portanto, com o conceito de instrução pública. Esse era o caminho para erradicar o analfabetismo. Foi com esse entendimento que se desencadeou a mobilização pela implantação e expansão das escolas primárias, assim como as campanhas de alfabetização de adultos. (SAVIANI, 2010, p. 317).

Neste contexto, no Brasil vislumbrava-se associar a República à educação. Esperava-se consolidar um discurso de que o novo sistema político faria uma mudança social e cultural. E nesse movimento estavam presentes diferentes lideranças políticas e culturais que defendiam e cobravam medidas do Estado que visassem a escolarização para toda a população. A criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 16 de outubro de 1924 fora um acontecimento fundamental para o direcionamento das mudanças que se fizeram presentes no sistema educacional escolar. A referida Associação fazia encontros com intuito de discutir temas de educação, cursos, publicações, pesquisas, e por meio de conferências ou congressos nacionais de educação que abordavam temas específicos.

Sobre a ABE, no capítulo intitulado *Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos*, Marcos Cezar de Freitas destaca que:

> As disputas entre educadores já estavam em curso pelo menos desde 1924 quando foi fundada a Associação Brasileira de Educação, a ABE. Nesse cenário, a disputa entre intelectuais católicos militantes e intelectuais não católicos, genericamente defendidos como liberais, era mais visível. O jogo de reconstruções disputado nos confrontos por espaço no "coração do Estado" revelava que o refazer da República interessava a educadores (com suas diferenças entre grupos), à Igreja Católica (com suas diferenças entre grupos), ao exército (com suas diferenças entre seus grupos internos), ou seja, interessava a diferentes frentes políticas, ao mesmo tempo. (FREITAS, 2009, p. 167).

Outro momento histórico importante é datado em 1932, quando o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, assinado por vinte e seis educadores e intelectuais, propunha princípios e bases para uma reforma do sistema educacional brasileiro:

> No entanto, se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentário e desarticulado. A situação atual, criada pela sucessão periódica de reformas parciais e freqüentemente arbitrárias, lançadas sem solidez econômica e sem uma visão global do problema, em todos os seus aspectos, nos deixa antes a impressão desoladora de construções isoladas, algumas já em ruína, outras abandonadas em seus alicerces, e as melhores, ainda não em termos de serem despojadas de seus andaimes... (AZEVEDO et al, p. 188, 1932).

O Manifesto dos Pioneiros previa um sistema de educação que atenderia toda a população, e não apenas a uma minoria privilegiada, tendo o Estado como responsável por sua implantação e assegurar sua permanência. Este propunha o ensino obrigatório e gratuito até a idade de dezoito anos, custeado pelos estados da Federação e coordenado pelo Ministério da Educação. Cabe ressaltar que o grupo de escolavonistas tinha como figuras principais, Anísio

Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, assim como Cecília Meireles, poetisa e educadora brasileira, a única mulher que integrou o grupo.

Sobre o que propunha o Manifesto dos Pioneiros, salientamos ainda que:

> A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação são outros tantos princípios em que assenta a escola unificada e que decorrem tanto da subordinação à finalidade biológica da educação de todos os fins particulares e parciais (de classes, grupos ou crenças), como do reconhecimento do direito biológico que cada ser humano tem à educação. A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas. A gratuidade extensiva a todas as instituições oficiais de educação é um princípio igualitário que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico, mas a todos os cidadãos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la. Aliás o Estado não pode tornar o ensino obrigatório, sem torná-lo gratuito. A obrigatoriedade que, por falta de escolas, ainda não passou do papel, nem em relação ao ensino primário, e se deve estender progressivamente até uma idade conciliável com o trabalho produtor, isto é, até aos 18 anos, é mais necessária ainda "na sociedade moderna em que o industrialismo e o desejo de exploração humana sacrificam e violentam a criança e o jovem", cuja educação é freqüentemente impedida ou mutilada pela ignorância dos pais ou responsáveis e pelas contingências econômicas. A escola unificada não permite ainda, entre alunos de um e outro sexo outras separações que não sejam as que aconselham as suas aptidões psicológicas e profissionais, estabelecendo em todas as instituições "a educação em comum" ou coeducação, que, pondo-os no mesmo pé de igualdade e envolvendo todo o processo educacional, torna mais econômica a organização da obra escolar e mais fácil a sua graduação. ((AZEVEDO et al, p. 193, 1932).

Os intelectuais estruturaram uma proposta em que a educação fosse para todos, na tentativa de democratizar o seu acesso. É nesse debate que aparece a terminologia educação popular, conforme sintetiza Ribas Machado (2010, p. 100):

> Relacionados a estes princípios, a terminologia Educação Popular aparece, não com o enfoque atual, mas sim, referente a uma educação escolar das massas. Seria um período em que convivia a defesa de uma educação dirigida à formação das elites, junto com a defesa da organização da oferta de uma educação para toda a população, daí Educação Popular.

Fernando de Azevedo, redator do Manifesto dos Pioneiros, demonstrava preocupação com o atendimento educacional de todos os estratos sociais brasileiros. Há autores que descrevem que foi ele quem utilizou pela primeira vez a terminologia “Pedagogia Social” no Brasil. É entre os anos vinte que se discute e amplia os olhares sobre a democratização do ensino, onde estava presente a ideia de educação popular.

Apesar desse otimismo do discurso republicano e do caráter popular que assumiu o debate da educação no Brasil, os dados estatísticos revelam uma realidade que reiterava as mazelas históricas de um país cuja origem colonial foi marcado pela cidadania restrita apenas

aos homens e mulheres livres. O mais dramático é perceber que o debate público que pretendia gerar novas representações em torno dos direitos sociais tinha pouca força para transformar uma realidade que se manteve com o regime republicano. Por exemplo, Alceu Ravanello Ferraro e Daniel Kreidlow (2004) no texto *Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais,* mostram que o analfabetismo no Brasil entre a população acima de 15 anos era de 82,3% em 1872, 82,6% em 1890, 65,3% em 1900, 65% em 1920, 56,1% em 1940 e 50,6% em 1950. Esses dados revelam uma faceta dos problemas sociais no Brasil, em particular em razão do analfabetismo representar um problema no regime republicano pois era um impeditivo ao exercício do voto. Ao longo do século XX, apesar das "sucessivas juras e projetos dos governantes, por mais de um século, de erradicar o analfabetismo, o Brasil chegou ao ano 2000 com nada menos do que 17,6 milhões de analfabetos (entre as pessoas de 10 anos ou mais) e 25,7 milhões (entre as pessoas de 5 anos ou mais)" (FERRARO; KREIDLOW, 2004, p. 180)[18].

Se tomarmos a condição de crianças e jovens pobres no Brasil esse mapa é mais dramático ainda. A título de exemplo, tomemos o caso dos meninos de rua do início do século XX. Até 1927 quando foi criado o Código de Menores, crianças eram presas. Segundo o jornalista Ricardo Westin, em matéria escrita e publicada no Jornal do Senado, na edição de 7 de julho de 2015:

> Notícias criminais protagonizadas por crianças e adolescentes eram corriqueiras na imprensa. Em julho de 1915, o jornal carioca A Noite noticiou: 'o juiz da 4ª Vara Criminal condenou a um ano e sete meses de prisão um pivete de 12 anos de idade que penetrou na casa número 103 da Rua Barão de Ubá, às 13h, e da lá furtou dinheiro e objeto no valor de 400$000'. (Jornal do Senado) (WESTIN, 7 jul. 2015, p. 4).

Na referida matéria observa-se a descrição de uma relação violenta por parte do agente policial ao tratar dos casos de crianças e jovens que tinham algum problema com a ordem pública brasileira: "a mão policial também era pesada. Até o surgimento do Código de Menores, os pequenos delinquentes recebiam o mesmo tratamento dispensado a bandidos, capoeiras, vadios e mendigos. Uma vez capturados, todos eram atirados indiscriminadamente na cadeia" (WESTIN, 7 jul. 2015, p. 4).

[18] Conforme dados do IBGE, a taxa de analfabetismo de pessoas de 10 anos ou mais nos últimos anos é a seguinte: 9,6% de homens e 9,0% de mulheres em 2007; 7,7% de homens e 7,1% de mulheres em 2015 (IBGE, A taxa de analfabetismo de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo – Brasil – 2007-2015, disponível em https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-10-anos-ou-mais.html).

A partir de 1927, os menores de 17 anos passaram a ser inimputáveis. Porém, a nova legislação estabelecia um conjunto de medidas educativas e de controle. A situação dos meninos de rua permanecia um problema de ordem pública, como mostra Sonia Câmara:

> Em uma sucessão de matérias jornalísticas intitulas *Caçada de Menores*, publicadas durante o mês de junho de 1927, o jornal *Vanguarda* denunciava a ação empreendida pelo então Juiz de Menores do Distrito Federal, Dr. Mello Mattos, em seu movimento de "capturar" os menores que perambulavam pelas ruas da cidade, demonstrando que a sociedade não poderia ver com bons olhos as iniciativas do poder judiciário que, em nome da lei, arrebanhava aqueles que passavam ao seu alcance sem estabelecer as devidas distinções entre *os bons e os maus elementos*, não cogitando saber se eram *vadios ou laboriosos, honestos ou viciados.* (CÂMARA, 2004, p. 1, grifo da autora).

O referido jornal publicou resposta à crítica feita sobre a ação do poder judiciário, como também destaca Sonia Câmara:

> Um dia após a publicação das sequentes matérias criticando a ação empreendida pelo Juízo de Menores, o Jornal *Vanguarda* noticiou carta-resposta do Juiz de Menores Dr. Mello Mattos que, partindo das denuncias editadas, justificava sua iniciativa demonstrando que a sua *campanha santa* não visava empreender um movimento contra os vendedores de jornais, mas sim usar de medidas preventivas que a lei o obrigava com relação aos menores de catorze anos do sexo masculino e de dezoito para o sexo feminino que se empregavam em ocupações na via pública, sujeitadas a todos os tipos de riscos e atrativos que a rua representava com seus exemplos e moralidades, não tratando-se, entretanto, de nenhuma campanha, como referiu-se o jornal, contra à imprensa escrita, tendo em vista, ser esta, uma importante aliada na veiculação das idéias de proteção à infância. (CÂMARA, 2004, p. 1-2, grifo da autora).

O texto de Sonia Câmara indica a posição crítica do jornal *A Vanguarda* à uma medida que seria uma espécie de limpeza social, retirando meninos e meninas das ruas.

> Nas críticas, publicadas pelo Jornal, não faltavam referências aos aspectos que embora aludissem a idéia de cuidados sociais, acabavam por promover uma verdadeira *caçada as criaturas*, onde crianças trabalhadoras eram encarceradas, deixando a solta pivetes que se viciavam em uma liberdade sem repressão pelas ruas da cidade. Segundo o jornal faltava atenção da justiça para o fato destas crianças, assoladas pela miséria social e econômica, não poderem freqüentar escolas e receberem *as luzes da pedagogia moderna* e se em função disso não *possuirem primores de educação e cobrirem de andrajos os seus corpos magros, não é porque não desejassem a sedução desses regalos. Só poderiam viver as custas de seu próprio esforço (...)*, constituindo-se, em muitos casos, como o único meio de sua subsistência e de suas famílias. (Vanguarda de 13/06/1927) (CÂMARA, 2004, p. 1, grifo da autora).

Nesse contexto, havia toda uma tensão pública em relação aos meninos e meninas que estavam fora da escola, assim como com o contraturno ou período de férias. Sonia Câmara e Alessandra Moura da Silva, no artigo *Em favor da infância e em caridade da Pátria: a criação*

da primeira colônia escolar de férias do Rio de Janeiro de 1923 a 1924, apresentam um bom exemplo de uma ação que pode expressar o que seria uma experiência de Educação Social. Havia uma preocupação das autoridades políticas com a manutenção da ordem pública, cuja ação redundaria num conceito mais amplo de educação (ideia de prevenção).

> As colônias escolares de férias configuraram-se como parte dos programas de preservação e regeneração concebidos por setores da sociedade e do Estado, especialmente do setor médico. A medicina forneceu os subsídios '[...] que justificavam as intervenções' (Costa, 2002, p. 61) sobre a infância, particularmente, sobre a que vivia em condições de pobreza nos centros urbanos. Nessa linha de reflexão, a criação das colônias escolares de férias constituiu uma estratégia dos médicos higienistas na elaboração e na promoção de ações destinadas a alargar o raio de interferência educativa, preservativa e regeneradora para além do perímetro espacial e temporal da escola. Assim, se a escola foi identificada como espaço capaz de intervir sobre a infância, requerendo sua instrução e também a educação moral e higiênica, era preciso dilatar o controle e a preservação das crianças para o período das férias, quando ficavam 'relegadas à própria sorte' (Madeira, 1924). (CÂMARA; SILVA, 2017, p. 111).

Mas existiam as instituições com caráter de regeneração ou uma espécie de punição, como regulava o Código de 1927:

> Art. 61. Si menores de idade inferior a 18 annos forem achados vadiando ou mendigando, serão apprehedidos a apresentados á autoridade judicial, a qual poderá. I. Si a vadiagem ou mendicidade não fôr habitual: a) reprehendol-os o os entregar ás pessoas que os tinham sob sua guarda, intimando estas a velar melhor por eIles; b) confial-os até A idade de 18 annos a uma pessoa idonea, uma sociedade em uma instituição de caridade ou de ensino publico ou privada. II. Si a vadiagem ou mendicidade fôr habitual internal-os até á maioridade em escola de preservação. Paragrapho único. Entende-se que o menor vadio ou mendigo habitual quando aprrehendido em estado de vadiagem ou mendicidade mais de duas vezes. (BRASIL, 1927, n. p.).

Observemos que se enfatiza uma complementaridade entre educação escolar e educação não-escolar, o que caracteriza um exemplo do lugar da educação social no Brasil. Os casos se multiplicam no Brasil, gerando uma impossibilidade de tratá-los aqui. Mencionamos os casos do início da República para contrastar ao discurso otimista do regime, e ao mesmo tempo mostrar como as situações dramáticas da população pobre brasileira geravam em diferentes organizações (como a sociedade médica do caso das colônias escolares de férias) e autoridades políticas alguma preocupação com o controle e a educação das novas gerações, seja ao criarem instituições com o objetivo de proteção ou prevenção, ou mesmo de correção como discriminava o artigo 61 do Código de 1927 ao prever o confinamento em instituição de caridade.

Retomando a ideia de Educação Popular que ganhou espaço no debate republicano das primeiras décadas do século XX, Saviani (2010) esclarece que seu conceito se modifica em meados de 1960, sofrendo alterações devido à mobilização das massas, bem como com o direito ao voto, já que inicialmente com a Proclamação da República, apenas uma parcela da população votava, pois se exigia a alfabetização dos eleitores. Houve, então, a necessidade de se buscar estratégias para que a população pudesse se alfabetizar.

> Daí o surgimento de campanhas ministeriais que se estenderam do final da década de 1940 até 1963: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) (1947-1963); Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) (1952 – 1953); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958 – 1963); Mobilização Nacional contra o Analfabetismo (MNCA) (1962 – 1963) [...] Todas essas campanhas consideravam a Educação Popular no sentido até então dominante, isto é, abrangendo as questões relativas à instrução pública, isto é, a educação elementar destinada seja às crianças (ensino primário), seja aos adultos (programas de alfabetização). (SAVIANI, 2010, p. 316).

É nesse contexto, como assinala Saviani (2010), que a educação é vista como mecanismo de conscientização. O que o autor destaca como "educação popular", caracteriza-se como "do povo, pelo povo e para o povo", em que teve como objetivo a superação da educação voltada para a elite.

É nesse movimento da segunda metade do século XX que se inscreve a intervenção teórica e política de Paulo Freire (1921-1997). Segundo Paludo, no *Dicionário Paulo Freire* (2018, p.171): "[...] o principal idealizador, na atualidade, um dos principais inspiradores da educação popular, enquanto uma das concepções de educação do povo", Freire destacou a educação e um método que se iniciavam pelo contexto dos sujeitos, a partir de palavras geradoras, que auxiliava na tomada de consciência frente à realidade vivida, bem como na participação e transformação desta.

Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula, no texto *Pedagogia Social e Educação Social: análises das convergências e divergências teóricas dessas áreas,* trata desses dois conceitos que fazem parte do contexto brasileiro:

> Desde a década de 1930 a Educação Popular no Brasil se fez presente através da luta e defesa da democratização da educação. Somente na década de 1960, através dos movimentos sociais e de resistência aos sistemas opressivos e autoritários no período da ditadura e pós-ditadura militar é que a Educação Popular se fortaleceu. Um dos seus objetivos principais é promover a participação dos sujeitos na construção de sociedades igualitárias. Esse processo ocorre através da busca de soluções coletivas para superação das desigualdades sociais em vários âmbitos. Os princípios da Educação Popular estão voltados para o respeito a cultura, ao saber dos educandos, o diálogo, a amorosidade e a luta política são elementos essenciais. Paulo Freire foi um dos seus principais teóricos e buscou divulgar, promover e socializar seus ideais para o Brasil e para o mundo. Embora essa área tenha sua origem em território nacional,

> suas ações são pouco conhecidas e implantadas em nosso país, principalmente nas escolas e nas universidades. (PAULA, 2017, p. 9-10).

Percebemos a importância das ideias de Paulo Freire, principalmente nos movimentos sociais e nas práticas que ocorrem em diferentes contextos, onde a Educação Popular fortalece os movimentos de lutas e resistências.

No artigo *Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum,* Moacir Gadotti discorre que:

> A educação é um fenômeno complexo, composto por um grande número de correntes, vertentes, tendências e concepções, enraizadas em culturas e filosofias diversas. Como toda educação é política, como nos ensinou Paulo Freire, ela não é neutra, pois, necessariamente, implica princípios e valores que configuram uma certa visão de mundo e de sociedade. Daí existirem muitas concepções e práticas da educação. Não dá para falar de uma educação em geral, separando-a de se seu contexto histórico. É preciso qualificar de que educação estamos falando, a partir de que ponto de vista. E como todo ponto de vista é a vista de um ponto, precisamos indicar de que lugar, de que território, estamos falando. Toda educação é necessariamente situada historicamente. (GADOTTI, 2012, p. 10).

Paulo Freire ressaltava que a educação não é neutra, mostrando sua constituição histórica, em particular ao estar atreladas aos interesses econômicos, políticos, sociais. Além disso, ele ressaltava como as práticas educativas podem ocorrer de modo diversificado e em vários contextos. A partir de 1961, ampliou-se de modo teórico e prático a atuação de Paulo Freire no cenário brasileiro.

É oportuno mencionarmos sobre o método Paulo Freire e como foi sendo usado. Freire trabalhou com a alfabetização de adultos, e seu modo de trabalho pode ser utilizado em todas as esferas da educação. Ele foi convidado para coordenar um trabalho em Angicos, em razão de suas práticas e experiências em outras localidades, pois sua metodologia se mostrava como algo inovador em relação à alfabetização, com foco no problema social, e não tecnicista como era desenvolvido na época.

Freire trabalhava utilizando círculos de diálogo, defendendo as relações entre educador e educando no processo de troca, de ensino e aprendizagem, oportunizando o pensar sobre uma sociedade possível de transformação. Sua proposta de trabalho parte assim dos saberes dos educandos, enfatizando que o conhecimento não é apenas pautado no saber escolar, fazendo perceber que eles possuem conhecimentos do seu cotidiano.

Ivanilde Apoluceno de Oliveira, no texto *A experiência educativa popular freireana do Proalto,* descreve que:

> A educação freireana é caracterizada como:

> - *Situação de classe*, pelo engajamento político-cultural com as classes populares e oprimidas, considerando a sua situação concreta de opressão social;
> - *Situação gnosiológica*, pelo fato de o sujeito conhecer, construir e reelaborar o conhecimento, por meio da comunicação e diálogo com outros sujeitos;
> - *Situação de práxis*, tendo em vista a possibilidade dos seres humanos refletirem e agirem sobre o mundo para transformá-lo;
> - *Situação ético-política*, na medida em que compreende a ação de comunicação e de intervenção sociocultural do homem no mundo, entrelaçada por uma relação de classe e de poder. (OLIVEIRA, 2001, p. 122, frifo do autor).

Essas quatro situações, citadas por Ivanilde, contemplam o que Freire defendia durante o processo de aprendizagem, propondo a formação e a libertação dos sujeitos nela presentes, voltada para uma prática crítica e democrática para todos.

As experiências de âmbitos locais e regionais ganharam uma dimensão nacional, conforme mostra Saviani (2010, p. 322):

> O êxito e a repercussão de sua experiência de alfabetização conduziram-no de Recife para pontos de âmbito nacional. Designado para presidir a Comissão Nacional de Cultura popular instituída por portaria do ministro Paulo Tarso em 8 de julho de 1963, foi chamado a assumir também a coordenação nacional do Plano Nacional de Alfabetização, criado na passagem de 1963 para 1964. Entretanto, o golpe militar desencadeado em 31 de março de 1964 interrompeu essa iniciativa, assim como toda mobilização que vinha sendo feita em torno da cultura popular e da educação popular.

A ditadura militar desejou aplacar o que até então Paulo Freire havia feito para a população, sendo suprimido o Plano Nacional de Alfabetização. Em 1964, Freire foi mantido preso durante 72 dias, partindo em seguida para o Chile em exílio. Em 1965, concluiu o livro *Educação como prática da liberdade*. O golpe militar, resultado de uma mobilização de anos anteriores, deu início à Ditadura Militar, sendo um regime autoritário que se estendeu no Brasil de 1964 até 1985, caracterizado por censura, sequestros e execuções cometidas por agentes do governo brasileiro.

Ribas Machado (2010) registra o vínculo de Paulo Freire com a Educação Popular foi o principal motivo de sua prisão e perseguição no Brasil:

> Por meio de uma Pedagogia diferenciada, chamada de Libertadora, as práticas educativas, a partir da Educação Popular, podem incitar transformações sociais de realidades opressoras, ou seja, os sujeitos envolvidos em relações de dominação, humilhação, menosprezo podem mudar sua condição tendo como base a tomada de consciência de sua realidade. Pode-se dizer que o conceito descrito sobre Educação Popular confunde-se com o de sua finalidade e esclarece que se trata de uma educação diferenciada que foge a padrões pré-estabelecidos, requerendo uma pedagogia também diferenciada. (RIBAS MACHADO, 2010, p. 107).

A ideia de educação como transformação política e social era intensamente combatida na ditadura militar. Suas práticas frente à Educação Popular já não podiam ser defendidas. Nas

décadas seguintes da ditadura militar, particularmente a partir dos anos finais de 1970, houve muitas lutas pela democratização do Brasil, tratando de discussões pontuais de Educação Popular, sendo relacionado ao processo escolar. Já na década de 1980, aos 57 anos, na gestão da prefeita Luiza Erundina Paulo Freire assume o cargo de Secretário de Educação da cidade de São Paulo, buscando promover reforma nas escolas, reestruturando colegiados, currículo escolar, capacitando dos professores.

Danilo R. Streck, no texto *A Educação Popular e a (re) construção do público. Há fogo sob as brasas?*, destaca o sentido político da educação popular:

> As vantagens são um maior reconhecimento da Educação Popular entre outras tendências pedagógicas e compreensões do ensinar-aprender, como o construtivismo, o reprodutivismo ou o behaviorismo. Além disso, os lugares de fazer uma educação voltada para a transformação social não estavam mais tão claramente delimitados como nos tempos da Ditadura Militar, e as linhas da educação formal e não-formal tornaram-se mais permeáveis. Ou seja, a Educação Popular saiu de seu enclausuramento, e as atitudes de defesa e contestação deram lugar a uma busca para participar de forma propositiva da vida nacional. Ela não estava mais restrita a sindicatos, igrejas, entidades e grupos de caráter alternativo e popular, mas incorporou-se ao fluxo da política e da pedagogia. Acrescente-se a isso um outro fato de não menor importância: com a diminuição ou o redirecionamento de recursos do exterior para o financiamento de projetos de organização e mobilização popular, as entidades de Educação Popular tiveram que competir no mercado nacional por recursos, o que teve implicações na escolha de prioridades e na definição dos objetivos. (STRECK, 2006, p. 274).

Desse modo, como o autor menciona, a Educação Popular se expandiu, admitindo-se dentro do viés político e da pedagogia. Os novos modos de organização da sociedade interferiram e ainda interferem diretamente na sua definição, como acontece com Pedagogia Social e Educação Social, pois suas influências partem de diferentes campos e lutas, como econômico, cultural, político, social, nos seus diferentes contextos.

João Colares da Mota Neto e Ivanilde Apoluceno de Oliveira, no texto *Contribuições da Educação Popular à pedagogia social: por uma educação emancipatória na Amazônia*, assim se expressam:

> Defendemos o argumento de que a pedagogia social, no Brasil e em muitos países da América Latina, possui uma genealogia própria, intimamente ligada à Educação Popular libertadora de Paulo Freire (aspecto que enfatizaremos neste artigo), embora esta não seja sua única fonte, podendo-se também incluir diversas propostas pedagógicas oriundas das pautas e ações de movimentos indígenas, negros e campesinos, entre outros. Neste sentido, não se trata de que Freire e a Educação Popular foram intérpretes/tradutores de uma pedagogia social surgida anteriormente na Europa – o umbigo do mundo –, mas que a pedagogia social latino-americana se constrói com fontes teóricas próprias (embora em diálogo com outras escolas de pensamento), segundo a situação social específica da complexa realidade latino-americana, e, em especial, a brasileira. (MOTA NETO, OLIVEIRA, 2017, p. 23).

A Pedagogia Social vem se estruturando no país de modo a seguir suas raízes, interpeladas aos nossos diferentes contextos, nossa realidade, sem deixar de lado o que outros países já produziram. Com as mudanças dos conceitos, assim como o fortalecimento de outros, é que trataremos agora da Pedagogia Social e Educação Social. Conforme assinala Ribas Machado (2010, p.123):

> [...] podemos caracterizar o início do século XXI como um momento marcado pelo aumento de desigualdades sociais no mundo, em que o discurso sobre a educação como uma redentora de problemas sociais, volta novamente à cena. É também nesse contexto que surgem os argumentos a favor de uma Pedagogia Social como uma alternativa contra-hegemônica de uma educação alienante, configurando uma proposta que contribua efetivamente no processo de conscientização e transformação social, não ficando apenas no discurso.

São esses problemas sociais citados pelo autor que geram as práticas ocorridas na Educação Social e fomentam as discussões frente à Pedagogia Social, no contexto brasileiro. Neste sentido, o desenvolvimento histórico da área está intimamente ligado à Educação Social, como campo prático da Pedagogia Social.

Não é de hoje que crianças e jovens são abandonados, e seus motivos são inúmeros, como por exemplo, a pobreza, a gravidez na adolescência, a falta de planejamento familiar, negligência, maus-tratos, relações familiares, a ausência de envolvimento do pai da criança, depressão, como vimos nas citações referentes ao início do regime republicano. Esses e outros motivos que podem aparecer, já estavam presentes em diversos momentos da história do Brasil e de outros contextos, e assim, as práticas de atendimento para as crianças e adolescentes se fizeram presentes.

O atendimento às crianças e aos jovens em situações de vulnerabilidade, inicialmente teve caráter assistencialista, com um olhar imediato para superar o ato do abandono. Cabe sobrelevar que juntamente com esse atendimento aos grupos, acima descritos, ocorrem práticas de exploração do trabalho infantil, cujo problema gera ações no âmbito da Educação Social. Segundo o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE[19], sobre amostra do trabalho infantil (2010), existem 27.521.000 crianças entre dez e dezessete anos em algum tipo de trabalho, destas 15.559.295 identificadas como negra ou parda. Esses dados são necessários para entendermos que historicamente, a criança, o jovem, a população negra e pobre são os mais afetados e invisibilizados. Como não destacar esse dado da nossa realidade? Nosso país é um lugar em que a exclusão do pobre, das mulheres, do negro está presente todos os dias. Por

[19] Dados obtidos pelo site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/23226. Acesso em: 01 nov. 2019.

isso, as lutas para a supressão da desigualdade no território brasileiro. Arroyo (2014), no livro *Outros sujeitos, outras pedagogias*, descreve sobre os desiguais:

> [...] Os coletivos pobres, na linha da miséria, revelariam não tanto que o pensamento os separou em margens, muralhas, fronteiras, mas se reconhece que os tornou desiguais, porém apenas desiguais em condições de vida, de emprego, moradia, saúde, escolarização, letramento, nível de renda. Desiguais inseridos dentro da sociedade, da ordem desigual, já inseridos em uma hierarquia social. (ARROYO, 2014, p. 44).

Esses desiguais, que Arroyo descreve, são aqueles que em suas condições desumanas, buscam por possibilidade de melhoria, mesmo que esta pareça momentânea devido às suas reais possibilidades. A sociedade, a hierarquia social, move a desigualdade dia após dia, aos que necessitam de mudança, e isto se faz com lutas, com os diferentes coletivos, com o propósito de uma sociedade menos desigual.

O atendimento às crianças e aos jovens foi permeando diferentes movimentos que se fortaleceram a partir de suas práticas[20]. Ribas Machado, em sua tese intitulada *O desenvolvimento da Pedagogia Social sob a perspectiva comparada: o estágio atual no Brasil e Espanha*, afirma que:

> O movimento de defesa dos direitos da criança emergiu no Brasil depois dos anos 80. A história da construção desse movimento coincide, em grande medida, e por vários anos, com a construção da história do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), aqui retratado pelos registros de sei coordenado nacional à época, Benedito Rodrigues dos Santos.
> Teve-se, no Brasil, no início dos anos 80, a proliferação das chamadas *Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua*. Essas novas experiências traziam uma crítica à institucionalização da criança, através da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) e da Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM) nos estados e, por outro lado, também das críticas às formas clássicas, ou tradicionais, que a escola estava utilizando na educação de crianças e adolescentes. (RIBAS MACHADO, 2014, p.136, grifo do autor).

Conforme visto acima, o número de crianças nas ruas era muito elevado e não existiam práticas educativas e sociais específicas. Ainda cabe descrever que havia muita violência contra esses grupos, dentro e fora de instituições como FEBEM[21] e FUNABEM[22]. Essas instituições foram criadas na década de 1960, mantendo forte vínculo com o sistema repressor do regime militar (DITZEL, 2012). Em 1979, foi aprovado o novo Código de Menores, Lei 6.697, reiterando um papel de Estado mais repressor que educador. De acordo com Daniele Ditzel (2012, p. 58), "o significado da expressão 'menor' no contexto das legislações de 1927 e 1979

[20] Não vamos aprofundar cada um deles, pois este não é nosso foco.
[21] Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM).
[22] Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM).

constituía uma categoria própria da qual faziam parte as crianças e adolescentes pobres, de famílias sem ascendência e que estavam fora da escola".

Humberto Silva Miranda, no artigo *A Febem, o Código de Menores e a 'Pedagogia do Trabalho' (Pernambuco, 1964-1985),* afirma que:

> A Febem era uma instância estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - Funabem, que foi criada no primeiro ano da Ditadura Civil-Militar, quando o então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco promulgava a lei que estabelecia a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM, fazendo parte dessa política o sistema Funabem/Febem (MIRANDA, 2016, p. 47-48).

Ainda, segundo esse historiador:

> A partir da criação desta instituição, a expressão menor, que já fazia parte do cotidiano do sistema jurídico, passava a ocupar com mais intensidade a esfera das políticas públicas administrativas, em escala nacional e nos estados. A Febem passava, então, a fazer parte da história da assistência à infância no Brasil e da trajetória de vida dos meninos e das meninas que estiveram pelas suas unidades de internação. Meninos e meninas abandonadas pelas mães, pais ou responsáveis. Aqueles que tinham algum tipo de deficiência. Crianças empobrecidas. Garotos e garotas que viviam em conflito com a lei. (MIRANDA, 2016, p. 48).

Em 1986, houve um marco importante na história, já que o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) oportunizou que eles pudessem se expressar frente às autoridades, demonstrando suas reais situações e histórias.

> Este movimento todo foi muito bem sucedido em inserir os direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal. Terminada esta inserção, o MNMMR entendia que os artigos 227 e 228 necessitavam ser regulamentados, para ter mais força. Neste momento já estava constituído o *Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente*, que começou a regulamentação desses artigos, ainda com o nome de *Normas Gerais para a Infância e Adolescência*, o Ministério Público de São Paulo também começou uma iniciativa, e mais tarde a própria FUNABEM, por meio de sua assessoria jurídica, iniciou um novo movimento no sentido de normatização dos referidos artigos. (RIBAS MACHADO, 2014, p.139, grifo do autor).

É importante assinalar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção das crianças e adolescentes, embora ainda os dados indiquem um alto índice de trabalho infantil no Brasil. No plano formal, ele é "a expressão da nova ordem constitucional inaugurada em 1988 e em sintonia com os diplomas internacionais na luta pela proteção especial de crianças e adolescentes" (DITZEL, 2012, p. 61).

A partir do ano de 2005, no Brasil, as discussões sobre Pedagogia Social se intensificaram, ocorrendo em 2006 o I Congresso Internacional de Pedagogia Social – CIPS,

em São Paulo, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), no Centro de Cultura e Extensão da Universidade Presbiteriana Mackenzie e na Faculdade de Serviço Social do Centro Universitário UniFMU. Desse contexto resulta uma série de proposições, como observa Ribas Machado ao mencionar um trecho da Carta da Pedagogia Social[23] que trata de três compromissos sobre a área:

> 1. Consolidar a Pedagogia Social como a Teoria Geral da Educação Social, logo, como área de conhecimento das Ciências da Educação, o que implica em claras definições quanto ao seu objeto de estudo, seus métodos e técnicas, tanto de pesquisa quanto de trabalho, e a configuração do seu campo de atuação;
> 2. Modelar as propostas de formação do Educador Social e do Pedagogo Social em cursos de níveis técnico, graduação e pós-graduação;
> 3. Obter a regulamentação da Educação Social e da Pedagogia Social como profissões e, conseqüentemente, construir as instituições de representação profissional. (RIBAS MACHADO, 2010, p. 126).

Este documento destaca os anseios em relação à Pedagogia Social e Educação Social, diante do desafio de seu reconhecimento e sua legitimação como uma área da Pedagogia. É importante destacar ações que representam o sentido de estratégia de Bourdieu, pois observamos tomadas de posição no campo acadêmico e político:

- 2008: realizado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo o II Congresso Internacional de Pedagogia Social;
- 2009: primeiro livro referente a área no Brasil, intitulado Pedagogia Social de João Clemente de Souza Neto, Roberto da Silva e Rogério Moura;
- 2009: na Faculdade de Educação da USP, foi ofertado o Curso de Introdução a Pedagogia Social e, no segundo semestre ofertou-se a disciplina Direito à Educação sob a perspectiva da Pedagogia Social;
- 2010: ocorreu na Universidade de São Paulo, o III Congresso Internacional de Pedagogia Social.[24]

Ao lado desse movimento no âmbito universitário, observam-se as organizações de Educadores Sociais, o que mostra um movimento conjunto do campo científico e do campo profissional:

- ABES: Associação Brasileira de Educadores Sociais;
- ABRAPSocial: Associação Brasileira de Pedagogia Social;

[23] A Carta da Pedagogia Social está disponível na íntegra no Anexo *** desta dissertação.
[24] Dados retirados e reorganizados em formato de tópicos da dissertação "A constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira" de Érico Ribas Machado, 2010, p. 125-127.

- AEESSP: Associação dos Educadores e Educadoras Sociais do Estado de São Paulo;
- AEPPA: Associação de Educadores Populares de Porto Alegre;
- AESC: Associação dos Educadores e Educadoras Sociais do Ceará;
- AESCRM: Associação de Educadores Sociais de Curitiba e Região Metropolitana;
- AESMAR: Associação de Educadores Sociais de Maringá;
- AESP: Associação dos Educadores Sociais de Pernambuco;
- AIEJI: Associação Internacional de Educadores Sociais;
- Anees: Associação Nacional de Educadores e Educadoras Sociais;
- Cepopes: Coletivo de Educação Popular e Pedagogia Social;
- COESO – Campos Gerais: Coletivo de Educadores Sociais dos Campos Gerais;
- COESO: Coletivo de Educação Social do Paraná;
- EdusoBrasil: Associação Brasileira de Educação Social/Pedagogia Social;
- MED: Movimento de Educação de Base;
- MNMMR: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Essas duas ações indicam estratégias de luta visando ao reconhecimento simbólico como campo científico e campo profissional. Não se pode mais dizer que o Brasil ainda está caminhando a passos lentos quanto à produção do conhecimento na área da Pedagogia Social e Educação Social e à constituição de uma série de associações em diferentes regiões, estados e cidades brasileiras. Todas essas associações vêm se mobilizando para difundir o conhecimento e gerar força política, oportunizando muitas vezes, pesquisas como indicadas nos levantamento da CAPES, e outras que são importantes para discutirmos o cenário da área no contexto brasileiro, assim como as que foram realizadas juntamente com os Educadores Sociais, cuja discussão será feita no terceiro item deste capítulo.

A história da Educação Social e da Pedagogia Social no Brasil também está associada às experiências de inúmeras instituições, como assinalam as situações do início da República. Outro exemplo que ajuda a aproximar a ideia de Educação Social e Pedagogia Social é a iniciativa de Tiago Würth (1893-1979) que nasceu em Baviera, na Alemanha, e em 1919 veio para o Brasil, tornando-se um grande divulgador do ideário de Johann Heinrich Pestalozzi[25].

[25] No próximo item deste capítulo nós trataremos dos principais aspectos do trabalho social e educacional de Pestalozzi.

Würth fundou em 28 de junho de 1928 o Instituto Pestalozzi, em Canoas, Rio Grande do Sul, atendendo crianças e adolescentes com algum tipo de necessidade, sendo reconhecido como a primeira instituição especializada no atendimento de crianças com deficiência mental. De acordo com Mireile Steiner de Sousa e Tamara Cecilia Karawejczyk, no texto "Trajetória da gestão família Würth no Instituto Pestalozzi", apresentado na XII Semana Científica UNILASALLE, em 2016:

> O Instituto Pestalozzi é fonte de referências e de identidade, onde os partícipes podem (re) encontrar o seu valor e (re) adquirir o sentido das suas existências à medida que visualizam a ampla trajetória da organização disposta na linha do tempo e percebem que fazem parte dessa história. Refletir sobre a questão espaço/tempo permite aos indivíduos relacionar suas experiências individuais vivenciadas no Instituto Pestalozzi, como também, as relações que compuseram aquela comunidade de sentido o grupo social unido pela exclusão social oriunda da deficiência mental. (SOUSA; KARAWEJCZYK, 2016, p. 3).

Essa não é a única associação que recebe o nome de Pestalozzi, mas foi a que deu início ao movimento de buscar no ideário pestalozziano, práticas a serem adaptadas para o contexto brasileiro. Destacamos ainda o XIV Congresso Nacional das Associações Pestalozzi, realizado no ano de 2016, em que seu boletim informativo diz (2016, p.5):

> O Movimento Pestalozziano completou 90 anos de existência no Brasil no mês de outubro e, graças à sua trajetória de sucesso, tem muitos motivos para comemorar. Atualmente, o movimento conta com 221 integrantes entre associações, federações estaduais e entidades análogas. Atende cerca de 32 mil de pessoas com deficiência em 19 Estados e no Distrito Federal, oferecendo gratuitamente serviços diversos. A história da Rede Pestalozzi no Brasil começou em 1926, com a fundação do primeiro Instituto Pestalozzi de Canoas, no Rio Grande do Sul. Inspirado no trabalho e biografia do pedagogo suíço, Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), o movimento ganhou impulso definitivo com a educadora e psicóloga russa Helena Antipoff que veio trabalhar na Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, a convite do governo mineiro.[26]

As ideias de Johann Heinrich Pestalozzi foram sendo difundidas no Brasil, tratando-se de práticas existentes e pautadas na Educação Social. Dias (2018, p. 75) trata dos trabalhos de Tiago Würth:

> Em seus primeiros escritos, Würth já expressava uma preocupação com a formação das(os) trabalhadoras(es) que lidariam com as crianças e jovens nas instituições específicas. Ele sabia que não havia ofertas formais naquele momento, e que a urgência da questão não permitiria esperar a estruturação de um curso oficial.

[26] Disponível em: http://www.fenapestalozzi.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Boletim-Especial-Congresso.pdf. Acesso em: 02 nov. 2019.

Tendo a realidade como base para os seus pensamentos e desejos para desenvolver seu trabalho, é que mesmo sem estrutura de um curso formador específico que desse conta para atender às demandas locais, deu início a algumas ações para o atendimento nas instituições. Notamos que de longa data, já se pensava em possibilidade de uma formação específica aos Educadores Sociais.

Percebemos que o alemão Würth, com experiências de conflitos em seu país, trouxe para o Brasil, além das suas vivências, possibilidade de desenvolvimento de práticas que entendemos como integrantes da Educação Social, ampliando, posteriormente, seu espaço de atuação, como sublinha Dias (2018, p. 75): "em 1965, o Instituto Pestalozzi de Canoas oferecia Especialização e Aperfeiçoamento de Educadoras(es) e de Professoras(es) em articulação com a Associação Internacional de Educadores de Jovens Inadaptados (Aieji)". As estratégias para que houvesse no Brasil alguma formação para os que nas instituições fossem trabalhar, ganhou força e sistematização para as práticas ocorridas.

É possível pensarmos o Brasil recorrendo à comparação com experiências da América Latina; isso se faz necessário uma vez que podemos entender a construção do pensamento latino-americano por diferentes bases epistemológicas e com diferentes enfoques, caracterizando um discurso decolonial. Cabe ainda destacar, que não estamos desconsiderando outras epistemologias, como por exemplo, a europeia, afinal esta última também nos dá subsídios para o enfrentamento da constituição da nossa história, no entanto, pensar e discorrer aos olhos da nossa história, é também legitimar nossa experiência como condição formadora dessa profissão.

Conforme João Colares da Mota Neto e Danilo R. Streck, no texto *Fontes da educação popular na América Latina: contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial*:

> Entendemos a decolonialidade, [...] como um questionamento radical e uma busca de superação de distintas formas de opressão perpetradas pela modernidade/ colonialidade contra as classes e os grupos sociais subalternos, sobretudo das regiões colonizadas e neocolonizadas pelas metrópoles euro-norte americanas, nos planos do existir humano, das relações sociais e econômicas, do pensamento e da educação. (NETO; STRECK, 2019, p. 208-209).

Portanto, a ideia que aqui se deseja sublinhar é um Brasil, uma América Latina como produtores de suas próprias histórias, valorizando o contexto local, as lutas, as estratégias que historicamente fortaleceram a Educação Social e a Pedagogia Social.

Diante do exposto, destacamos o contexto uruguaio. Franciele Moreto, em sua dissertação *Formação de educadores e educadoras sociais brasileiros: contribuições da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil e da proposta de formação dos educadores e educadoras sociais do Uruguai*, faz uma análise das possibilidades de organização da estruturação da Pedagogia Social no Brasil, tomando as discussões da Educação do Campo no contexto brasileiro e a formação dos Educadores Sociais no Uruguai como horizonte de análise. No que tange a formação dos Educadores Sociais no Uruguai, Franciele Moreto relata que:

> Os objetivos, tanto geral quanto os específicos, enfatizam que a formação dos Educadores(as) Sociais deve proporcionar a extensão, a apresentação de referenciais teóricos que colaborem para a compreensão da realidade atual e, principalmente, valorização das relações socioculturais e o desenvolvimento de projetos e atividades que apresentem ralação com o meio a que se destina, em que uma das ferramentas acessadas para alcançar estes objetivos, se faz com a interdisciplinaridade. (MORETO, 2019, p. 72).

Esta base para a implementação da formação dos Educadores Sociais, que no Uruguai se apresenta, pode ser uma inspiração para que ela se efetive no Brasil, fortalecendo não apenas os debates teóricos da formação, mas também o reconhecimento e a normatização da profissão. Ainda sobre como ocorre esta formação, destacamos que "o curso para Educadores(as) Sociais tem duração de quatro anos, compreendidos em 3747 horas presenciais e o desenvolvimento de cursos e práticas "pré-profissionais" e monografia do egresso." (MORETO, 2019, p. 72).

Marlene Ribeiro em *Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo*, contextualiza o processo de implementação da profissão dos Educadores Sociais (2006, p. 162):

> No Uruguai, a educação social começa a estruturar-se em 1985 dentro do processo de redemocratização do país, que se encontrava, como o Brasil, num regime de ditadura. Surge em contraposição à especialização, que a caracteriza na França e na Espanha, e resulta da organização de um coletivo de educadores preocupados com a situação de crianças e jovens vivendo nas ruas e para os quais a escola já não fazia nenhum sentido. Esses educadores não negam a função específica da escola, que julgam ser o ensino, mas pensam a educação social para além dos conteúdos transmitidos pela escola e como um espaço educativo qualificado de vida para crianças e adolescentes colocados socialmente em situação de risco. Desse modo justificam o acréscimo de 'social' à educação.

O Brasil aproxima-se da condição existente no Uruguai no que diz respeito à constituição da Pedagogia Social como campo científico. No entanto, estamos atrasados quanto a sua normatização e ao seu reconhecimento, pois já se passaram trinta e cinco anos da data em que ocorreu naquele país. No Brasil, as práticas ocorrem há muito tempo, mas sem regulamentação de um estatuto profissional.

É importante assinalar que no próprio campo da Educação Social observam-se as origens que vislumbram mudanças nas suas representações e práticas, o que mostra a pertinência do conceito de campo como luta. Paula Marçal Natali em sua tese *Formação profissional na educação social: subsídios a partir de experiências de educadores sociais latino americanos*, mostra esse aspecto ao mencionar a experiência do Uruguai (2016, p. 51):

> A necessidade de formação para os educadores que já desenvolviam ações na área emergiu da própria organização dos educadores sociais atuantes, com pessoas envolvidas nos meandros dessa ação educativa, diante das problemáticas que vivenciavam no seu dia a dia, fora do âmbito escolar, junto aos meninos e meninas da Educação Social. Começou, então, a circular o entendimento de que estes profissionais precisavam de formação profissional, mas não a disponível nos cursos para a formação de professores na época, e sim uma que deveria ainda ser construída em direção ao objetivo da ação educativa da Educação Social.

Nessa passagem citada notamos que a defesa da formação profissional se origina da própria organização política dos Educadores Sociais, o que evidencia a ideia de estratégia de reconhecimento simbólico da área da Educação Social uruguaia, assim como da própria profissão perante as demais ocupações. A autora ainda complementa que:

> A nova figura profissional do educador social e o desenvolvimento da sua formação tinham o objetivo de modificar e melhorar as características do atendimento educativo oferecido às crianças e adolescentes institucionalizados, passando a basear-se na perspectiva da garantia de direitos. (NATALI, 2016, p. 53).

Já que os profissionais da Educação Social já vinham desenvolvendo diversas atividades com grupos expostos por alguma situação de vulnerabilidade, é que se priorizou uma formação com intuito de mudanças e melhorias a todos os envolvidos, oportunizando trocas de saberes de todos que daquele grupo fazem parte. Conforme Paiva (2011, p. 36), "o sujeito da Educação Social no Uruguai é sempre protagonista de seu próprio processo educativo." Mesmo notando que, neste país, os Educadores Sociais tinham vencido algumas lutas, primando por estratégias para tornar a área e a profissão reconhecidas (reconhecimento simbólico), há de se destacar que alguns limites ainda são perceptíveis, como registra Paula Natali (2016, p. 66):

> A institucionalização da formação no âmbito universitário e a proteção no que se refere aos direitos trabalhistas que isso pode acarretar, bem como a expansão de empregos na área e um aumento do reconhecimento social constituem o cenário atual na Educação Social uruguaia, de muitos avanços e contradições. A expansão do número de empregos gera uma grande rotatividade nos cargos de educadores e profissionais de outras áreas da educação, sem experiência e sem formação necessária, se interessam e ingressam na intervenção da Educação Social; a baixa remuneração leva também os educadores a terem mais de um emprego ao mesmo tempo; o grande número de estudantes ingressando no curso sem condições materiais e humanas para um bom desenvolvimento do ensino; no marco de uma

> formação junto a professores e maestros precisa se garantir a identidade formativa dos educadores sociais; deve-se evitar que a Educação Social fique submetida ao marco da educação escolar, estabelecendo uma relação positiva com a vasta dimensão da educação; esse novo formato pode contribuir para a renovação e transformações que a área da educação requer, possibilitando, por exemplo, mais pessoas ingressando na pós-graduação pois agora possuem titulação para isso; a inclusão da Educação Social na Lei da Educação do país dá mais visibilidade à área e pode ampliar a garantia de direitos a educação; a formação dos estudantes vai ocorrer junto a muitos de seus futuros colegas de equipe de trabalho, como professores e maestros (A IUDE formará em três âmbitos no mesmo local: educadores sociais, maestros e professores).

Jorge Camors [27]ainda retrata o contexto uruguaio, em suas primeiras discussões sobre sua organização:

> El Curso Regular de Formación de Educadores, que luego agregó el calificativo "Sociales", cuando adquiere el status de carrera de nível terciario no universitario, tenia el propósito de mostrar un paradigma de la función educativa en el contexto institucional en general y principalmente para su modalidad más generalizada, el internado, con determinados requisitos, criterios y componentes.
> La figura del Educador Social fue constituyendo, en ese tiempo y espacio, una referencia para todos aquellos Instructores en función educativa, para su capacitación primero y luego para la propuesta de formación básica y permanente que se desarrolló, asi como para los equipos de trabajo integrados por profesionales de diferentes disciplinas.
> La creación de la nueva figura profesional y su plan de formación tenia una clara y evidente finalidad de transformación institucional, de cambio en las modalidades de atención de niños, niñas y adolescentes, de modificaciones en la metodología de trabajo en la institución, en los centros, en la función de la dirección y en el trabajo en equipo. (CAMORS, 2014, p. 43)

O caso da Colômbia é outro caminho percorrido no contexto da América Latina, onde se compreende a Educação Social e Pedagogia Social como possibilidade de Educação para a Paz[28] pós-conflito[29], visto o contexto local, a Guerra Civil colombiana, um dos conflitos mais antigos da América Latina, datado de 1964. Francisco José Del Pozo Serrano e Cinthia Milena Astorga Acevedo, no texto *La Pedagogía Social y Educación Social en Colombia: Corresponsabilidad Institucional, Académica y Profesional necesaria para la Transformación Social*, discorrem que "en Latinoamérica y Colombia, existe una tradición de la educación

[27] Para maior conhecimento sobre o contexto uruguaio, acessar a obra na íntegra de Jorge Camors: *El Educador Social en Uruguay:* Aspectos históricos y fundamentos teóricos que explican la construcción de la figura professional.
[28] Para mais informações, ler tese intitulada Cultura de Paz e Educação para a Paz: olhares a partir da. Teoria da Complexidade de Edgar Morin, de Nei Alberto Salles Filho, disponível em: https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/1211/1/Nei%20Alberto%20Salles%20Filho.pdf.
[29] Para mais informações, ler dissertação intitulada *FARC-EP:* Meio século de insurgência na Colômbia. Que paz é possível?, de Maristela Rosângela dos Santos Pinheiro, disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/td/1899.pdf.

popular, que termina siendo una práctica educativa fundada en los contextos, crítica y transformadora." (SERRANO; ACEVEDO, 2018, p. 178).

Ainda, nesse sentido, Serrano e Acevedo (2018) reforçam a importância da Educação Social e Pedagogia Social, ao dizer que:

> Si bien es cierto que esta base teórica es esencia de modelo pedagógico y sustantividad para la acción, el profesionalismo respecto al proceso es determinante en una construcción pedagógica (planeación, ejecución y evaluación; cíclicas y cooperativas) de calidad y pertinencia que busca la transformación (o impacto) social. Y para ello, es necesario contar con la profesionalización e institucionalización de la Pedagogía Social en el campo profesional. Muy recientemente es que se ha comenzado a poner «encima de la mesa» esta necesidad desde la nueva etapa histórica del país que Colombia atraviesa. La acción educativa de lo social se ha realizado en modalidad informal, y en múltiples ocasiones por agentes no profesionales, valorando que no era necesario una profesionalización socioeducativa; en algunos casos, por un adelgazamiento de las políticas sociales y educativas del Estado que se quiere mirar como de Bienestar y realiza los esfuerzos para ello (principalmente en algunos sectores y momentos; pero que camina hacia ese reto con paso lento, puesto que le queda tiempo para alcanzar la democratización al acceso y promoción de las políticas de bienestar social); y en otros, por la participación de choques y resistencias que se producen en el escenario social donde múltiples factores condicionan la complejidad para el avance de progreso país: conflicto armado, desplazamiento, desigualdad estructural social, representaciones y concepciones sociales, etc. (SERRANO; ACEVEDO, 2018, p. 171).

Na Colômbia, portanto, os problemas sociais que ocorreram e ainda se fazem presentes, também reiteram a necessidade da transformação da realidade, frente a políticas e ao reconhecimento da importância da Educação Social com possibilidade de práticas emancipatórias, juntamente à Educação para a Paz, rompendo com conflitos e situações de violências, mesmo não tendo estruturada a Educação Social e Pedagogia Social em seu território, mas que juntamente à Educação Popular, a qual já acontece, pode contribuir para a discussão e normatização da profissão.

Outros países da América Latina e produções acadêmicas[30] poderiam aqui ser citados, no entanto, esses pequenos recortes demonstram como nos diferentes contextos e territórios as

[30] Érico Ribas Machado (2016), no texto "A Educação Popular latino-americana como um novo sentido para a Educação Social – Pedagogia Social", assinala outras publicações que podem nos ajudar a entender melhor os acontecimentos na América Latina. Também foram identificadas outras publicações relevantes que apresentam o debate de como a Pedagogia Social está em processo nos seguintes países deste continente: No Uruguai com Jorge Camors, A Pedagogia Social na América Latina (2009), Lo social: un camino para recuperar identidades (2011) e El Educador Social en Uruguay (2012); Marcelo Morales, Hernán Espiga e Walter López, Educación Social en Uruguay: apuntes para pensar la formación (2012); Pablo Martins – Las Ciencias de la Educación en Uruguay (2011); Roberto da Silva, Rogério Adolfo de Moura e João Clemente de Souza Neto, Áreas Prioritárias para Atuação da Pedagogia Social no Brasil (2009); Na Argentina com Marcelo Krichesky, Pedagogía Social en Argentina: un campo disciplinar en construcción (2011); No Chile com Eusebio Manuel Nájera Martinez, Las educaciones sociales en los albores del siglo XXI (2011); Em Cuba com Justo Luis Pereda Rodríguez e Martín González, Bases fundacionales, actualidad y perspectivas de la Pedagogía Social cubana (2011); No Equador com Roberth Olmedo Zambrano Santos, Los antecedentes de la Pedagogía Socil en Ecuador: su

lutas e estratégias no campo da Educação Social e Pedagogia Social se fazem presentes na estruturação ou ainda na tentativa de sua organização.

Estes aspectos evidenciam uma tradição da própria organização da Educação Social, fortemente associada às políticas assistenciais. Nos termos de Bourdieu, poderíamos dizer que se trata da força de uma prática que se estruturou no campo da Educação Social, gerando *habitus*, isto é, representações e práticas educativas incorporadas entre os agentes responsáveis pela elaboração de políticas públicas, entre os responsáveis pelas instituições de atendimento às crianças, jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade e entre os próprios profissionais envolvidos com as práticas educativas com esses sujeitos, como ilustra o caso assinalado por Sonia Câmara e Alessandra da Silva (2017). De outro lado, as iniciativas teóricas e políticas, como por exemplo, a iniciativa de Tiago Würth no Instituto Pestalozzi, as obras de Paulo Freire, os congressos de Pedagogia e Educação Social e as agendas políticas dos próprios profissionais que se mobilizam e pressionam para a regulamentação da profissão de educadoras e educadores sociais, expressam a dimensão de luta (estratégia) que está contida no conceito de campo de Bourdieu.

2.2. Pedagogia Social e Educação Social no contexto europeu

Este item busca contextualizar como se deu o processo histórico da Pedagogia Social e Educação Social em âmbito europeu, privilegiando suas discussões a partir do século XIX na Alemanha e Espanha. Cabe destacar que a Pedagogia Social tem suas origens na Alemanha, posteriormente tendo se desenvolvido no contexto espanhol, muito embora o suíço Pestalozzi tenha um papel importante na organização do trabalho de Educação Social.

A Pedagogia Social insere-se no debate da própria Pedagogia. Em geral, a Pedagogia com um sentido de pensar a educação está relacionada à filosofia, consistindo numa reflexão sobre o processo educativo. No entanto, no contexto moderno a Pedagogia assume um caráter mais específico à medida que busca responder aos debates da escolarização. Conforme Philippe Ariès (2012), a escola moderna é um produto que se estabelece no século XVII, tornando-se um lugar de passagem obrigatória às crianças. Mas os meninos filhos dos operários e as meninas acessam a escolarização tardiamente se comparado com os filhos das famílias nobres e da burguesia nascente.

---

preservación (2011); Rogério Adolfo de Moura, Pedagogia Social: o conceito, o legado alemão e os desafios para sua reconstrução na América Latina do século XXI (2011); País Danilo Streck, Ligações esquecidas: requisitos para uma Pedagogia Social Latino-Americana (2012). (RIBAS MACHADO, 2016, p. 717).

Nesse quadro, Comenius (1592-1670) que viveu na Europa entre os séculos XVI e XVII, representa um nome central nas novas discussões. Em sua obra *Didática Magna*, notadamente no capítulo doze demonstra como seria a organização da escola:

> Prometemos uma organização das escolas, através da qual:
> I. Toda a juventude (exceto a quem Deus negou a inteligência) seja formada.
> II. Em todas aquelas coisas que podem tornar o homem sábio, probo e santo.
> III. Que essa formação, enquanto preparação para a vida, esteja terminada antes da idade adulta.
> IV. Que essa mesma formação se faça sem pancadas, sem violências e sem qualquer constrangimento, com a máxima delicadeza, com a máxima doçura e como que espontaneamente. [...]
> V. Que todos se formem com uma instrução não aparente, mas verdadeira, não superficial mas sólida; ou seja, que o homem, enquanto animal racional, se habitue a deixar-se guiar, não pela razão dos outros, mas pela sua, e não apenas a ler nos livros e a entender, ou ainda a reter e recitar de cor as opiniões dos outros, mas penetrar por si mesmo até ao âmago das próprias coisas e a tirar delas conhecimentos genuínos e utilidade. Quando à solidez da moral e da piedade, deve dizer-se o mesmo.
> VI. que essa formação não seja penosa, mas facílima, isto é, não consagrando senão quatro horas por dia aos exercícios públicos e de tal maneira que um só professor seja suficiente para instruir, ao mesmo tempo, centenas de alunos, com um esforço dez vezes menor que aquele que atualmente costuma dispender-se para ensinar cada um dos alunos. (COMENIUS, 2001, p. 154).

Havia uma preocupação em organizar uma teoria orientadora da escola moderna que estava em constituição. De acordo com Carlota Boto (2002, p. 37):

> A classificação já marcara a criança por sua capacidade e disposição para o aprendizado. Fazendo isso, no mesmo tom dos jesuítas, Comenius, ainda que prospectivamente, transformava suas crianças em alunos. A puerilidade, agora, seria definida no projeto institucional que a abrigaria. Pela reflexão teórica e pela prática experimentada, a escola torna-se *locus* da criança-aluno. (Grifo da autora).

Se em Comenius a Pedagogia produz um saber específico à escola, observa-se que uma certa ideia de Pedagogia Social se desenvolve à medida que se amplia a acepção de educação para além da noção moderna de escola. Já no contexto entre a virada do século XVIII e XIX, marcado pela aceleração capitalista e suas implicações sociais (exploração do trabalho) e pela defesa dos direitos universais do homem e da mulher, podemos inscrever as posições de Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827). Segundo Luzuriaga (1960, p. 12), ele foi autor de uma "educação social autônoma", pautava a educação como algo natural do desenvolvimento das crianças, baseando-se em três vertentes por ele defendido: educação moral, mental e física. Ele propunha uma educação que se baseava na observação e intuição. Sobre isso, Dora Incontri, no livro *Pestalozzi: educação e ética* (1997, p. 21) pormenoriza que:

> De maneira pouco usual, portanto, Pestalozzi usa ao mesmo tempo a observação empírica dos fatos e a intuição global, que revela uma dada maneira de aprender os fatos. Ou seja, ele aprender com a realidade, dando valor ao objeto, mas participa

> subjetiva e mesmo emocionalmente da construção do conhecimento. Por causa dessas características de seu pensamento, torna-se óbvio que, para compreender Pestalozzi, é preciso ao mesmo tempo um forte espírito analítico e uma forte intuição. Trata-se de buscar a delimitação dos conceitos, para deles nos apropriarmos, mas a intuição deve transbordar a análise, para apreender o todo. E assim se justifica o engajamento afetivo dos seus intérpretes. Um autor que inclui o coração, como fator de influência na construção teórica, não pode meramente ser compreendido pela razão.

Destacamos esta passagem, já que Pestalozzi tratava da educação na escola ou em outros espaços; ela seria uma extensão da casa, do amor e da relação familiar. Ao se pensar em Educação Social e práticas que evidenciem um trabalho efetivo de qualidade com seres humanos, alguns aspectos da experiência do pedagogista Pestalozzi se apresentam pertinentes, pois ele tinha um olhar voltado para aqueles que mais necessitavam, para situações de vulnerabilidade. Destacamos sua contribuição porque é considerado um dos primeiros Educadores Sociais, tendo em vista suas práticas com as crianças.

Segundo a obra *Johann Pestalozzi* (Coleção Educadores) de Michel Soëtard, (2010, p. 13), "Pestalozzi se converteu em um pobre entre os pobres e se ocupou de fazê-los descobrir em sua própria condição os instrumentos de sua libertação [...]". Desse modo, em sua trajetória, o pedagogista desejava desenvolver um trabalho que libertasse os sujeitos de suas situações de precariedade.

Nascido em Zürich, Suíça, em 1746, tinha uma vida difícil, preocupava-se com a educação das classes populares, trazendo em seus registros relatos de acolhimentos de crianças em situação de risco, objetivando a educação numa perspectiva social e salientando a importância da assistência ao desamparado e pobre. É possível constatar que no ano de 1774, o pedagogo inicia seu trabalho de acolhimento e assistência, quando no inverno da Suíça do mesmo ano, recolhe juntamente com sua esposa e filho, os desamparados daquela região, oferecendo-lhes alimentação, acolhimento e cuidado. Entretanto, ao término desta estação, muitos dos acolhidos logo retornaram às ruas. Seis anos depois, Pestalozzi teve que fechar o instituto que havia construído, pois passava por necessidades financeiras, não dando conta de todos e precisando cuidar de sua mulher e filho que ficaram muito doentes. Logo esta situação mudou de rumo, pois Isabela Näff o ajudou no instituto, mas novamente não por muito tempo.

É importante assinalar que o trabalho infantil era uma situação legal no momento que Pestalozzi desenvolvia suas atividades. De acordo com Lars Gotsch:

> Em 1877, dez anos depois da proposta original, a Suíça finalmente adotou sua primeira lei trabalhista de amplitude nacional. Com isso o trabalho infantil também foi proibido. Essa primeira lei trabalhista da Suíça era uma das mais rigorosas do mundo. O ex-conselheiro federal socialista Hans-Peter Tschudi chamou-a de uma 'conquista pioneira em escala internacional'. (GOTSHC, 18 out. 2017, s. p.).

Em meados de 1798 e com o fim da Revolução Francesa, o pedagogista enfrenta um grande problema, no qual 400 pessoas se tornam órfãos da guerra civil em Zürich, e é assim que novamente o seu trabalho como educador ganha força. Em 1799, o Orfanato de Stanz, por ele criado, num antigo convento, acolhe por volta de 80 desamparados, mesmo que ainda em processo de construção e organização do espaço. No livro intitulado *Pestalozzi e a Pedagogia Social*, Tiago Würth (1971, p. 63) descreve que:

> Nada nos poderá melhor documentar os sacrifícios desta nova missão do que a tradução de uma carta que pouco depois Pestalozzi escrevia a um amigo e que foi mais tarde publicada em Niederer.
> "O edifício das Ursulinas que o Gôverno me cedeu em Stanz para servir de refúgio ao nosso Orfanato, ainda não estava concluído quando cheguei e não havia nenhuma adaptação para a sua nova finalidade.
> Não me deixaram em falta quanto a dinheiro, mas faltava todo o resto. As crianças já começaram a chegar quando não havia ainda nem cozinha, nem quartos, nem camas. Durante um mês eu me ví[31] [sic] comprimido dentro de uma única sala que mal media 24 pés no quadrado. Sofriamos ora da falta de ar, ora do pó do cal que invadia todos os corredores. O mau tempo veiu[32] [sic] agravar a situação, obrigando-nos ao resguardo. Por algum tempo eu tive de mandar a maior parte das crianças dormir aos seus anteriores abrigos provisórios e o resultado foi que elas me voltavam pela manhã cobertas de parasitas.
> A maioria das crianças me chegou num estado que só poderia ter como conseqüência a maior degradação da sua natureza [...]".

Sobre esse mesmo tempo e vivência de Pestalozzi, Gasparin e Marcondes observam (2010, p.16):

> Os analistas da obra de Pestalozzi não se interessaram muito pelo período que separa o fracasso de Neuhof (1780) da nova experiência de Stans (1799). Não obstante, esse período se caracteriza por uma mutação decisiva de seu universo intelectual e de sua ação que fará nascer das ruínas de sua primeira experiência, um novo tipo de homem que se definirá como tal: o educador.

Podemos notar que, mesmo com grandes dificuldades materiais, Pestalozzi sabia qual caminho queria seguir, o que deveria fazer, e assim o fez, tratando inicialmente dos cuidados que as crianças necessitavam; criava vínculos, demonstrava e ensinava a afetividade para aqueles que dele se aproximavam. O pedagogista acreditava que os sujeitos se socializavam pelos seus próprios modos, e que o educador era quem faria a união do que cada um trazia consigo, demonstrando a todos a relevância da família no processo de desenvolvimento. O

[31] Manteve-se a escrita conforme está no livro referenciado. Leia-se: vi.
[32] Manteve-se a escrita conforme está no livro referenciado. Leia-se: veio.

conhecimento, segundo seus pressupostos, seria algo desenvolvido, e não necessariamente adquirido, os sujeitos se desenvolveriam gradativamente.

Apesar de tanta dedicação e trabalho realizado, a permanência de Pestalozzi em Stanz foi interrompida por conta do prosseguimento das guerras da Europa. Sendo assim, o prédio para ele cedido foi requisitado para se tornar hospital. Com isso, ele teve que entregar algumas das crianças para as suas famílias ou inseri-las em propriedades vizinhas. Mesmo com sua saúde um tanto debilitada, Pestalozzi logo voltou às suas atividades, pois tinha ânsia de estudar, observar, ajudar o próximo. Em Burgdorf, ele cria uma instituição própria, uma escola popular, sem imposições da época no campo pedagógico. Teve apoio da Associação dos Amigos da Educação e do governo, cedendo-lhe o Castelo de Burgdof para assim iniciar seu novo trabalho.

Pestalozzi se deteve em considerar cada sujeito, cada pessoa que acolhia em suas instituições como único. Devido a isso, não haveria um único método a ser utilizado, sua prática e realidade ditavam os caminhos a serem percorridos. Sobre esse aspecto destacamos que:

> Com efeito, se a educação deve se satisfazer em realizar um tipo de homem definido fora de si mesma, ela só pode ter um sentido acessório. Pestalozzi se nega a que ela funcione como um mero instrumento de modelagem a serviço de um mundo dado seja real ou ideal: ela será uma forma de ação que permita a cada um fazer-se a si mesmo, a partir do que ele é e no sentido do que deseja ser, "uma obra de si mesmo". (GASPARIN; MARCONDES, 2010, p. 18).

Em 1805, estabeleceu-se em Yverdon, onde alunos e mestres juntaram-se ao pedagogista. Aqui se inicia uma nova realização para Pestalozzi, pois em um antigo castelo desenvolveu seu trabalho que ficou muito conhecido. Recebia muitas visitas com interesses em estudar seu método. Aqui novas ideias de instituição se configuraram, houve a necessidade de se atender aos filhos de famílias ricas, pois devido ao seu sucesso lhes enviavam seus filhos, além de meninas começaram a ingressar no internato.

O curso de estagiários de magistério também foi algo novo para Pestalozzi, logo se espalhando em outros municípios, propagando seus ideais, porém como sempre se preocupava com o real e local, acabou criando em Yverdon um asilo para crianças pobres. Neste mesmo período acontece o auge da sua obra, quando muitos filósofos, pedagogos, intelectuais, escritores desejavam conhecê-lo. Pestalozzi os recebia com intuito de pesquisas pelos seus métodos e escritos já bem renomados na época.

Ele desenvolve uma concepção de autonomia, o que o acompanha por toda sua vida, apresentando algumas atividades pedagógicas, fortalecendo atividades manuais em hortas, oficinas, estudos, bem como atividades físicas, jogos, festas de civismos, instrução pré-militar

e momentos de oração, incluindo confissões, sempre conduzidas por Pestalozzi. O dia seguia sempre uma rotina bem estruturada, respeitando os limites e diferentes tempos entre os maiores e menores, não havendo saídas em dias da semana. A disciplina era uma de suas marcas, afinal, se fazia necessário inserir algumas regras aos que no instituto chegavam e manter a ordem com os que dela já faziam parte.

Devido às diferentes realidades com que trabalhava, Pestalozzi não deixou de receber críticas, sendo acusado de não ter um método para desenvolver seus trabalhos. No entanto, ele partia daquilo que as crianças tinham, ele priorizava o afeto no início de todas as atividades que realizaria. Pestalozzi viveu e lutou num período de reconstrução social em diversas áreas. Compreendeu a educação como um direito humano e um dever social, buscando caminhos capazes de atingir todos os grupos, buscando a tríade: o coração sendo a educação moral, a mente como educação intelectual e a mão considerada a educação profissional, elementos que correspondem à formação da criança em suas práticas pedagógicas.

Segundo Brum, em sua dissertação *A Pedagogia Social em Pestalozzi: teoria e prática pedagógicas* (2014, p. 43):

> Pestalozzi destaca com clareza que a educação não pode ser separada das condições de vida e de trabalho, atribuindo, no entanto, um papel central à figura da mãe na família. Seu método pedagógico traz no cerne a inter-relação entre ajuda e educação, cuidado e amor, com grau, até certo ponto, exagerado de romantismo que coloca a mãe como centro do princípio educativo, cabendo à mesma a educação do coração, através da moral e dos princípios religiosos.

Gasparin e Marcondes complementam ao dizer que (2010, p. 24):

> Para Pestalozzi, a cabeça representa o poder que tem o homem, graças à reflexão, de separar-se do mundo e suas impressões confusas, e de elaborar conceitos e ideias. Mas como indivíduo situado, o homem continua estando completamente submerso em um mundo que, através da experiência, não para de requerer sua sensibilidade e o vincula com seus semelhantes na luta empreendida para dominar a natureza por meio do trabalho: essa é a dimensão do coração. O homem, provocado deste modo pelo que é e requerido pelo que deve ser não tem outra solução nesse conflito sempre aberto e plenamente assumido, que fazer de si mesmo uma obra: essa é a dimensão da mão.

Cabe destacar que esse processo descrito acima ocorre dentro do contexto em que o sujeito está inserido na sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento e sua autonomia. No mesmo sentido, Pestalozzi defende que os espaços educativos seriam uma extensão da casa da criança, valorizando o amor materno[33] que lá existia, ou que deveria existir. Sua pedagogia

[33] Destacamos que Pestalozzi sempre descreve as relações de afetividade vinculada ao papel materno, até mesmo que a escola deveria ser extensão da casa e desse vínculo. Até o dado momento, não encontramos algo que se refira ao amor paterno.

era voltada para algo livre, através de experiências, com relações em diferentes idades. Por assim, seu método fortaleceu uma consciência educativa voltada para o social, numa educação integral, relacionado às necessidades das pessoas por onde ele passou, sendo até hoje um referencial no que tange a Pedagogia Social e Educação Social.

Cabe destacar o que Pestalozzi realizou frente suas adversidades, como sublinham Gasparin e Marcondes (2010, p. 22):

> Tanto quanto as técnicas pedagógicas se referem, poderia mesmo dizer que Pestalozzi não inventou nada, nem sequer a lousa escolar (quadro-negro) e que tomou o que queria em toda parte: de fato, é necessário recordar que sua experiência não se desenvolveu em um deserto pedagógico, mas sim que se inscreveu em um vasto movimento de renovação da educação que chegou até o mais humilde pastor da aldeia.

Com sua trajetória de vida pessoal, formativa e de educador um tanto conturbada, somente ao final de sua vida é que ele realiza reflexões sobre o que desenvolveu durante sua existência. Gasparin e Marcondes tratam disso quando descrevem que (2010, p. 30):

> Sua grande fragilidade continua sendo o fato de que jamais conseguiu separar verdadeiramente sua obra de si mesmo, de sua existência e de suas experiências. Mas esta fraqueza se transforma em uma força devido a que Pestalozzi nunca deixou de buscar desde o começo: a realização da liberdade autônoma em cada um e em todos.

Como sempre foi motivado por suas emoções, ele percebeu que em alguns momentos foi um tanto idealista em tudo o que produziu. Em 17 de fevereiro de 1827, morre este educador social que muito mais do que produzir para a ciência ou desenvolver métodos, promoveu a discussão do afeto como motor para as relações e o trabalho com os acolhidos, promovendo o conhecimento.

Lorenzo Luzuriaga (1960, p. 12) destaca a importância do papel de Pestalozzi para a Educação Social, em conformidade com os demais autores já citados, descrevendo que:

> PESTALOZZI foi, contudo, o verdadeiro fundador da educação social autônoma. Com efeito, é o primeiro em concebê-la como função essencialmente social e humana, considerados êsses dois têrmos não como antagônicos, à maneira de ROUSSEAU, mas sim complementares. Sua vida foi dedicada heròicamente à educação do povo, não como obra de caridade, como fizeram seus antecessores, mas como direito humano e como dever da sociedade. Queria a melhora, a elevação do povo; e isso não se podia conseguir por meio da política, e sim pela educação. É, assim, o fundador da educação social e da escola popular. Nêle se une o humanitarismo com o socialismo ou, fundem-se em um socialismo humanitário, baseado, não na luta de classes, mas no amor e no sacrifício pelos outros.

A ideia dos parágrafos anteriores foi mostrar a relevância do pedagogista Johann Heinrich Pestalozzi para a Educação Social, fazendo perceber que seu método e sua vivência

proporcionaram ricos registros de como se pensar a Educação Social e a Pedagogia Social, mesmo não fazendo uso desses termos para explicar sua prática e teoria.

Ao findar do século XIX e no começo do XX, a Pedagogia Social se fortalece diante dos processos educacionais e sociais da época, especialmente na Alemanha, onde se protagonizou uma certa organização, seguindo para Espanha. Já com marcas fortes das decorrências da industrialização e seus problemas sociais, havia um processo de defesa dos direitos sociais, entre eles a educação.

Manacorda, no livro *História da Educação*: *da antiguidade aos nossos dias* (2010, p. 327), afirma que "esse processo de transformação do trabalho humano desloca massas inteiras da população não somente das oficinas artesanais para as fábricas, mas também dos campos para a cidade, provocando conflitos sociais, transformações culturais e revoluções culturais [...]". Desse modo, resultam-se demandas por serviços públicos, como educação. Luzuriaga (1960, p. 182) detalha que:

> A Constituição alemã de 1919, chamada Constituição de Weimar pelo lugar em que se proclamou, é a primeira das Constituições modernas em tratar da educação, de forma extensa e nela se introduzem pela primeira vez, as idéias pedagógicas mais progressistas. Nela se reconhece, com efeito, a idéia de democracia social na educação, por meio da "escola unificada" e, ao mesmo tempo, implanta-se a idéia pedagógica da "educação ativa", ou do trabalho.

A partir de então, a educação passa a ser reconhecida como dever do Estado, devendo ser gratuita, obrigatória e universal, exceto no ensino secundário e superior. Neste momento histórico, entre a transição do século XIX para o século XX, a Europa encontra-se em inúmeras situações difíceis, o que gera instituições com preocupações com as práticas da educação social e, consequentemente, a necessidade de produzir reflexões sobre elas. A tão sonhada escolarização remontava ao menos ao contexto do Renascimento, como observam Julia Varela e Fernando Alvarez-Uria (1992, p. 6):

> As novas instituições fechadas, destinadas ao recolhimento e instrução da juventude, que emergem a partir do século XVI (colégios, albergues, casas prisões, casas da doutrina, casas de misericórdia, hospícios, hospitais, seminários...) têm em comum esta funcionalidade ordenadora, regulamentadora e sobretudo transformadora do espaço conventual. Entretanto, interessa-nos particularmente ressaltar que este espaço fechado não é em absoluto homogêneo.

Essa pretensão de escolarização estava longe de ser universalizada, chegando apenas no final do século XIX a ganhar um caráter de educação pública e estatal. A título de exemplo, no

contexto da Revolução Industrial, como bem destaca Ligia Klein, as crianças dos trabalhadores estavam muito longe de acessar a escola. Ao contrário, estavam nas próprias fábricas:

> Os trabalhadores são homens e mulheres, adultos, adolescentes e crianças de ambos os sexos. A idade dos jovens e das crianças percorre toda a escala dos 8 anos (em alguns casos 6). Em alguns ramos, as meninas e as mulheres trabalham à noite junto com o pessoal masculino. (MARX, 1982, p. 291 apud KLEIN, 2012, p. 3388).

No livro *A situação da classe operária na Inglaterra*, Engels publica partes do relatório de 1844, elaborado pelo inspetor doutor Hawkins que é revelador das condições dos operários em meados do século XIX:

> A mãe, todo dia, por mais de doze horas, fica longe do filho, que é entregue aos cuidados de uma jovem ou de uma mulher mais velha, que cobram por isso. Além do mais, quase nunca a habitação do operário fabril é uma casa confortável (home), freqüentemente é um porão privado de utensílios para cozinhar, lavar ou costurar, um lugar onde falta tudo que poderia tornar a vida agradável e civilizada (HAWKINS, 1844, p. 4 apud ENGELS, 2010, p. 185).

O desafio estava posto tanto ao acesso à escola, como à ideia de Educação Social, isto é, à dimensão social das crianças e jovens trabalhadores. É nesse movimento que os autores buscam estabelecer alguns marcos da constituição da Pedagogia Social e Educação Social. Glória Serrano, no livro *Pedagogía Social/Educacion Social: construccíon científica e intervención prática* (2004), descreve sobre a Pedagogia Social, destacando quão difícil é mapear sua origem e o seu âmbito de atuação. Ainda observa que esta área pode ser analisada por diversos vieses:

> Existen uma serie de factores que propiciaron el despliegue de la Pedagogía Social en Alemania; puedem resumirse en dos bloques principales: por un lado, una mentalidad abierta, sensibilidad social y madurez conceptual con relación a la educación, y por otro, uma situación social cargada de problemas, carencias y conflitos que reclama respuestas educativo-sociales urgentes. (SERRANO, 2004, p. 22).

Estes fatores fortalecem os discursos e a necessidade de se pensar a Pedagogia Social como proposta de práticas educativas que possibilitem a transformação do real de cada contexto social. No século XX, a educação como um direito e um dever social expandiu-se, o que gerava a necessidade de políticas para sua efetivação, assim como de profissionais e uma certa organização de suas práticas educativas:

> La revolución industrial, desencadenante, en alguns casos, de procesos y sutuaciones de marginación, inadaptación y desamparo, tuvo una gran incidência como agente promotor del despliegue de la Pedagogía Social. Esta situación social, unida a la carencia y necesidad de la postguerra, fue creando el caldo de cultivo necesario para el nacimiento de una Pedagogía Social que respondiera a esas necesidades sociales e

> individuales y que ayudara a obviar el individualismo, en pro de planteamientos orientados al desarrollo de la comunidad. (SERRANO, 2004, p. 22).

A Pedagogia Social e Educação Social não ocorrem apenas em situações de vulnerabilidade, embora se originem dessas incidências; elas tratam de ampliar o acesso à educação, bem como práticas que promovam e legitimem a transformação social dos que necessitam. É importante explicitar que a Pedagogia Social configura-se como ciência da Educação Social, dando assim aportes de cunho científico para que se possa refletir sobre o que ocorre nas práticas desenvolvidas na Educação Social. Ainda cabe descrever que ambos os conceitos não devem ser vistos de modo isolado, mas sim intrinsecamente relacionados, oportunizando a práxis em diversos contextos. Alguns autores, entretanto, fazem uso de apenas um conceito, ora só Pedagogia Social, ora somente Educação Social, entendendo que tudo cabe apenas a um desses conceitos, mas nós nos reportamos às duas concepções, utilizando-as de modo correlacionado.

Segundo Luzuriaga (1960, p. 3), "a Pedagogia Social tem por objeto o estudo da educação em suas relações com a sociedade, isto é, a ação dos grupos sociais na formação do homem e a influência da educação na sociedade humana". A Pedagogia Social parte do que é vivo e salutar nas relações, ela propicia a dinâmica do transformar. O autor ainda destaca que:

> A Pedagogia social, como a Pedagogia geral, não é, tampouco, ciência isolada: está em conexão com tôdas as que se ocupam do homem e da sociedade. Em primeiro lugar, portanto com a Filosofia, e em particular com a Ética, uma vez que a concepção de vida e os ideais humanos constituem orientação para a sociedade e para sua educação e, portanto, para a Pedagogia social. Do mesmo modo, acha-se em intima relação com a História, que mostra a evolução dêsses ideais e o desenvolvimento da cultura em cada época e em cada sociedade. A Pedagogia social guarda, também, estreita relação com a Economia e o Direito, que estudam as condições materiais e jurídicas da sociedade e influem sôbre a educação, determinando-lhe os limites e possibilidades. (LUZURIAGA, 1960, p. 4).

Visto dessa forma, tanto a Pedagogia Geral como a Pedagogia Social se ocupam dos mesmos objetos de discussão, uma vez que tratam do homem e da sociedade. Devido a isso, historicamente diversas áreas e autores contribuíram para o desenvolvimento da Pedagogia Social. Muito embora esse caráter comum, a Pedagogia Social reivindica sua condição de campo científico sob o argumento de que tem um objeto específico: a Educação Social.

Glória Perez Serrano, ao procurar o desenvolvimento da Pedagogia Social, ressalta que:

> La concepcíon utópica de la educación se desarroló em Alemania em los siglos XVIII y XIX. [...]. El kantismo, el idealismo y lo que podemos denominar como hegelianismo son los sistemas filosóficos que más han incidido em le nacimiento y desarrolho de la Pedagogía Social em Alemania. Para estos sistemas, la educacíon es

> uma dinensión essencial para el desarrolho de la comunidad. Nació, por tanto, la Pedagogía Social en um momento concreto com tonos idealistas, messiânicos y utópicos. Natorp tomó del pensamento de Kant e Hegel el contenido para afrontar el estúdio de la Pedagogia Social. (SERRANO, 2004, p. 22).

Inúmeros fatores contribuíram para desenvolvimento da Pedagogia Social na Alemanha, entre os quais ressaltamos as práticas educativas que geraram uma reflexão teórica sobre seus limites e suas possibilidades. Serrano (2004, p. 23) ainda nos ajuda a entender a emergência da Pedagogia Social na Alemanha:

> Prestaremos especial atención al estúdio de la Pedagogía Social alemana, su origem y evolución, ya que Alemania puede considerarse, sin lugar a dudas, la cuna de la Pedagogía Social. Como tendencias principales se recuerdan:
> - *La tradición kantiana*. Tendencia sociopedagógica representada por Natorp. Se extiende a lo largo de las dos primeras décadas del siglo XX.
> - *La tradición historicista y hermenêutica*, propicia de la filosofía de la vida. Concibe la Pedagogía como ciencia del espíritu; se deriva de ella uma fecunda Escuela de Pedagogía Social (Nohl). A partir de 1920 surgió el movimento social pedagógico, de considerable influencia. (Grifo da autora).

Natorp e Nohl, citados por Serrano, são objetos de nossa discussão. Paul Natorp (1854-1924) nasceu em Düsseldorf. Filósofo alemão é considerado um dos principais representantes do neokantismo no país. Entre seus estudos, aprofundou-se em história da filosofia, ciências da natureza e matemática. Fora o teórico da disciplina, tendo como referência Pestalozzi. Preconizava uma Pedagogia Social, na qual seus conceitos eram "comunidad, voluntad y educación"[34].

Além da influência de Kant, Natorp inspirava-se também em Platão e Pestalozzi, sendo este último o que mais lhe influenciou. Serrano cita que (2004, p. 35):

> [...] Natorp considera a Pestalozzi el pedagogo de la espontaneidad, condición favorable al desarrollo de la fuerza moral del hombre. Destaca cinco princípios em la obra de Pestalozzi: espontaneidad, método, intuición, armonía o equilibrio de furzas y colectividade. Em este último principio encuentra Natorp el germen de la Pedagogia Social em Pestalozzi, a quien se le ha denominado como padre espiritual de esta ciencia.

Entre os cinco princípios acima citados, enfatiza a ideia de coletividade, o que fortalece e se faz presente na Pedagogia Social, no desenvolvimento dos sujeitos que dela fazem parte. Natorp ainda defendia que não se pode conceituar a Pedagogia Social distanciada da teoria da educação. Foi ele quem elaborou uma teoria sobre a Educação Social, sendo essa última o campo prático da Pedagogia Social. No livro *Pedagogia Social: teoria de la educación de la*

[34] Glória Serrano (2004, p. 34).

voluntad sobre la base de la comunidade, traduzido para o espanhol por Angel Sanchez Rivero, Natorp (1913, p. 106) registra que:

> El concepto de la pedagogía social significa, por tanto, el reconocimento fundado en principios de que la educación del individuo, en toda direccion esencial, está condicionada socialmente, así como, por outra parte una conformación humana de la vida social está fundamentalmente condicionada por una educación adecuada de los individuos que han de tomar parte en ella. Conforme a esto tiene también que determinarse el problema último y más compreensivo de la cultura para los particulares y para todos los particulares. Las *condiciones sociales* de la cultura, por tanto, y las condiciones *culturales* de la *vida social*: tales el tema de la ciencia. Y nosotros consideramos esto, no como dos problemas separados uno de ouro, sino como un problema único. Pues la comunidad consiste sólo en la unión de los indivíduos, y esta unión, a su vez, sólo em la conciencia de los miembros particulares. La ley última es, por tanto, necesariamente idéntica para ambos, individuo y comunidad. (Grifo do autor).

Portanto, esse autor defende a educação por meio da coletividade, e não unicamente do sujeito. Em seu livro ainda complementa que "una verdadera pedagogia social no puede esquivar la pergunta acerca de las *leyes fundamentales de la vida de la comunidade"* (NATORP, 1913, p.107). Deste modo, as leis fundamentais da vida em comunidade constituem a Pedagogia Social para Natorp. A comunidade, então, seria um modo que possibilitaria a ação educativa.

Dando continuidade aos nomes relevantes para a contextualização da Pedagogia Social e Educação Social europeia, nos aproximamos do papel de Herman Nohl e suas contribuições para a nossa discussão. Herman Nohl (1879-1960) foi filósofo e educador alemão. Durante o século XX, especialmente a partir 1920, devido à Primeira Guerra Mundial e de todos os problemas sociais oriundos dela, dedicou-se a educação. Fundou em Jena, a Universidad Popular com intuito de discussão sobre Pedagogia Social, que era por muitos confundida como educação popular, no que diz respeito à noção de educação para todos.

Serrano (2004, p. 41) explica que:

> Aspectos importantes a tener en cuenta en la Pedagogia de Nohl son: La autonomía de la pedagogía, la relación teoria-praxis y la historicidad de toda realidad y teoría educativa.
> La autonomía de la Pedagogía Social depende de que alcance un principio y posicón específicos proprios, de modo que no puede ser substituído nenhuma otra ciencia.
> El interés de la pedagogía hermenêutica no es meramente teórico, sino predominantemente práctico. El interés cognoscitivo del hermeneuta no es proporcionar recetas para la acción, sino compreender la educación tal y como se da históricamente. La relación teoría-praxis consiste en una <<ayuda a autoayudarse>>.

Nohl é quem defende, portanto, autonomia da pedagogia, a relação teoria-práxis e a historicidade de toda realidade e teoria educacional. Esses são elementos fundantes que movem

a Pedagogia Social. Ele ficou conhecido como o representante do movimento chamado de renovação pedagógica, pois tratava da realidade educativa. Serrano ainda expõe que (2004, p. 44):

> Para este autor, la Pedagogía Social recoge las ideas teóricas de la própria práctica y no existe sin relación con la realidad social. La teoría sociopedagógica: "es práctica para la práctica". La aportación de Nohl al objeto y contenido de la Pedagogía Social puede sintetizarse em las seguientes afirmaciones:
> -La enteniente como concepto ordenado, integración de esfuerzos para nuevos caminhos educativos y formas de ayuda a la incorporación social de la juventud, comprendido necesariamente de forma dinámica.
> -Es una auténtica pedagogía de la necesidad, mediante la cual había de rehabilitarse Alemania, tan llena de necesitados.
> -La Pedagogía Social no es toda de la pedagogía, es sólo una parte o espacio de la Pedagogía General, con fines específicos hacia de la formación popular. Señala la necesidad de dedicar recursos a la prevención, ayuda y curación de la juventud.
> -Toma la realidad concreta como punto de partida de la teoría de la Pedagogía Social.
> -El objetivo de su orientación pedagógica es perseguir el bien del sujeito, desarrolhar sus capacidades y también su voluntad, objetivo que persigue la Pedagogía Social.
> -Pone de relive la necessidade de modificar las condiciones ambientales y contextuales con el fin de asegurar la eficácia de la acción pedagógico-social.
> -Destaca la tarea de formación e investigación inherente a la Pedagogía Social. Subraya la necesidad de realizar acciones científicas que contribuyan a dotar de estatus científico a la Pedagogía Social, que hasta entonces había sido tan sólo un marco conceptual.

É desse modo que compreendemos que Nohl delineia a Pedagogia Social, com ideias da própria prática, já que esta não existe sem relação com a realidade social, sendo a Educação Social seu próprio objeto de referência e estudo, fornecendo ações científicas que contribuam para novos cenários da Pedagogia Social. Assim, Nohl defende que a teoria jamais pode separar-se da práxis, oportunizando uma ação educativa social.

Petrus, na mesma direção de Glória Serrano, complementa que (1997, p.79) "la teoría de Nohl relativa a la pedagogía social no se funda em una reflexión vinculada a las decisiones práxicas que se debieron adoptar ante las circunstancias; es decir, sugió com las tensiones dadas entre las situaciones de emergencia social y las acciones por remediarlas". Nohl problematizou as tensões entre as situações de emergência social no contexto da Alemanha e as possíveis ações que poderiam inferir diretamente sobre ela.

Natorp e Nohl são os que mais ganharam destaque na história da Pedagogia Social e Educação Social, sendo tensionados a várias outras influências que propuseram os seus pensamentos. No entanto, Quintana Cabanas (1997) registra outro nome que também fez parte da história da Pedagogia Social e Educação Social: Adolfo Diesterweg (1790-1866), alemão e pedagogo, autor da terminologia Educação Social, tendo as mesmas preocupações de Pestalozzi, porém, com objetivo da educação e atendimento para os adultos.

Glória Serrano (2001, p. 30), ao se referir a Diesterweg, observa que:

> Sus ideas se encaminaban a la educación del individuo y, em sus obras, previene frente a la educación social y colectiva. Sin duda, esa orientación suya era, em parte, uma consecuencia de la baja moralidade y el salvajismo de la vida del Pueblo en su época y, en parte, resultado de la idea que tenía de la gran importancia del influjo ejercido por el hogar y la escuela.

Diesterweg ressaltava a educação do indivíduo, bem como se preocupava com problemas relacionados ao álcool, aos jovens que estavam fora da escola, assim como com a classe trabalhadora, as instituições para os pobres.

Destacamos ainda o momento após a Segunda Guerra Mundial (1945), quando a Pedagogia Social se reorganiza. Na França, os Educadores Sociais passam a desenvolver seu trabalho com crianças órfãs devido à guerra. As pessoas necessitavam de ajuda, pois fome e falta de moradia se faziam presentes, e principalmente, as bases familiares sofreram alterações, devido à morte na guerra. Neste momento surge, na Alemanha, o que era denominada Associação Internacional de Educadores de Jovens Inadaptados (AIEJI), tendo como presidente Mulock Hower, um holandês, responsável também por atendimentos de jovens na Holanda. Segundo o site[35] desta associação:

> No final da década de 1940, a Divisão Cultural do Alto Comissariado da França na Alemanha atribuiu a H. Van Etten, na Holanda, e H. Joubrel, na França, e Karl Härringer, na Alemanha, a responsabilidade de organizar uma reunião internacional sobre 'problemas na educação de crianças e jovens problemáticos'. O objetivo da reunião realizada em abril de 1949 era promover, após a guerra, um melhor entendimento entre franceses e alemães que trabalhavam com jovens problemáticos. Embora originalmente o escopo da discussão envolvesse apenas indivíduos alemães e franceses, vários representantes de outros países foram convidados posteriormente.

Esta associação, por conseguinte, ocupou-se das novas situações advindas do pós-guerra, para atender famílias e jovens em situações de vulnerabilidade, com objetivo de educar as pessoas e melhorar sua qualidade de vida. A Associação Internacional de Educadores de Jovens Inadaptados, atualmente é chamada de Associação Internacional de Educadores Sociais (AIEJI), tem sede no Uruguai.

José Maria Quintana Cabanas (1997) discorre que após a Segunda Guerra Mundial, por um ideal crítico, novos modelos teóricos da Pedagogia Social tomaram força, sendo por ele dividido em quatro grupos:[36]

- 1- La educación social entendida como ayuda a la Juventud;

[35] Site AIEJI (Associação Internacional de Educadores Sociais). Disponível em: http://aieji.net/.
[36] Informações complementares no livro: Pedagogía Social, organizado por Antonio Petrus 1997, p. 82.

- 2- La pedagogía social como higiene social;
- 3- La pedagogía social como factor de emancipación;
- 4- Modelo positivista de uma teoria de la pedagogía social.

Esses grupos indicam novos olhares para a realidade existente. O primeiro grupo tem como representante Th. Wilhelm, tendo por característica a Pedagogia Social preocupada com aspectos educativos, profissionais, culturais relacionados à juventude. Já o segundo grupo, com a figura de Gerd Iben, a Pedagogia Social teria um objeto formal próprio, auxiliando em processos educativos. Para o terceiro grupo, defendido por K. Mollenhauer e H. Giesecke com foco na responsabilização e emancipação. E por fim, o último grupo que defende um racionalismo crítico, sob a liderança de L. Rössener y H. Heid, propaga que as normas, os valores e propósitos da educação são subjetivos. (QUINTANA, 1997).

Isso evidencia que historicamente a pedagogia Social vai se delineando através dos contextos, problemas sociais existentes e pela sociedade vigente, fazendo-se presente, num único lugar, com diferentes vertentes.

Passamos agora a tratar sobre a educação no século XIX na Espanha. Percebe-se que o caminho a ser percorrido fora muito parecido quanto ao ensino e ao atendimento aos grupos, bem como a influência de Pestalozzi. Vale destacar que a Educação Social no país precede a atenção à infância e aos jovens em situações de risco.

Antes disso, é importante reter a definição de Educação Social descrita por José Maria Quintana Cabanas:

> Las tres maneras aludidas de entender la educación social son las siguientes: 1) La educación social en sentido flerte, es decir, como forma primordial y hasta exclusiva de educación, que acapara la esencia y finalidad de la labor educativa, entendendo que ésta se reduce a socializar perfectamente al individuo. 2) La educación social como un aspecto importante de la educación general, junto a otros (educación intelectual, física, moral, religiosa, etc) a los que ésta debe igualmente atender; su objetivo es la socialización del individuo, aunque vista como un medio de du perfeccionamiento integral. 3) La educación social como forma pedagógica del trabajo social, atendiendo, por la educación, a problemas de marginación o de carencias vitales o sociales a que se hallan sujetos bastantes indivíduos y colectividades. (QUINTANA CABANAS, 1997, p. 67).

As práticas vigentes na Espanha caminham por entender o socializar dos sujeitos, atendendo a todos aqueles que estão inseridos em algum tipo de problema, seja individual ou coletivo. O autor avança no entendimento da Pedagogia Social como ciência da educação:

> Em efecto, siendo la pedagogía la ciencia de la educación, la pedagogía social será la ciencia de la educación social. Ahora bien, si hay tres modos diversos de entender la educación social, habra también, em correspondencia, tres concepciones distintas y

> paralelas de pedagogía social: 1) para el punto de vista sociologista la pedagogía social es la ciencia de la educación, como fenómeno esencial y exclusivamente social (la pedagogía social es toda la pedagogía); 2) para la concepción pedagógica tradicional, la pedagogía social es la parte de la pedagogía que se ocupa de la educación social (o socialización general) de individuos y grupos; 3) para quienes se interesan por el trabajo social en su vertiente educativa, y la llaman educación social, la pedagogía social es la teoría de ese enfoque pedagógico del trabajo social. (QUINTANA CABANAS, 1997, p. 68).

O autor ressalta que a Pedagogia Social é a ciência da Educação Social, entendida como campo prático. Os intelectuais, do final do século XIX e início do XX, problematizam os conhecimentos frente a realidade social dos grupos, a fim de buscar soluções emergenciais.

Quintanas Cabanas relata que Ramón Ruiz Amado (1861-1934), sacerdote e educador espanhol, Doutor em Direito, foi quem primeiro tratou da Educação Social, sendo considerado um precursor do tema no país. Como descreve Quintana Cabanas (1997, p. 74), "Ruiz Amado propone una educación social de base cristiana y que enfoca la actitud ante el 'problema social' de acuerdo con la doctrina social de la Iglesia". Como membro da Companhia de Jesus, partia de princípios religiosos frente a um problema social.

Ramón Ruiz Amado dizia que como Educação Social, ela deve ter princípios morais, pautados na razão, potencializando o crescimento daqueles que dela participam. "Nuestro autor señala los deberes sociales que el hombre tiene con la familia, la pátria y el Estado, y entende que el *fin social* es realizar em la Tierra la perfección humana mayor asequille" (QUINTANA CABANAS, 1997, p. 74).

No livro *Pedagogía Social* (1997), Quintana Cabanas traz alguns outros nomes que são pertinentes para entendermos a historicidade da Pedagogia Social e Educação Social. Ramón Albó y Martí (1871-1955) fora um político, juiz e advogado espanhol que desenvolveu suas atividades com caráter mais conservador, em 1921. Conforme Quintana Cabanas, (1997, p. 83), foi juiz de menores em Barcelona e trabalhou em sistema penitenciário com objetivo de reabilitação de jovens.

Outro nome a ser destacado é o de José Pedragosa y Monclús (1874-1957), sacerdote que desenvolveu seus trabalhos dirigindo a Casa da Família, com objetivo de uma reeducação. Quintana Cabanas (1997, p. 84) registra que em 1908 ele foi nomeado diretor da Sección Tercera de la Junta Provincial de Protección a la Infancia. Posteriormente, fundou e dirigiu o Patronato de Libertos y de la Infancia Abandonada, oportunizando também a criação Granja Agrícola de Plegamans para a educação de jovens da área rural.

Quintana Cabanas (1997, p. 85) menciona o nome de José Juan Piquer y Jover (1911-1985), escritor e historiador que estudou Pedagogia em 1933 em Barcelona, interessando-se por

trabalhos com crianças por ele consideradas marginalizadas. Quintana Cabanas (1997, p. 85) afirma que "es un pioneiro en la aplicación de los test psicológicos [...]" a qual tinha por objetivo "psicotecnia, control pedagógico de los niños, orientación psicológica y pedagógica e investigación".

Quintana Cabanas (1997, p. 86) discorre que a Educação Social esteve relacionada a ações de entidades públicas, privadas e institucionalização de ONGs, tendo como objetivo o trabalho com crianças em situações de vulnerabilidade. Ele cita, por exemplo, *OBINSO y la reinserción de ex presidiarios, las Aldeas Infantiles S.O.S., Hogares Promesa* como coletivos infantis e em 1962 fundaram em Oviedo los *Mensajeros de Paz.*

> Para avanzar en línea de mejorar la reeducación de predelincuentes se han puesto en funcionamiento em España unos centro piloto, que responden a estos cinco modelos: 1) centros de reinserción social (para menores que se encuentram en el último período de tutela); 2) centros de reforma para menores difíciles; 3) centro de reforma de menores deficientes psíquicos; 4) centros de atencións psiquiátrica y psicológica; 5) centros para menores drogodependientes. (QUINTANA CABANAS, 1997, p. 87).

Esses cinco modelos de centros pilotos permearam muitos dos trabalhos na Espanha. Vale complementar que o autor menciona as formas em que a Educação Social pode se desenvolver: "La animación sociocultural, que teve seu início marcado no contexto francês, la educación a la terceira edad, el voluntariado"[37]. Desse modo, a história da Pedagogia Social e Educação Social na Espanha não foi diferente dos outros países, pois elas tiveram grandes influências do contexto alemão, caracterizando-se pelo atendimento de crianças e jovens em situações de risco. Vale realçar que:

> El interés por la pedagogía social comezó muy pronto em España, como lo evidencia el hech de que se tradujo ya enseguida (a comienzos del siglo XX) la obra básica de P. Natorp; era un interessante momento en que pedagogía española se hallaba muy pendiente de la alemana, altamente especulativa. Esta tradución se mantuvo viva, também a través del Seminario de pedagogía de la Universidad de Barcelona, en los años treinta; de modo que al crearse la sección de pedagogía em la Universidad de Madrid, el año 1944, la pedagogía social fue incluida em los planes de estúdios. (QUINTANA CABANAS, 1997, p. 89)

A Espanha passa a aprofundar estudos nessa área, sendo que posteriormente outros autores se identificam com ela e a tornaram mais científica. Esse movimento que buscava alçar a Pedagogia Social à condição de uma disciplina científica é demarcado por Érico Ribas Machado (2014, p. 87) como terceiro momento da composição histórica da Pedagogia Social, isto é, quando "a área se organizou primeiramente como uma disciplina dos currículos dos

[37] QUINTANA CABANAS, 1997, p. 87-88.

cursos de Pedagogia; depois, com uma graduação específica e, atualmente, uma área profissional devidamente estruturada". Esse movimento de constituição disciplinar no campo acadêmico remonta ao início da segunda metade do século XX, conforme descreve Érico Ribas Machado (2014, p. 96).

Neste tópico, buscou-se sintetizar a história da Pedagogia Social e Educação Social situando-a no contexto europeu, tomando os casos de Alemanha e Espanha. Érico Ribas Machadoafirma que:

> Existem poucas análises sobre a interação mútua das várias tradições da Pedagogia Social, mas que é possível identificar algumas tendências, tais como suecas, dinamarquesas e espanholas, que foram influenciadas originalmente pela teoria de Natorp e, no caso da realidade finlandesa, que tem como base as tradições vindas da Alemanha e da Espanha (RIBAS MACHADO, 2014, p. 21, *apud* JUHA HÄMÄLÄINEN, 2003, p. 74).

Optamos por um recorte nesses dois países porque a sua origem remonta à Alemanha, embora é necessário considerar a experiência de outros países da Europa[38], e a Espanha expressa um movimento de organização acadêmica dessa área ao longo da segunda metade do século XX, como demonstra Erico Ribas Machado (2014, p. 87-101).

Buscou-se mostrar que a Educação Social nasce a partir dos problemas sociais que assolavam diferentes países europeus. Assim, ela surge com esse caráter mais prático, sem deixar de gerar a necessidade de uma elaboração teórica, como podemos notar na escrita de Paul Natorp que define, ainda no final do século XIX, Pedagogia Social em contraposição à Pedagogia Individual. Ganha força no debate espanhol, em particular com Glória Serrano ao sustentar a ideia de que a Pedagogia Social é uma ciência da educação. Igualmente ela se constitui por seu caráter teórico-prático, pois não busca apenas estudar a Educação Social, mas visa a fazer intervenção na sua própria organização prática.

A partir dessa exposição, embora sintética, é possível observar a constituição de um campo prático da Educação Social, assim como de obras que sistematizam uma reflexão sobre essas ações que culminam na inclusão disciplinar da Pedagogia Social no campo acadêmico, aspecto central para alçá-la ao universo das disciplinas científicas, assim como no campo formativo-profissional ao promover a diplomação de especialistas em Educação Social. Esse movimento do campo científico e profissional dessa área mostra as estratégias de luta de seus

[38] A coletânea Pedagogia Social, organizada por Roberto da Silva, João Clemente de Souza Neto e Rogério Moura (2009), traz capítulos que tratam da Itália, da Finlândia, da Espanha, de Portugal, além de discussões específicas da América Latina e Brasil.

agentes, como bem ilustra o processo de mais de trinta anos da experiência espanhola entre a inclusão disciplinar (1954) e o curso de Educação Social (1988) no âmbito universitário.

2.3. Profissional da Educação Social: os Educadores Sociais

Ao finalizar as discussões e a contextualização histórica da Pedagogia Social e Educação Social, observamos que elas surgem das práticas existentes frente a determinados contextos em que tiveram pessoas engajadas na luta pela superação das desigualdades. Hoje nomeamos esses profissionais de dos Educadores Sociais. Nos itens anteriores deste capítulo observamos que a história da Educação Social é longa. Igualmente as atividades desenvolvidas pelos profissionais dessa área são variadas, assumindo um caráter híbrido que mistura ação religiosa, militar, assistencial, corretiva, ressocializadora, regeneradora. Essa história gera o que Bourdieu chama de *habitus*, isto é, uma disposição prática a fazer ou a realizar de determinado modo as atividades próprias da Educação Social.

A ideia de Pedagogia Social supõe que a dimensão prática, incorporada ao longo desse processo histórico possa ser problematizado. Nesse aspecto é que o campo da Pedagogia Social defende sua posição como ciência da educação, cujo objeto de análise é a Educação Social. Além disso, defende-se sua dimensão teórico-prática, como teoria da Educação Social, visando gerar mudanças no interior de seu campo, especialmente gerando novas disposições, novos *habitus*.

O debate acerca da Educação Social pode se estabelecer pelo próprio sentido dessa expressão, pois como afirma Gadotti (2012, p. 15):

> Em princípio, toda a educação é, ou deve ser, social, já que quando falamos de educação não podemos prescindir da sociedade, da comunidade e do contexto familiar, social e político onde vivemos. Ela pode ser tanto escolar como não-escolar. Entretanto, o campo de atuação da educação social tem sido majoritariamente não escolar.

As práticas desenvolvidas pelos Educadores Sociais se aproximaram de instituições, da Igreja, de Organizações Não-Governamentais, de hospitais, contra turno escolar, entre outros; em contrapartida, aproximavam-se pouco das escolas. No entanto, isso não quer dizer que os Educadores não possam estar também neste espaço.

Assim como são diversos os espaços em que os Educadores Sociais podem desenvolver o seu trabalho, variados são os nomes que eles podem receber. Na página da Associação dos Educadores e Educadoras Sociais do Ceará, encontramos algumas informações que surgem dos

próprios profissionais da Educação Social, alertando sobre sua existência, espaços de intervenção e seus interesses. Na página AESC[39], eles assinalam que:

> Quem somos hoje?
> Recebemos muitos nomes: "orientadores (as) educacionais", "facilitadores (as)", "monitores (as)", "assessores (as) comunitários (as)", "educador popular", "pais e mães sociais", "agentes sociais", "agentes de cidadania", "agentes comunitários", "arte-educadores (as)", "oficineiros (as)", "instrutores (as)", "agentes de pastorais", "agentes rurais" e etc... Entretanto, todos somos educadores e educadoras sociais, e neste sentido, há um movimento internacional, buscando essa unidade conceitual. No Brasil, mais uma vez o Ceará sai na frente, com a AESC, primeira organização do gênero puxando um movimento nacional como um mecanismo de reconhecimento e fortalecimento dessa categoria. (AESC).

Essas nomenclaturas podem aparecer vinculados a determinados espaços e até mesmo como nos editais de concurso público, como veremos no último capítulo desta dissertação. Igualmente, elas variam entre os países, assim como também suas atividades, com aprofundamento teórico, conforme a história de cada local, como também recebem influências da articulação, de reconhecimento e legitimação da profissão e do fortalecimento científico da área, pautando-se ainda em movimentos de lutas e estratégias para o seu próprio reconhecimento. De acordo com Bauli e Müller (2020, p. 193), sobre esses movimentos registram que:

> Essas atividades buscam estudar e discutir atribuições, condições de trabalho, níveis de formação, âmbitos de exercício, tendentes a orientar o legislador acerca da aprovação de um preceito normativo que tutele, de forma efetiva e adequada, os profissionais vinculados à Educação Social.

Ainda na página da Associação dos Educadores e Educadoras Sociais do Ceará, eles relatam o que eles fazem:

> O que fazemos?
> Apesar das dificuldades de especificar as funções dos educadores sociais, tendo em vista sua multiplicidade, considerando as diferentes realidades sociais e as competências administrativas que advém de instituições tanto públicas como privadas, de âmbito municipal, estadual, federal, ONGs, etc. é possível apresentar idéias sobre as funções dos educadores e educadoras sociais.
> Na verdade estamos cada vez mais presentes nas práticas educativas não formais, isto quer dizer que nossa Ação, embora venha sendo cada vez mais requisitada pela Escola, normalmente não se dá em seu interior, enquanto espaço físico restrito, e não é restrita a uma grade curricular ou programa que se avalie, que tenha uma crescimento [sic] de conteúdo verificável através de mensuração, ou seja: nossa matéria-prima é o Ser Humano em sua totalidade, e nossa missão é transformar sua Qualidade de Vida, vista em seu sentido pleno.

[39] Associação dos Educadores e Educadoras Sociais do Ceará – AESC. Disponível em: http://aesc.blogspot.com/. Acesso em: 02 nov. 2019.

> O entendimento que adotamos é que "Educadores sociais são profissionais que atuam na Educação extraformal, desenvolvendo atividades de:
> - Intervenção sócio-educativa com pessoas (crianças, adolescentes, adultos e idosos) em situação de risco social, econômica, racial, sexual, física e mental; - Arte-educação; Educação para a saúde; Educação sócio-cultural; Educação para a Cidadania; Educação e animação para a 3ª idade; Reeducação psico-social; enfim: todas as demais formas de Educação não-formal."
> O educador social é o "profissional de ponta", artífice da transformação social. É quem está **lá**, no **desaguadouro das questões sociais. É quem, na verdade "toca" todos projetos e ações sociais.** (AESC, Grifo da Associação).

Como relatado pela página dos Educadores Sociais, existem dificuldades em limitar e especificar as funções que cabe a eles. Como suas práticas surgiram frente às necessidades em que cada contexto emergia, isso ampliou o que em cada lugar poderia realizar, como também, obteve características próprias de espaços, países, grupo de trabalho, já que a Pedagogia Social e Educação Social podem desenvolver suas práticas, desde grupos de bebês até a terceira idade, contemplando todas as etapas da vida.

Os Educadores Sociais desenvolvem seus trabalhos em diversas áreas, nas quais possuem finalidades próprias direcionadas aos envolvidos. Salientamos que as concepções e ações tomadas frente aos envolvidos irão deixar clara qual é a finalidade fundante do processo de formação, que pode estar relacionada com a manutenção da situação ou com o avanço e o reinserir do sujeito na sociedade. Essas ações também refletem de modo intencional ou não, a formação que esses profissionais recebem, fazendo com que mudem as situações de vida dos sujeitos que da Educação Social são partícipes. Sinalizamos este como um dos aspectos primordiais para a ampliação da discussão da profissionalização e legitimidade dos Educadores Sociais.

Ao acessarmos a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, a qual "tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho"[40], percebemos a existência do termo "Educador Social". Conforme Bauli (2018, p. 18), "a CBO foi a primeira previsão administrativa na forma de Portaria baixada pelo Ministério do Trabalho que reconheceu a atividade do Educador Social como profissão em 21/01/2009.". De modo mais preciso, há duas classificações para Educador Social:

- 5153-05: Educador Social, tratado como ocupação;
- 5153-05: Educador social de rua, tratado como sinônimo;

Em sua descrição está registrado que:

[40] Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Disponível em: http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf. Acesso em: 02 nov. 2019.

> Visam garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal, social e a adolescentes em conflito com a lei. Procuram assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as e identificando suas necessidades e demandas. Controlam o acesso de pessoas e veículos em unidade penal e conduzem presos ou internados para desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, escolares, laborativas, recreativas e ressocializadoras. (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES, 2002).

No site da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO podemos também observar as seguintes definições[41]:

> 5153 - Trabalhadores de atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco
> **5153-05 - Educador social**
> Arte educador, Educador de rua, Educador social de rua, Instrutor educacional, Orientador sócio educativo.
> **5153-10 - Agente de ação social**
> Agente de proteção social, Agente de proteção social de rua, Agente social.
> **5153-15 - Monitor de dependente químico**
> Conselheiro de dependente químico, Consultor em dependência química.
> **5153-20 - Conselheiro tutelar**
> **5153-25 - Sócioeducador**
> Agente de apoio socioeducativo, Agente de segurança socioeducativa, Agente educacional, Atendente de reintegração social
> **5153-30 - Monitor de ressocialização prisional**
> Agente de ressocialização prisional, Monitor disciplinar prisional. (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES, 2002, Grifo próprio).

O que a Classificação Brasileira de Ocupações traz em suas divisões, além de dar nome ao profissional, é mostrar em que contexto os Educadores Sociais podem desenvolver seu trabalho. Em sua descrição destaca que:

> Visam garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal e social. Procuram assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando suas necessidades e demandas e desenvolvendo atividades e tratamento. (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES, 2002).

Observamos que a utilização de diferentes nomenclaturas para um único profissional evidencia quão confuso ainda é o entendimento ou quão amplas são suas atividades, o que justifica a importância do debate para se normatizar essa e outras questões, como formação, remuneração. A CBO ainda descreve as condições gerais de exercício no que diz respeito ao trabalho a ser desenvolvido:

> O trabalho é exercido em instituições ou nas ruas. As atividades são exercidas com alguma forma de supervisão, geralmente em equipes multidisciplinares. Os horários

[41]Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Disponível em: http://cbo.maisemprego.mte.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf. Acesso em: 02 nov. 2019.

> de trabalho são variados: tempo integral, revezamento de turno ou períodos determinados. Os trabalhadores desta família ocupacional lidam diariamente com situações de risco, assistindo indivíduos com alteração de comportamento, agressividade e em vulnerabilidade. (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES, 2002).

Nesta direção, conforme descrito na Classificação Brasileira de Ocupações, percebemos que de modo muito sucinto é tratado daquilo que pertence aos inseridos nessa classificação. Vale destacar que há descrição das grandes áreas de competências[42], assinalando como agir no momento em que está trabalhando. Ao todo são nove competências gerais que se subdividem em mais cento e três ao todo, mas que é tratado de modo superficial. Para conhecimento das grandes áreas de competência, são elas:

- Garantir direitos de assistidos/usuários;
- Sensibilizar assistidos/usuários;
- Identificar necessidades/demandas;
- Abordar assistidos/usuários;
- Desenvolver atividades sócio-educativas;
- Planejar trabalho;
- Avaliar processo de trabalho;
- Comunicar-se;
- Demonstrar competências pessoais.

Estas competências de alguma forma aparecem nos editais dos concursos públicos das regiões metropolitanas, como veremos no último capítulo. No entanto, muitos deles se misturam com características próprias do contexto escolar, parecendo ora se tratar da Educação, ora do Serviço Social. Ainda cabe destacar que:

> Ocupação significa uma atividade, serviço, trabalho intelectual ou manual que é desenvolvido por uma pessoa. É o que ela faz no dia-a-dia. Profissão é uma habilitação que se tem a partir de conhecimentos adquiridos, que possibilita o exercício de uma atividade, que pode ou não ser a ocupação dessa pessoa. Um profissional pode, portanto, se ocupar de atividades diferentes da sua área de formação profissional. (BAULI; MÜLLER, 2020, p. 51).

É nesse sentido que os autores colocam que uma pessoa pode ter uma profissão, pautada em uma formação específica, mas desenvolver uma ocupação, até mesmo sem ligação com sua profissão, fato este recorrente na Educação Social, quando diferentes profissionais assumem a função de Educadores Sociais. Ainda na concepção dos autores:

---

[42] CBO - Classificação Brasileira de Ocupações, Relatório da Família GACs - Grandes Áreas de Competência. Disponível em: http://aeessp.org.br/CBO.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

> O profissional que desenvolve a Educação Social no Brasil já tem algum reconhecimento no contexto social (existe sua previsão na política pública e sua presença é demandada oficialmente em diversos cenários). Sua atividade é de certa forma organizada (os editais descrevem o que esperam do educador social concursado, ainda que de forma variada), Para exercício dela são necessários conhecimentos e técnicas que o capacitem para seu desenvolvimento. Portanto, Educador Social é uma profissão, a qual, frise-se, carece de normatização. (BAULI; MÜLLER, 2020, p. 52).

Sobre este debate, a profissão dos Educadores Sociais também se faz presente em discussões em dois projetos de leis no contexto brasileiro, como mencionamos rapidamente na introdução desta dissertação. O Projeto de Lei 5346/2009 de autoria do deputado Francisco Lopes da Silva (PCdoB, Ceará), desde 03 de julho de 2009 está em trâmite na Câmara dos Deputados, traz em sua indexação o seguinte resumo: Criação, profissão, educador social, educadora social, atuação, comunidade, situação, riscos (segurança), preservação, cultura (ciências sociais), comunidade tradicional, promoção, educação ambiental, cidadania, arte, assistência, preso, adolescente em conflito com a lei, pessoa com deficiência, idoso, mulher, criança, adolescente, homossexual, negros, índio, exigência nível médio, exercício profissional[43].

Neste Projeto de Lei, destacamos os artigos que estabelecem a profissão de Educador Social e indicam que a formação mínima exigida é ensino médio, conforme descrição abaixo:

> **Art. 1º** - Fica criada a profissão de Educador e Educadora Social, nos termos desta Lei.
> **Parágrafo único**: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.
> **Art. 3º** - O Ministério da Educação – MEC fica sendo o órgão responsável pela elaboração e regulamentação da Política Nacional de Formação em Educação Social, dos profissionais que trata esta Lei, em diferentes níveis de escolarização e na manutenção de programas de educação continuada.
> **Parágrafo único** - Fica estabelecido o Ensino Médio como o nível de escolarização mínima para o exercício desta profissão (CÂMARA DOS DEPUTASOS, Projeto de Lei 5346/2009)[44].

Outro documento que trata da regulamentação da profissão dos Educadores Sociais é o Projeto de Lei nº 328/2015, proposto pelo Senador Telmário Mota PDT/RR e protocolado em junho de 2015 no Senado Federal. Desse documento citamos a nova redação do texto final, após

[43]Projeto de Lei 5346/2009. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=437196. Acesso em 02 nov. 2019.
[44] Projeto de Lei nº 5346/2009. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=661788&filename=PL+5346/2009. Acesso: 02 nov. 2019.

emendas e revisão feita em 23 de abril de 2019, onde já consta a exigência de formação em ensino superior[45]:

> **Art. 1º** Esta Lei regulamenta a profissão de educador social.
> **Art. 2º** A profissão de educador social possui caráter pedagógico e social, e seu exercício está relacionado à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.
> **Art. 3º** O campo de atuação do educador social são os contextos educativos – dentro ou fora dos âmbitos escolares – que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos sociais, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, distritais ou municipais.
> **Art. 4º** São atribuições dos profissionais de que trata esta Lei ações de educação e mediação que envolvam os direitos e deveres humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer classe social, sexo, idade, etnia, cultura, nacionalidade, entre outras particularidades, por meio da promoção cultural, política e cívica.
> **Art. 5º** Os profissionais de que trata esta Lei serão formados em cursos de educação superior, em nível de graduação, admitida a escolaridade mínima de nível médio para aqueles que estiverem no exercício da profissão quando da entrada em vigor desta Lei.
> **Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação[46]. (SENADO FEDERAL, Projeto de Lei nº 328/2015).

Destacamos este projeto de lei como mais consistente à defesa da legitimação e normatização da profissão dos Educadores Sociais, pois nele além de demonstrar o caráter pedagógico e social da profissão, explicita que seu campo de atuação pode ser tanto escolar, como não escolar. E o que consideramos singular é a defesa da formação em nível de ensino superior para o exercício profissional dos Educadores Sociais, admitindo a escolaridade média apenas aos que já estão no exercício dessa profissão.

Já fazem mais de dez anos que foi protocolado o Projeto de Lei 5346/2009 na Câmara dos Deputados. Ele tramitou por várias comissões, onde foi aprovado. Em 09 de outubro de

---

[45] A versão inicial protocolada em 2015 continha os seguintes quesitos, sem menção à formação exigida: **Art. 1º** – Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei. **Parágrafo único**: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas. **Art. 2º** – Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos sociais, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais. **Art. 3º** – Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – adequar para a denominação "educadora ou educador social" os cargos ocupados por profissionais com o campo de atuação em contextos educativos que se enquadram no que trata os artigos 1º e 2º desta Lei; II – Criar e prover os cargos públicos de educadoras e educadores sociais, podendo estabelecer níveis diferenciados de admissão destes profissionais de acordo com a escolaridade; III – elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão. **Art. 4º** – São atribuições da Educadora e do Educador Social, dentro ou fora dos âmbitos escolares, as atuações que envolvem: I – a promoção dos direitos humanos e da cidadania; I I – a promoção da educação ambiental; III – as pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência, exploração física e psicológica; IV – os segmentos sociais excluídos socialmente, tais como mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais; **Art. 5º** – Ficam revogadas as disposições contrárias. **Art. 6º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (SENADO FEDERAL, Projeto de Lei nº 328/2015).

[46] Projeto de Lei nº 328/2015. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121529. Acesso: 02 nov. 2019.

2017 na sessão plenária foi apresentado um recurso pelo Deputado Antonio Bulhões (PRB-SP) contra a apreciação conclusiva das comissões e desde então aguarda deliberação do recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Já o Projeto de Lei nº 328/2015 tramitou e foi aprovado nas comissões internas do Senado, sendo enviado à Câmara dos Deputados em 16 de maio de 2019. O processo de reconhecimento profissional é lento e requer a invenção de estratégias para avançar entre as profissões que são regidas por algum estatuto jurídico. Cabe ainda enfatizar que os projetos de leis surgiram por mobilizações dos grupos de diferentes associações, ganhando força quando discutido nos encontros e congressos da área, embora expressem uma divergência no que diz respeito ao nível inicial de formação exigido para ingresso.

No que se refere aos espaços de atuação dos Educadores Sociais, em um contexto de uma profissão em constante mudança, Ribas Machado (2010, p. 44) discorre que:

> As diferentes práticas de Educação Social podem ser encontradas em vários espaços: diferentes ONGs (com diversos enfoques, várias origens de financiamentos, diferentes interesses); Instituições Abrigos (espaços em que as pessoas frequentam por determinados períodos e ou definitivos); Presídios (existem muitos estudos sobre a educação em presídios, que é muito peculiar); Hospitais (existem estudos avançados na área da Pedagogia Hospitalar); Educação de Jovens e Adultos (vários projetos e programas existentes de diferentes maneiras para efetivar essa meta); Movimentos Sociais (muitas práticas são educativas em Movimentos, a própria participação já configura um tipo de formação); Igrejas (práticas educativas com intenções específicas); Projetos Sociais; Programas Sociais (existe uma gama de ações, denominadas de sociais, que atuam em perspectiva educativa, em meios como a rua, além de outros); Escolas (na própria escola são reconhecidos espaços de práticas de Educação Social, como por exemplo, projetos de contra-turno, etc.). Esses são apenas alguns dos espaços, contudo, essa lista pode ser mais extensa. Essa diversidade de práticas educativas exige pessoas que se tornem responsáveis por elas.

Esses espaços de atuação dos Educadores Sociais exigem que haja formação específica na área de Pedagogia Social, e que essa formação abarque as discussões que cada espaço, contexto, idade, necessitam, afinal cada contexto é único, não ocorrendo as mesmas práticas, como por exemplo entre instituições de acolhimento e presídios. Os grupos que fazem parte da Educação Social determinam as ações e a formação continuada destes profissionais.

Em pesquisa realizada em 2010, intitulada "*Sentidos sobre infância e desenvolvimento produzidos por educadores de abrigo",* Ludmila Martins de Sousa observou um certo descaso com as pessoas que estão à frente do trabalho na instituição estudada. Muitas não eram registradas como educadoras sociais ou algo que as remetesse a isso, mas sim como Serviços Gerais, ganhando um salário mínimo. Outras até eram registradas com sua devida função, mas não informaram o salário quando solicitado no questionário.

Um dos caminhos de valorização profissional é a articulação entre Educação Social e Pedagogia Social, o que poderá gerar um maior reconhecimento dessa ocupação, uma legitimação ou detenção de poder simbólico no sentido da teoria dos campos de Bourdieu. Nesse debate podemos inserir a afirmação de Graciani (2014, p. 20):

> [...] a Pedagogia Social se caracteriza como uma ciência transversal aberta às necessidades populares que busca enraizar-se na cultura dos povos para, dialeticamente, construir outras possibilidades sem aniquilar o passado, mas promovendo sua superação.

Uma vez caracterizada como uma ciência e com o objetivo de promoção de superação, destacamos o papel primordial da Pedagogia Social e dos Educadores Sociais, é esse quem vai trabalhar frente à frente com a realidade das crianças e adolescentes, dos idosos, dos que estão em hospitais, presídios ou entre outros espaços. Oña (2005, p. 2) descreve as definições e os conceitos dados aos Educadores Sociais:

> Resulta claro que a lo largo del tiempo los intentos de definición del "educador social" son frecuentes y no podemos hablar de un concepto unitario. Esto es consecuencia de sus confusos y variados antecedentes históricos, de los ámbitos de intervención asumidos, así como las demandas tan cambiantes de esta sociedad. Pero, teniendo en cuenta lo expuesto, y para continuar con mi discurso, quiero definir al educador social como la persona capacitada para realizar una doble labor: por un lado elabora una crítica y una transformación al propio valor educativo de la sociedad y sus elementos, y por otro interviene con sujetos y/o comunidades de sujetos a los que ayuda a potenciar sus factor es personales de desarrollo, capacitándolos socialmente: autoestima, autoconocimiento, habilidades sociales, conciencia crítica, etc. a fin de facilitar las condiciones objetivas de la persona con su medio.

Assim sendo, os Educadores Sociais são aqueles que, mesmo descritos em um projeto de lei, não se esgotam em sua caracterização, pois sofrem transformações diante das relações cotidianas, diante das lutas a serem travadas frente aos variados contexto sociais. Jacyara Silva de Paiva, em sua tese "*Compreendendo as vivências e experiências produzidas na educação social de rua: desvelamentos pertinentes ao educador social de rua"*, trata dos Educadores Sociais e de suas práticas:

> O educador tem como ponto de partida seu comprometimento com o oprimido, que nem sempre é oprimido, ora é oprimido, ora é opressor, dessa forma a Educação Social se desvela de várias formas e maneiras num cotidiano inventivo, devido a esta provisoriedade o Educador Social precisa a todo instante analisar sua prática, rever a teoria que o orienta para sempre redimensionar sua compreensão de mundo, vendo esse mundo com o oprimido e também a partir dele, compreendendo além do mundo exterior sua prática pedagógica e a si mesmo. (PAIVA, 2011, p. 44).

Os Educadores Sociais estão frente a conflitos cotidianamente, interpelam-se sempre que as adversidades aparecem, afinal, os grupos com que trabalham revelam muito das suas angústias, dos seus problemas, das situações de injustiças e de justiças que desejam fazer. É da relação entre oprimidos e opressores que poderão surgir caminhos a serem percorridos em busca de uma superação e transformação da realidade.

No livro "*Educação e mudança",* Paulo Freire descreve sobre o trabalhador social, cuja definição é pertinente à nossa discussão sobre Educadores Sociais:

> Por isso, o trabalhador social não pode ser um homem neutro frente ao mundo, um homem neutro frente à desumanização ou humanização, frente à permanência do que já não representa os caminhos do humano ou à mudança destes caminhos.
> O trabalhador social, como homem, tem que fazer sua opção. Ou adere à mudança que ocorre no sentido da verdadeira humanização do homem, de seu ser mais, ou fica a favor da permanência.
> Isso não significa, contudo, que deva, em seu trabalho pedagógico, impor sua opção aos demais. Se atua desta forma, apesar de afirmar sua opção pela libertação do homem e pela sua humanização, está trabalhando de maneira contraditória, isto é, manipulando; adapta-se somente à ação domesticadora do homem que, em lugar de libertá-lo, o prende. (FREIRE, 2018, p. 68).

Essa passagem de Paulo Freire é esclarecedora do papel dos Educadores Sociais, dos desafios do seu trabalho, de como encaminhar sua prática, promovendo a troca entre os envolvidos, e jamais como destaca de impor algo, pois isso somente reforçaria a relação entre opressor e oprimido. Eles precisam fazer de suas práticas um fazer juntos com o outro, construindo juntos e crescendo juntos.

Observa-se um consenso no que diz respeito à forma como se denominar o profissional que atua na Educação Social. O movimento que visa a regulamentação profissional vislumbra a mesma condição que existe para as ocupações mais tradicionais. A título de exemplo, os médicos, advogados, engenheiros, professores têm seus estatutos profissionais e possuem um reconhecimento jurídico de suas ocupações há bastante tempo. É nessa direção que apontam as organizações políticas dos profissionais dessa área, notadamente ao defender um projeto de lei que regule a profissão dos Educadores Sociais. Porém, ainda existe um dissenso no diz respeito à formação exigida para atuar nessa área, como ilustram os dois projetos de lei que tramitam em Brasília, pois um deles defende a formação em nível médio e outro em nível superior.

Notadamente, aos agentes da Educação Social, que podem agir, refletir individualmente ou coletivamente, a partir de seus *habitus*, é que como classe ou grupo profissional, percebem suas chances no jogo, evidenciando assim suas escolhas entre os investimentos de tempo, remuneração, aprimoração, pautados num retorno, impreciso num primeiro momento, já que ainda a profissão não é regulamentada.

É nesse “campo de forças” e “campo de lutas”, que não são estruturas fixas, conforme Pierre Bourdieu, que se apresentam os conflitos, como natural em todos os campos, devido aos diferentes modos de se entender ou valorizar o campo da Pedagogia Social, dos grupos que defendem a particularidade de cada projeto de lei, com destaque a formação inicial, que podem interferir direta ou indiretamente na discussão para o avanço do reconhecimento da profissão no contexto brasileiro.

Neste capítulo, apresentamos alguns aspectos dos caminhos que a Pedagogia Social e Educação Social percorreram, inicialmente no contexto brasileiro e em seguida na Europa. Desejou-se criar um item específico para tratar dos Educadores Sociais, para que assim pudéssemos enxergar suas diferentes nomenclaturas e seus variados espaços de atuação, assim como algumas discussões e lutas em vistas da regulamentação de sua profissão. A ideia central foi mostrar nos três itens o processo de constituição de práticas sociais que foram se definindo como Educação Social, gerando disposições nos indivíduos que nela estão integrados, mas ao mesmo tempo mobilizando determinadas estratégias para compreender a própria organização dessas práticas educativas, o que gerou o que se conhece por Pedagogia Social, uma área do conhecimento que busca afirmar-se no campo científico das ciências da educação e projetar-se como saber teórico-prático nas relações específicas do fazer da Educação Social.

3. Educadores Sociais nos municípios das Regiões Metropolitanas do Paraná

Este capítulo consiste na parte central da dissertação, pois apresenta as análises das categorias que identificamos nos editais de concurso público das oito Regiões Metropolitanas do Paraná. Trata-se de observar os dados, problematizá-los em diálogo com os aspectos delineados nos capítulos anteriores. Privilegia-se a exposição detalhada dos dados a partir de três categorias: terminologias e atribuições; formação e requisito exigidos; carga horária e remuneração.

Essas categorias conduzem nossa articulação com as discussões dos capítulos anteriores. São os dados que condicionam a mobilização dos conceitos bourdieusianos e a articulação com as experiências históricas da Educação Social e Pedagogia Social. A exposição se organiza a partir de quadros e gráficos a fim de evidenciar as tendências gerais e indicar possibilidades comparativas entre as regiões e entre os municípios que compõem uma mesma região. À medida que se apresentam os dados, procuramos cotejar com a teoria dos campos e mostrar certas relações com a história dessas áreas que são objeto desta dissertação.

Antes de adentrarmos às discussões das categorias propriamente ditas, consideramos importante trazer algumas informações referentes a organização das Regiões Metropolitanas do Paraná a fim de que se tenha uma visão geral de sua estrutura, uma vez que fazem parte no nosso recorte de pesquisa e análise. Essa percepção geral do processo histórico que resultou na criação dessas regiões metropolitanas no Paraná contribui para melhor entendimento dos dados que serão apresentados na sequência.

Ao contrário do primeiro capítulo, onde se apresentou uma ideia de como organizamos ou concebemos nossa pesquisa, neste momento, trata-se propriamente da realização da investigação. Assim, procuramos levar adiante as sugestões de que a pesquisa é uma construção, isto é, ela consiste numa problematização dos dados que encontramos nos editais. As três categorias de análise não são invenções teóricas ou decorrentes de escolha sem justificativa, mas são resultados de uma construção social que define ocupações (no nosso caso dos Educadores Sociais ou outra terminologia), estabelece atribuições, discrimina formação mínima exigida e remuneração. Assim, na sequência se desenvolve uma problematização dessas construções, tomando o conjunto dos dados no âmbito do campo da Educação Social e Pedagogia Social.

A existência de região metropolitana segue uma forma nacional de organização. No Brasil existem setenta e quatro regiões metropolitanas, com base na revisão atual do IBGE[47] de 31 de dezembro de 2019.

> As regiões metropolitanas e aglomerações urbanas são recortes instituídos por lei complementar estadual, de acordo com a determinação da Constituição Federal de 1988, visando integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

As regiões metropolitanas no Brasil têm seu início no ano de 1973, tendo sua regulação na Lei Complementar n° 14 /1973. Desde então, surgiram as seguintes regiões metropolitanas: de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Belém, Recife, Fortaleza, e em 1974 Rio de Janeiro.

Conforme Barreto (2012, p. 2-3):

> As primeiras (criadas no início da década de 1970), com exceção da Região Metropolitana de Belém, possuem atualmente população superior a dois milhões de habitantes; excetuando-se a capital paraense, todas as outras regiões metropolitanas antigas encabeçam os primeiros lugares no ranking das mais populosas. Isso nos mostra que, embora haja uma variação de crescimento de uma região metropolitana para outra, e até mesmo entre os municípios que as compõem, as primeiras regiões metropolitanas criadas no país continuam sendo importantes núcleos de atração populacional. O segundo elemento que merece destaque diz respeito ao fato de as regiões metropolitanas mais antigas, invariavelmente possuírem como cidade polo, capitais de estados. Em contrapartida, as regiões metropolitanas recentes, de iniciativa estadual, portanto, criadas depois de 1988, possuem como cidade polo, em sua grande maioria, aquelas que não são capitais estaduais.

O aumento do número de regiões metropolitanas ocorre em razão do crescimento da população, da procura de melhores condições de vida, organizando o desenvolvimento dos grandes centros urbanos, mesmo que isso não seja garantia da mudança. E é assim que atualmente no Paraná contamos com oito regiões metropolitanas, onde observamos que dessas, apenas a região Metropolitana de Curitiba pertence a região leste, as demais para o norte, noroeste, oeste e centro ocidental do estado. A seguir, podemos observar melhor no mapa do estado do Paraná, as regiões metropolitanas dentro das mesorregiões: Mesorregião do Noroeste Paranaense, Mesorregião do Centro Ocidental Paranaense, Mesorregião do Norte Central Paranaense, Mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense, Mesorregião do Centro Oriental Paranaense, Mesorregião do Oeste Paranaense, Mesorregião do Sudoeste Paranaense,

[47] Para mais informações sobre as regiões metropolitanas, acessar: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27753-ibge-atualiza-a-lista-dos-municipios-que-integram-os-recortes-territoriais-brasileiros.

Mesorregião do Centro-Sul Paranaense, Mesorregião do Sudeste Paranaense e Mesorregião Metropolitana de Curitiba à leste.

Figura 2 - Mapa administrativo e político do Paraná

Fonte: Dreamstime. **Mapa administrativo e político do Paraná**. Disponível em: https://pt.dreamstime.com/ilustra%C3%A7%C3%A3o-stock-mapa-administrativo-e-pol%C3%ADtico-de-parana-com-bandeira-image90322888. Acesso: 15 mar. 2020.

No conjunto dessas regiões, foram encontrados cinquenta e um editais. É importante registrar que em um único edital, localizamos duas funções que compreendem a Educação Social ao observar suas atribuições, resultando em sessenta e uma análises. De todas as regiões metropolitanas, as que apresentam mais de uma função foram Apucarana, Curitiba, Londrina, Maringá, Toledo e Umuarama.

Na tabela abaixo, podemos notar a quantidade de concursos abertos por regiões, como também o número de municípios pertencentes a cada região metropolitana[48].

Tabela 13 - Quantidade de concursos nas Regiões Metropolitanas do estado do Paraná

(continua)

Região metropolitana	Número de municípios	Quantidade de concurso ofertada
Região metropolitana de Apucarana	23	8

[48] A composição total de dados desta dissertação se deu a partir das buscas realizadas nos portais de todos os municípios pertencentes às respectivas regiões. Essa busca fora feita em ordem decrescente, ou seja, visto do mais recente edital até o ano mais antigo. Dentre esses, São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, e Cambé, na região metropolitana de Londrina, ambos datados de 2009, foram os mais antigos encontrados, em contrapartida, o mais recente pertence ao município de Toledo, na Região Metropolitana de Toledo, com data de 2019.

Tabela 13 - Quantidade de concursos nas Regiões Metropolitanas do estado do Paraná

(conclusão)

Região metropolitana	Número de municípios	Quantidade de concurso ofertada
Região metropolitana de Campo Mourão	**25**	**3**
Região metropolitana de Cascavel	23	3
Região metropolitana de Curitiba	29	14
Região metropolitana de Londrina	25	7
Região metropolitana de Maringá	26	6
Região metropolitana de Toledo	18	5
Região metropolitana de Umuarama	24	5
TOTAL	193	51

Fonte: Elaborada pela autora – com base nos editais de concursos das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná

Antes de iniciarmos as análises por categorias, apresentamos cada região metropolitana e alguns de seus dados, para que assim tenhamos informações estruturais desses espaços urbanos.

A região metropolitana de Apucarana é entre todas, a oitava maior do estado. Ela fora instituída pela Lei Complementar Estadual 187, de 13 de janeiro de 2015. Vale destacar que em seu projeto inicial, de 1998, contava com doze municípios, mas quando, em 2015, por meio do Projeto de Lei 187/2015[49], de autoria do deputado estadual Nelson Justus, a região passa a contemplar vinte e três municípios. No entanto, algumas cidades passaram a integrar as regiões de Maringá e Londrina[50].

Tabela 14 - Municípios da Região Metropolitana de Apucarana

(continua)

Município	Número de habitantes	Apresentou edital
Apucarana	120.919	Sim
Arapuã	3.561	Sim
Ariranha do Ivaí	2.453	Sim
Borrazópolis	7.878	Não
Califórnia	8.069	Não
Cruzmaltina	3.162	Não
Faxinal	16.314	Não
Godoy Moreira	3.337	Sim
Grandes Rios	6.625	Não
Ivaiporã	31.816	Sim
Jardim Alegre	12.324	Sim
Kaloré	4.506	Não
Lidianópolis	3.973	Sim
Lunardelli	5.160	Não

[49] Informações retiradas de: "As Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná: desafios e perspectivas", 'Estatuto da Metrópole e Desafios das Cidades Brasileiras' Ministério Público do Estado do Paraná, por Carlos Augusto Storer. Disponível em: https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/RMs_PR_apresentacao_Carlos_Storer.pdf. Acesso em: 16 mai. 2020.

[50] Informações retiradas do portal da prefeitura de Apucarana. Para mais informações, acessar: http://www.apucarana.pr.gov.br/site/.

Tabela 14 - Municípios da Região Metropolitana de Apucarana

(conclusão)

Município	Número de habitantes	Apresentou edital
Marilândia do Sul	**8.863**	**Não**
Marumbi	4.603	Não
Mauá da Serra	8.555	Não
Novo Itacolomi	2.827	Não
Rio Bom	3.334	Não
Rio Branco do Ivaí	3.898	Não
Rosário do Ivaí	5.588	Não
São João do Ivaí	11.525	Não
São Pedro do Ivaí	10.167	Sim
Total	289.457 habitantes	8

Fonte: Elaborada pela autora – com base nos dados apresentados peloIBGEdo censo de 2010.

A Região Metropolitana de Apucarana, pertencente a Mesorregião Norte-Central Paranaense, tem seu município polo que leva o nome da região, Apucarana, possui sua área territorial de 558,389 km² e com seu Produto Interno Bruto - PIB per capita de R$23.872,36, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE[51]. Fora a segunda região metropolitana que mais apresentou concursos para a área de Educação Social, contabilizando oito, porém totalizando nove análises, já que o município de Ivaiporã apresentou duas possibilidades de atuação na área.

Seguimos agora para a Região Metropolitana de Campo Mourão, instituída pela Lei Complementar n. 185, de 12 de Janeiro de 2015[52]. Desde sua criação, essa região metropolitana possui o mesmo número de municípios que a ela pertence, totalizando vinte e cinco. Na tabela a seguir, podemos observar sua quantidade de habitantes por município.

Tabela 15 - Municípios da Região Metropolitana de Campo Mourão

(continua)

Município	Número de habitantes	Apresentou edital
Altamira do Paraná	4.306	Não
Araruna	13.419	Sim
Barbosa Ferraz	12.656	Não
Boa Esperança	4.568	Não
Campina da Lagoa	15.394	Não
Campo Mourão	87.194	Sim
Corumbataí do Sul	4.002	Não
Engenheiro Beltrão	13.906	Não
Farol	3.472	Não
Fênix	4.802	Não

[51] Para mais informações acessar: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/apucarana/panorama.

[52] Informações retiradas de: "As Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná: desafios e perspectivas", 'Estatuto da Metrópole e Desafios das Cidades Brasileiras' Ministério Público do Estado do Paraná, por Carlos Augusto Storer. Disponível em: https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/RMs_PR_apresentacao_Carlos_Storer.pdf. Acesso em: 16 mai. 2020.

Tabela 15 - Municípios da Região Metropolitana de Campo Mourão

(conclusão)

Município	Número de habitantes	Apresentou edital
Goioerê	**29.018**	**Não**
Iretama	10.622	Não
Janiópolis	6.532	Não
Juranda	7.641	Não
Luiziana	7.315	Não
Mamborê	13.961	Não
Moreira Sales	12.606	Não
Nova Cantu	7.425	Não
Peabiru	13.624	Não
Quarto Centenário	4.856	Não
Quinta do Sol	5.088	Não
Rancho Alegre d'Oeste	2.847	Não
Roncador	11.537	Não
Terra Boa	15.776	Não
Ubiratã	21.558	Sim
Total	334.125	3

Fonte: Elaborada pela autora – com base nos dados apresentados peloIBGEdo censo de 2010.

A Região Metropolitana de Campo Mourão pertence a Mesorregião Centro Ocidental do Paraná, com o seu município que leva o nome da região, de acordo com o IBGE, tem sua área da unidade territorial 749,638 km², e com PIB per capita de R$ 36.491,24.[53] Esta região fora uma das que menos encontramos editais na área da Educação Social, totalizando apenas três, como a mesma incidência da Região Metropolitana de Cascavel.

A Região Metropolitana de Cascavel fora instituída pela Lei Complementar 186, de 12 de janeiro de 2015[54]. A mesma possui o número de vinte e três municípios, desde sua ampliação. Conforme Reolon e Souza (2006, p. 117):

> O município de Cascavel foi proposto como polo regional metropolitano por meio do Projeto de Lei Complementar 110/2003. Entretanto, a implementação do referido Projeto foi vetada, por iniciativa do então Governador do Estado, por meio da Proposição 28/03, pois se considerou, dentre outros motivos, que as características socioespaciais do conjunto dos municípios não justificavam sua adequação à categoria de unidade regional proposta (metropolitana, neste caso).

Desse modo, os municípios foram se desenvolvendo durante os anos seguintes, o que apenas em 2015 é que se instituiu a região metropolitana. Cabe destacar que para a formação de uma região metropolitana, é necessário que haja um sistema urbano formado, com fortes

[53] Para mais informações acessar: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/campo-mourao/panorama.
[54] Informações retiradas de: "As Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná: desafios e perspectivas", 'Estatuto da Metrópole e Desafios das Cidades Brasileiras' Ministério Público do Estado do Paraná, por Carlos Augusto Storer. Disponível em: https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/RMs_PR_apresentacao_Carlos_Storer.pdf. Acesso em: 16 mai. 2020.

vínculos entre os municípios, pautado a fortalecer o desenvolvimento da região. No entanto, encontramos divergências quanto a esses requisitos.[55]

Não vamos nos deter a essas questões devido a extrapolar o tema de nossa pesquisa, porém, destacamos que estas discussões são de relevância. Apresentamos agora a população referente aos municípios da região Metropolitana de Cascavel, bem como a quantidade de editais ofertados.

Tabela 16 - Municípios da Região Metropolitana de Cascavel

Município	Número de habitantes	Apresentou edital
Anahy	2.874	Não
Boa Vista da Aparecida	7.911	Não
Braganey	5.735	Não
Cafelândia	14.662	Não
Campo Bonito	4.407	Não
Capitão Leônidas Marques	14.970	Não
Cascavel	286.205	Sim
Catanduvas	10.202	Não
Céu Azul	11.032	Não
Corbélia	16.312	Não
Diamante do Sul	3.510	Sim
Guaraniaçu	14.582	Sim
Ibema	6.066	Não
Iguatu	2.234	Não
Iracema do Oeste	2.578	Não
Jesuítas	9.001	Não
Lindoeste	5.361	Não
Matelândia	16.078	Não
Nova Aurora	11.866	Não
Santa Lúcia	3.925	Não
Santa Tereza do Oeste	10.332	Não
Três Barras do Paraná	11.824	Não
Vera Cruz do Oeste	8.973	Não
TOTAL	480.640	3

Fonte: Elaborada pela autora – com base nos dados apresentados peloIBGEdo censo de 2010.

A Região Metropolitana de Cascavel pertence a Mesorregião Oeste do Paraná, sendo o município polo da região metropolitano, sua área da unidade territorial de 2.101,074 km², tendo seu PIB per capita em R$35.590,04, segundo os dados do IBGE[56].

Nossa próxima Região Metropolitana é a de Curitiba, sendo seu município polo a capital do estado do Paraná. Conforme o *Relatório de Pesquisa, Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão*

[55] Para mais informações sobre divergências quanto a formação da região metropolitana, acessar a dissertação *A aglomeração urbana da soja: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na mesorregião Oeste paranaense*, de Cleverson Alexsander Reolon, apresentada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2150/1/Cleverson%20Alexsander%20Reolon%20Parte%201.pdf.

[56] Para mais informações acessar: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cascavel/panorama.

metropolitana (2015, p. 19), "a RM de Curitiba foi criada pela Lei Complementar Federal (LCF) nº 14, de 8 de junho de 1973, que instituiu as primeiras RMs brasileiras: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza." Inicialmente o projeto teve a participação de quatorze municípios apenas, sendo que com a criação de novos municípios depois de 1994 se chegou a vinte e nove[57]. A seguir temos um panorama da Região Metropolitana de Curitiba que possui o maior número de habitantes do estado.

Tabela 17 - Municípios da Região Metropolitana de Curitiba

Município	Número de habitantes	Apresentou edital
Adrianópolis	6.376	Não
Agudos do Sul	8.270	Sim
Almirante Tamandaré	103.204	Sim
Araucária	119.123	Sim
Balsa Nova	11.300	Não
Bocaiúva do Sul	10.987	Não
Campina Grande do Sul	38.769	Não
Campo do Tenente	7.125	Não
Campo Largo	112.377	Não
Campo Magro	24.843	Sim
Cerro Azul	16.938	Sim
Colombo	212.967	Não
Contenda	15.891	Não
Curitiba	1.751.907	Sim
Doutor Ulysses	5.727	Não
Fazenda Rio Grande	81.675	Sim
Itaperuçu	23.887	Sim
Lapa	44.932	Sim
Mandirituba	22.220	Não
Piên	11.236	Sim
Pinhais	117.008	Sim
Piraquara	93.207	Sim
Quatro Barras	19.851	Não
Quitandinha	17.089	Não
Rio Branco do Sul	30.650	Não
Rio Negro	31.274	Não
São José dos Pinhais	264.210	Sim
Tijucas do Sul	14.537	Sim
Tunas do Paraná	6.256	Não
TOTAL	3.223.836	14

Fonte: Elaborada pela autora – com base nos dados apresentados peloIBGEdo censo de 2010.

Percebemos que ao buscarmos informações sobre as regiões metropolitanas do Paraná, a mais estudada fora a de Curitiba; talvez isso se justifique pelo tempo de sua criação, por

[57] Para mais informações ver *Relatório de Pesquisa Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana - Região Metropolitana de Curitiba*. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/150909_relatorio_arranjos_igm_rm_curitiba.pdf.

envolver a capital do estado, por ter o maior número de habitantes, o que não é tão perceptível nas demais, exceto as Regiões Metropolitanas de Maringá e Londrina.

A Região Metropolitana de Curitiba pertence a região leste do Paraná, sendo a capital o município polo, sua área da unidade territorial de 435,036 km², tendo seu PIB per capita em R$ 44.384,92, segundo os dados do IBGE[58].

A Região Metropolitana de Londrina é a próxima que estudamos para esta pesquisa. Conforme Gustavo Nascimento e Omar Neto Fernandes Barros (2009, p. 3):

> Londrina, como um organismo urbano, possui uma grande complexidade de funções em todos os seus setores econômico, conseqüentemente grande variedade e oferta de bens e serviços, além de um grande mercado de trabalho diversificado. A cidade acaba por si só a polarizar a região na qual está inserida, por isso a RML foi institucionalizada objetivando obter maiores investimentos e promover a integração e atendimento das necessidades entres os municípios, porém desde a sua formulação poucas atitudes foram constatadas no sentido de uma maior integração entre os participantes.

Isso porque alguns de seus municípios estão próximos das regiões vizinhas, como por exemplo de Maringá e Apucarana, que também recebem influências no que diz respeito ao seu desenvolvimento. A seguir, apresentamos o número de habitantes desta região metropolitana.

Tabela 18 - Municípios da Região Metropolitana de Londrina

(continua)

Município	Número de habitantes	Apresentou edital
Alvorada do Sul	10.283	Não
Arapongas	104.150	Não
Assaí	16.354	Sim
Bela Vista do Paraíso	15.079	Não
Cambé	96.733	Sim
Centenário do Sul	11.190	Não
Florestópolis	11.222	Não
Guaraci	5.227	Sim
Ibiporã	48.198	Sim
Jaguapitã	12.225	Não
Jataizinho	11.875	Não
Londrina	506.701	Sim
Lupionópolis	4.592	Não
Miraselva	1.862	Sim
Pitangueiras	2.814	Sim
Porecatu	14.189	Não
Prado Ferreira	3.434	Não
Primeiro de Maio	10.832	Não
Rancho Alegre	3.955	Não
Rolândia	57.862	Não
Sabáudia	6.096	Não
Sertaneja	5.817	Não
Sertanópolis	15.638	Não

[58] Para mais informações acessar: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama.

Tabela 18 - Municípios da Região Metropolitana de Londrina

(conclusão)

Município	Número de habitantes	Apresentou edital
Tamarana	12.262	Não
Uraí	11.472	Não
TOTAL	100.0062	7

Fonte: Elaborada pela autora – com base nos dados apresentados peloIBGEdo censo de 2010.

A Região Metropolitana de Londrina pertence a mesorregião Norte Central do estado do Paraná, sendo o município polo da região metropolitano com área da unidade territorial de 1.652,569 km², tendo seu PIB per capita em R$ 34.444,56, segundo os dados do IBGE.[59]

A próxima, também pertencente ao norte do estado, Região Metropolitana de Maringá, foi uma das que mais encontramos pesquisas, em diversas áreas, ao lado das Regiões Metropolitanas de Londrina e Curitiba. Jaqueline Telma Vercezi (2001, p. 107) diz:

> De acordo com o Projeto de Lei Complementar 253/98, que trata da instituição da Região Metropolitana de Maringá, constatou-se que há um processo configurado de metropolização no eixo Norte do Paraná desde os anos 70, tornando Maringá a terceira região de aglomeração de população urbana, com uma área de influência (econômica, social, cultural, serviços urbanos) que extrapola os limites da região instituída.

Sob o mesmo ponto de vista, percebemos que a região passa por situações que se distinguem entre os municípios e da própria Maringá, quando notamos que:

> Nos dias atuais essa definição tornou-se evidente na configuração residencial de Maringá, onde se observam distinções na ocupação residencial segundo a condição de classe: as rendas altas ocupam a área previamente definida como principal, além de uma parcela da área inicialmente projetada para as classes populares (zonas 4 e 5); as rendas médias ocupam a área destinada, no projeto inicial, às classes operárias (Vila Operária); e as rendas baixas se localizam nas áreas de expansão que se desenvolveram fora do primeiro traçado (os novos conjuntos habitacionais). Além do afastamento da população de baixa renda para a periferia do perímetro urbano, ocorreram processos sociais, econômicos e políticos em Maringá que excluíram essa população dos próprios limites do município, afastando-a para cidades vizinhas, como Sarandi e Paiçandu, até hoje aglomerações urbanas desprovidas da infra-estrutura básica, presente em Maringá desde o início de sua fundação. (RODRIGUES, 2005, p. 64).

Esses afastamentos entre as classes, entre as áreas em que se encontram, vivem e trabalham os sujeitos de Maringá, contribuem para reproduzir as desigualdades sociais, o que

[59] Para mais informações acessar: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama.

reflete nos municípios vizinhos, desde infraestrutura às condições de vida dos que ali residem. A autora, ainda ao tratar da Região Metropolitana de Maringá, descreve:

> Em 1998 foi criada a região metropolitana de Maringá (Lei Estadual n.º 83/98), com o objetivo de buscar soluções para problemas de saúde, meio ambiente, transporte coletivo, sistema viário, saneamento básico, segurança e geração de novos empregos. Entretanto, apesar de em muitos casos esses fenômenos estarem relacionados ao conjunto que compõe a espacialidade polarizada por Maringá, jamais se conseguiu organizar qualquer planejamento conjunto, objetivo principal da implementação da região metropolitana. (RODRIGUES, 2005, p.73).

Nesse sentido, Maringá conservou o seu espaço urbano, direcionando aos demais municípios um renda menor, com condições que diferem bastante de seu município polo. A seguir, veremos a quantidade de habitantes dos municípios que compõem a região, bem como de concurso encontrados.

Tabela 19 - Municípios da Região Metropolitana de Maringá

Município	Número de habitantes	Apresentou edital
Ângulo	2.859	Não
Astorga	24.698	Sim
Atalaia	3.913	Não
Bom Sucesso	6.561	Não
Cambira	7.236	Não
Doutor Camargo	5.828	Não
Floraí	5.050	Não
Floresta	5.931	Sim
Flórida	2.543	Não
Iguaraçu	3.982	Não
Itambé	5.979	Não
Ivatuba	3.010	Não
Jandaia do Sul	20.269	Sim
Lobato	4.401	Não
Mandaguaçu	19.781	Não
Mandaguari	32.658	Não
Marialva	31.959	Não
Maringá	357.077	Sim
Munhoz de Melo	3.672	Não
Nova Esperança	26.615	Sim
Ourizona	3.380	Não
Paiçandu	35.936	Não
Presidente Castelo Branco	4.784	Não
Santa Fé	10.432	Não
São Jorge do Ivaí	5.517	Não
Sarandi	82.847	Sim
TOTAL	716.918	6

Fonte: Elaborada pela autora – com base nos dados apresentados peloIBGEdo censo de 2010.

A Região Metropolitana de Maringá pertence a mesorregião Norte Central Paranaense, sendo o município polo da região metropolitano com área da unidade territorial de 487,013 km², tendo seu PIB per capita em R$41.569,88, segundo os dados do IBGE[60].

Nossa próxima região metropolitana, abrange Toledo e seus municípios vizinhos. Esta região possui discussões sobre sua legitimidade ou não no que tange ao que é preciso para se efetivar como região metropolitana. De acordo com Perin e Camargo (2016, p. 117), "Toledo é apenas um entre os vários municípios sem reais características metropolitanas que deverá adequar-se à nova legislação, por meios ainda não definidos." Essas características também percorrem outras regiões no estado do Paraná. Nesta mesma direção, complementa Reolon (2007, p.57):

> Sob esta perspectiva, tem-se continuado a deflagrar propostas de criação de unidades regionais, especialmente de regiões metropolitanas, no estado do Paraná. Os processos de institucionalização de unidades regionais situada na Mesorregião Oeste Paranaense, em especial referência às regiões metropolitanas de Cascavel e Toledo, parecem ser exemplos que se encaixam neste contexto.

No entanto, sejam quais forem os fatores que contribuíram a esse processo no Paraná, a Região Metropolitana de Toledo é composta por dezoito municípios, abaixo listados, com seu número de habitantes e quantidade de editais encontrados para análise.

Tabela 20 - Municípios da Região Metropolitana de Toledo

Município	Número de habitantes	Apresentou edital
Assis Chateaubriand	33.025	Sim
Diamante D'Oeste	5.027	Não
Entre Rios do Oeste	3.926	Não
Guaíra	30.704	Não
Marechal Cândido Rondon	46.819	Sim
Maripá	5.684	Não
Mercedes	5.046	Não
Nova Santa Rosa	7.626	Não
Ouro Verde do Oeste	5.692	Sim
Palotina	28.683	Sim
Pato Bragado	4.822	Não
Quatro Pontes	3.803	Não
Santa Helena	23.413	Não
São José das Palmeiras	3.830	Não
São Pedro do Iguaçu	6.491	Não
Terra Roxa	16.759	Não
Toledo	119.313	Sim
Tupãssi	7.997	Não
TOTAL	358.660	5

Fonte: Elaborada pela autora – com base nos dados apresentados peloIBGEdo censo de 2010.

[60] Para mais informações acessar https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/panorama.

A Região Metropolitana de Toledo pertence a mesorregião Oeste Paranaense, sendo o município polo da região metropolitano com área da unidade territorial de 1.196,756 km², tendo seu PIB per capita em R$ 43.746,10, segundo os dados do IBGE.[61]

Finalizando as apresentações das regiões, seguimos para a Região Metropolitana de Umuarama[62]. De acordo com França (2011, p. 168):

> Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama foram cidades planejadas para se localizarem a uma distância de 100 quilômetros entre elas com a finalidade de se tornarem metrópoles modernas, organizadas e estruturadas para receber as pessoas dos pequenos núcleos urbanos. Esses pequenos núcleos foram instalados a uma distância de 15 quilômetros entre eles logo, a população e as empresas iriam buscar bens e serviços nas metrópoles.

Desses municípios, apenas Cianorte não se configura como uma região metropolitana, no entanto, está próxima às regiões de Maringá e Umuarama. Em consonância com França, sobre o desenvolvimento do município, desde a década de 90, conforme Cruz e Silva (2003 p. 189) vemos que "a Universidade assegura a Umuarama o título de Cidade Universitária. O fluxo migratório estudantil movimenta a cidade em todos os aspectos, o desenvolvimento imobiliário, supermercados, restaurantes, cinema, casas noturnas, comércio de móveis, etc."

A Região Metropolitana de Umuarama foi instituída pela Lei Complementar estadual n.º 149, de 22 de agosto de 2012[63]. Abaixo podemos observar o número de habitantes por municípios e o total da região.

Tabela 21 - Municípios da Região Metropolitana de Umuarama

(continua)

Município	Número de habitantes	Apresentou edital
Alto Paraíso	3.206	Não
Alto Piquiri	10.179	Sim
Altônia	20.516	Não
Brasilândia do Sul	3.209	Não
Cafezal do Sul	4.290	Não
Cidade Gaúcha	11.062	Sim
Cruzeiro do Oeste	20.416	Sim
Douradina	7.445	Sim
Esperança Nova	1.970	Não
Francisco Alves	6.418	Não
Icaraíma	8.839	Não
Iporã	14.981	Não
Ivaté	7.514	Sim

[61] Para mais informações, acesse https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/toledo/panorama.
[62] Optou-se por descrever alguns aspectos referente ao município Umuarama e não pela Região Metropolitana de Umuarama, devido a escassa pesquisa sobre a mesma que contribuíam para esta pesquisa.
[63] Informações retiradas de: "As Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná: desafios e perspectivas", 'Estatuto da Metrópole e Desafios das Cidades Brasileiras' Ministério Público do Estado do Paraná, por Carlos Augusto Storer. Disponível em: https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/RMs_PR_apresentacao_Carlos_Storer.pdf. Acesso em: 16 mai. 2020.

Tabela 21 - Municípios da Região Metropolitana de Umuarama

(conclusão)

Município	Número de habitantes	Apresentou edital
Maria Helena	5.956	Não
Mariluz	10.224	Não
Nova Olímpia	5.503	Não
Perobal	5.653	Não
Pérola	10.208	Não
São Jorge do Patrocínio	6.041	Não
Tapejara	14.598	Não
Tapira	5.836	Não
Tuneiras do Oeste	8.695	Não
Umuarama	100.676	Não
Xambrê	6.012	Não
TOTAL	299.447	5

Fonte: Elaborada pela autora – com base nos dados apresentados peloIBGEdo censo de 2010.

A Região Metropolitana de Umuarama pertence a mesorregião Noroeste Paranaense, sendo o município polo da região metropolitano com área da unidade territorial de 1.234,537 km², tendo seu PIB per capita em R$ 29.870,46, segundo os dados do IBGE[64].

Com todos os municípios pertencentes a uma região metropolitana, inseridos em uma mesorregião, observamos que existem discrepâncias quanto ao desenvolvimento dessas mesorregiões. Ramos, Nunes e Bianco (2011, p. 90) destacam as desigualdades regionais no estado do Paraná:

> [...] há uma divergência no nível de renda per capita paranaense, ou seja, houve uma ampliação das desigualdades regionais, comprometendo dessa forma o equilíbrio do desenvolvimento e a redução das disparidades regionais. E com os resultados sobre os principais setores produtivos em cada região paranaense, constataram-se diferenças nos principais ramos que absorvem a mão de obra regional, que consequentemente pode afetar a distribuição de renda em todo o Estado.

Notamos essas discrepâncias desde a discussão da criação das regiões no estado do Paraná, já que essas, principalmente inseridas no norte e noroeste, são próximas e não assumem todas as características para formação de uma região metropolitana.

Em vinte e oito de julho de 2019, no jornal *Gazeta do Povo* online, foi publicada uma matéria sobre a metropolização no estado do Paraná. Segundo a notícia, existem discussões para extinção de algumas regiões metropolitanas, como a intenção da criação de outras, o que muda o cenário atual no estado. De acordo com Iara Maggioni[65], para o jornal Gazeta do Povo, existem deputados estaduais que querem a criação de oito novas regiões:

---

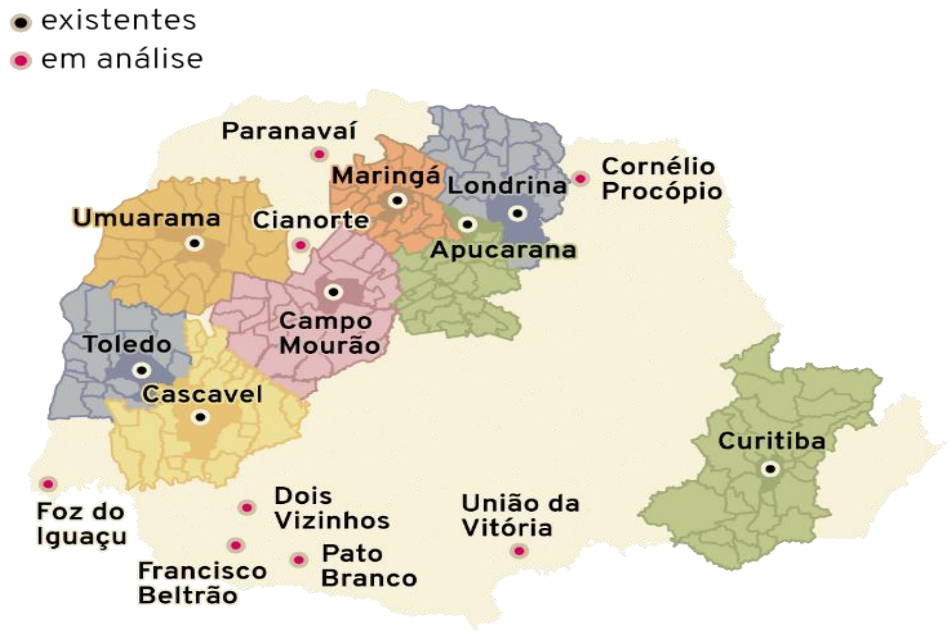
[64] Para mais informações, acessar https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/umuarama/panorama.

[65] Iara Maggioni. Por que as regiões metropolitanas são importantes para o Paraná? **Gazeta do Povo**. Para mais informações, acessar: https://www.gazetadopovo.com.br/parana/por-que-as-regioes-metropolitanas-sao-importantes-para-o-parana/.

> Ao mesmo tempo em que se discute a possibilidade de extinção de algumas delas, o Paraná pode criar mais oito Regiões Metropolitanas. Ao menos essa é a intenção do Poder Legislativo. Oito projetos de lei para criações de RMs estão em tramitação na Assembleia Legislativa do Paraná.
> Se todas as propostas forem aprovadas, o estado deverá contar com RMs nas seguintes cidades: Cianorte, Cornélio Procópio, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Paranavaí, Pato Branco e União da Vitória. (GP, 28/07/2019).

Abaixo podemos observar a localização das futuras possíveis regiões metropolitanas no estado do Paraná:

Figura 3 - Regiões metropolitanas existentes e em análise



Fonte: Jornal Gazeta do Povo. **Regiões metropolitanas existentes e em análise** Redação Infografia: Chantal Wagner.

Concordante a figura acima, observamos que as regiões em análise compõem municípios opostos das já organizadas regiões metropolitanas, pois a maioria pertence ao sul e sudoeste do Paraná. Caso todas sejam, futuramente, implementadas, teremos ao todo dezesseis regiões. Isso faria com que o Paraná fosse o estado com maior número de regiões metropolitanas no Brasil, sendo que atualmente, Paraíba[66] é o que conta com mais, com doze ao todo.

[66] Na atualização do IBGE, no final do ano de 2019, diz-se: "Não houve alterações nas regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs) brasileiras, nem nas demais Regiões Metropolitanas dos estados brasileiros. Existem atualmente, no país, 74 regiões metropolitanas, sendo que o estado com maior número de RMs é a Paraíba (12), seguido por Santa Catarina (11), Alagoas (9) e Paraná (8). Já as Aglomerações Urbanas são cinco, sendo três no estado de São Paulo e duas no Rio Grande do Sul." Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27753-ibge-atualiza-a-lista-dos-municipios-que-integram-os-recortes-territoriais-brasileiros.

A seguir tratamos dos dados específicos desta pesquisa, partindo do que encontramos nas terminologias, passando pela formação e requisitos exigidos, e chegando à carga horária de trabalho e à remuneração salarial.

3.1. Terminologias e atribuições ao cargo

Ao lermos os editais propostos pelas regiões metropolitanas do Paraná, observamos diferentes terminologias e atribuições para o profissional da Educação Social. Como a área de atuação é ampla, sua terminologia segue do mesmo modo. Oña (2005, p. 2) nos ajuda a pensar sobre isso quando anota que:

> Resulta claro que a lo largo del tiempo los intentos de definición del "educador social" son frecuentes y no podemos hablar de un concepto unitario. Esto es consecuencia de sus confusos y variados antecedentes históricos, de los ámbitos de intervención asumidos, así como las demandas tan cambiantes de esta sociedad. Pero, teniendo en cuenta lo expuesto, y para continuar con mi discurso, quiero definir al educador social como la persona capacitada para realizar una doble labor: por un lado elabora una crítica y una transformación al propio valor educativo de la sociedad y sus elementos, y por otro interviene con sujetos y/o comunidades de sujetos a los que ayuda a potenciar sus factores personales de desarrollo, capacitándolos socialmente: autoestima, autoconocimiento, habilidades sociales, conciencia crítica, etc. a fin de facilitar las condiciones objetivas de la persona con su medio.

É possível notar que as definições estão intimamente ligadas aos espaços de intervenção desse profissional, o que também está associado ao quesito de formação, remuneração e ao modo de seu contrato.

Nas oito Regiões Metropolitanas do Paraná, encontramos dezessete terminologias diferentes. Em alguns momentos, como veremos a seguir, há apenas a terminologia “Educador Social” ou “Educador Social II”. No entanto, não se apresenta por exemplo, o que diferenciaria as duas denominações. Ao pensarmos nas inúmeras nomenclaturas que o profissional da Educação Social pode receber, refletimos sobre o processo ocorrido no Uruguai para definir o nome de Educador Social. De acordo com Camors (2012, p. 38-39):

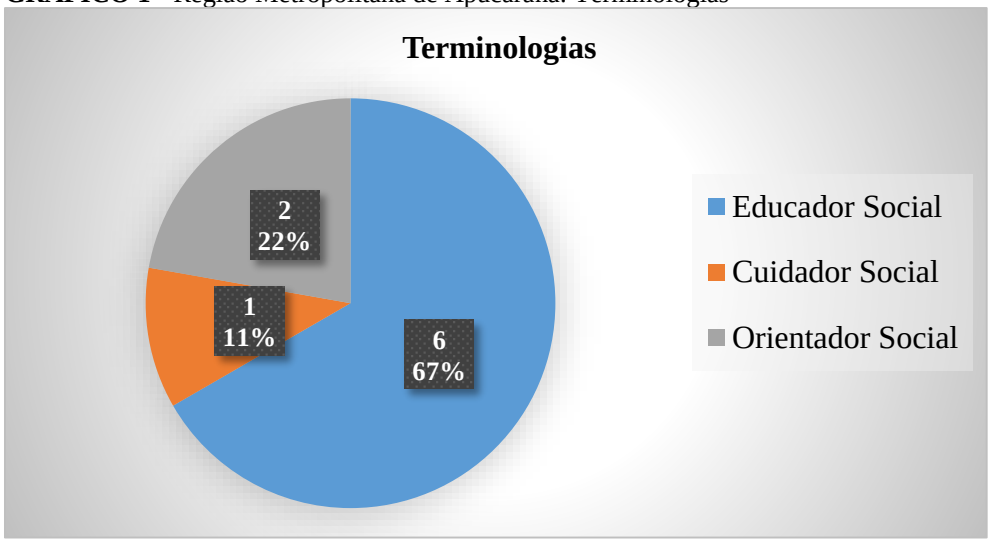
> La denominación "educador social" surge a partir de las palabras de Reyna Reyes, psicóloga y pedagoga de larga trayectoria en el país, ex - funcionaria del Consejo del Niño.
> En setiembre de 1989, se convoca a la presentación de la propuesta innovadora.
> Con los compañeros del equipo nos miramos y comprendimos que la nueva figura ya tenía nombre: educador social. No era sencillo nominar una nueva figura en la educación, en un país altamente escolarizado, gracias al esfuerzo vareliano y a un magisterio inteligcnte, activo y propositivo, que postuló que “todo Maestro debía ser um educador”, si bien csto no implicaba necesariamente que "todo educador debía ser un Maestro", porque la educación se juega en mútiltiples tiempos y espacios.

Neste sentido, o país se organizou para discutir a Educação para além dos muros da escola, um vez que pensaram nos que estavam em situações de vulnerabilidade, em pessoas com algum problema físico ou psíquico. Certamente o caminho que fora percorrido para que se legitimasse o profissional da Educação Social não ocorreu sem tensões e disputas, porém expressa um dos modelos da América Latina que reconhece a profissão, podendo ser uma inspiração para o contexto brasileiro.

Com grandes diferenças que observamos em outros países, notamos em nosso recorte que ainda não se tem clareza de como denominar o profissional da Educação Social. Assim apresentaremos as terminologias encontradas nos editais das regiões metropolitanas.

A Região Metropolitana de Apucarana, como o gráfico a seguir aponta, teve entre seus oito concursos, sendo nove análises, uma vez que o município de Ivaiporã trouxe duas nomenclaturas para um único edital.

GRÁFICO 1 - Região Metropolitana de Apucarana: Terminologias



Fonte: A autora, com base nos editais da região.

Com base no gráfico acima, notamos que essa região metropolitana compreende que a terminologia “Educador Social” é a que mais se aproxima do trabalho dentro da Educação Social. No entanto, ao lermos os editais, percebemos a inclusão, de modo sucinto, de algumas atribuições do cargo que delineiam o perfil deste trabalhador. Nos apêndices dessa pesquisa, os editais estarão na íntegra para melhor acesso. Escolhemos algumas atribuições da Região Metropolitana de Apucarana que se aproximam nos municípios da região e outras que são bem específicas dos mesmos:

- Promover a atenção, por meio de um conjunto de ações voltadas à proteção da infância, adolescência, família, idoso, pessoa com deficiência e pessoa em situação de rua;

- Estabelecer uma relação afetiva personalizada e individualizada com cada usuário do serviço;
- Auxiliar o usuário do serviço para lidar com a sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade;
- Oferecer noções básicas de higiene e saúde aos usuários dos serviços, bem como orientar no cuidado nas atividades de vida diária;
- Executar serviços ligados ao trabalho com pessoas em situação de vulnerabilidade social, participantes de programas e projetos sociais desenvolvidos pelo Município;
- Realizar palestras sócio-educativas a fim de prevenir situações de ameaça e violações de direitos, busca ativa, visitas escolares, desenvolvimento de oficinas e auxiliar em todas as atividades realizadas pelo serviço;
- Desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais;

- Estudar e atender as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, as orientações técnicas do Serviço de Acolhimento (CONANDA[67]), do Estatuto do Idoso, das Normas Técnicas para serviços que atendem pessoa com deficiência e em situação de rua, quando exercer sua função nestes serviços;
- Apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais;
- Elaborar atividades em relação ao cotidiano, promover debates e integração; acompanhar o desenvolvimento de oficinas; desenvolver conteúdos que lhe são atribuídos, trabalhando com a realidade de cada pessoa do grupo;
- Executar e orientar atividades referentes à higiene pessoal e alimentação das crianças e adolescentes, incentivando a aquisição de hábitos saudáveis, em unidades específicas sob supervisão técnica.

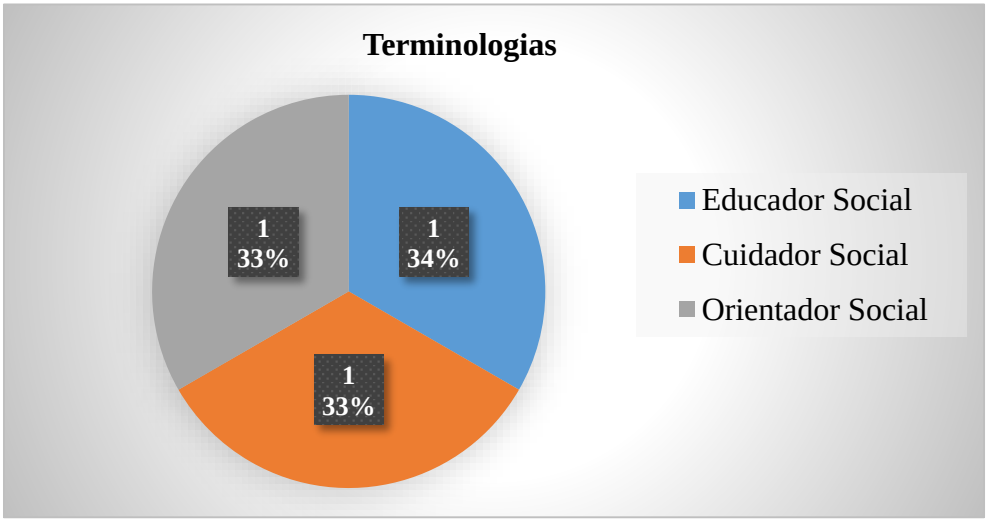
[67] Resolução nº 187, de 23 de maio de 2017. Aprova o documento Orientações Técnicaspara Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com Crianças eAdolescentes em Situação de Rua. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_27431745_RESOLUCAO_N_187_DE_23_DE_MAIO_DE_2017.aspx.

A partir desses itens selecionados, temos um panorama de como vem se constituindo o profissional da Educação Social nessa região metropolitana. Notamos que há uma diversidade de grupos a serem atendidos, desde crianças até idosos. Percebemos uma ênfase nos grupos pertencentes a situações de vulnerabilidade, no entanto, a Educação Social não se efetiva apenas nestas situações.

O que apareceu mais de uma vez nas atribuições e que, ressaltamos acima, diz respeito às questões higienistas. Desenvolver atitudes e aprendizado no que tange à higiene, revela quão vulnerável os sujeitos possam estar. Vulnerável à fome, a situações de múltiplas violências, vulnerável ao esquecimento. Pensar no que fazem os Educadores Sociais é refletir sobre o que se pretende mudar e o que se pretende manter. Paulo Freire considera que (2018, p. 59), "de fato, na estrutura social, não há estabilidade nem mudança da mudança. O que há é a estabilidade e a mudança de formas dadas". Por assim, é que percebemos as múltiplas relações que o trabalhador da Educação Social enfrenta nas práticas do dia a dia, necessitando do amparo de uma boa formação e outros profissionais que auxiliem no processo de transformação das formas já implementadas.

A Região Metropolitana de Campo Mourão possui vinte e cinco municípios, mas apenas três apresentaram concursos. No gráfico a seguir, observamos quais terminologias encontramos.

GRÁFICO 2 - Região Metropolitana de Campo Mourão: Terminologias



Fonte: A autora, com base nos editais da região.

Nesta região, pelo número de municípios existentes, notamos que houve uma quantidade baixa de editais ofertados, o que leva a indagar sobre as razões dessa situação, se há outras instâncias que dão acesso à profissão, se apenas realizaram Processo Seletivo Simplificado ou se desenvolvem esse tipo de trabalho por meio de ações realizadas em igrejas, associações de

bairro, Organizações Não-Governamentais. Além disso, percebemos a seguir como esses três municípios definem as atribuições da profissão:

- Trabalha com crianças;
- Atua no acompanhamento das crianças em todo seu cotidiano;
- Atua na área da educação social com foco em alunos, com o objetivo de adquirir novas experiências profissionais e contribui de maneira eficaz para a Instituição oportuna, educadora;
- Realiza acompanhamento contínuo de cada caso através de atividades lúdicas individuais e em grupo, que favoreçam o processo de adaptação ao Programa.
- Insere temáticas transversais às da proteção, em especial o encaminhamento a projetos sociais segundo o perfil de cada usuário.
- Participar de ações complementares de caráter cívico, cultural e recreativo, visando desenvolver habilidades, iniciativas, cooperação, criatividade e relacionamento social, mesmo que sejam executadas em horários que excedam a jornada normal de trabalho;
- Compreende, genericamente, proporcionar segurança e bem-estar aos atendidos em situação de risco ou vulnerabilidade social, com ações objetivando diminuir seu sofrimento psíquico e somático, auxiliando, quando possível, na integração e reintegração dos atendidos às suas famílias e sociedade, intensificando o convívio social, através de atividades sociais, cuidados de saúde, dinâmicas, brincadeiras e outros cuidados de acordo com a faixa etária dos atendidos;
- Auxiliar nos cuidados e hábitos de higiene dos atendidos;
- Estimular e ajudar na alimentação e na constituição de hábitos alimentares dos atendidos;
- Organização da rotina doméstica e limpeza do ambiente da unidade;
- Cuidar do vestuário;
- Promover o cuidado básico dos atendidos.

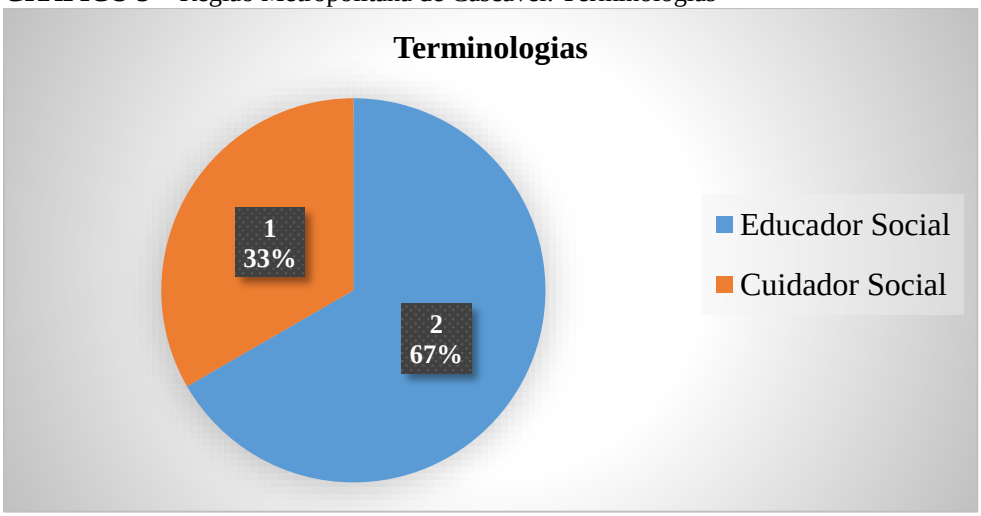
Nesses municípios observamos a ênfase no trabalho com crianças e alunos, como também a importância do trabalho com a proteção dos mesmos. Os editais muito se parecerem, alguns são praticamente iguais, diferenciando-se, às vezes, em relação à formação e requisito.

De acordo com Loureiro e Casteleiro (2011, p. 73), "o educador social se estabelece intervindo com as mais diversas faixas etárias – crianças, jovens, adultos e idosos – e nos mais diferentes contextos sociais, culturais, educativos e econômicos." Desse modo, percebemos um

destaque nesses três editais, já que evidenciam os grupos a serem trabalhados, mesmo que diretamente seja com grupos de crianças, o profissional da Educação Social estende seu trabalho até o convívio familiar e com outros profissionais que podem acompanhar o trabalho com os alunos, como descrito nas atribuições já elencadas.

O mesmo observa-se na Região Metropolitana de Cascavel, que conta com vinte e três municípios, onde há três editais, no entanto, apenas duas terminologias foram encontradas, como demonstra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 3 - Região Metropolitana de Cascavel: Terminologias



Fonte: A autora, com base nos editais da região.

As atribuições para esta região metropolitana perpassam, inicialmente, condições pessoais que o profissional deverá ter para conseguir realizar o seu trabalho, principalmente no que tange aos aspectos psicológicos. Sobre isso, Loureiro e Casteleiro (2011, p. 75) discorrem que:

> Existe uma grande necessidade de profissionais com uma ação coerente perante as questões sociais e com grande dedicação ao conhecimento de áreas interdisciplinares. As características de personalidade deste educador devem incluir a autoestima, a empatia, a resiliência, a reflexibilidade, a polivalência técnica e a criatividade na forma como lida com todas as etapas de intervenção.
> O educador social deve estar preparado para evitar os fenômenos relacionados à discriminação e ao preconceito que podem constituir um bloqueio no processo de intervenção junto das pessoas.

Isso devido as diferentes realidades que os Educadores Sociais enfrentam em seus ambientes de trabalho, com diferentes grupos que são atendidos. Destacamos parte das atribuições desta região, com algumas particularidades. Assim, o profissional da Educação Social terá que:

- Possuir autocontrole e equilíbrio emocional;

- Ter habilidade para lidar com frustrações e/ou situações angustiantes para o usuário de forma a contornar situações adversas;
- Orientar os usuários nas atividades de autocuidado e nas ações de conservação, manutenção e limpeza dos espaços e materiais utilizados;
- Acolher os usuários nas unidades e serviços, realizando os procedimentos de identificação, de registros dos seus pertences, de apresentação do espaço e das regras de convívio;
- Acompanhar equipe técnica em visitas domiciliares e em espaços de acolhimento institucional e/ou residencial e outros em que os usuários da Assistência Social estejam localizados, quando solicitado;
- Identificar problemas e dificuldades de ordem pessoal, cultural, religiosa, de saúde que interfiram no convívio social;
- Realizar abordagem social, no espaço rural e urbano da cidade, das famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social para os devidos encaminhamentos à equipe técnica;
- Colaborar nos processos de planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização das atividades a serem desenvolvidas na Unidade, bem como na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da unidade e/ou serviço e demais documentos elaborados pela equipe de trabalho;
- Orientar e acompanhar as atividades de rotina diária como alimentação, higiene pessoal e ambiental, manipulação de alimentos, cuidados com as instalações físicas e outras situações vivenciadas respeitando as necessidades da unidade;
- Executar e/ou estimular atividades voltadas a alimentação e higiene tais como banho, troca de fraldas, e outras que atividades que se fizerem necessárias conforme realidade das crianças e adolescentes abrigadas;
- Deverão planejar, junto ao Coordenador do CRAS e Orientador Social, as oficinas que serão desenvolvidas e viabilizar o acesso dos participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, desenvolvimento e organização oficinas e atividades sistemáticas esportivas, artísticas e de lazer, abarcando manifestações corporais e outras dimensões da cultura local; organização de eventos esportivos, de lazer, artísticos e culturais;
- Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do Serviço, juntamente com a equipe de trabalho.

Destacamos que nesta região aparece também o espaço rural a ser trabalhado, como também a organização de uma proposta, projeto que ampare as ações dos Educadores Sociais; da mesma maneira que compreenda estes em seus grupos de trabalho e suas particularidades. Notamos esta característica, pois mesmo com publicações na área da Pedagogia Social e Educação Social, estas nos mostram caminhos a serem percorridos, no entanto, tanto as práticas, como o pensar sobre a profissão, necessitam de uma sistematização para orientar e direcionar a profissão, para se deixar de agir por meio do aprender fazendo.

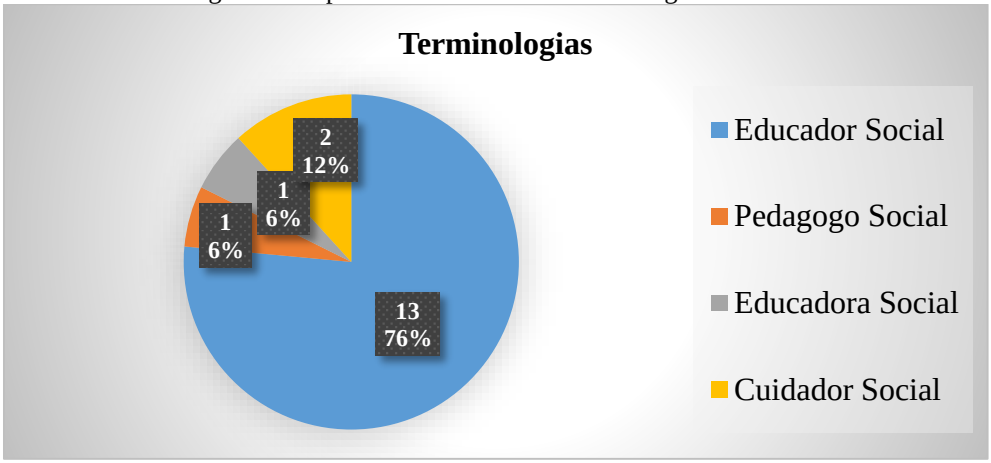
Neste sentido, a julgar pelos dados dos editais, percebemos a expressão do *habitus* incorporado, isto é, a reafirmação de um conjunto de propriedades que devem ser de domínio dos Educadores Sociais. Segundo Bourdieu (2004a, p. 26):

> Construir a noção de *habitus* como sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação, significava construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos. (Grifo do autor).

Deste modo, percebemos determinadas inconsistências nos editais dos concursos, pois para além da não sistematização da área e da profissão, existem muitas divergências no entendimento do que se fazer enquanto profissional da Educação Social, como também notamos uma demanda de estudo para a realização da prova que percorre a área da Educação e Serviço Social, com conceitos bem pontuais, mas com nenhuma exigência em formação superior em alguma dessas áreas. A falta de clareza para a organização e criação de um edital de concurso reflete diretamente na atuação do profissional, que poderá assumir o cargo sem nem mesmo entender como é trabalhar com diferentes grupos e situações.

Na região Metropolitana de Curitiba, a mais antiga e com vinte e nove municípios, encontramos um número maior de editais, chegando a catorze editais e dezessete análises.

GRÁFICO 4 - Região Metropolitana de Curitiba: Terminologias



Fonte: A autora, com base nos editais da região.

Nesta região notamos maior incidência do termo Educador Social nos editais, e ainda um específico para Educadora Social. Destacamos que em nossas buscas do que já se tem produzido na área, encontramos poucos títulos que enfatizam apenas gênero feminino para o cargo. Abaixo selecionamos algumas atribuições para o cargo, que nos auxiliam a perceber o perfil estimado nos editais.

- Identificar pessoas em situação de rua e na rua de diversas faixas etárias, observando-as como potenciais usuários a serem atendidos por programas sociais;
- Acompanhar albergados nas atividades de rotina e em atividades extras;
- Desenvolver atividades de atendimento a adultos na unidade quanto à entrada, adaptação e saída, alimentação, higiene cuidados básicos de limpeza, repouso, atividades lúdicas e pedagógicas;
- Manter a execução das ações com os albergados, em termos de convívio social e condições de espaço físico, orientando-os quanto à conservação da higiene de uso coletivo: quartos, banheiros, cozinha e demais dependências internas e externas do CREAS;
- Respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional;
- Entrevista, cadastra e providencia o encaminhamento das demandas para a equipe técnica;
- Possibilitar a garantia de acesso dos usuários aos seus direitos: identificar direito violado; orientar assistidos/usuários e familiares;
- Definir objetivos, metas, metodologia de trabalho, estratégias de atuação, cronograma, pautando-se pelas ações e planejamentos elaborados para o equipamento em que estiver lotado e da equipe multidisciplinar local;
- Ministrar cursos de atividades manuais, como pintura, crochê, tricô, bordado e outros, junto a grupos sociais do Município;
- Realizar a abordagem da população de/na rua em situação de risco social;
- Estabelecer diálogos e triagem inicial das situações, criando vínculos com a população alvo, visando a inserção na rede de atendimento social; realizar a pré-triagem social, registrando e encaminhando as pessoas para o atendimento básico de higienização, atendimento de saúde (médico e odontológico), albergagem, alimentação e triagem social; acionar os órgãos competentes, em conjunto com o

técnico, no caso de contenção das pessoas atendidas e dar os encaminhamentos necessários;

- Proteção Social Especial - executar e orientar atividades referentes à higiene pessoal e alimentação das crianças e adolescentes acolhidos Institucionalmente, incentivando a aquisição de hábitos saudáveis, sob supervisão técnica, em regime de plantão de 24h;
- Participar da manutenção da segurança e disciplina de alunos em unidades de ensino; orientar e controlar horários; organizar entrada e saída de alunos; acompanhar atividades em intervalos de aulas; conduzir alunos a postos de saúde e residências em situações especiais; buscar e entregar materiais.

Mesmo encontrando vários editais nessa região, notamos que são similares, e que devido a isso não selecionamos mais atribuições para aqui compor. Evidenciamos assim que nesses há preocupação com o grupo a ser atendido, já que destaca pessoas em situação de vulnerabilidade na rua, albergados, termos que não encontramos em outros editais; além de adultos, crianças e adolescentes, grupos esses que já citamos nessa pesquisa como pertinentes ao trabalho com a Educação Social.

Percebemos certa preocupação com metas e metodologia a serem utilizadas, o que nos possibilita a pensar que possa existir a necessidade de uma direção e sistematização sobre a profissão, que embase este profissional em suas práticas cotidianas. De acordo com Loureiro e Casteleiro (2011, p. 77):

> O educador social corresponde a um profissional especializado na área da Educação que deve reunir um conjunto de características que o distinguem no meio de uma equipe multidisciplinar, pela sua formação profissional e pela sua formação pessoal. É detentor de um conhecimento vasto acerca da realidade social e por isso concentra-se bem colocado para intervir junto aos indivíduos, através de projetos de intervenção.

Nesse mesmo sentido, pensar o que sistematiza a profissão dos Educadores Sociais, é também refletir em que campo está inserida suas particularidades. Como descreve Pierre Bourdieu (2002b, p. 69):

> Compreender a génese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que sustenta, do jogo de linguagem que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (Grifo do autor).

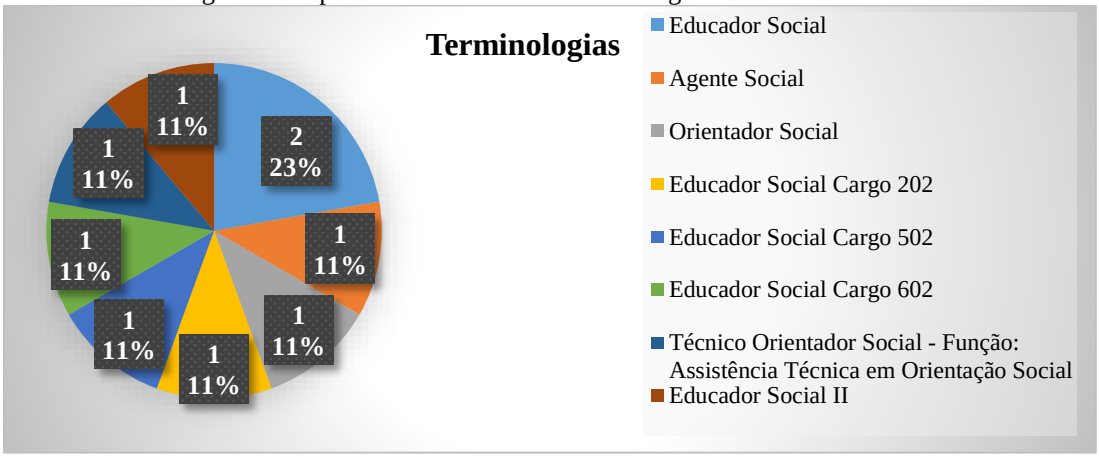
Ao pensar sobre o campo da profissão dos Educadores Sociais, cabe analisar as lutas entre os agentes que assim se integram à mesma, como também, quais são seus mecanismos

para adentrar, permanecer ou sair desse espaço social. Nessa mesma direção, percebemos as disputas entre os grupos de defesa de qual formação faz-se necessária para a Educação Social, Ensino Médio ou Ensino Superior, assunto esse que trataremos no próximo item.

Bourdieu nos provoca a refletir sobre quais *habitus* existentes podem também auxiliar na não transformação da realidade dos grupos abordados pelos Educadores Sociais, *habitus* esses enraizados em todos nós, que necessitam de atenção para a efetivação de um trabalho de qualidade e que interfere diretamente nos campos em que estão inseridos e em suas posições, já que neles ocorrem confrontos, lutas, pois, de acordo com Bourdieu (2004b, p. 22-23) todo campo é um lugar "de forças e de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças."

A Região Metropolitana de Londrina com vinte e cinco municípios, contabilizou sete editais, mas chegando a nove análises devido a ter mais de uma função próxima a Educação Social. Neste caso ainda, três funções num único município. Abaixo, no gráfico, podemos visualizar as terminologias encontradas na região metropolitana.

GRÁFICO 5 - Região Metropolitana de Londrina: Terminologias



Fonte: A autora, com base nos editais da região.

Nesta região encontramos diversas nomenclaturas, mesmo que possam ter algumas similaridades, mas que em suas atribuições, assim como em outras regiões metropolitanas, apresentam distinções. Já na própria terminologia, encontramos determinada subordinação a outra função existente também ao cargo da Educação Social. Apoiamo-nos nas atribuições para compreender como ocorre a profissão nesta região metropolitana:

- Desempenhar ações de busca ativa para abordagem em locais identificados pela incidência de situações de risco;
- Realizar visita domiciliar e em espaços de acolhida, abrigamento, educação, saúde e outros em que usuários da Assistência Social e Educação estejam localizados;
- Participar da manutenção da segurança e disciplina de alunos em unidades de ensino; orientar e controlar horários; organizar entrada e saída de alunos,

acompanhar atividades em intervalos de aulas; conduzir alunos a postos de saúde e residências em situações especiais; buscar e entregar materiais;

- Promover a educação social para a conquista da cidadania;
- Realizar abordagem social, no espaço rural e urbano da cidade, das famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social para os devidos encaminhamentos à equipe técnica;
- Orientar e acompanhar as atividades de rotina diária como alimentação, higiene pessoal e ambiental;
- Atuar como agente facilitador no processo de formação do usuário enquanto ser político e social inserido em um contexto de coletividade, contribuindo para o fortalecimento dos usuários nas relações interpessoais e na sua vivência cidadã;
- Atuar em CAPS com pacientes que apresentam autismo, psicoses e neuroses graves, usuários de substancias psicóticos (álcool/drogas) e todos aqueles que por sua condição psíquica, estão impossibilitados de manter ou estabelecer laços sociais;
- Atuar em atividades socioeducativas e de convivência e socialização, visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento individual, familiar e coletivo, tendo como público usuário: indivíduos e famílias em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, crianças e adolescentes vítimas de violência intra e/ou extrafamiliar, crianças e adolescentes no trabalho infantil, na exploração comercial sexual ou na mendicância, população indígena em situação de rua, mulheres vítimas de violência, e, pessoas com deficiência e idosas em situação de ameaça ou violação de direitos;

Nesta região metropolitana, percebemos muitos pontos positivos no que tange as atribuições do profissional da Educação Social, como a busca em situações de vulnerabilidade, atendimento aos usuários da Assistência Social e Educação, o que nos possibilita pensar sobre a formação desse profissional que una aspectos das duas áreas do conhecimento, uma vez que ao lermos os conteúdos solicitados para a realização na prova, engloba essas ambas, mesmo tendo algumas divergências, como veremos no segundo item deste capítulo que tratará da formação exigida.

Outro aspecto que salientamos é sobre a Educação Social como conquista da cidadania e formação enquanto ser político e social, participando da coletividade e se percebendo como

ator, transformador de sua realidade, partícipe da sociedade, em todo e qualquer espaço, como também descrito, rural e urbano.

Novamente, como já nas demais regiões apresentadas, destaca-se a manutenção da segurança e da disciplina, assim como o trabalho com a higiene e os cuidados com alimentação. Todas estas atribuições são descritas para quem deseja realizar o concurso para a profissão, ter noções básicas de como ocorre o cargo na prática, todavia, estas também podem já delinear um perfil dos candidatos. Atribuir situações higienistas é refletir sobre o que se espera da sociedade e dos que dela participam. Este caráter higienista, que já fora destacado no capítulo anterior, é resquício de uma história médico-higiênica, a qual o Brasil carrega. Nesta direção, em campanhas sanitárias ocorridas no Rio de Janeiro, por meio de legislações, no ano de 1914, Borges destaca que:

> Neste sentido, higienizar tornou-se sinônimo de resolver as questões sociais, que, ideologicamente, passaram a ser atribuídas à ausência de higiene. Assim, a falta de acesso aos bens produzidos socialmente (saneamento básico, alimentação adequada, condições de trabalho dignas, etc.), que levava a imensa maioria da população a a adoecer, passou a ser justificada pela falta de higiene por opção, como causa de muitas moléstias. (BORGES, 2011, p.191).

As "questões sociais", acima referenciada, fazem parte, ainda, de um projeto de trabalho, a quem, em nosso caso específico, o estado do Paraná, evidencia como atribuição aos Educadores Sociais. Versando ainda sobre isso, Borges (2011, p. 189) destaca que:

> [...] quando tal discurso passa para o plano da educação moral, ou seja, da higienização dos costumes, assume um caráter ideológico, por trabalhar com a possibilidade de existência de um modelo ideal de ser humano a ser desenvolvido inicialmente pelo esforço da família, tendo a colaboração posterior da escola por meio da modelagem do caráter, visando a complementar o trabalho iniciado na família ou até mesmo corrigir os defeitos ou vícios não sanados ou transmitidos por ela.

Como no caso do profissional da Educação Social, que trabalha com diferentes espaços e grupos, parece-nos que, ao se evidenciar condições higienista, fracassadas em algum momento da vida desses sujeitos, na figura aqui dos editais de concurso, necessita ser desempenhado a fim de se obter um modelo de seres humanos, como se esses simplesmente, quisessem sempre estar em condições desfavorecidas.

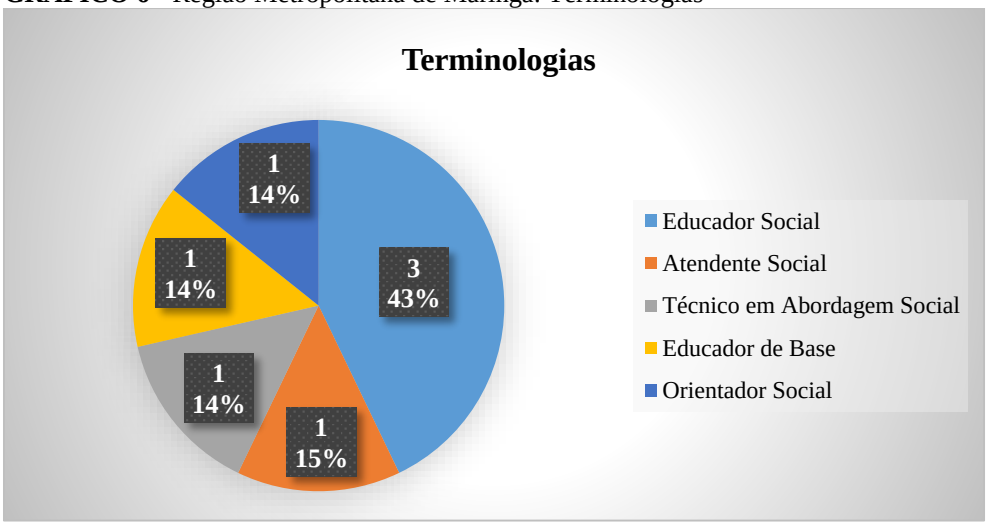
Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2015), em *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*, nos ajudam a pensar, a problematizar sobre a população atendida pela Educação Social. Ela é herdeira de quem? Por mais que os autores discorram a origem social sobre o acesso ao Ensino Superior ou à escola, podemos ver em seus escritos que:

> Para os indivíduos originários das camadas menos favorecidas, a escola permanece a única via de acesso à cultura, e isso em todos os níveis do ensino; portanto, ela seria a via real da democratização da cultura se não consagrasse, ignorando-as, as desigualdades iniciais em relação à cultura e de não chegasse com frequência – reprovando por exemplo um trabalho escolar por ser muito "escolar" – a desvalorizar a cultura que ela mesma transmite em favor da cultura herdada que não leva a marca reles do esforço e tem, por isso, todas as aparências da facilidade e da graça. (BOURDIEU; PASSERON, 2015, p. 38).

Se assim o trabalho com a Educação Social for para garantir a manutenção, a disciplina dos grupos com quem se atende, sem sequer mostrar caminhos e possibilidades de mudanças, até mesmo do *habitus* incorporado, de nada adiantará o seu fazer. Logo a escola, como os demais espaços em que ocorrem o processo educativo, necessita de estratégias para que se consiga a quebra daquilo que é imposto ou até mesmo, visto como uma realidade sem possíveis alternativas.

Partimos à próxima região que contabiliza vinte e seis municípios, com seis editais e sete análises. A Região Metropolitana de Maringá demonstrou poucos editais em relação a quantidade de municípios, contudo, percebemos a maior incidência da terminologia Educador Social.

GRÁFICO 6 - Região Metropolitana de Maringá: Terminologias



Fonte: A autora, com base nos editais da região.

Mesmo tendo poucos editais ofertados, percebemos que existe certa hierarquia nas nomenclaturas; isso é notável no que se exige na formação e requisito e, quanto a remuneração, podendo até mesmo se observar nas atribuições:

- Residir e trabalhar na Casa Lar, organizando rotina doméstica e espaço residencial;
- Executar tarefas inerentes à assistência social;

- Identificar famílias e indivíduos com direitos violados, bem como, a natureza das violações, as condições em que vivem, as estratégias de sobrevivência, providências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições;
- Conhecer, identificar e compreender a realidade social, bem como a necessidade própria de cada segmento (público alvo da assistência social), Direitos da Criança e do Adolescente, Pessoa com Deficiência e Idoso, programando e desenvolvendo atividades que respondam às questões sociais apresentadas;
- Planejar, discutir, avaliar estratégias de intervenção articulação, profissionalização e auto-gestão dos grupos de atuação;
- Solucionar problemas, dentro de padrões adequados, e sugerir mudanças com base em seus conhecimentos profissionais;
- Prestar atendimento em geral as crianças e adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiência, no tocante aos encaminhamentos de suas necessidades: escola, saúde, lazer, profissionalização e cultura, sob orientação;
- Apoio na preparação para o desligamento, sendo para tanto, orientado e supervisionado por um profissional de nível superior;
- Realizar serviços que compreendam cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção em períodos diurnos e noturnos.

Nesta região metropolitana encontramos algumas particularidades. Aqui o profissional da Educação Social desenvolverá suas funções com a possibilidade de trabalhar durante o dia ou à noite, residindo no local. Este tipo de trabalho ocorre, geralmente, em instituições de acolhimento, onde crianças e adolescentes, retirados por alguma situação de vulnerabilidade da família, residem. Esta prática ocorre de longa data, com especificações de cada época, vale lembrar as vivenciadas por Pestalozzi, evidenciando a troca de aprendizado entre os envolvidos no espaço de moradia. De acordo com Michel Soëtard (2001, p. 24, tradução nossa), "Pestalozzi tinha o costume de dizer que o sentido de sua educação, seria formar os educadores: sinal de que a educação não seria um processo fechado, mas é antes de tudo um despertar da humanidade, que exigia sua propagação".[68] Por pensar que a educação não era algo fechado e estático é que Pestalozzi utilizava de espaços de moradia, como as instituições que temos atualmente, para desenvolver diferentes atividades, além das de estudo.

[68] "Pestalozzi avait aussi l'habitude de dire que le sens de son éducation, c'était de former des éducateurs: signe encore que l'éducation n'est pas un processus fermé, mais qu'elle est d'abord un éveil d'humanité, qui ne demande qu'à se propager". (2001, p. 24).

Novamente percebemos o vínculo com a Assistência Social, e os diferentes grupos atendidos, diante de inúmeras situações de vulnerabilidade. Trabalhar com situações de natureza vulnerável é também pensar em estratégias de intervenção, com planejamento e estudo científico e do meio, partindo da realidade, para que assim efetive a promoção de todos os grupos, não enaltecendo "padrões adequados", como descrito nas atribuições, afinal a normatividade não é algo que deva se fazer presente nas relações de soluções de problemas, e sim, o entendimento do real, com inúmeras possibilidades de mudanças e alternâncias na efetivação da solução dos problemas.

Ao encontramos cinco diferentes terminologias para o cargo, percebemos que em alguns editais, sempre a função aqui demonstrada pelo gráfico, ela é subordinada a outro cargo com maior escolaridade, ou que necessita de alguma supervisão. Como a profissão ainda não é regulamentada, estruturada em nível nacional, nota-se uma lacuna entre a prática realizada todos os dias e o que dá respaldo teórico para assegurar essas práticas.

Saber o que fazer, ou tomar a decisão do que fazer ou não, é evidenciar o que se tem em jogo dentro das disputas. Nos escritos de Bourdieu entendemos que (2004b, p. 23-24):

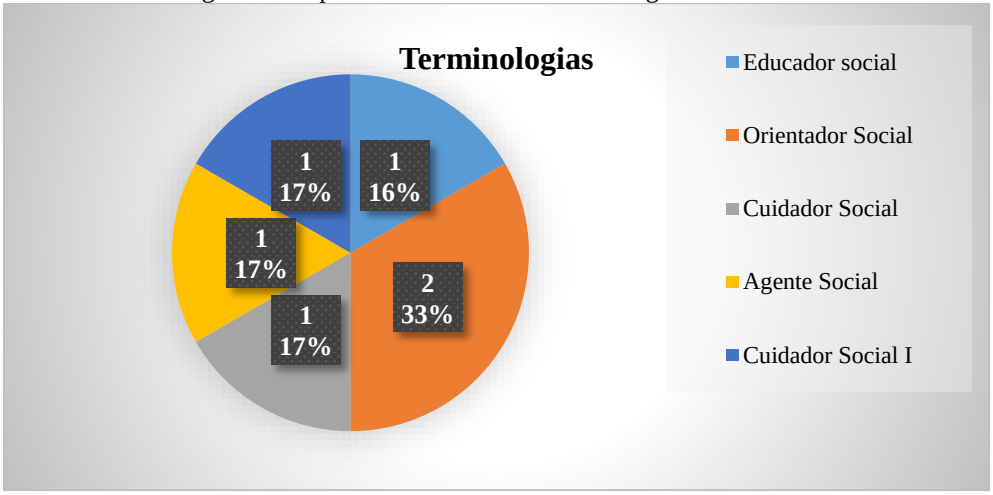
> É a *estrutura das relações objetivas* entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. Isso significa que só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo (um economista, um escritor, um artista etc.) se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos "de onde ele fala", como se dizia de modo um tanto vago por volta de 1968 – o que supõe que pudemos e soubemos fazer, previamente, o trabalho necessário para construir as relações objetivas que são constitutivas da estrutura do campo em questão – em vez de nos contentarmos em nos reportar ao lugar que supostamente ele ocupa no espaço social global [...]. (Grifo do autor).

Reconhecer o poder dos Educadores Sociais, mesmo que ainda ocorra com o uso de diferentes terminologias e atribuições em nosso país, é perceber o lugar que ocupam e de onde falam. Devido aos diferentes espaços de atuação desse profissional, é protagonizar diferentes oportunidades de fala, sendo, como descrito pelo autor, na estrutura das relações objetivas que os agentes poderão perceber suas próprias ações.

Essas relações podem partir hierarquicamente quando há um responsável superior sobre tomadas de decisões, ou até mesmo, dentro da relação entre os partícipes dos grupos em que se trabalha; percebendo esta relação como troca e possibilidade de intervenções diárias, assim haverá um agente, definitivamente comprometido com o campo em que se atua.

Abaixo apresentamos os dados da Região Metropolitana de Toledo, que conta com dezoito municípios. Encontramos cinco concurso, com seis análises, pelos mesmo motivos já descritos nas demais regiões metropolitanas.

GRÁFICO 7 - Região Metropolitana de Toledo: Terminologias



Fonte: A autora, com base nos editais da região.

Nesta região percebemos que a terminologia que mais teve incidência fora de Orientador Social. Por mais que esta região metropolitana tenha menos municípios que as outras, encontramos poucos editais para a área da Educação Social. A seguir, veremos algumas das atribuições para o cargo:

- Promover escuta e acolhimento qualificado, respeitoso e ético, informando os usuários de seus direitos e as formas de acesso;
- Participar de capacitações, reuniões, projetos e planejamento semanais com técnicos de referência do CRAS;
- Responsabilizar-se pelo planejamento, execução e avaliação de atividades voltadas à proteção, cuidado e apoio à educação de crianças e adolescentes abrigados.
- Organizar um ambiente de respeito, afetividade e companheirismo propício ao desenvolvimento socioafetivo, cultural e social das crianças ou adolescentes atendidos;
- Organizar com as crianças e/ou adolescentes álbuns de fotografias e realizar registros individuais de modo a favorecer o registro de sua história;
- Competências pessoais para o cargo: atenção, concentração, agilidade psicomotora, relacionamento interpessoal, controle emocional, organização, criatividade, disciplina, bom condicionamento físico.

A Região Metropolitana de Toledo traz alguns pontos bem específicos em seus editais, tratando muito de aspectos que ocorrem na prática da Educação Social, desde o planejamento e execução das atividades, como o tratamento entre os grupos atendidos. Segundo Geraldo Caliman (2011, p. 239):

> A Pedagogia Social passa a ser um avançado campo experimental da educação. No entanto, como não basta a prática, a partir de certo momento, sente-se a necessidade de desenvolver reflexões para além da prática, que fizessem uma ligação com as teorias pedagógicas que fundamentam e alimentam o "que fazer" e o "como fazer" dos educadores sócias.

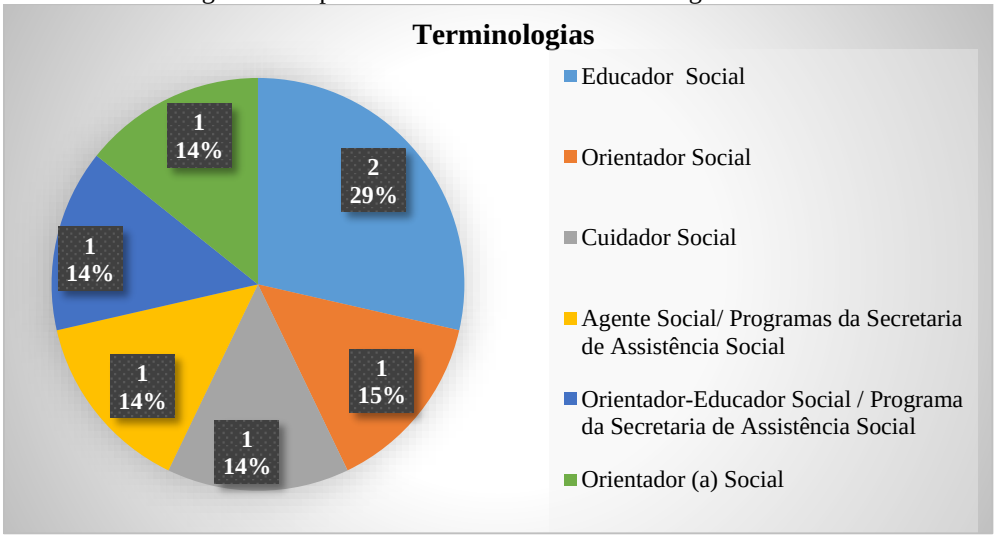
A Educação social necessita da Pedagogia Social como amparo em suas situações, uma vez que assim como em qualquer outra profissão, faz-se necessário conhecimentos teóricos, que confrontados com a prática, criem o sentido de reflexão e nova ação, permitindo que todos os agentes percebam este processo. Conforme Pierre Bourdieu (2002b, p. 21):

> É assim, sem dúvida, porque não há outra maneira de adquirir os princípios fundamentais de uma prática – e a prática científica não é exceção – que não seja a de a praticar ao lado de uma espécie de guia ou de treinador, que protege e incute confiança que dá o exemplo e que corrige ao enunciar, *em situação*, os preceitos diretamente aplicados *ao caso particular*. (Grifo do autor\0.

Pensar nas atitudes que ocorrem durante a prática com os grupos, é analisar quais são os *habitus* enraizados nos agentes, que em determinados momentos se utilizam de modo negativo, repressor, ou de outro, que possibilita a transformação.

A última se trata da Região Metropolitana de Umuarama, a qual possui vinte e quatro municípios, no entanto apenas cinco concursos, com sete análise.

GRÁFICO 8 - Região Metropolitana de Umuarama: Terminologias



Fonte: A autora, com base nos editais da região.

Na Região Metropolitana de Umuarama, mesmo que com poucos editais, observarmos diferentes nomenclaturas, alguns até mesmo com maior vinculação a área da Assistência Social, porém, mesmo que com pequena diferença, existe uma prevalência da terminologia de Educador Social. Veremos a seguir, algumas das atribuições para o cargo:

- Realizar visitas às famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas na Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Executar atividades de recepção, cadastramento, registro e acompanhamento ao usuário da assistência social dando prosseguimento às orientações estabelecidas no estudo de caso gerado pelo profissional de nível superior;
- Atuar como técnico responsável pelas ações sociais, educacional de atendimento aos usuários da assistência social;
- Responsabilizar-se pelo desenvolvimento de ações que visem empoderar a pessoa para que ela seja capaz de entender e atuar dentro de sua comunidade, através de suas próprias perspectivas, conhecimentos e habilidades;
- O Educador Social deve atuar diretamente na situação e dar uma resposta para as necessidades e desejos das crianças e adolescentes e/ou dos adultos de forma adequada, sem muito tempo para reflexão. Deve ter embasamento teórico e experiência prática para tal;
- Desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re) construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais;
- Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas.

Conforme cita Luciana Carolina Cleto de Souza (2014, p. 54):

> A Educação Social pode contribuir ativamente na conquista da autonomia e da criticidade política necessárias para efetivar-se o ideal da participação social na construção de uma sociedade brasileira mais justa, num contexto em que milhares de pessoas são vítimas de processos de injustiça social em especial de violações de direitos.

Aspectos esses que notamos em algumas atribuições, que compreendem a importância do seu papel na sociedade, podendo ampliar seus horizontes junto aos Educadores Sociais. No

entanto, nessas especificações, mesmo sabendo da intensidade que podem chegar as situações de vulnerabilidade, descrever que o profissional deve dar respostas as situações, "sem muito tempo para reflexão", exige uma certa contextualização dessa atribuição.

Muitas situações podem ocorrer de modo imediato, sem que os profissionais da Educação Social consigam intervir no exato momento, afinal estar no lugar do outro que passa por situações com muitas dificuldades, não é uma tarefa fácil, mas compreendemos que este profissional deva sim promover a reflexão. Um exemplo que pode ser dado, é numa situação de abuso, na qual a vítima sempre pode ter ouvido que ela é a culpada por todas as ações a que fora acometida, afinal, o abusador a coloca nessa conjuntura. Neste cenário, a vítima deve ser colocada a refletir sobre essa atitude, compreendendo que o agressor é responsável por toda e qualquer situação, e que também precisa ser levado a refletir sobre suas ações, e além de responsabilizar-se pelos seus atos, ter acesso a espaços e atendimentos que o levem a conscientização dos seus atos e transformação da sua realidade. Nas palavras de Paiva (2011, p. 41):

> Compreendemos a Educação Social como uma prática da Pedagogia Social que está além da informação, porque acredita no ser humano como ser incompleto e que está sempre sendo, um ser inacabado em constante desenvolvimento, por isso não limitamos a Educação Social às classes sociais ou à criança, tão pouco aos chamados 'excluídos' pela sociedade. A Educação Social é para todos, e está presente durante toda vida neste ser sensível, perceptível, capaz de transcender em seu meio social que se chama humano-e-ensinar, a educação social fala do desenvolvimento humano do ser.

Assim é que percebemos a necessidade da ação-reflexão-ação para que se proponha melhorias a toda sociedade, a fim de contribuir significativamente no atendimento a todos os grupos e espaços em que a Educação Social ocorrer. Nessa mesma direção, Ribas Machado (2010, p. 43-44) discorre que:

> Na Educação Social seriam sistematizadas as práticas educativas que acontecem em diferentes espaços e ambientes e que não seguem a didática escolar, no sentido de apenas transmitir conteúdos. Desse ponto de vista, a concepção de construção de conhecimento, a transformação da realidade e a emancipação através da conscientização crítica dos fatos do cotidiano, bem como a Educação Social podem ser considerados meios pelos quais as práticas educativas alcançam tais objetivos. Isso não significa dizer que a educação que acontece na escola não possa ter a mesma finalidade.
>
> A Educação Social, como prática educativa nos mais diversos ambientes, teoricamente, pode ser compreendida da forma como foi descrita acima. Entretanto, com a grande diversidade de meios onde acontecem práticas educativas, com os mais variados interesses, a Educação Social pode assumir uma perspectiva totalmente contrária a que teoricamente se defende. Em outras palavras, por meio de projetos, programas e instituições essas práticas educativas podem contribuir em um processo de apenas manutenção da realidade, colocando cada um no 'seu lugar', por assim

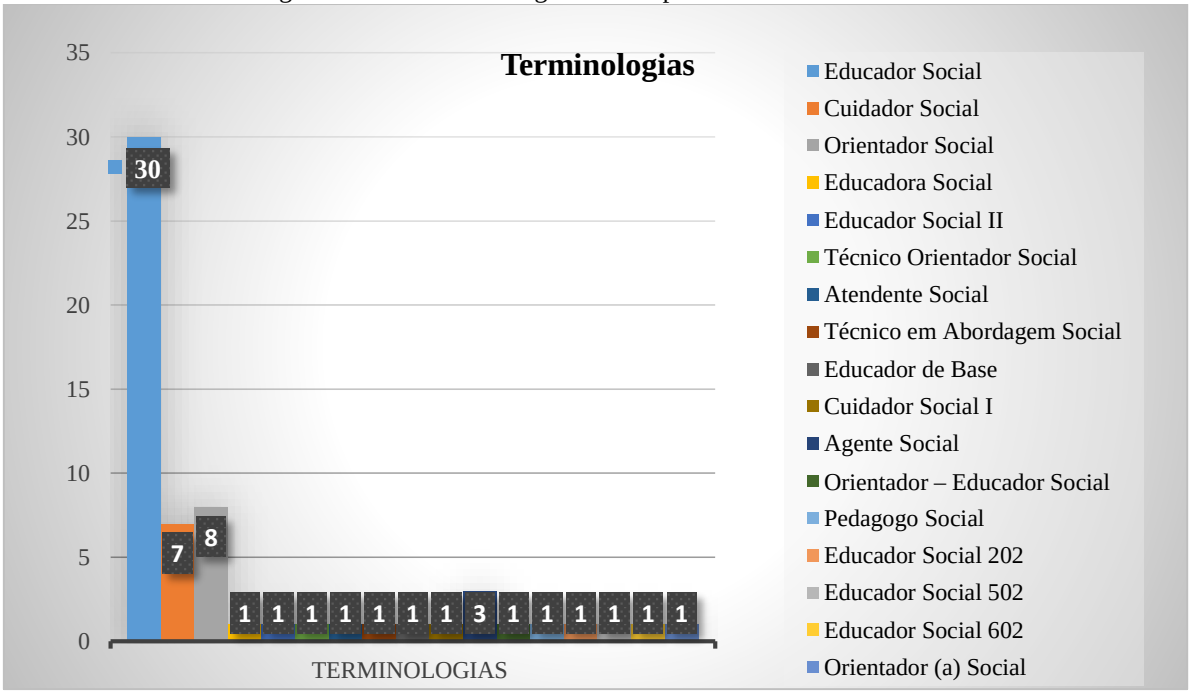
> dizer. Seriam práticas assistencialistas, no sentido ruim do termo, seriam práticas que não possuem a perspectiva de transformação da realidade.

Pensar a realidade, no seu sentido de promoção, é entender que tratar das situações momentaneamente não surtirá efeitos positivos a longo prazo. A Educação Social almeja que todos os agentes se percebam como ativos na construção da sua emancipação, e as práticas educativas ocorram por meio da promoção da mesma.

Antes de findar esse item, apresentamos um panorama geral de todas as terminologias encontradas nas regiões metropolitanas do estado do Paraná. Até agora, trabalhamos com gráficos em forma de pizza. Porém, como encontramos dezessete terminologias, julgamos mais adequado construir esses dados em gráfico de coluna para melhor visualização.

Vejamos o gráfico abaixo:

GRÁFICO 9 - Terminologias encontradas nas Regiões Metropolitanas do Paraná



Fonte: A autora, com base nos editais de todas as Regiões Metropolitanas do Paraná

Notamos que nas Regiões Metropolitanas do Paraná, há uma preponderância da terminologia de Educador Social. É necessário entendermos a distinção de profissão e ocupação para pensarmos sobre a terminologia Educador Social. Bauli (2018, p. 46) discorre que:

> Ocupação significa uma atividade, serviço, trabalho intelectual ou manual que é desenvolvida por uma pessoa. É o que ela faz no dia-a-dia. Profissão é uma habilitação que se tem a partir de conhecimentos adquiridos, que possibilita o exercício de uma atividade, que pode ou não ser a ocupação dessa pessoa. Um profissional pode, portanto, se ocupar de atividades diferentes da sua área de formação profissional.

Desse modo, todos os seres humanos podem desenvolver ocupação e profissão. Nesse sentido, entendemos que quem trabalha com a Educação Social desenvolve uma profissão, uma vez que faz-se necessário ter conhecimentos e habilidades próprias para a realização da sua função, que somente ocorre, quando há entendimento e formação passa assim fazê-lo. Para tanto, é necessário que ocorra a normatização da profissão, que os ampare legalmente, com requisito mínimo de formação, base salarial, reconhecimento e legitimidade.

Encontrarmos diferentes terminologias não nos parece o maior problema, contudo, observamos que estas sintetizam a desvalorização profissional. Um médico é sempre um médico, um professor é um professor, e não "tio" ou "tia", uma costureira é costureira e por assim os percebemos; é nessa direção que defendemos que os Educadores Sociais não são "pedagogos sociais", "atendentes", "técnicos", "orientadores" ou qualquer outra terminologia que possamos encontrar em nosso estado ou país. Eles possuem identidades oriundas de suas práticas. Conforme Paula (2007, p. 2427), "é preciso desvelar o silêncio de práticas educacionais formais e não formais que ainda são desconhecidas por muitos.".

As autoras Müller; Moura; Natali e Souza (2010, p. 449-450) problematizam que:

> A luta pela educação social neste momento no Brasil visa à formulação e implementação de políticas públicas que garantam o fortalecimento e a qualidade da ação educativa fora do ambiente escolar. Para tanto, a formação dos profissionais para trabalhar com crianças em espaços não-escolares é imprescindível, bem como a legalização de sua profissão, objetivando proteger os educadores sociais com direitos trabalhistas. Assim, é necessária a responsabilização do Estado pela educação social da mesma forma que ocorre com a educação escolar, objetivando inserir as práticas da educação social na esfera das políticas públicas.

Passados dez anos desta publicação, mesmo com muitas discussões, eventos, projeto de lei sendo organizado em nosso país, notamos quão difícil é legitimar uma área teórico-prática. Quais são, nesse sentido, as lutas, os *habitus* e em quais campos ocorrem essas disputas? Essa ideia de representações e práticas da educação social remete ao que Pierre Bourdieu expõe (2003, p. 54):

> O *habitus* está no princípio de encadeamento das "ações" que são objetivamente organizadas como estratégias sem ser de modo algum o produto de uma verdadeira intenção estratégica (o que suporia, por exemplo, que elas fossem apreendidas como uma estratégia entre outras possíveis).
> Se não se pode negar que as respostas do *habitus* sejam acompanhadas de um cálculo estratégico tendendo a realizar sob o modo quase consciente a operação que o *habitus* realiza num outro modo (um cálculo das probabilidades que suponham a transformação do efeito passado em futuro esperado), resta que elas se definem em primeiro lugar em relação a um campo de potencialidades objetivas, imediatamente inscritas no presente, coisas a fazer ou a não fazer, a dizer ou a não dizer, em relação a um *a vir* que, ao contrário do futuro como "absoluta possibilidade" [...] (Grifo do autor).

Definir a terminologia que mais se enquadra ao profissional da Educação Social é entender que muitas vezes encontramos uma denominação, ora mais próxima à Educação, ora mais próxima a área da Assistência Social, o que demonstra pouco entendimento sobre a área da Pedagogia Social e Educação Social. Demarcar o campo teórico da Pedagogia Social e as práticas que Educação Social realiza, é entender que estas já ocorrem por muito tempo, não só no Brasil, como em outros países, mas que necessitam de sistematização em nosso território. Fazer esse movimento de demarcação é também pensar em estratégias, para usar a acepção bourdieusiana:

> A noção de estratégia é o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe (recorrendo, por exemplo, à noção de inconsciente). [...] Ela é produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais, em particular no caso de Cabília e outros lugares com certeza, dos jogos infantis. (BOURDIEU, 2004a, p. 81).

Essas estratégias, portanto, podem ocorrer de modo claro, demonstrando as lutas que nela podem acontecer entre os agentes participantes, ou de modo velado, priorizando determinados grupos, pontos de vista. Nesta direção, dentro do campo da Educação Social e Pedagogia Social, partindo das estretégias, seja de qual grupo for, é que se busca a autonomia da área. Nas atribuições aqui destacadas, percebemos a forte relação com as áreas de Serviço Social e Educação, indicando que ambas podem somar à Educação Social, mas não ser sua totalidade.

Ligado a isso, podemos pensar a representação da profissão, do seu capital simbólico, haja vista que todas as profissões assim possuem. Nesse sentido, Bourdieu (1998a, p. 7) respondendo sobre “pessoas a quem a mídia não dá a palavra: jovens de subúrbios carentes, pequenos agricultores, trabalhadores sociais”, registra:

> Na pesquisa que fizemos sobre o sofrimento social, encontramos muitas pessoas que, como esse diretor de escola, estão mergulhadas nas contradições do mundo social, vividas sob a forma de dramas pessoais. Também poderia citar o chefe de um programa, encarregado de coordenar todas as ações num "subúrbio difícil" de uma cidadezinha do norte da França. Ele enfrenta contradições que são o limite extremo daquelas que vivem todos os chamados "trabalhadores sociais": assistentes sociais, educadores, magistrados e também, cada vez mais, docentes e professores primários. Eles constituem o que euchamo de mão esquerda do Estado, o conjunto dos agentes dos ministérios ditos"gastadores", que são o vestígio, no seio do Estado, das lutas sociais do passado. Eles se opõem ao Estado da mão direita, aos burocratas do ministério das Finanças, dos bancos públicos ou privados e dos gabinetes ministeriais. Muitos movimentos sociais a que assistimos (e assistiremos) exprimem a revolta da pequena nobreza contra a grande nobreza do Estado. (BOURDIEU,1998a, p. 7).

Junto ao que Bourdieu destaca como “contradição” é que percebemos a necessidade da superação das inconsistências na representação da profissão junto ao Estado e ao espaço social da mesma. Fato esse que diretamente reflete nas ações e nos modos de se fazer a profissão da Educação Social, como no debate em torno da formação necessária, como discutiremos no item seguinte.

3.2. Formação e requisito exigidos

Em nosso país não temos definida a formação para os Educadores Sociais; assim como a questão da terminologia, o requisito quanto ao nível de formação daqueles que desenvolverão a profissão, fica a cargo de cada município. De acordo com Souza Neto (2010, p. 30):

> O processo de formação e o campo de atuação do educador social são caracterizados por embates ideológicos, ações de grupos organizados, contendas políticas e religiosas, experiências de injustiça, perdas e frustrações. Tal contexto sociopolítico exige dele capacidade de se apropriar da realidade e nela intervir pedagogicamente, de mediar relações entre indivíduos, famílias e instituições, de modo a abrir perspectivas para o bem-estar individual e social.

Desse modo, desenvolver um currículo para a Pedagogia Social e Educação Social, é pensar em pressupostos teóricos e metodológicos que abarcam as situações vivenciadas pelos grupos, como o desenvolvimento para a conclusão de um atendimento com bons resultados. Isso também é entender que não apenas a prática irá se resolver por si só, ou que dará conta de responder a todas as necessidades emergentes; é preciso conhecimentos da área da sociologia, filosofia, história para então atribuir mais significado às práticas desenvolvidas.

Pereira nos interpela sobre como direcionar a formação dos Educadores Sociais, ao dizer que (2013, p. 16):

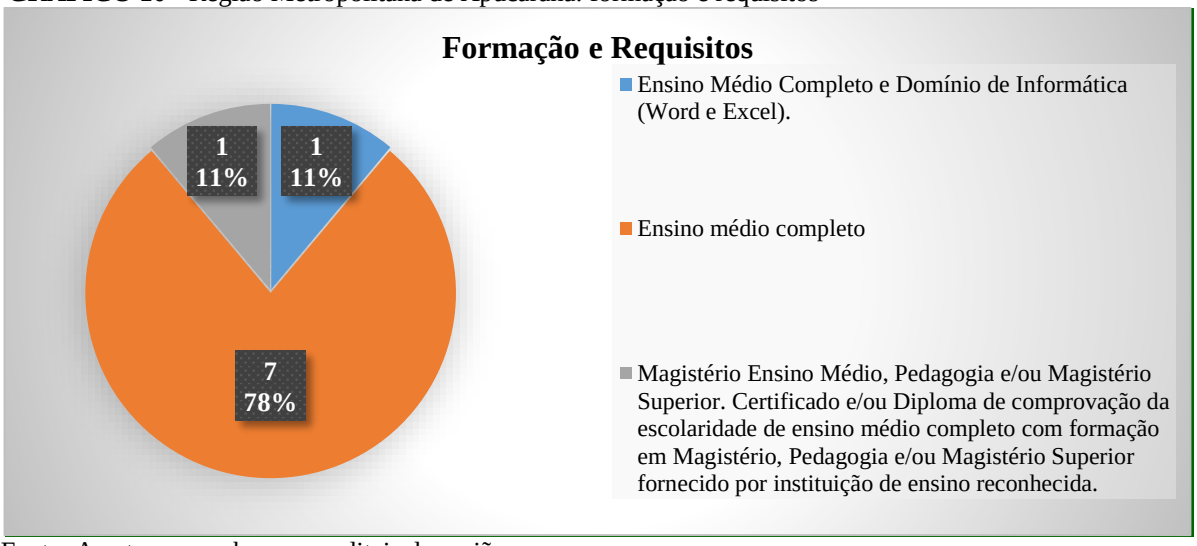
> Uma formação que inicia com a teorização da prática, que extrai elementos de transformação do real concreto, partindo, primordialmente, da situação vivida dos oprimidos, convocando-os a participar de um projeto de promoção social.
> Essa formação híbrida tem a teoria e a prática como o início e o fim da formação e da atuação do educador social, qualificando a reflexão da sua prática educativa, pois a práxis seria o princípio articulador da reflexão que forma.

Por isso entendemos que como descrito nas atribuições no item anterior, não se deve resolver a situação, seja ela qual for com os grupos, sem antes problematizar a mesma e levar os sujeitos à reflexão. Entender a situação faz parte da sua própria resolução. Nas palavras de Souza, Paiva, Natali, Baulli e Müller (2014, p. 79):

> A educação social no Brasil tem sido objeto de atenção de diferentes grupos de estudo nas universidades e vem sendo foco de militância de atores sociais que exercem a função de educadores e não são reconhecidos como profissionais. A produção teórica na área aumenta paulatinamente introduzindo subsídios para as reflexões e reivindicações a favor da valorização dos sujeitos que aprendem/ensinam no sistema educacional que não necessariamente é o considerado formal, mas que sem dúvida, existe.

O não reconhecimento da profissão interfere diretamente nas ações realizadas pelos Educadores Sociais, como na diferença salarial que também encontramos nos editais, como nas inúmeras possibilidades de profissionais das áreas diversas atuando nos diferentes espaços, seguindo práticas que já ocorrem, mas sem o domínio sobre como e o que fazer. Veremos abaixo o que encontramos na Região Metropolitana de Apucarana quanto à formação e ao requisito solicitados nos editais:

GRÁFICO 10 - Região Metropolitana de Apucarana: formação e requisitos



Fonte: A autora, com base nos editais da região.

Nesta região metropolitana encontramos com maior incidência para o desenvolvimento de trabalho com a Educação Social, a formação e requisito Ensino Médio, sete entre os nove editais de análise para a região.

Solicitar como escolaridade mínima o Ensino Médio é desvalorizar uma área, mesmo que ainda não seja regulamentada no Brasil, pois os conteúdos atribuídos para a realização da prova no quesito específico contam com particularidades da área da Pedagogia e do Serviço Social, ambas áreas com suporte de Ensino Superior.

O candidato se assim desejar se inscrever para a disputa do cargo, deverá buscar por si só conhecimentos que abarcam as áreas já citadas. Sabemos que em uma prova de concurso público isso muito acontece, faz-se necessário buscar os conteúdos gerais e específicos, para realizar o estudo e tentar chegar a melhor colocação para assim ser classificado. O destaque que

queremos dar aqui é que quando há um concurso na área da Educação, os interessados serão aqueles que possuem alguma formação, seja em Formação de Docentes, em nível técnico, Pedagogia ou qualquer outra licenciatura no Ensino Superior, isso porque a função exige uma formação, o que influenciará diretamente nos conteúdos estipulados para a realização da prova.

Ao acessarmos os editais, observamos dos conhecimentos específicos solicitados:

- Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do idoso, Noções básicas de informática, normas técnicas da pessoa com deficiência e pessoa em situação de rua. Noções básicas sobre acolhimento;
- Lei Federal nº. 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica (NOB/SUAS); Norma Operacional de Recursos Humanos (NOB/RH); Orientações técnicas do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social; Orientações técnicas do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social; Programa Bolsa Família;
- História Social da criança e da família. Sistema educacional brasileiro. A educação nos dias atuais. História dos movimentos sociais e mobilização social. Exclusão social;
- Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes; Plano Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil; Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua; Lei nº 11.240/2006 (Maria da Penha);
- Cuidados básicos de enfermagem com a criança, o adolescente, família, idoso, pessoa com deficiência e pessoa em situação de rua. Aspectos psicológicos da criança, do adolescente, família, idoso, pessoa com deficiência e pessoa em situação de rua.

Estes foram alguns dos conteúdos específicos que retiramos dos editais a fim de mostrar como a formação para o profissional da Educação Social é necessária. Nos anexos estão na íntegra os editais, podendo ser visualizados outros conteúdos solicitados.

A formação em nível de Ensino Médio, com duração de três anos, abarca disciplinas conforme indica a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, de Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas[69]. Áreas de conhecimento essas que trabalham com disciplinas que não contemplam conteúdos específicos de áreas de um concurso público. Desse modo, observamos a fragilidade quanto aos requisitos encontrados nos editais. Não evidenciou-se também, se haveria alguma formação posteriormente ao ingressar na função a qual o edital de concurso fora realizado.

Marlene Ribeiro descreve sobre a Educação Social que ocorre no Uruguai, onde teve início sua estruturação em 1985 (2011, p. 146):

> Essa modalidade de Educação exige um educador com uma formação em nível superior, porém mais ampla e diferenciada da que é oferecida aos professores que irão trabalhar com ensino regular. Não se trata de preparar um professor para aplicar um currículo dentro de uma instituição social nem de perceber os jovens como quem deve adaptar-se a esse currículo e à Educação escolar. O educador social subverte essa lógica. Não se trata, também, de uma Educação vazia de conteúdos, porém estes não são transmitidos pela escola e sim pelos deliberados coletivamente pelos educadores sociais, a partir de questões r necessidades dos educandos na qualidade de sujeitos sociais. A fronteira entre um professor e um educador social é uma questão de território. Uma Educação Social, nessa perspectiva, funda-se em princípios que veem a totalidade da pessoa humana, porquanto abrange diferentes experiências de vida dos educandos, exigindo, em decorrência, conteúdos, métodos e instrumentos concernentes com aqueles princípios. Educadores sociais, no Uruguai, trabalham em equipe com outros profissionais: psicólogos, médicos, assistentes sociais e professores.

Assim como em qualquer licenciatura, não se trata de ter alguém que realize determinadas ações. O trabalho de um professor não é apenas a execução de um currículo, mas problematizar o que pode ser alterado em diferentes contextos.

Pensar sobre a normatização, regulamentação da profissão e da sua própria estrutura de formação, atualmente no contexto brasileiro, é evidenciar o histórico de como a Educação Social vem se estabelecendo no Brasil, como por exemplo, o debate que resultou no Projeto de Lei do Senado n° 328, de 2015. Ele sofreu algumas emendas, em particular no artigo 5º da referida lei:

> **Art. 5** Os profissionais de que trata esta Lei serão formados em cursos de educação superior, em nível de graduação, admitida a escolaridade mínima de nível médio para aqueles que estiverem no exercício da profissão quando da entrada em vigor desta Lei. (BRASIL, 2015).

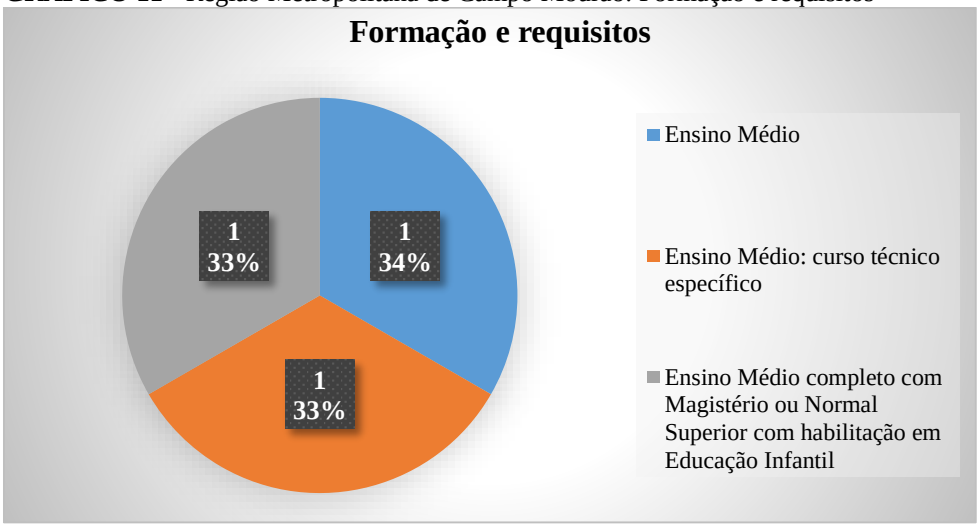
Dessa maneira, aqueles que já trabalham na Educação Social não estarão desamparados, já que com a admissão de escolaridade mínima de nível médio, estes continuarão a realizar seu

[69] Para mais informações sobre a BNCC, acessar: http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/.

trabalho, promovendo a imersão dos mesmos para o ensino superior, potencializando seus conhecimentos.

Na Região Metropolitana de Campo Mourão, percebe-se algo muito parecido quanto ao que é solicitado na região anterior, mas se nota uma particularidade entre as demais regiões, já que prioriza-se um determinado grupo a ser atendido, como veremos no gráfico a seguir:

GRÁFICO 11 - Região Metropolitana de Campo Mourão: Formação e requisitos



Fonte: A autora, com base nos editais da região.

O ensino médio aqui solicitado é comum com as outras regiões metropolitanas, contudo, conforme o gráfico, ao mencionar ensino médio: curso técnico específico, não define qual é esta formação. Já em um município, descreve-se que o Ensino Médio deve ser acompanhado do técnico em Magistério, e que se for em Ensino Superior, precisa da habilitação em Educação Infantil.

Estas formas de descrição do que é solicitado podem deixar algo variável, já que não está estipulado o curso técnico, ou, quando solicitado a formação superior, enfatiza-se a Educação Infantil parecendo ser o único grupo a ser atendido pelos Educadores Sociais.

Sobre o que se pede, aos conteúdos a serem estudados, observamos:

- Lei nº 8.069/1990 – ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.
- Desenvolvimento da criança e do adolescente. O espaço social, família, escola. Formas de violência contra a criança e o adolescente.
- Abuso sexual contra crianças e adolescentes.

- Conceitos gerais de democracia, direitos sociais, seguridade social, cidadania, Educação em saúde, Proteção Social.
- Noções Básicas sobre as Relações Humanas. Higiene, saúde e cuidado.
- Ética profissional. Plano nacional de convivência familiar e comunitária. Articulação em redes. Visita domiciliar

Novamente percebemos que os conhecimentos específicos descritos nos editais se aproximam de temáticas da Pedagogia, o que nos mostra a falta de precisão sobre a Pedagogia Social e Educação Social. Conforme discorre Glória Serrano (2003, p. 171):

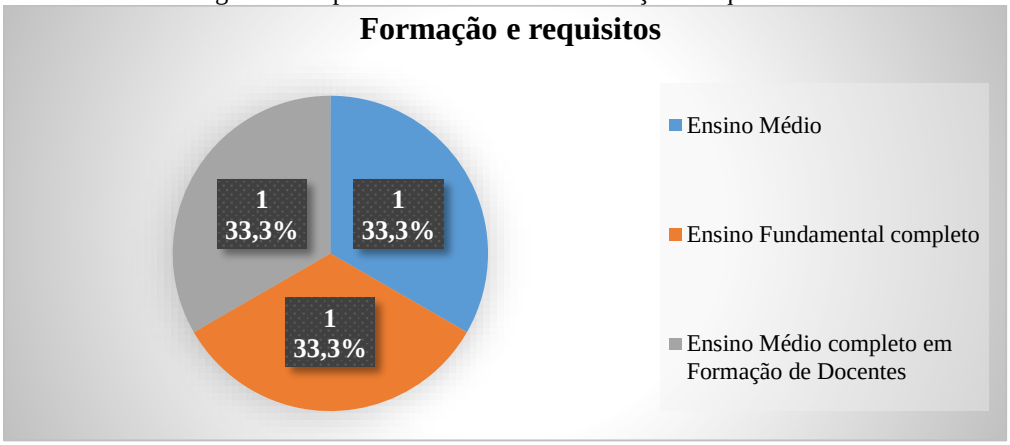
> La formación permanente de los profesionales em activo se hará impulsando la formación em los mismos centros de trabajo, promovendo encuentros entre equipos, pues la reflexión colectiva tiene utilidade formativa; engarzando teoría y práctica; atendendo a la formación personal, a las necessidades personales de los educadores, disseñando itinerarios formativos; incluyendo temas específicos y de actualidad que respondan a necesidades actuales, no unicamente cuestiones generales. Es necessrio dedicar de forma periódica un tiempo a la formación permanente.

A formação para os Educadores Sociais não é apenas a inicial, mas a que acontecerá durante o exercício da profissão, destacando os diferentes espaços e grupos atendidos. Isso pode ocorrer dentro do ambiente de trabalho, com as demandas e particularidades, como na formação externa via universidade. Estas formações, permanentes e externas, contribuem para que os Educadores Sociais aperfeiçoem suas práticas, visando a melhoria no atendimento.

A formação dos Educadores Sociais perpassa por compreender diferentes espaços de atuação, diferentes grupos, problematizando a teoria e a prática, na qual uma fortalece a outra, buscando novos modos de sua própria sistematização. Pensar o campo teórico e o campo prático da Educação Social é também visualizar o entorno onde tudo isso acontece. É pensar a Educação Social como campo em constituição ou mesmo constituído. Conforme Pierre Bourdieu, (2002b, p. 27), a noção do campo "funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades." Neste sentido, o campo da Educação Social é composto pelo conjunto de relações que se estabelecem entre a teoria e a prática.

Na mesma direção dos dados anteriores, a Região Metropolitana de Cascavel apresenta pouca clareza sobre o quesito formação, como podemos ver no gráfico seguinte:

GRÁFICO 12 - Região Metropolitana de Cascavel: Formação e requisito



Fonte: A autora, com base nos editais da região.

Cada município desta região, que propôs um edital próximo a área da Educação Social, percebe a formação e requisitos de modos diferentes. Aparece apenas o ensino médio, ou este com a formação de docentes, ou ainda, exige-se o ensino fundamental. O requisito em ensino fundamental nos faz perceber a vulnerabilidade que a profissão passa. Exigir pouca escolaridade nos remete à precarização da profissão, mesmo quando essa ainda está em processo de legitimação em um país.

A seguir, percebemos como os conteúdos específicos também interferem no desenvolver das funções, indo na contramão da formação exigida.

- Noções sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária;
- Políticas Educacionais; Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
- Noções básicas sobre a Pedagogia do Oprimido;
- A concepção de Protagonismo Juvenil;
- Projetos de trabalho na prática educativa – Construção do Projeto Político Pedagógico;
- Teorias de Aprendizagem/Desenvolvimento Humano; Política da Pessoa com Deficiência;
- Noções gerais sobre higiene e segurança no trabalho;
- Lei Orgânica de Assistência Social;
- Educação Inclusiva.
- Práticas Promotoras de Igualdade Racial.
- Inclusão, acessibilidade e diversidade.

Parece-nos, em linhas gerais, que os conhecimentos específicos de estudo também servem para direcionar os candidatos às suas demandas de trabalho. Porém, não diferente das já apresentadas, há um direcionar ou para a situações específicas da Educação ou da Assistência

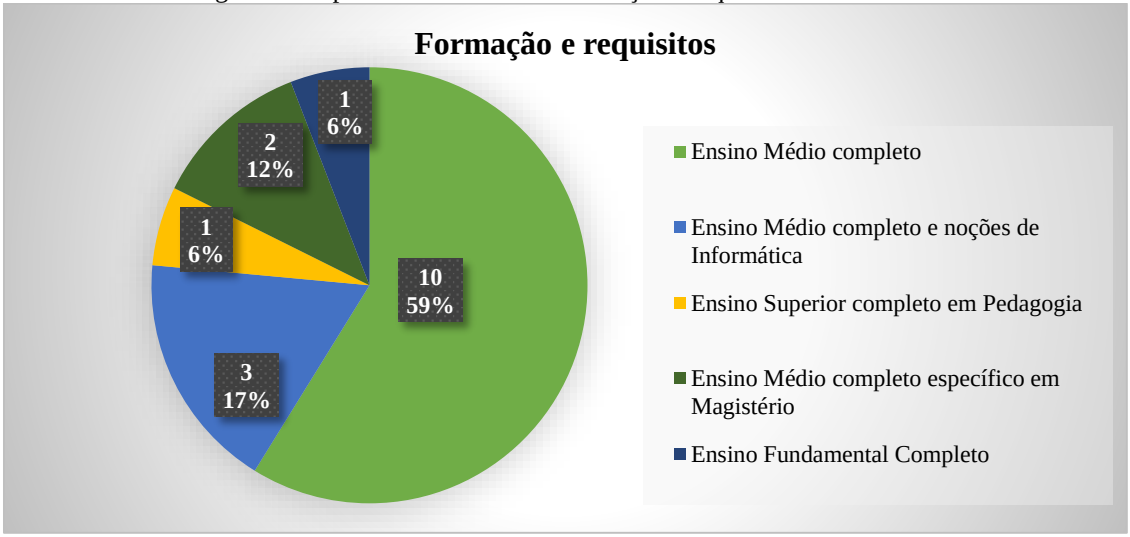
Social. Certamente, candidatos com nível de fundamental ou ensino médio não saberão o que é, como construir e fazer acontecer um Projeto Político-Pedagógico; do mesmo modo, não terão conhecimento das teorias de aprendizagem ou do desenvolvimento do ser humano.

É possível entender que num país sem a normatização de uma profissão haja tanta falta de entendimento de como organizar a solicitação de um profissional; mas, é possível perceber o destoamento entre o que é requisitado como formação com os conteúdos específicos de duas áreas científicas. Essa disparidade pode expressar a ideia de um campo em constituição, marcado pelo *habitus* incorporado e as mais recentes políticas públicas e debates teóricos da Pedagogia Social. A esse respeito, Sueli Maria Pessagno Caro (2011, p. 132) afirma que:

> A preocupação em definir a Educação Social pode ser tão importante quanto a necessidade de resolver o complexo mundo dos problemas sociais brasileiros. A prática nos remete e deve nos remeter a um referencial teórico para justificar nossas ações e nos certificarmos da importância e finalidade que queremos nas intervenções socioeducativas.

Na sequência, visualizamos como a primeira região metropolitana do estado do Paraná vem delineando a Educação Social. A Região Metropolitana de Curitiba fora a que mais apresentou municípios com editais próximos a Educação Social e Pedagogia Social. O gráfico a seguir revela a formação e requisito exigidos.

GRÁFICO 13 - Região Metropolitana de Curitiba: Formação e requisitos



Fonte: A autora, com base nos editais da região.

Nesta região fizemos dezessete análises, porém com a mesma ocorrência das regiões anteriores, quanto a exigência de Ensino Médio para desenvolver as atribuições. Os dados nos mostram que apenas seis por cento (um município) exigem Ensino Superior como formação mínima, mas também pelo viés da Pedagogia.

De acordo com os conhecimentos específicos, descritos nos editais, encontramos:

- Lei Nº 8742/93 - Lei da Assistência Social;
- Lei Nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Lei Nº 10741/03 - Estatuto dos Idosos;
- Não há conhecimento específicos, apenas conteúdos de português e raciocínio lógico;
- Resolução 109/2009 – Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS[70]) - Tipificação Nacional de Serviços Sócioassistenciais;
- Políticas sociais, Programas, projetos, serviços e benefícios de assistência social;
- Política Nacional da Assistência Social – PNAS / 2004;
- O Combate à Violência Doméstica Familiar Contra a Mulher;
- Os Serviços de Acolhimento Social;
- Noções básicas de nutrição;
- Metodologia do Serviço Social;
- Da prática de ato infracional. Do Conselho Tutelar: estrutura, atribuições, competência e conselheiros;
- O contexto educacional e histórico da escola pública e Política educacional brasileira;
- Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil. Planejamento e avaliação escolar–práticas avaliativas e instrumentos de avaliação;
- Concepções e Fundamentos da Educação: Concepções de Aprendizagem;
- As contribuições de Piaget, Vygotsky, Wallon, Paulo Freire e Emília Ferreiro;
- Projeto Político Pedagógico na Educação Infantil;
- Concepção do educar e cuidar;
- História dos movimentos sociais e mobilização social.

Destes conhecimentos que selecionamos, notamos a ênfase em conteúdos específicos da área da Educação, como outros pertencentes a Assistência Social, sem nem mesmo aparecer esta formação como um requisito, como metodologia do Serviço Social, sendo solicitado, neste caso o curso de Pedagogia.

[70] Resolução Nº 9, de 15 de abril de 2014. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS, que estabelece: "Reconhecer os cargos e funções dos trabalhadores de ensino médio e fundamental que atuam no SUAS, nas funções de monitor, educador social e orientador social, entre outras. Disponível em: http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/eventos/CNAS_2014_-_009_-_15.04.2014-1.pdf/view.

Parece-nos que nesta região metropolitana, o conjunto de editais não têm clareza nem mesmo do que é próprio da área da Educação[71], nem do Serviço Social[72], fragilizando ainda mais quando solicitado nível de Ensino fundamental ou médio. Sobre as possibilidades de como organizar a área da Educação Social e Pedagogia Social, Geraldo Caliman, ao tratar da Pedagogia Social na Itália, discorre sobre alguns questionamentos importantes a serem feitos para sua composição:

> Onde deve atuar o profissional da Pedagogia Social? Com qual destinatário? Com quais métodos? Ela seria um educador social, um educador profissional ou mesmo um pedagogo social? Qual a diferença entre ele e o profissional ligado ao Serviço Social (*social work*)? Essas e outras perguntas mostram a importância da definição à identidade do profissional da Pedagogia Social. (CALIMAN, 2011, p. 42, grifo do autor).

A importância da definição da identidade desse profissional, pensando numa sistematização para organização de um curso específico, é que facilita os caminhos tomados que podem interferir na organização dos editais públicos. Ressaltamos que o Uruguai[73], em sua sistematização do curso, é inspiração para que o Brasil produza sua própria história no que diz respeito à criação de curso de Educação Social no âmbito universitário.

Nas palavras de Souza (2014, p. 79-80):

> Quando se exige a formação mínima em nível médio, deve-se esperar que este profissional domine os conteúdos e as habilidades desenvolvidas por aquela formação. Porém, foram observadas exigências de conhecimentos de[74] [sic] ultrapassam o limite da formação de nível médio como: o conhecimento do Sistema Educacional Brasileiro, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Política de Assistência Social Nacional.

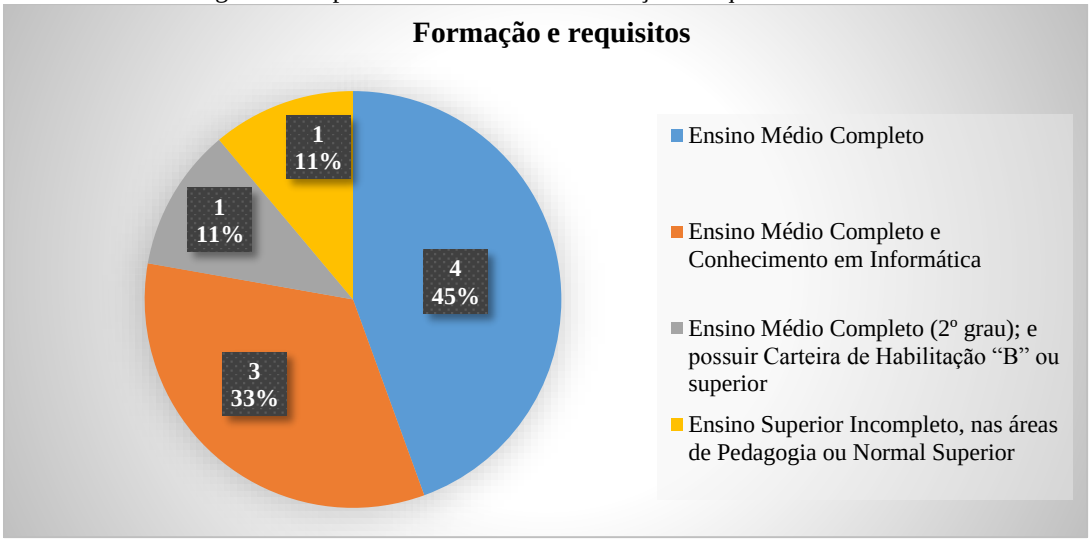
Conforme a citação acima é o que vem acontecendo nas Regiões Metropolitanas do Paraná, sem entendimento, provavelmente, daquilo que é possível solicitar no edital. Mesmo que esta região tenha apresentado um número considerável de análise próxima a área da Educação Social, não nos possibilita enxergar a legitimidade da área em razão de tanta discrepância nos editais.

---

[71] Grade curricular do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, disponível em: https://www.uepg.br/catalogo/cursos/2018/pedagogo.pdf, para mais detalhes.
[72] Grade curricular do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, disponível em: https://www.uepg.br/catalogo/cursos/2018/servicosocial.pdf, para mais detalhes.
[73] Para mais informações sobre a estrutura do curso no Uruguai, sugerimos a leitura da dissertação de Franciele Moreto, intitulada "Formação de educadores e educadoras sociais brasileiros: contribuições da licenciatura em educação do campo no Brasil e da proposta de formação dos educadores e educadoras sociais do Uruguai", disponível em: https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2975/1/Franciele%20Moreto.pdf.
[74] Manteve-se a escrita conforme está na dissertação referenciada. Leia-se: que.

A Região Metropolitana de Londrina traz algumas especificações como critério, mas também não se diferencia muito das demais regiões metropolitanas paranaenses.

GRÁFICO 14 - Região Metropolitana de Londrina: Formação e requisitos



Fonte: A autora, com base nos editais da região.

Nesta região, podemos notar novamente que o Ensino Superior teve pouca demanda, podendo ser incompleto e na área da Educação. O conhecimento na área de informática fora descrito em outras regiões também, ora como conhecimento específico, ora como atribuições ao cargo. Novamente o Ensino Médio teve a maior solicitação.

Como conhecimentos específicos, destacamos:

- Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes;
- Proteção integral: políticas integradas. Conselho de Direitos. Conselho Tutelar;
- Tipos de Violências Intrafamiliar e Extrafamiliar contra crianças e adolescentes;
- Trabalho com famílias: famílias em situação de vulnerabilidade social, exclusão social, as famílias contemporâneas e os novos arranjos familiares, multifamílias, violência e abuso na família;
- Envolvimento com diferenças: síndrome de down, autismo, TDAH, alienação parental, transtornos mentais;
- Política Nacional de Assistência Social e suas Regulações;
- Cartilha Perguntas e Respostas. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) 2011;
- Não há, apenas conteúdos de informática, língua portuguesa e matemática;
- A didática e a formação profissional do professor; educação; valores e objetivos; aprendizagem: conceito e tipos; tendências pedagógicas; tipos de plano de ensino; objetivos de ensino, conteúdos, métodos e técnicas, recursos de ensino e avaliação.

Outra vez encontramos definições similares com as já apresentadas, apontando até mesmo a não especificidade de conteúdos, o conhecimento de trabalho com diferentes grupos e diferentes legislações. Notamos a presença e o direcionamento do papel de um professor e de sua área do conhecimento, mesmo que não utilizado o termo "professor" para nominar o cargo no edital.

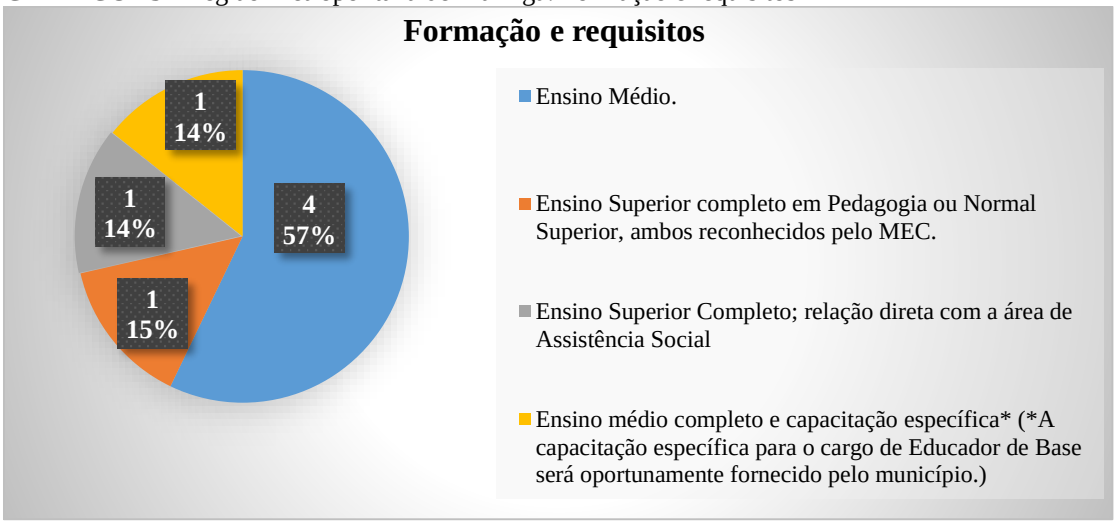
Mesmo com toda a prática da Educação Social que ocorre no Brasil, ainda não há uma precisão em relação à atuação, sua identidade quanto formação, o que já é firmada na prática. Gadotti (2012, p. 27) nos propõe a pensar sobre isso quando escreve:

> É claro que a regulamentação dessa profissão irá beneficiar muito educadores populares e comunitários também, pois exercem essas mesmas atividades, mas que não são conhecidos como educadores sociais. Beneficiária será também a educação social que ganhará um status com esse reconhecimento estatal que garante o exercício dos direitos trabalhistas desses trabalhadores e trabalhadoras. Enfim, ganharão sobretudo as populações que vivem em situação de risco pessoal e social.

Quando dada a efetivação da regulamentação da profissão, e a formação específica na área, como descreve Gadotti, todos irão ser beneficiários dessas ações, uma vez que as práticas passarão a ter uma orientação para o seu desenvolver com os diferentes grupos, que por sua vez, receberão melhor atendimento.

Na Região Metropolitana de Maringá prevalece a exigência do Ensino Médio como formação e requisito mínimo necessário para o desempenho da função.

GRÁFICO 15 - Região Metropolitana de Maringá: Formação e requisitos



Fonte: A autora, com base nos editais da região.

Com as sete análises realizadas nesta região, observamos que além da prevalência do Ensino Médio, há uma particularidade no que diz respeito à prova de títulos, conforme descreve o item 10.5.2 do edital, onde se lê:

> Para o cargo Educador Social, os títulos apresentados deverão ter relação direta com a área de Assistência Social, comprovados mediante Certificado ou Diploma de Conclusão de Curso, expedido por instituição oficial e reconhecido pelo MEC, devendo estar devidamente concluído vigente no período de realização do curso. (MARINGÁ, 2015, p. 43).

Portanto, para o município de Maringá a profissão está intimamente relacionada a área da Assistência Social. Outra particularidade é que no município de Sarandi será ofertada capacitação específica após o ingresso a profissão.

Sobre os conhecimentos específicos, destacamos para esta região:

- Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Educação Social e Educação não formal;
- Conhecimento sobre trabalhos de música, artesanato, reciclagem de papel, crochê, tricô, bordado, pinturas, culinária e costura;
- Objetivos das Assistência Social;
- Postura Profissional;
- Noções básicas de atendimento ao público;
- Disciplina;
- Serviço Social e as instituições: Conceito de Instituições;
- Estratégia de Trabalho de Serviço Social nas Instituições;
- História Social da criança e da família;
- Orientações Técnicas para Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes.

Nestes editais houve destaque para conhecimentos sobre Educação Social e Educação não formal, o que aponta possíveis entendimentos sobre a existência de uma área própria para a realização de uma profissão. Conceitos como disciplina nos permitem a entender que nas ações que serão realizadas, estas ocorrerão entre diferentes abordagens. Isso está muito próximo das ações, aqui já citadas, que pautavam as de Pestalozzi em suas práticas com crianças e adolescentes. Outros conhecimentos necessários que também delineiam as funções dos profissionais são voltadas para o artesanato, para as diferentes artes, com atividades descritas como “oficineiras”.

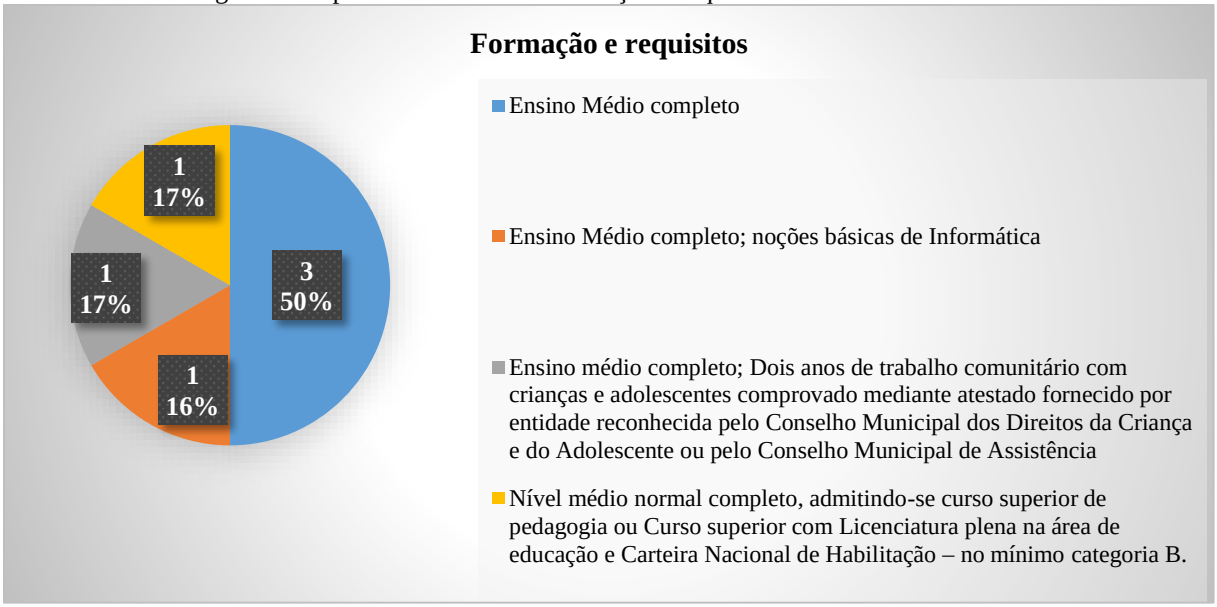
Novamente a formação solicitada, na maioria dos requisitos, não condiz com os conteúdos específicos descritos nos editais, e nem mesmo com a realização da profissão nos diferentes espaços. Pereira (2013, p. 16) discute acerca dos conhecimentos necessários para o desempenho da profissão da Educação Social:

> Por qualificação profissional, compreendemos aquele processo pedagógico de acessar conhecimentos e saberes de uma determinada área profissional para trabalhadores em serviço, aqueles que já possuem um saber científico, atitudinal, tácito de sua profissão, mas que precisam, continuamente, estar em formação para ampliar suas capacidades e competências cognitivas e sociais devido às demandas que surgem e ele precisa dar conta das novas possibilidades de atuação.

Faz-se necessária a formação continuada para estes profissionais, que vivenciando a realidade notam a importância de melhorar seu conhecimento, para aprimorar suas atividades. Com a regulamentação da profissão tende-se a fortalecer o campo da Educação Social e Pedagogia Social.

Na Região Metropolitana de Toledo também encontramos algumas especificidades para a realização da profissão, conforme gráfico seguinte:

GRÁFICO 16 - Região Metropolitana de Toledo: Formação e requisitos



Fonte: A autora, com base nos editais da região.

O Ensino Médio corresponde nesta região a 50% dos editais. O destaque que damos para esta região é sobre a experiência de dois anos de trabalho comunitário com grupo específico de crianças e adolescentes, com comprovação e ainda tendo curso de atendente, recreacionista, ou estar cursando técnico nas áreas de educação ou ciências sociais.

Existe uma preocupação com a experiência na área para o desempenho da profissão, mesmo que este exija, inicialmente, também o Ensino Médio. As especificações atribuídas também apontam a importância da prática para a profissão, evidenciando os que já realizam a Educação Social, incluindo-os assim, sendo necessária também a formação específica.

Vemos na sequência, os conhecimento específicos solicitados:

- Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas;
- Avaliação Escolar;
- Noções básicas sobre a Pedagogia do Oprimido;
- Fracasso escolar;
- Noções gerais sobre higiene e segurança no trabalho;
- O atual sistema educacional brasileiro: LDB;
- Envolvimento com diferenças: síndrome de down, autismo, TDAH, alienação parental, transtornos mentais;
- Atendimento em abrigos.

A organização dos conhecimentos específicos nos mostra, mais de uma vez, obras indicadas. Nesse caso, observamos a solicitação do livro *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire. Esse autor tem um acervo de livros que nos ajudam a refletir sobre a Educação Social e Pedagogia Social, que devem ser consultados e referenciados, pois é uma das bases para estudo num curso de formação para os Educadores Sociais.

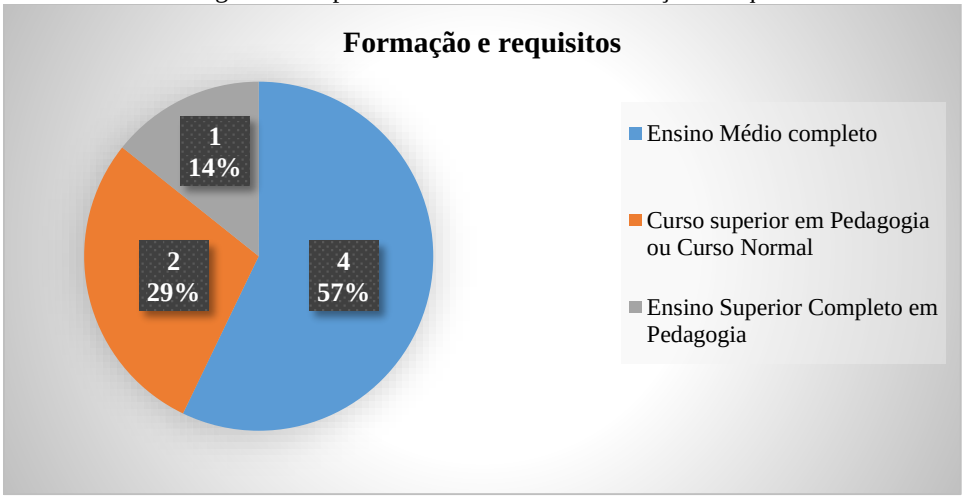
Outro aspecto é mais uma vez solicitar o Ensino Médio, mas enfatizar temas específicos da Educação como eixo norteador. Não estamos desmerecendo uma área ou outra, ou a defesa de uma sobre a outra, apenas percebemos que é de extrema importância a formação teórico-prática para os profissionais que desejarem trabalhar com a Educação Social. Sobre isso, discorre Souza Neto (2010, p. 30) que:

> O processo de formação e o campo de atuação do educador social são caracterizados por embates ideológicos, ações de grupos organizados, contendas políticas e religiosas, experiências de injustiça, perdas e frustrações. Tal contexto sociopolítico exige dele capacidade de se apropriar da realidade e nela intervir pedagogicamente, de mediar relações entre indivíduos, famílias e instituições, de modo a abrir perspectivas para o bem-estar individual e social.

A intervenção dos profissionais da Educação Social, portanto, deve ser pautada pedagogicamente, com ações organizadas e sistematizadas, diante da realidade existente, percebendo que outras esferas podem interferir nas práticas realizadas, justamente pelos embates citados por Souza Neto, ou pelos espaços em que irá de desenvolver as ações, podendo ser em instituições de acolhimento, escolas, instituições de fortalecimento de vínculos, com visitas a famílias em situações de vulnerabilidade, presídios, casa para idosos, entre outros.

A Região Metropolitana de Umuarama, a última aqui descrita, não se diferencia das sete referenciadas acima, em que prevalece também a exigência do Ensino Médio. Ao solicitar Ensino Superior, prevalece a área da Educação.

GRÁFICO 17 - Região Metropolitana de Umuarama: Formação e requisitos



Fonte: A autora, com base nos editais da região.

Quase 60% desses municípios compreendem que o final da Educação Básica, proporcionada no Brasil, seja o suficiente para realizar todas as práticas que irão subsidiar o trabalho no dia a dia nos diferentes espaços, sem nem mesmo saber quais serão estes, já que na maioria de todos os editais, não há esta especificação.

Segundo os conteúdos específicos direcionados a esta região, destacamos:

- Não há conhecimentos específicos, apenas sobre Informática, Língua Portuguesa e Matemática;
- O planejamento e a organização educacional;
- Lei de Diretrizes e Bases/LDB (9394/96);
- LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742 de 07/12/1993);
- Tipificação Nacional dos Serviços Sócio assistenciais (CRAS/CREAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo SCFV);
- Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA;
- Estatuto do Idoso;
- Liderança e poder, motivação;
- Atas. Ofícios. Memorandos. Cartas. Certidões. Atestados. Declarações. Procuração. Recebimento e remessa de correspondência oficial;
- Noções de segurança do trabalho: acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção;

- Normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção; As perguntas serão elaboradas de acordo com esses conteúdos: ECA, LDB, CRAS, CREAS, A LINGUAGEM DO AFETO: Como Ensinar Virtudes e Transmitir Valores de Celso Antunes, O Coordenador Pedagógico e o Espaço da Mudança de Vera Maria Nigro de Souza Placco e Laurinda Ranalho de Almeida, Quem Sabe Faz a Hora de Construir o PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO de Ilma Passos Alencastro Veiga e Colaboradores.

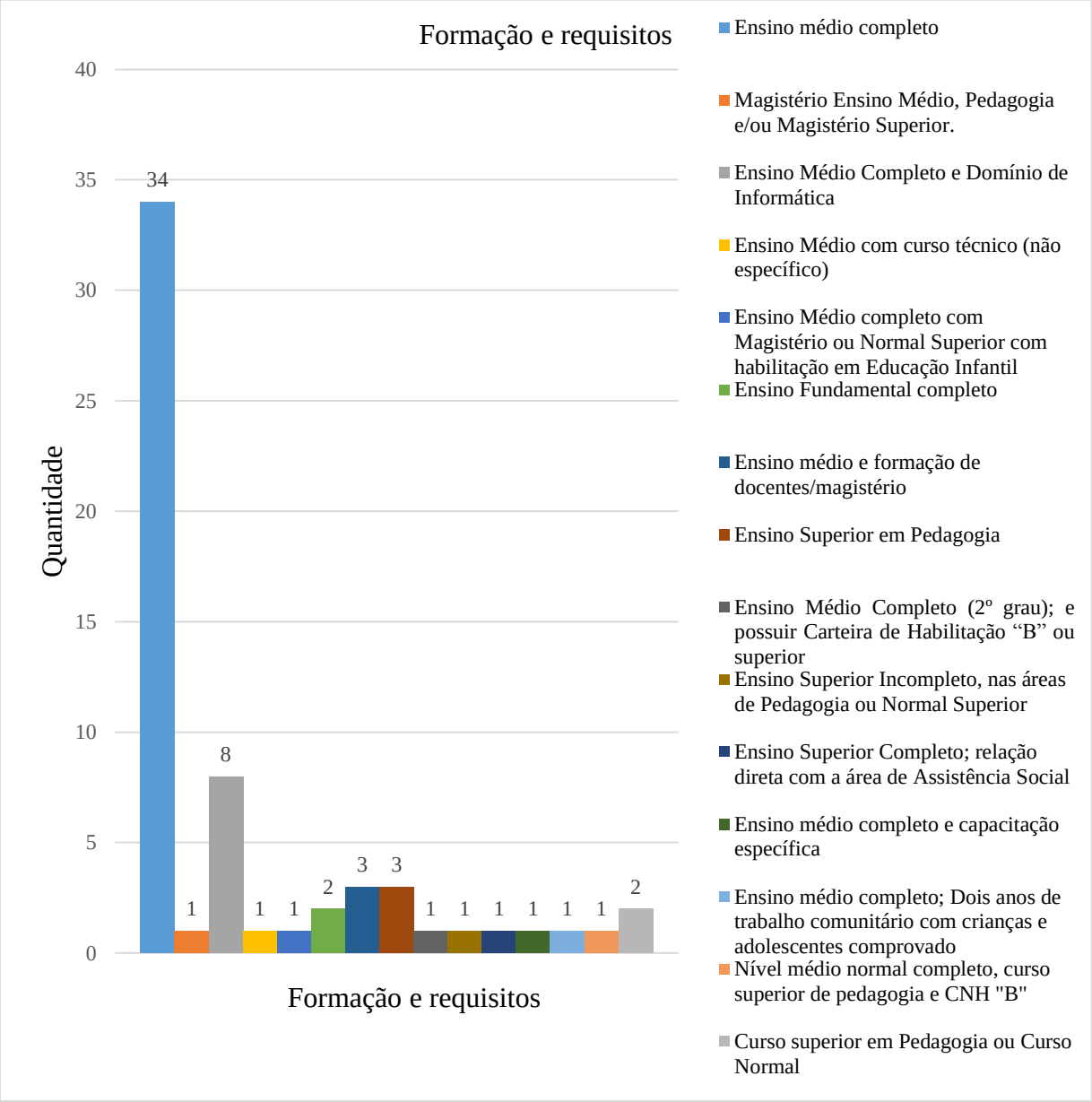
Muitos editais indicam a bibliografia que será solicitada na prova, como descrito neste último item, que por sua vez, tem ligação com a área da Educação, principalmente a Pedagogia. Aqui também notamos as especificidades burocráticas que a profissão exige, como a parte de noções básicas de documentação legal, como sendo também parte das atribuições dos profissionais. Essas demandas se aproximam do que assinala Natali (2016, p. 30):

> Ressaltamos, portanto, a necessidade de aprofundar as discussões sobre a formação dos educadores que estão implicados em múltiplas ações e em diferentes contextos educacionais. É urgente que eles passem a existir no Brasil também nas políticas públicas educacionais de formação e nas pesquisas e estudos dessa área, com o intuito de consolidar as diretrizes para a formação de profissionais da Educação Social, como é realidade em diversos países do mundo.

Apesar das práticas existentes no Brasil serem de longa data, como já apresentada nos capítulos anteriores, a falta de políticas públicas para a consolidação da área faz com que exista uma certa precarização da profissão, que diretamente interfere nas práticas e atendimentos.

A seguir, apresentamos um gráfico geral da formação e requisito que encontramos nas oito regiões metropolitanas.

GRÁFICO 18 - Formação e requisito



Fonte: A autora, com base nos editais de todas as Regiões Metropolitanas do Paraná

Ao todo realizamos sessenta e uma análises, decorrentes dos cinquenta e um editais selecionados. O Ensino Médio é exigido em trinta e quatro municípios, que se somado com a formação e requisito mais domínio de informática, que fora o segundo maior destaque, teremos os resultado se quarenta e dois municípios, quase 70% do total de municípios, portanto, exigem esta formação para o ingresso na profissão. Aproximadamente um terço dos editais exigem ensino superior, embora os cursos exigidos estão associados à área da educação ou serviço social, pois ainda é incipiente a inserção de curso superior na área de Educação Social.

3.3. Carga horária e remuneração

Todo edital de concurso público, quando oficializado e então colocado à disposição da população para que assim os interessados tomem conhecimento do mesmo, além da informação referente a função, há também informação da carga horária exigida para o trabalho, bem como sua remuneração.

Para o profissional da Educação Social, no que diz respeito à carga horária trabalhada, está circunscrita entre 30 a 40 horas semanais na maioria dos editais, e apenas em um caso com especificidade de turnos fixos diários por meio de rodízio de 12h por 36 h. Quando observado a remuneração dos profissionais, é notável uma disparidade salarial, devido aos diferentes anos dos concursos ofertados pelos municípios, entre os anos de 2009 a 2019, variando entre R$ 724,00 a R$ 2.542,96, assim como ao grau de escolarização exigido.

Para a Região Metropolitana de Apucarana, nas nove análises que realizamos, obtivemos os dados seguintes:

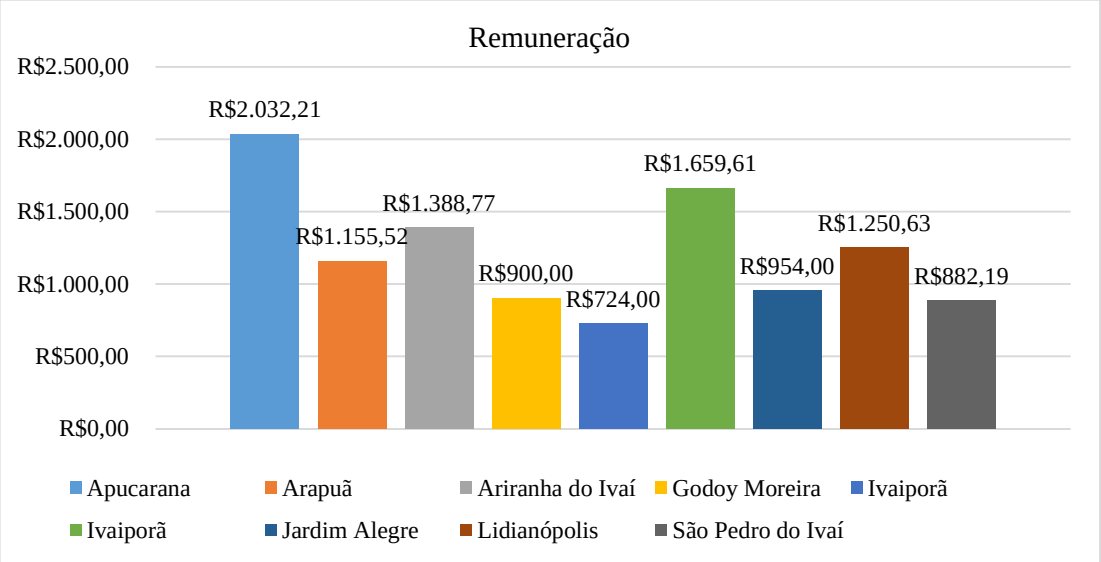
GRÁFICO 19 - Região Metropolitana de Apucarana - Carga horária

Fonte: A autora, com base nos editais da Região Metropolitana

Todos os municípios da região, portanto, compreendem a necessidade de um trabalho semanal de 40 horas para o profissional da Educação Social. Destacamos que nenhum município trata de uma possível escala ou troca de horários, após o ingresso a profissão.

Sobre a remuneração, para a mesma região, encontramos disparidades salariais, conforme assinala o gráfico a seguir:

GRÁFICO 20 - Região Metropolitana de Apucarana: Remuneração



Fonte: A autora, com base nos editais da Região Metropolitana

Mesmo os oito municípios tratarem da mesma carga horária de trabalho, 40 horas, sobre a remuneração há um distanciamento entre R$724,00 a R$2.032,21. Isso também é fruto da diferença dos anos dos editais (2014/2018), mas está implicado principalmente à formação e requisitos exigidos, mesmo a maioria dos municípios tendo solicitado Ensino Médio.

Ao pensarmos a organização da profissão da Educação Social e fazendo um comparativo com a profissão de um professor, que desempenha suas funções numa escola, e com um caminho também já trilhado e reconhecido como profissão, podemos perceber concretamente esse debate. Segundo Simone Flach (2017, p. 157):

> A valorização do professor ocorre, portanto, quando esse trabalhador tem assegurado formação (inicial e continuada) condizente com o nível, a etapa e a área de sua atuação; condições de trabalho expressas em disponibilidade de recursos materiais e financeiros que possibilitem uma atuação qualitativa no contexto educacional (interno e externo à escola), horas de trabalho reservadas ao planejamento, estudos e articulação com a comunidade escolar (hora-atividade), além de adequação do número de alunos atendidos conforme as dificuldades e necessidades dos mesmos, dentre outras questões; e, ainda, remuneração condigna com a sua formação e que possibilite usufruir de qualidade de vida (ou seja, que lhe possibilite acesso aos bens materiais que assegurem vida digna para o profissional e sua família, tais como alimentação, moradia, saúde, cultura e lazer).

A autora descreve sobre a profissão do professor. No entanto, em seu texto, percebemos que há falta de valorização desse profissional, embora exista um conjunto de direitos regulamentados. Esse debate serve de algum parâmetro para pensar os elementos específicos da valorização dos Educadores Sociais, como, por exemplo, formação inicial e continuada, condições de trabalho favoráveis para desempenhar suas atribuições, juntamente a recursos para que isso se efetive na prática, planejamento para as ações dos profissionais, promovendo ao

mesmo tempo diferentes atividades, atendimento aos diferentes grupos, e remuneração e carga horária adequadas.

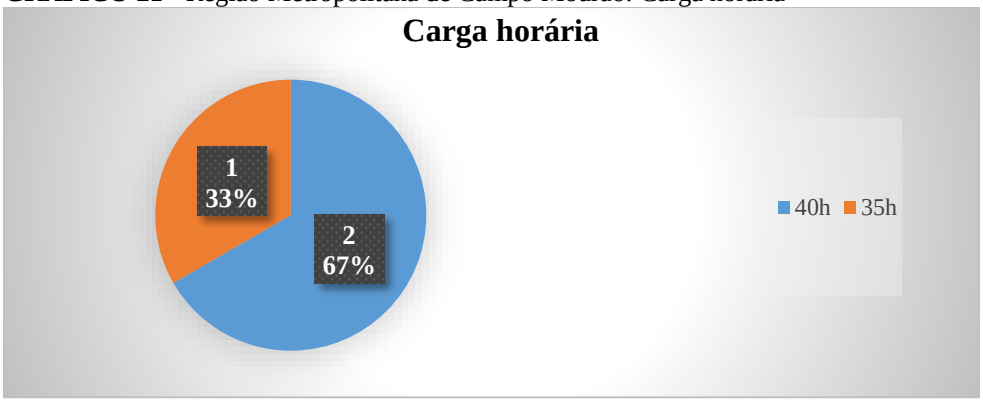
Não se deseja aqui atribuir os mesmos significados às profissões da área da Educação e da Educação Social, mas compreender que ambas, mesmo a primeira já sendo reconhecida perante a legislação, ainda passam por necessárias discussões diante da atual realidade em nosso país. Perceber as lutas que se estabeleceram no processo de alguma valorização da profissão docente, assim como os embates travados no âmbito da Educação Social, remete ao contexto histórico, às disputas, a mobilização pelo reconhecimento profissional, de sua autonomia. Esses elementos podem ser aproximados do que nos diz Bourdieu (2004b, p. 21):

> Um dos problemas conexos será, evidentemente, o de saber qual é a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, isto é, quais são os mecanismos que os microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de recolher apenas suas próprias determinações internas.

É comum que na sistematização de uma profissão, fatores externos interfiram diretamente, no entanto, ela ganha reconhecimento a partir de suas próprias convicções, lutas, estratégias. Isso, porém, pode ou não interferir diretamente na autonomia da profissão, que por sua vez, dentro de seu campo, pode sofrer alterações devido a divergências dos agentes, como pudemos observar no capítulo que discorreu sobre a história da Educação Social e Pedagogia Social. Pierre Bourdieu (2004b) nos ajuda a pensar sobre isso, quando trata das lutas entre os campos e no interior de cada campo, em que se efetivam as disputas pelo direito de definir uma certa identidade do que sejam as coisas, no caso do que seriam Educação Social e Pedagogia Social.

Na Região Metropolitana de Campo Mourão, encontramos duas indicações no que diz respeito à carga horária de trabalho, como veremos no gráfico abaixo:

GRÁFICO 21 - Região Metropolitana de Campo Mourão: Carga horária

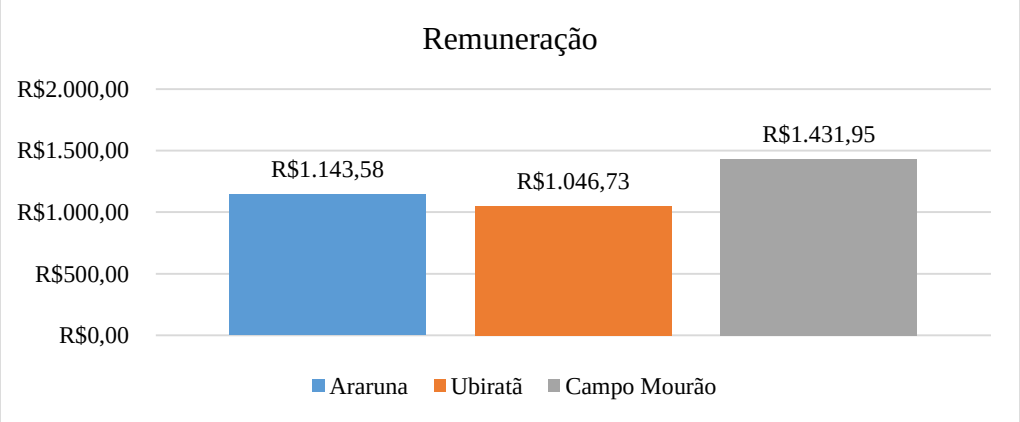


Fonte: A autora, com base nos editais da Região Metropolitana

Aqui percebemos que a maior parte dos municípios também compreendem a carga horária de trabalho de 40 horas semanais, como o tempo ideal para que os Educadores Sociais desenvolvam suas atividades. Esta questão está relacionada diretamente à formação e requisitos exigidos nos editais, pois, quando solicitado o Ensino Superior, a carga horária pode ser menor de quando solicitado o Ensino Médio, o que também altera a remuneração do profissional. No entanto, essas diferenças ocorrem por meio das relações estabelecidas com a formação voltada para a Educação ou Serviço Social, pois a Lei Nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, notadamente o Artigo 5º-A, determina que "a duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais". Logo, mesmo se houver a solicitação da formação em Serviço Social, faz-se necessário o cuidado quanto esta carga horária, o que difere do que é solicitado aos profissionais da Educação, que varia de 20 a 44 horas semanais.

Quanto a remuneração para esta mesma região metropolitana, encontramos valores próximos no que diz respeito à mesma escolaridade (Ensino Médio), e um pequeno aumento quando a solicitação é Ensino Médio com Magistério ou Normal Superior. Os editais desta região variam entre os anos 2015 e 2016.

GRÁFICO 22 - Região Metropolitana de Campo Mourão: Remuneração



Fonte: A autora, com base nos editais da Região Metropolitana

A relação entre as categorias que selecionamos para análise, isto é, terminologia, formação e requisito exigidos, carga horária e remuneração, ajudam a pensar para uma possível formação e regulamentação da profissão em nosso contexto brasileiro, sem deixar de evidenciar as práticas que já ocorrem. Conforme Silva (2011, p. 167):

> Essa caracterização, por si só, já justifica admitir que a Pedagogia Social a ser construída no Brasil, precisa, necessariamente, contemplar simultaneamente três tempos históricos: o passado, no sentido da problematização dos processos históricos que resultam em negação de direitos, forte exclusão social e estigmatização de diversos segmentos sociais; o presente, no sentido de reaprendizagem de hábitos, costumes e tradições que sirvam de referências para as gerações que nasceram sob a égide do regime de exceção política; e o futuro, enquanto utopia desejável, mas que

> tem como desafio principal a redução do abismo social que separa ricos e pobres, e que constitui condição *sine qua non* para a edificação de uma sociedade mais humana, mais justa e igualitária. (Grifo do autor).

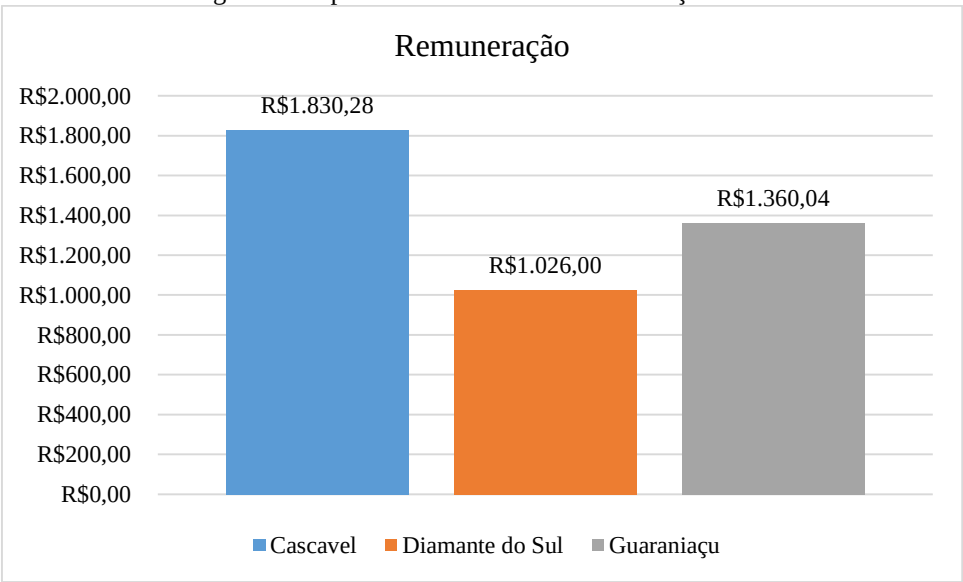
Na Região Metropolitana de Cascavel tivemos como na de Apucarana, a mesma descrição de carga horária para os municípios, tendo sua totalidade em 40 horas semanais.

GRÁFICO 23 - Região Metropolitana de Cascavel: Carga horária

Fonte: A autora, com base nos editais da Região Metropolitana

Esta carga horária contempla os três municípios da região que não solicitam em nenhum caso algum curso em Ensino Superior; e selecionam Ensino Fundamental, Ensino Médio ou Formação de Docentes, tendo pouca diferença entre os salários, como veremos a seguir.

GRÁFICO 24 - Região Metropolitana de Cascavel: Remuneração



Fonte: A autora, com base nos editais da Região Metropolitana

Os editais para esta região metropolitana são de 2017 e 2018; acreditamos que por isso os valores são próximos, mesmo com diferentes exigências de formação e requisito, mas considerando a mesma carga horária. Conforme Dias (2018, p.132):

> A remuneração salarial das(os) trabalhadoras(es) de uma ocupação expressa, em boa medida, a estima social pelo seu trabalho. Portanto, não reflete diretamente a quantidade de riqueza material que ela(ele) produz individualmente, mas o quanto a sociedade compreende o seu trabalho como socialmente útil e essencial ao bem-estar comum, assim como também reflete o reconhecimento dos saberes e esforços colocados em prática para a realização da atividade.

Parece-nos que a sociedade não tem clareza sobre a importância dos Educadores Sociais, que realizando o seu trabalho são pouco reconhecidos e valorizados, com uma carga horária de trabalho extensa, exaustiva e com diferentes contextos. Contribuem com isso, também, as instâncias legislativas que não formalizam e efetivam o reconhecimento desta profissão, já que desde 2009, existem discussões sobre a possibilidade da regulamentação dessa profissão.

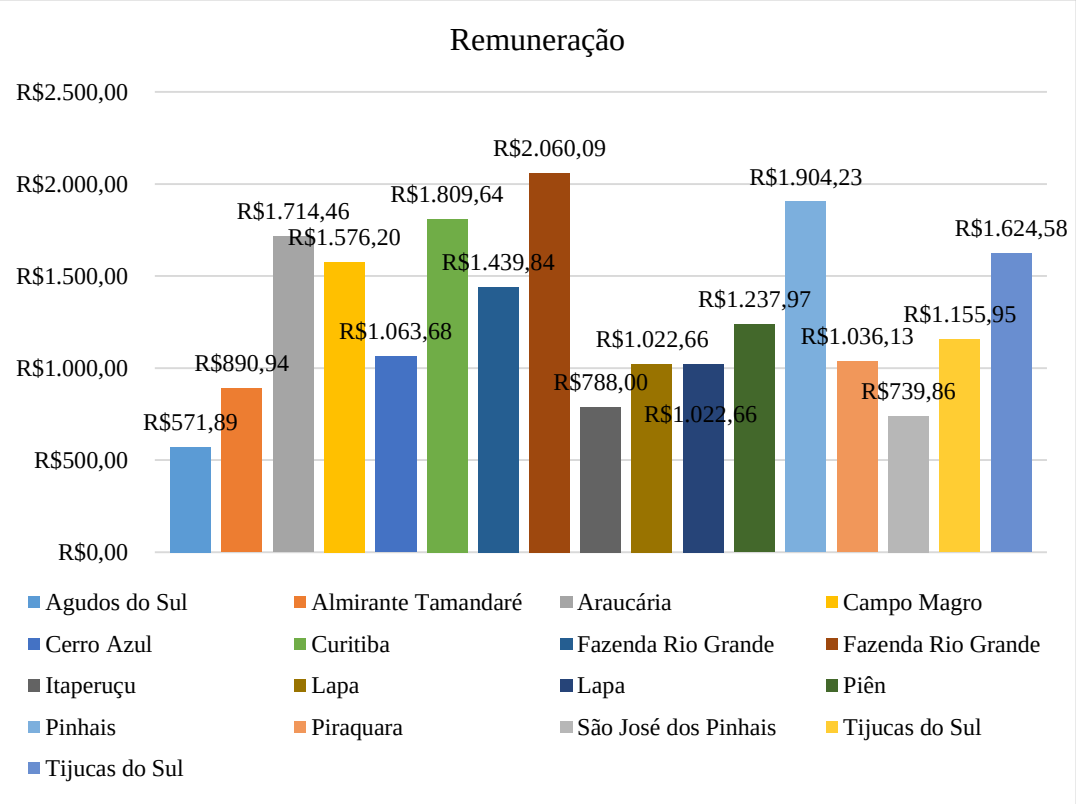
A região mais antiga do estado do Paraná, a de Curitiba, destaca a carga horária de trabalho para o profissional da Educação Social, evidenciando a necessidade do tempo para a realização de suas atividades.

GRÁFICO 25 - Região Metropolitana de Curitiba: Carga horária

Fonte: A autora, com base nos editais da Região Metropolitana

Esta região também possui unanimidade, pois dos quatorze municípios em que encontramos editais e dezessete análises realizadas, todos exigem 40 horas semanais de trabalho para os Educadores Sociais. No entanto, entre os municípios da região, notamos disparidades salariais nos editais entre os anos 2009 e 2018.

GRÁFICO 26 - Região Metropolitana de Curitiba: Remuneração



Fonte: A autora, com base nos editais da Região Metropolitana

Com uma diferença de nove anos entre os editais, percebemos as variações salariais que foram de R$ 571,89 a R$ 2.060,09. Enfatizar o que permite sistematizar a Educação Social e a Pedagogia Social no Brasil, segundo Ribas Machado, é entender que (2010, p. 146) "os elementos *econômicos*, *sociais*, *políticos* e *educacionais* estão totalmente relacionados e configuram o contexto em que a sociedade se desenvolve...". Desse modo, o Brasil, com sua historicidade de vasta desigualdade, faz com que estes elementos sejam decisivos no momento de empregabilidade, de valorização ou não dos profissionais, protagonizando ou não a melhoria e o desenvolvimento do país, e além disso, tratam com desrespeito os grupos que mais necessitam de melhores atendimentos e reconhecimento.

Conforme Bourdieu (2002b, p. 11):

> As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.

Essas classes que o autor descreve, são todos os grupos ou estratos sociais inseridos na sociedade, que por objetivos próprios, individuais ou coletivos, inserem-se nos diferentes campos existentes, de modo específico na Educação Social, visto que até dentro deste podem

ocorrer as estratégias, disputas e lutas. A tomada de posição, portanto, evidencia o poder simbólico que priorizam, bem como a posição dos agentes que dele fazem parte. Neste sentido, até entre os diferentes grupos de Educadores Sociais, ocorrem as disputas pelo reconhecimento profissional, partindo assim, como já citado, as exigências de formação e requisito, sendo em nível de Ensino Médio ou Ensino Superior, qual nomenclatura melhor atende ao profissional diante dos espaços que estes ocupam. Seria aquilo que Bourdieu qualifica como luta pelo direito de dizer o que são as coisas, ou seja, para dizer o que é Educação Social, como deve ser organizada, os conhecimentos necessários para o exercício da profissão, os títulos e formação acadêmica exigidos.

A Região Metropolitana de Londrina nos apresenta uma pequena variação quanto a carga horária solicitada nos editais para a região, como podemos observar no gráfico a seguir:

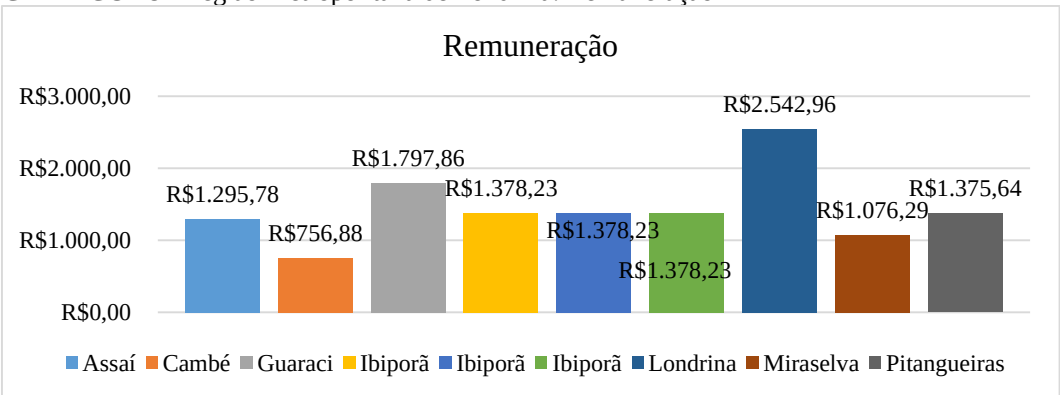
GRÁFICO 27 - Região Metropolitana de Londrina: Carga horária

Fonte: A autora, com base nos editais da Região Metropolitana

Na maioria dos municípios encontramos editais, sendo sete análises que compreendem a carga horária de 40 horas semanais. No entanto, duas análises compreendem este tempo de modo diferenciado, cada uma de 30 e 35 horas semanais, sendo que nenhuma dessas duas referências tratam de escala.

Veremos na sequência a remuneração desta região metropolitana, conforme apresentada nos editais:

GRÁFICO 28 - Região Metropolitana de Londrina: Remuneração



Fonte: A autora, com base nos editais da Região Metropolitana

Os editais desta região foram publicados entre 2009 e 2018, sendo a diferença salarial entre R$ 756,88 e R$ 2.542,96. Esta disparidade de valores tem relação com a questão do valor do salário mínimo, mas não diretamente com a formação e requisito, já que a maioria das análises solicitam o Ensino Médio como formação mínima. Até mesmo os datados com mesmo ano, por exemplo 2018, como nos municípios de Guaraci, Miraselva e Pitangueiras, possuem uma diferença considerável entre elas; destaca-se o município de Londrina, datado de 2016, que apresenta a maior remuneração.

Notamos que estas disparidades salarias também tem relação com o entendimento da importância ou não do profissional; mais ainda, aponta que há uma certa rotatividade por motivos diversos, como cita Marques (2014, p. 108-109):

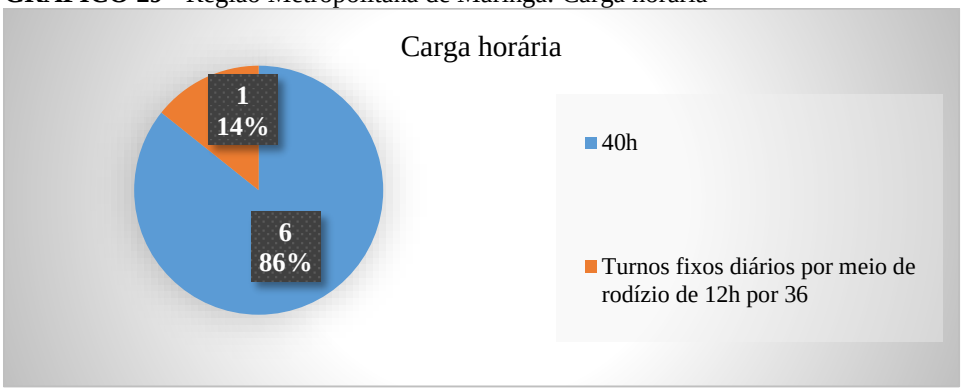
> Um grande desafio que tem se colocado para o Educador Social é sua própria aceitação pelas instituições que lidam com o trabalho social e comunitário, pois seu trabalho nem sempre é visto como clareza por algumas instituições.
> [...]
> Outra dificuldade refere-se às condições de trabalho. Geralmente o vínculo do Educador Social com uma instituição é temporária [75] [sic], quando não voluntário. O Educador Social geralmente assume responsabilidades e não tem uma equipe para se integrar. Também não tem um local de trabalho certo, tendo que se deslocar dependendo das necessidades socioeducativas.

Muitos fatores podem interferir neste processo, principalmente porque esses profissionais podem inclusive estar trabalhando, mas buscando outra atividade, devido a remuneração, ao acúmulo de atividades sem nem ter um amparo de uma equipe, ou por falta de domínio básico dos conhecimentos pertinentes à profissão, diversidade de espaços e grupos a serem atendidos em uma única semana. Todos esses fatores precisam ser levados em conta no momento da regulamentação da profissão, para que então os profissionais possam entrar na profissão já sabendo de suas atribuições, espaços a serem trabalhados, grupos atendidos, quais serão seus momentos de reflexão para contribuir com as suas práticas.

A Região Metropolitana de Maringá também apresentou algumas especificidades quanto à carga horária a ser trabalhada, como identificamos no gráfico a seguir:

[75] Manteve-se a escrita conforme está na tese referenciada. Leia-se: temporário.

GRÁFICO 29 - Região Metropolitana de Maringá: Carga horária

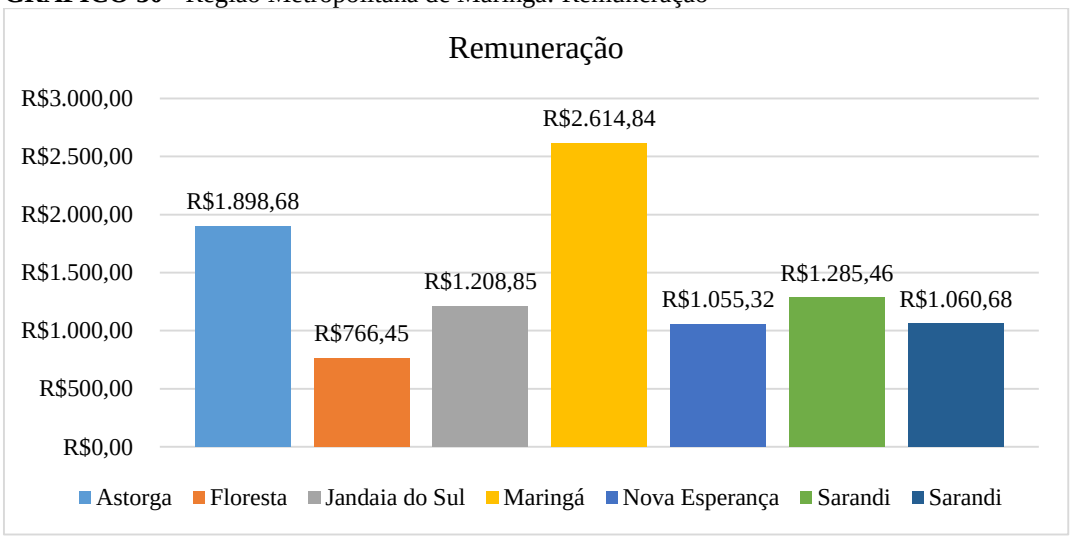


Fonte: A autora, com base nos editais da Região Metropolitana

Das oito regiões metropolitanas, esta foi a primeira que indicou especificação de turno para a profissão dos Educadores Sociais, sem descrever o local de trabalho, sem especificação do horário de entrada e saída. Já os demais editais compreendem a totalidade de quarenta horas semanais para a realização das atividades.

Quanto à remuneração, que por interferência da formação e requisito, possui alguma disparidade considerável, como podemos perceber:

GRÁFICO 30 - Região Metropolitana de Maringá: Remuneração



Fonte: A autora, com base nos editais da Região Metropolitana

Os editais desta região foram publicados entre 2014 e 2017, cuja remuneração varia entre R$2.614,84 e R$766,45. Um dos aspectos marcantes dessa diferença está relacionado à formação exigida, pois o primeiro solicita Ensino Superior, e o segundo Ensino Médio.

Esses dados nos ajudam a perceber os efeitos da ausência da regulamentação profissional, em que poderia se definir um conjunto de aspectos, entre eles carga horária de

trabalho semanal, formação acadêmica, piso salarial, etc. Isso resulta em baixas condições de trabalho e material desses profissionais, observação ressaltada por Paiva (2011, p.83):

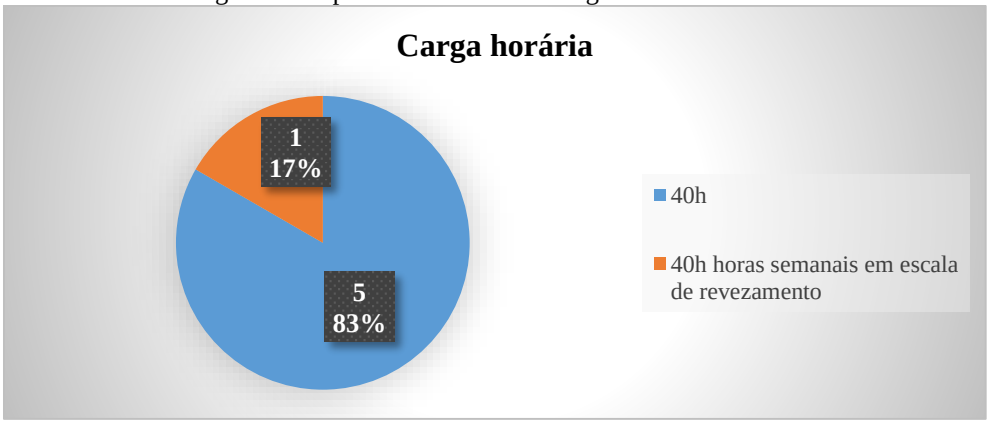
> Hoje apesar da *práxis* de excelente qualidade e do querer fazer cheio de envolvimento, o desgaste psicológico a que é submetido o Educador Social, a indefinição de seu campo de trabalho, os problemas existentes em relação às instituições públicas que lhe exigem práticas diferentes das que eles acreditam, a irregularidade nas contratações e os baixos salários que geralmente são bem menores que a do educador escolar com uma carga horária bem maior, o que termina por gerar certo descontentamento com a profissão em si.

Como descreve Paiva, a realidade dos Educadores Sociais, bem como as incertezas da mesma, podem ocasionar a não procura pela profissão, ou até mesmo, a desistência quando iniciado o trabalho, gerando ruptura no vínculo já criado, rotatividade de profissionais, desinteresse pela profissão entre aqueles que já atuam.

A luta por espaço, reconhecimento, valorização para os que trabalham na Educação Social e Pedagogia Social, acontece continuamente frente as inúmeras situações de desigualdade, de desumanização, como indicamos no capítulo dois. Destacar a importância desta profissão é compreender a necessidade de um país, uma sociedade mais justa, com igualdade e equidade, valorizando os diferentes grupos atuantes, é perceber que o nosso percurso histórico já é suficiente para não aceitarmos o descaso com esta profissão, assim como poderia ser a desvalorização com qualquer outra.

A Região Metropolitana de Toledo nos apresentou quanto à carga horária solicitada para o cargo o seguinte:

GRÁFICO 31 - Região Metropolitana de Toledo: Carga horária



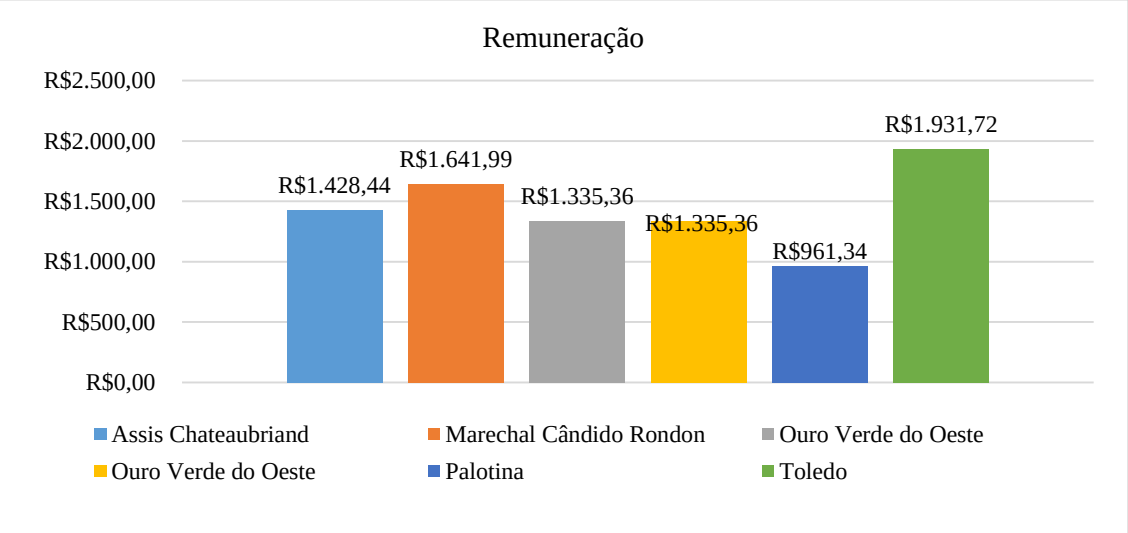
Fonte: A autora, com base nos editais da Região Metropolitana

Nesta região também apareceu o revezamento ou escala para o cargo descrito no edital, em apenas um município; nos demais cinco municípios não há indicação de revezamento, mas

com a mesma quantia de horas a serem cumpridas, isto é, quarenta horas semanais. Na descrição do regime de trabalho por escala ou revezamento não está especificado como aconteceria na prática cotidiana, o que pode contribuir para a não procura pelo cargo, uma vez que isso pode interferir em outras atividades de quem está buscando pela vaga do concurso público.

Quanto a remuneração para esta região metropolitana, nos editais publicados entre 2014 a 2019, percebemos que um município, entre as seis análises, apresentou o menor valor, R$961,34; os demais tiveram valores próximos uns dos outros, entre R$1.335,36 e R$1.931,72, contemplando a formação em Ensino Médio e Ensino Superior. Vejamos no gráfico abaixo os valores em sua totalidade:

GRÁFICO 32 - Região Metropolitana de Toledo: Remuneração



Fonte: A autora, com base nos editais da Região Metropolitana

A Educação Social parece ser uma opção de trabalho, mas não de reconhecimento dos profissionais que dela fazem parte, que de longa data já apresenta suas práticas no Brasil. Dias (2018, p. 133) trata dessa questão, ao dizer que:

> [...] existem dois argumentos mais comuns para justificar manifestações de insatisfação com a renda atribuída a uma ocupação: o valor ser tão baixo a ponto de não garantir a subsistência digna da pessoa e sua família ou a(o) trabalhadora(or) compreender que a estima social atribuída à sua atividade não está de acordo com os saberes e esforços mobilizados.

No que diz respeito aos saberes e esforços que o autor se refere, podemos dizer que a formação acadêmica para Educadores Sociais pode ser um dos elementos simbólicos de reconhecimento social dessa profissão, pois tal condição estaria em acordo com o acúmulo de capital cultural institucionalizado (diploma). Ou seja, o exercício dessa profissão, requer um

saber (capital cultural internalizado), seja ele oriundo das próprias práticas historicamente estabelecidas na área da Educação Social (*habitus* nos termos de Bourdieu), seja originário de formação acadêmica (capital cultural institucionalizado), seja decorrente de formação continuada ou autoformação (capital objetivado na forma de livros adquiridos, por exemplo).

Os municípios precisam cumprir as determinações legais e oferecer serviços da área de Educação Social. No entanto, mesmo com o debate da área, como vimos no segundo capítulo, os editais reafirmam uma prática que se estabeleceu historicamente, sem exigência de formação específica, mas com cobrança de um conjunto de saberes necessários ao exercício dessa profissão. Por consequência, percebe-se a recorrência de baixa remuneração. A maioria dos editais exige Ensino Médio. Assim, faz-se necessário que os municípios estabelecem algum programa de formação àqueles que trabalham na área da Educação Social a fim de ampliar seus conhecimentos e partilhá-los com os demais que recentemente se inseriram na profissão.

Para encerrarmos esta categoria (sete análises), apresentamos a Região Metropolitana de Umuarama no que diz respeito à carga horária de trabalho:

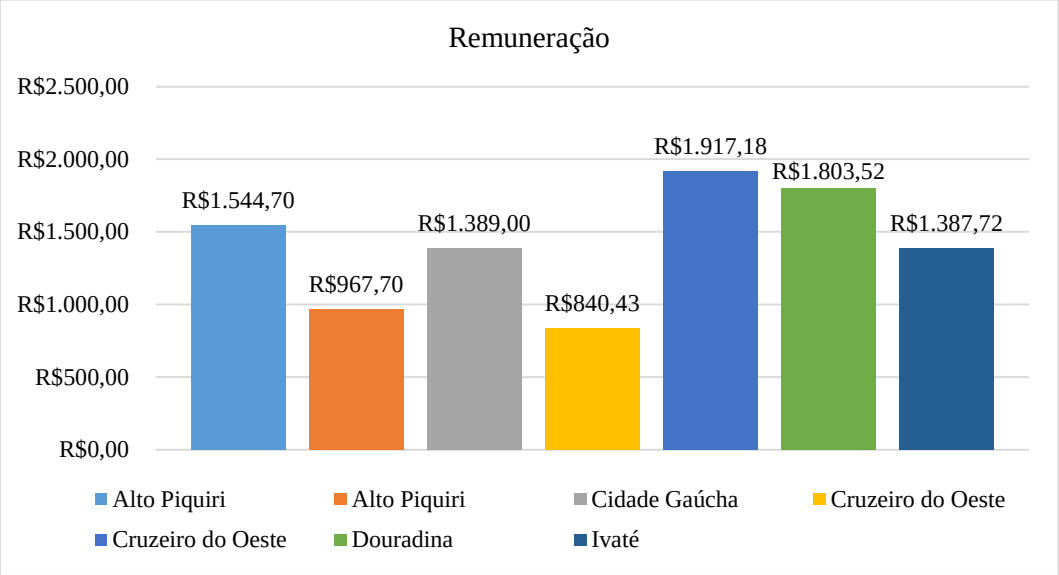
GRÁFICO 33 - Região Metropolitana de Umuarama: Carga horária

Fonte: A autora, com base nos editais da Região Metropolitana

Todos os municípios que abriram edital de concurso nesta região metropolitana exigiram carga horária de quarenta horas semanais, sem indicação de escala ou rodízio de trabalho, sendo a jornada de oito horas diárias.

No gráfico abaixo podemos observar os dados desta região metropolitana no que diz respeito à remuneração:

GRÁFICO 34- Região Metropolitana de Umuarama: Remuneração



Fonte: A autora, com base nos editais da Região Metropolitana

Nesta Região Metropolitana, os editais encontrados são de 2015 a 2018, cuja remuneração varia entre R$840,43 e R$1.917,18. Essa variação se refere ao mesmo município (Cruzeiro do Oeste) e ao mesmo ano de abertura de edital (2015), sendo que entre o valor mais alto e menor se observa relação com a formação exigida. No primeiro caso a formação exigida é Ensino Superior, no segundo Ensino Médio. Além disso, há disparidade entre os municípios. Os dados revelam que um município, num único edital, solicita duas funções que se enquadram na Educação Social, mas sendo uma subordinada a outra, em que o requisito formação é determinante entre as funções. Como uma hierarquia a ser seguida, segundo este edital, essas duas funções ocupariam cargos distintos, mas com total relação entre ambos.

Comumente devido as diferentes terminologias utilizadas por parte dos teóricos, que por sua vez, possuem relação com o país, com as práticas desenvolvidas, origens e também por questões de formação, é que podemos compreender essas realidades presentes em editais, principalmente a subordinação entre as funções, embora pertencem à Educação Social e Pedagogia Social.

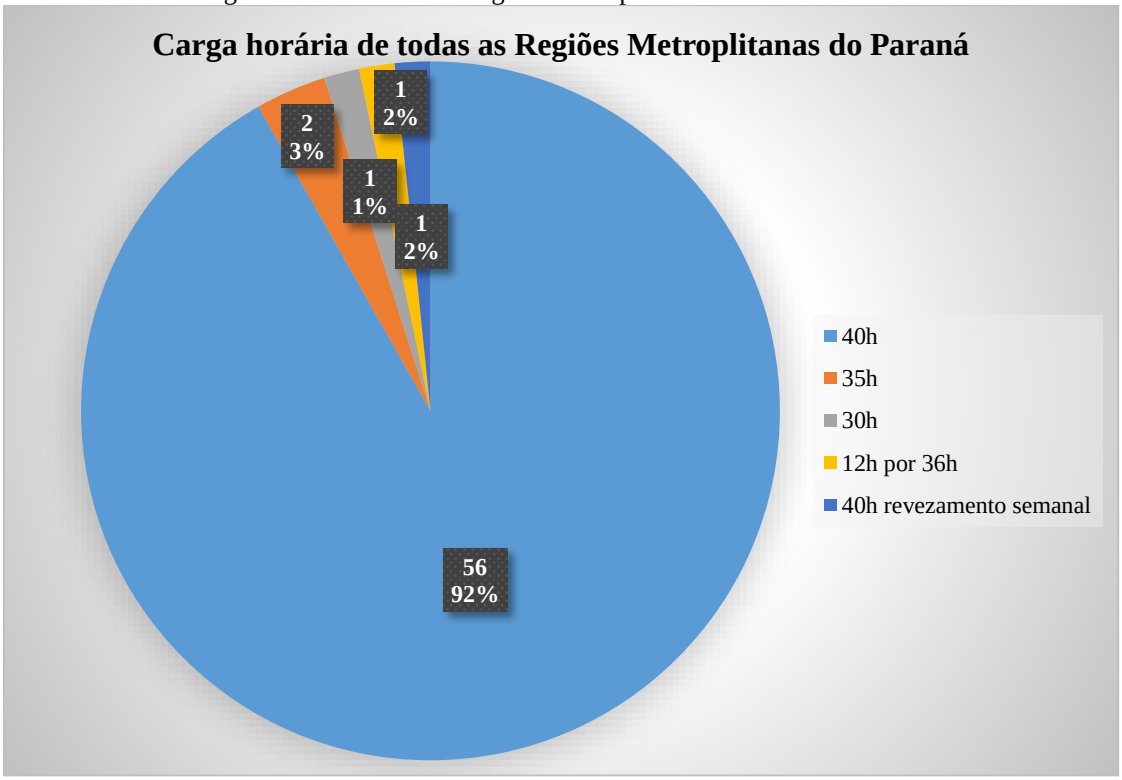
Sobre tais variações que podemos encontrar para nomear os Educadores Sociais, Ribas Machado (2010, p. 44) destaca que:

> Muitas vezes, em sua grande maioria, são denominados de Educadores, mas podem receber muitas outras denominações, tais como Arte Educadores, Agentes Sociais e Animadores Culturais. Esses Educadores também possuem diferentes formações, níveis de conhecimento, interesses em suas práticas.

Essas como outras terminologias podem ser encontradas nos editais, nas diversas contratações a serem realizadas para os Educadores Sociais, que intimamente estão ligadas aos espaços de trabalho, à formação e remuneração, podendo ser numa mesma região, mesmo município, país e local de trabalho.

Os projetos de leis (Projeto de Lei Nº 5346 de 2009 e Projeto de Lei do Senado Federal Nº 328 de 2015), especialmente o que já foi aprovado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte[76], de autoria do Senador Telmário Mota, e com alterações e emendas do Senador Paulo Paim, visam regulamentar a área da Educação Social e Pedagogia Social. No entanto, entre o texto inicial do segundo projeto de lei, datado de 01/06/2015, ao último que é de 16/05/2019, não há descrição quanto a carga horária mínima ou máxima para o desempenho da função dos Educadores Sociais, indicando que deverá ser feito por norma regulamentar. Essa ausência de regulamentação ajuda a entender a definição divergente no que se refere à carga horária de trabalho, como observamos no gráfico que apresenta uma representação de todas as regiões metropolitanas do Paraná.

GRÁFICO 35 - Carga horária de todas as Regiões Metropolitanas do Paraná



Fonte: A autora, com base nos editais das regiões metropolitanas.

[76] Mais informações, acessar Agência Senado, disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/10/regulamentacao-da-profissao-de-educador-social-e-aprovada-na-cas.

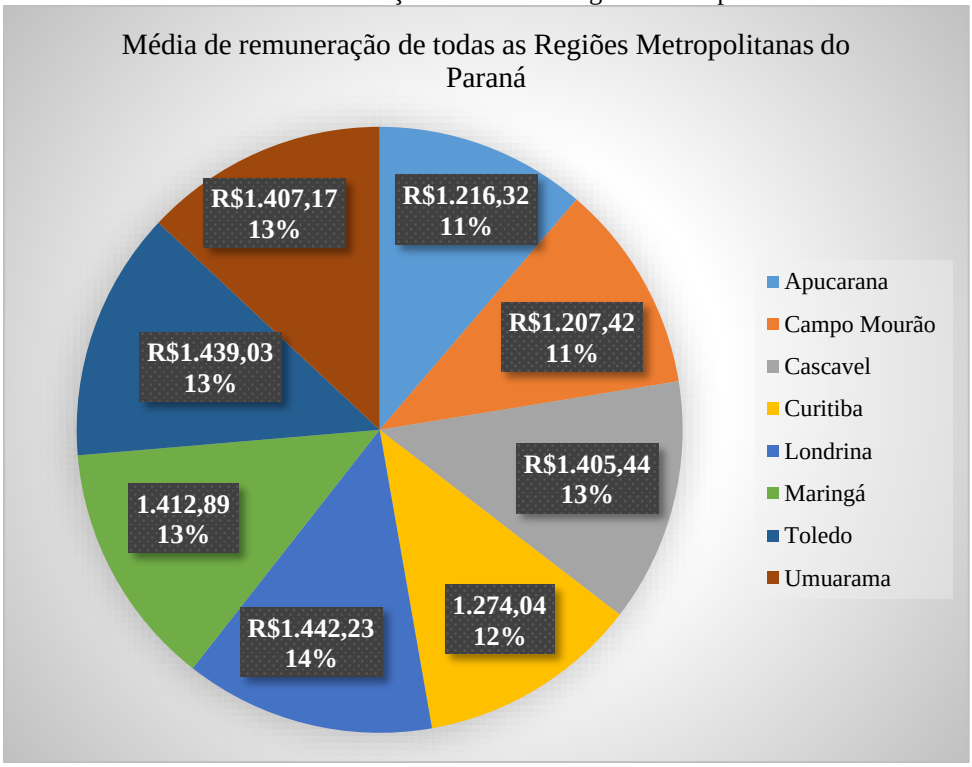
A partir de cinquenta e seis análises, observamos que a carga horária mais solicitada para o desempenho da função dos Educadores Sociais é de quarenta horas semanais (92%). Nesse quesito atende ao que determina a Constituição Federal (1988):

> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
> XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, toda a carga horária encontrada nos editais está cumprindo o que a lei estabelece; e quando apresentada a função por turnos, também indica a organização do horário, exceto o município de Toledo, pertencente a Região Metropolitana com o mesmo nome, em que se exige quarenta horas semanais em escala de revezamento, mas sem dizer como ocorreria na prática.

Quanto a média salarial apresentada nos editais de cada região metropolitana, encontramos os valores entre R$ R$1.207,42 e R$ R$1.442,23, sendo a menor média de remuneração correspondente à Região Metropolitana de Campo Mourão, e a maior referente à Região Metropolitana de Londrina, como vemos no gráfico abaixo:

GRÁFICO 36 - Média de remuneração de todas as Regiões Metropolitanas do Paraná



Fonte: A autora, com base nos editais das regiões metropolitanas.

Essas diferenças salariais entre as regiões metropolitanas estão associadas à ausência de regulamentação da profissão e a autonomia que os municípios possuem no momento de tornar público um concurso, o que também interfere diretamente no plano de carreira desse profissional, que sem saber como poderá ocorrer, pode não ter maiores pretensões pela inserção na profissão. Simone Flach (2017, p. 159), ao tratar da profissão docente, afirma que "há tensões de ordem jurídica, financeira, social e cultural para que o cumprimento das disposições legais seja efetivado nas políticas locais e se torne atividade comum." No que diz respeito aos Educadores Sociais há um movimento para garantir certos marcos legais dessa profissão. Além disso, a julgar pela experiência da história da profissão docente, como revela Flach, haverá tensão de toda ordem para o cumprimento das possíveis disposições jurídicas concernentes à profissão do profissional da Educação Social.

Sobre as lutas necessárias entendemos que os agentes nelas envolvidos buscam melhorias da profissão. Trata-se de luta pelo reconhecimento simbólico da profissão, mas também de valorização profissional, aspectos indissociáveis. Valorização profissional, isto é, condições adequadas de trabalho, carga horária definida, piso salarial, etc. tem relação direta com o reconhecimento simbólico da profissão, ou seja, com os capitais culturais necessários ao seu exercício da função. Sobre esse aspecto, Bourdieu (2002b, p. 11) afirma que:

> As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.

Essa nota geral de Bourdieu pode ser aproximada das discussões específicas que tratam da profissão dos Educadores Sociais, conforme observa Natali (2016, p. 95-96):

> Vemos a regulamentação da profissão como indispensável, visto que, diferentemente de outros processos de regulamentação que ocorreram no país, incide sobre uma profissão que não está listada nos processos formativos das universidades, não tem a definição de função, piso salarial, carga horária semanal, entre outros parâmetros imprescindíveis para minimamente garantir um processo de enfrentamento e luta por direitos trabalhistas.

Como observa a autora, o Brasil ainda precisa avançar no que diz respeito a Educação Social. Isso se mostra tanto nas pesquisas que tratam dessa questão, como nos editais por nós analisados. As práticas da Educação Social estão fortemente arraigadas ao que Bourdieu (2004b, p. 28) classifica como *habitus*:

> Os agentes sociais, evidentemente, não são partículas passivamente conduzidas pelas forças do campo (mesmo se às vezes se diz que há essa semelhança: caso se observem

> algumas evoluções políticas, como a do número de nossos intelectuais, como não dizer que a limalha segue realmente as forças do campo?). Eles têm disposições adquiridas – não desenvolverei aqui esse ponto – que chamo de *habitus*, isto é, maneiras de ser permanentes, duráveis que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo. (Grifo do autor).

Nesse sentido, os agentes (Educadores Sociais), a partir de suas práticas, dos espaços em que trabalham, das relações com outros sujeitos, incorporam, transformam seus *habitus*, de modo consciente ou não; por isso, podem tratar da transformação ou manutenção do real vivido por eles, nos diferentes meios de trabalho. No entanto, embora o *habitus* expresse uma disposição incorporada quase inconsciente, também existem aberturas às lutas e ao emprego de estratégias, como revela Bourdieu:

> Mas eles podem também lutar com as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las às suas disposições. Qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade. [...] Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posição que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições. (BOURDIEU, 2004b, p. 29).

Essas forças dos campos, a estrutura e os agentes podem ser notados nos debates em torno dos dois projetos de lei já citados que tramitam no Congresso Nacional, cujo processo evidencia a defesa da profissão, que pode separar ou unir os Educadores Sociais, principalmente no que diz respeito à formação para a área da Educação Social, se Ensino Médio ou Ensino Superior. Esses agentes, por sua vez, interferem diretamente no que ocorre diariamente nas práticas dos Educadores Sociais. No entanto, o desafio desse campo é como estabelecer certos consensos a fim de organização da sua profissão, pautada em sua legitimidade, reconhecimento, com plano de carreira e valorização de todos que já nela estão inseridos, e para aqueles que desejam se inserir nessa área de trabalho.

Considerações finais

Esta dissertação teve como objetivo analisar os critérios para contratação de Educadores Sociais nas oito regiões metropolitanas do Paraná, cujo recorte se circunscreve entre 2009 e 2019 em razão dos editais encontrados nos portais dos municípios destinados a concurso ao cargo dos Educadores Sociais. Do ponto de vista teórico, apoiou-se na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, notadamente nos conceitos de *habitus*, campo, capital e estratégia, assim como nos aportes da Pedagogia Social Comparada. Ao problematizar a organização e estrutura dos editais que ofertaram concurso público, sistematizamos um quadro analítico a partir de três categorias a fim de delinear uma caracterização dessa profissão, a saber: terminologias e atribuições; formação e requisito exigidos; carga horária e remuneração.

Quanto às terminologias encontradas nas sessenta e uma análises, trinta dessas são Educador Social, isto é, constitui o equivalente a 49,19%, sendo a Região Metropolitana de Curitiba a que mais a utilizou. Em contrapartida, é importante mencionar que em 51,81% dos casos se definem outras terminologias, sendo a Região Metropolitana de Londrina a que mais apresentou variedade de termos para qualificar o profissional da Educação Social. Esses dados reiteram uma tendência observada nos estudos que tratam da história da Educação Social no Brasil, assim como nos movimentos acadêmico-políticos que debatem a necessidade de uma regulamentação dessa profissão. Essa presença ainda forte de certa indefinição está associada à histórica experiência da Educação Social em nosso país, aspecto que mostramos no segundo capítulo desta pesquisa. De um lado, percebe-se uma continuidade do *habitus* incorporado, seja nas práticas, seja nas políticas que se materializam nos editais de contratação desses profissionais. De outro, nota-se algum tipo de ruptura tanto nas normatizações já existentes, como naquelas que definem princípios de proteção e educação dos grupos em situação de vulnerabilidade, como nos editais que analisamos, pois se não há unanimidade em relação à terminologia Educador Social, ela se apresenta numa porcentagem maior, considerando que entre os 51,81% das demais situações há uma diversidade de denominações atribuídas ao profissional da Educação Social, como evidencia o gráfico 9 (p. 121). Essa alteração de trajetória está associada a um conjunto de fatores, entre eles as mudanças na legislação brasileira, a adesão do país a organismos internacionais ligados aos Direitos Humanos, os debates e as reivindicações de direitos por parte dos grupos da sociedade civil, as discussões e lutas dos Educadores Sociais, assim como professores e pesquisadores do campo da Educação Social e Pedagogia Social.

Ao profissional da Educação Social cada edital prescrevia um conjunto de atribuições, destacando-se a constância de que se trata de atendimento a diferentes grupos, desde crianças e adolescentes, até adultos, idosos, mulheres, pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas com necessidades especiais. Além disso, nos municípios de Diamante do Sul, pertencente a Região Metropolitana de Cascavel, e Ibiporã que integra a Região Metropolitana de Londrina, são incluídos os povos da zona rural como potencial grupo a ser atendido. De modo particular, o município de Londrina incluiu a população indígena em seu edital. A indicação de diferente grupos mostra a ampla e complexa rede de atuação dos Educadores Sociais. Tais dados são de relevância, pois mesmo sem formação específica na área em todo o país, e a normatização da profissão se apresentar em debate no Congresso Nacional, estes editais se mostram em consonância com alguns elementos da Educação Social e Pedagogia Social, especialmente com aqueles presentes nas discussões e ações da Educação Popular, conforme mostramos no capítulo que tratou da história desse campo profissional e de conhecimento (capítulo dois).

O atendimento desses inúmeros e diferentes grupos está associado ao domínio de um conjunto de saberes, como prescrevem os editais. Assim, percebemos uma gama de atribuições aos Educadores Sociais, dizendo respeito à afetividade, ao trabalho com caráter educativo, com busca e acesso aos direitos e autonomia dos grupos, ao sigilo necessário. Essas práticas, além de muitas outras, correlacionam-se com o que é descrito na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, na descrição 515305 - Educador Social, mas também indicam ao candidato ao concurso quais são os requisitos necessários para que essa função seja desenvolvida. Em geral, são exigidos requisitos físicos, mentais, intelectuais, cognitivos, comportamental, inclusive ressaltando que o exercício dessa profissão poderá incidir em possíveis situações que exigem equilíbrio e autocontrole do profissional.

Um aspecto que cabe destaque diz respeito à incidência da palavra limpeza, que apareceu doze vezes nos editais, assim como o termo higiene, presente em quarenta e seis resultados. Essas duas expressões aparecem de modo articulado e vinculado ao ensinar ou à cobrança de hábitos de higiene, organização do espaço. Para além do sentido prático que elas podem conter, é necessário relembrar de suas ligações às representações e ações higienistas, com um certo controle sanitarista, o que se não bem contextualizado para os Educadores Sociais, muito se parecerá como algo a ser escondido, retirado do meio social, e após incorporar o que é socialmente imposto e considerado correto pela sociedade, os grupos podem ser reinseridos no mundo. Não se deseja aqui dizer que hábitos de higiene não são necessários, mas chamar atenção para problematizar e evitar a reprodução do *habitus* higienista e sanitarista que

resultava ou ainda implica em segregação social, como vimos no segundo capítulo desta dissertação. Algumas dessas prescrições já ocorriam no que Johann Pestalozzi (1746-1827) propunha em suas instituições, mesmo tratando do desamparo aos pobres. Com uma organização de instrução pré-militar, civismo, momentos de oração, incluindo confissões, disciplina, organização da rotina com atividades domésticas e de higiene, Pestalozzi tratava do que era preciso estar em devida ordem. Estes aspectos, como outros ocasionados em nosso país com pessoas em situações de vulnerabilidade, fortalece a necessidade da melhoria das condições dos profissionais da Educação Social, como melhor estrutura para amparar os diferentes grupos.

Por outro lado, notamos que as prescrições das atribuições indicam certa preocupação com os direitos das minorias, com o cuidado nos encaminhamentos das situações de grupos em situação de vulnerabilidade, o que exige uma formação geral (campo da ética) e uma preparação específica em diferentes áreas (campo técnico). Esse conjunto de saberes necessários remete à nossa próxima categoria de análise, isto é, formação e requisito exigidos. Percebemos uma certa ligação entre as áreas da Educação Social e do Serviço Social, assim como com Pedagogia e Normal Superior, sendo em 9 casos (14,75%). No entanto, o que mais se solicitou foi Ensino Médio completo, em trinta e quatro análises (55,73%), ou Ensino Médio com algum curso específico, em 15 casos (24,59%). Além disso, exige-se curso superior incompleto em 1 caso (1,63%). Ressaltamos que o Ensino Fundamental também apareceu como formação mínima exigida, mesmo que em menor quantidade, em duas análises (3,27%).

A não existência de uma formação específica no país contribui para que se exija uma menor formação para o desempenho da função. No entanto, notamos como precarização da profissão essa condição. Mesmo que neste momento não haja um curso superior em Educação Social, assim como esteja em discussão o Projeto de Lei 328/2015, faz-se necessário pensar a profissão requerendo uma formação além da ofertada no Ensino Médio, com embasamento seguro para permanecer atuando. Sem ter um curso específico, como por exemplo, os casos do Uruguai e da Espanha, o mais próximo do ideal seria solicitar o Ensino Superior em Pedagogia ou Serviço Social. A formação exigida é objeto de alguma divergência no âmbito dos profissionais da Educação Social, como vimos no último item do segundo capítulo. De um lado, alguns grupos defendem que a formação de Ensino Médio é o que deveria ser exigida. Em lado diferente, outros discorrem que o Ensino Superior seria a formação mais apropriada para os profissionais da Educação Social.

Assim sendo, os dois projetos de leis, que também compreendem e representam os diversos coletivos de Educadores Sociais dentro do campo pertencente, evidenciam os *habitus*

já interiorizados nas práticas e nos conhecimentos. Porém, apenas a formação do Ensino Médio, para uma função que exige muito estudo, inclusive com disposição de conhecimentos específicos para a realização da prova, como também na descrição das atribuições solicitadas, não dá conta do desenvolvimento da profissão. Dessa forma, há uma certa contradição nos editais, pois mesmo exigindo apenas Ensino Médio, eles prescrevem um rol de conteúdos específicos que são próprios de alguns cursos de ensino superior, notadamente da Pedagogia e do Serviço Social. É preciso pensar na possibilidade de expansão da profissão, da inclusão dos profissionais que já atuam por anos na Educação Social, no ensino superior próprio da área, pautado nos diferentes grupos de trabalho, nos diferentes espaços, e com a imersão nestes diferentes campos. Além de uma base comum de um curso de graduação, mostra-se necessário considerar certas especificidades, uma vez que notamos também a indicação de atribuições do que parece ser próprio para cada região metropolitana ou município.

Associadas às categorias anteriores, ganham importância as questões referentes à carga horária e remuneração. Em geral, os dados indicam discrepância de remuneração entre os municípios, assim como entre as terminologias e o grau de formação exigido. Igualmente, alguns profissionais, em particular aqueles com formação em Serviço Social têm uma carga horária de trabalho menor em relação à grande parte dos demais. Embora não seja uma regra que se possa estender a todos os municípios, ainda prevalece a tendência que quanto maior o grau de formação acadêmica maior é o valor da remuneração. Na verdade, os fatores que interferem na definição da remuneração são diversos, desde o grau de escolarização exigido até as condições de arrecadação de cada município, isto é, uma cidade com maior arrecadação tende a ter um maior valor de remuneração. Dessa forma, um caminho para superar essas contradições seria a regulamentação da profissão dos Educadores Sociais, o que poderia resultar na definição de um piso salarial nacional, como já ocorre na profissão do magistério da Educação Básica.

De maneira geral, os profissionais da Educação Social desenvolvem suas funções com carga horária integral, isto é, 40 horas semanais. Os casos excepcionais se referem àqueles com formação em Serviço Social que em razão de legislação específica devem ser contratados em regime diferenciado de carga horária semanal. Além disso, alguns editais indicam a necessidade de trabalho em sistema de escala, devido às peculiaridades de certos grupos a serem atendidos, como os casos daqueles que vivem em instituições de acolhimento. No que diz respeito à carga horária de trabalho, embora não exista uma regulamentação própria, os editais obedecem ao que define a Constituição de 1988, isto é, organizam-se de acordo com as regras gerais dos trabalhadores. Porém, o aspecto mais emblemático se refere à discrepância de remuneração, seja entre os municípios da mesma região, seja entre as regiões metropolitanas.

O conjunto de categorias que compuseram nossa análise permitiu avaliar as permanências dos *habitus* que se constituíram ao longo da história da Educação Social. Mas, ao mesmo tempo, possibilitaram perceber certas rupturas. De um lado, observa-se que, a não precisão de uma terminologia única ao profissional dessa área, assim como a indefinição acerca do grau de escolaridade mínimo e inexistência de um curso acadêmico em Educação Social, reiteram uma visão de que esse tipo de atendimento ainda mantém alguma relação com a antiga visão assistencialista, compensatória, voluntarista. Por outro lado, o fato de parte significativa dos editais nominarem esse profissional como Educador Social, e alguns exigirem formação em curso superior e definirem uma remuneração maior de acordo com o grau de escolarização, evidencia a incorporação do ideário de uma Educação Social marcada pelos preceitos dos Direitos Humanos que estão presentes na Constituição de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como em normas específicas destinadas aos idosos, aos quilombolas, aos indígenas, enfim, às minorias.

Os dois aspectos que mencionamos no parágrafo anterior constituem os elementos específicos de um campo, isto é, as forças e as lutas de um espaço social. O primeiro diz respeito ao *habitus* incorporado, ao que se tornou gerador de representações e práticas no campo da Educação Social. É aquilo que constitui a organização das instituições e as práticas dos Educadores Sociais, ou seja, nos termos de Bourdieu seria o lugar das razões práticas. O outro consiste nas estratégias empregadas pelas instituições e pelos agentes a fim de promover certas mudanças no âmbito das razões práticas, especialmente as lutas que resultaram nas legislações com caráter mais social ou educativo e menos coercitivo, como por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) em relação ao Código de Menores (1979), assim como as mobilizações dos Educadores Sociais e dos pesquisadores do campo da Pedagogia Social.

Enfim, esta dissertação procurou cotejar os dados dos editais com a história da Educação Social e Pedagogia Social a fim de mostrar como o processo de contratação dos Educadores Sociais guarda relação com os debates e disputas dessas áreas. Dessa forma, é importante assinalar a originalidade dos resultados de nossa pesquisa, embora não tenhamos a intenção de finalizar as discussões sobre a Educação Social e Pedagogia Social, tampouco encerrar o entendimento que as Regiões Metropolitanas do Paraná possuem sobre os Educadores Sociais. Outros aspectos poderão ser explorados em novas investigações, notadamente aqueles referentes ao processo de organização da prática da Educação Social.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AGUDOS DO SUL. Edital de Concurso nº. 001, de 04 de outubro de 2011. **Concurso Público 001/2011**. Agudos do Sul, PR, 04 de out. 2011. Disponível em: https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-agudos-do-sul-pr-72-vagas. Acesso em: 28 abr. 2019.

AIEJI. **The profession of Social Education in Europe**. Comparative Survey, 2011. Disponível em: http://aieji.net/. Acesso em: 13 ago. 2019.
ALMEIDA, A. O Collège de France e o sistema de ensino francês. In: CATANI, A. M.; MARTINEZ, P. H. (Org.). **Sete ensaios sobre o Collège de France**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 15-30.

ALMIRANTE TAMANDARÉ. Edital de Concurso nº. 001, de 10 de agosto de 2015. **Concurso Público001/2015**. Almirante Tamandaré, PR, 10 de ago. 2015. Disponível em: https://www.aprovaconcursos.com.br/noticias/2015/09/02/prefeitura-de-almirante-tamandarepr-abre-298-vagas-em-3-editais/. Acesso em: 28 abr. 2019.

ALTO PIQUIRI. Edital de Concurso nº. 001, de 27 de maio de 2015. **Concurso Público 001/2015**. Alto Piquiri, PR, 27 de mai. 2015. Disponível em: http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/1120/090615165846_edital_de_concurso_publico__alto_piquiri_pdf.pdf. Acesso em: 30 abr. 2019.

AÑAÑOS BEDRIÑANA, F. T. Pensamiento y acción socioeducativa en Europa y España. Evolución de la pedagogía y educación social. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**. v. 14, n. 18 p. 119-138. Jan/jun. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4217129. Acesso em: 19 mar. 2020.

APUCARANA. Edital de Concurso nº 001, de 06 de abril de 2017. **Concurso Público Nº001/2017**: Edital n° 001/2017. Apucarana, PR, 06 abr. 2017. Disponível em: http://sys.apucarana.pr.gov.br/apucarana-pr/uploads/Edital_001-2017_1491564283.pdf. Acesso em: 27 abr. 2019.

ARAPUÃ. Edital de Concurso nº 001, de 19 de fevereiro de 2016. **Concurso Público Nº001/2016**. Arapuã, PR, 29 fev. 2016. Disponível em: http://www.arapua.pr.gov.br/uploads/concurso/EDITAL-CONCURSOS-PUBLICO-001-2016.pdf. Acesso em: 27 abr. 2019.

ARARUNA. Edital de Concurso nº. 001, de 28 de julho de 2015. **Concurso Público Nº 001/2015**. Araruna, PR, 28 de jul. 2014. Disponível em: http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=b054603368csb0&ano=2015. Acesso em: 27 abr. 2019.

ARAUCÁRIA. Edital de Concurso nº. 001, de 13 de janeiro de 2016. **Concurso Público 001/2016**. Araucária, PR, 13 de jan. 2016. Disponível em: http://www.nc.ufpr.br/concursos_externos/pma2016/documentos/edital_0012016_pma.pdf . Acesso em: 28 abr. 2019.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

ARIRANHA DO IVAÍ. Edital de Concurso nº 01, de 08 de abril de 2016. **Concurso Público Nº01/2016**. Ariranha do Ivaí, PR, 08 de abr. 2016. Disponível em: https://www.ariranhadoivai.pr.gov.br/concursos. Acesso em: 27 abr. 2019.

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ASSAÍ. Edital de Concurso nº. 002, de 01 de outubro de 2018. **Concurso Público 002/2018**. Assaí, PR, 01 de out. 2018. Disponível em: https://docmunicipal.com.br/executivooutrosdocumentos/index/prefeitura-municipal-de-assai/Wm1sc2RHVnlMbVpwYkhSbGNtTmhkR1ZuYjNKcFlRPT0=:TmpNPQ%3D%3D. Acesso em: 29 abr. 2019.

ASSIS CHATEAUBRIAND. Edital de Concurso nº. 01, de 10 de abril de 2015. **Concurso Público 02/2015**. Assis Chateaubriand, PR, 10 de abr. 2015. Disponível em: http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/60/signed-150415093041_edital__de_concurso_publico_10_04_2015_pdf.pdf. Acesso em: 30 abr. 2019.

Associação dos Educadores e Educadoras Sociais do Ceará – **AESC**. Disponível em: http://aesc.blogspot.com/. Acesso em: 02 nov. 2019.

ASTORGA. Edital de Concurso nº. 001, de 10 de janeiro de 2017. **Concurso Público 001/2017**. Astorga, PR, 10 de jan. 2017. Disponível em: https://concursos-whjsmic3ec9ysjil4rt.stackpathdns.com/concursos/wp-content/uploads/sites/4/2017/01/edital-001-2017-do-concurso-prefeitura-astorga-pr.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.

AZEVEDO, F. *et al*. O manifesto dos pioneiros da educação nova**. Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

BARRETO, I. J. O surgimento de novas regiões metropolitanas no Brasil: uma discussão a respeito do caso de Sorocaba (SP). **Espaço e Economia**. 2012. Disponível em: http://journals.openedition.org/espacoeconomia/374. Acesso em: 14 mai. 2020.

BAULI, R. A. **Educador Social no Brasil**: profissionalização e normatização. 2018, 315 folhas. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

BAULI, R. A.; MÜLLER, V. R. **Educador social no Brasil:** normatização e profissionalização. Chapecó: Livrologia, 2020.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORGES, R. F. A pedagogia médico-higiênica de Manoel Bomfim: um olhar sobre a criança nas primeiras décadas do século XX. *In*: BOARINI, M. L. (Orgs). **Raça, higiene social e nação forte:** mitos de uma época. Maringá: Eduem, 2011.p. 175-207.

BOTO, C. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. *In:* FREITAS, M. C. de; KUHLMANN JR. M. (Orgs). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-60.

BOURDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998a.

BOURDIEU, P. Escritos de educação. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 71-80.

BOURDIEU, P. A génese dos conceitos de *habitus* e campo. In: ____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b. p. 59-73.

BOURDIEU, P. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002a.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d´água, 2003. p. 39-72.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

BOURDIEU, P. **Os usos da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora ENESP, 2004b. 86 p.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **Ofício de sociólogo:** metodologia da pesquisa na sociologia. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. Petrópolis: Vozes, 2008. 275 p.

BOURDIEU, P. (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Tradução de Ione Ribeiro Valle; Nilto Valle. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015. 171 p.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf. Acesso em: 01 mar. 2020.

BRASIL, Portal. **Salário mínimo brasileiro**. Disponível em: http://www.portalbrasil.net/. Acesso em: 22 mai. 2019,

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5346/2009**. Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências. 2009. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D8959E7A692B

C1C1F33BAF1B6E72221.proposicoesWebExterno1?codteor=661788&filename=PL+5346/2009. Acesso em: 12 de abril 2018. Texto original.

BRASIL. **Código penal**. Código de Menores Decreto nº17 943-A de 12 de outubro de 1927. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-norma-pe.html. Acesso em: 03 mai. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf> Acesso em: fev. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 08 nov. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Governo do Estado do Paraná, (PIÁ) Inteligência Artificial do Paraná. **Sites das Prefeituras e Câmaras Municipais**. Disponível em: https://www.pia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43. Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL. **Lei complementar Nº 14, de 8 de junho de 1973**: estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm. Acesso em: 05 set. 2018.

BRASIL. **Lei complementar nº 14, de 8 de junho de 1973**: promulgada em: 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm. Acesso em: 25 fev. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 12.317, de 26 de agosto de 2010**: acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm. Acesso em: 05 ago. 2020.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de **Lei do Senado nº 328/2015**. Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências. 2009. Disponível em: < https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121529>. Acesso em: 12 de abril 2018. Texto inicial

BRUM, M. L. T. **A Pedagogia Social em Pestalozzi: teoria e prática pedagógicas**. 2014, 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

BURKE, P. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CALIMAN, G. A Pedagogia Social na Itália. In: Silva, R. da; Souza Neto, J. C. de; Moura, R. (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011. p. 39-47.

CALIMAN, G. Pedagogia Social: contribuições para a evolução de um conceito. In: Silva, R. da; Souza Neto, J. C. de; Moura, R. (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011. p. 236-259.

CAMARA, S. Sob a defesa da república: a produção da infância pobre nos debates jurídicos-educacionais no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910 a 1920. *In:* III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2004, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: PUCPR, 2004, p. 1-14.

CAMARA, S; SILVA, A. M. Em favor da infância e em caridade da Pátria: a criação da primeira colônia escolar de férias do Rio de Janeiro de 1923 a 1924. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 17, p. 121-151, 2017.

CAMBÉ. Edital de Concurso nº. 001, de 04 de outubro de 2009. **Concurso Público 001/2009**. Cambé, PR, 04 de out. 2009. Disponível em: http://copps.utfpr.edu.br/concursos/antigos/pmcambe/pages/docs/edital01.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

CAMORS, J. A Pedagogia Social na América Latina. In: Silva, R. da; Souza Neto, J. C. de; Moura, R. (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011. p. 93-116.

CAMORS, J. **El educador social en Uruguay**: Aspectos históricos y fundamentos teóricos que explican la construcción de la figura profesional. 2 ed. Montevideo: Editorial Grupo Magro, 2012.

CAMORS, J. **El educador social en Uruguay**: Aspectos históricos y fundamentos teóricos que explican la construcción de la figura profesional. 2 ed. Montevideo: Editorial Grupo Magro, 2014.

CAMPO MAGRO. Edital de Concurso nº. 001, de 5 de abril de 2016. **Concurso Público001/2016**. Campo Magro, PR, 5 de abr. 2016. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B2uZFmKujcxdOFROTUdEcWhGQTA/view. Acesso em: 28 abr. 2019.

CAMPO MOURÃO. Edital de Concurso nº 001, de 19 de agosto de 2015. **Concurso Público 01/2015**. Campo Mourão, 19 de ago. 2015. Disponível em: https://www.concursosfau.com.br/controle/arquivos/1440428139_edital_estatutario.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

CARDOSO, C. F. S.; BRIGNOLI, H. P. O método comparativo na História. *In:* **Os métodos da História:** uma introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Tradução: João Maia. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 409-419.

CARO, S. M.P. Educação Social: uma questão de relações. In: Silva, R. da; Souza Neto, J. C. de; Moura, R. (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011. p. 132-139.

CASCAVEL. Edital de Concurso nº. 064, de 18 de maio de 2017. **Concurso Público 064/2017**. Cascavel, PR, 18 de mai. 2017. Disponível em: https://www.cascavel.pr.gov.br:444/portal_servidor/editais/20170825183154.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

CATANI, A. M. *et al*. Abrindo a caixa de ferramentas. In: ____. **Vocabulário Bourdieu**. 1.ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017. p. 15-17.

CATANI, A. M. Algumas lições da aula inaugural de Pierre Bourdieu. In: CATANI, A. M.; MARTINEZ, P. H. (Org.). **Sete ensaios sobre o Collège de France**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 89-103.

CERRO AZUL. Edital de Concurso nº. 001, de 20 de maio de 2016. **Concurso Público 001/2016**. Cerro Azul, PR, 20 de mai. 2016. Disponível em: http://www.cerroazul.pr.gov.br/files/arquivos/concurso2016.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

CIDADE GAÚCHA. Edital de Concurso nº. 002, de 18 de maio de 2017. **Concurso Público 002/2017**. Cidade Gaúcha, PR, 18 de mai. 2017. Disponível em: https://docmunicipal.com.br/executivooutrosdocumentos/index/cidade-gaucha-pref-gabinete-do-prefeito/Wm1sc2RHVnlMbVpwYkhSbGNtTmhkR1ZuYjNKcFlRPT0=:TXc9PQ%3D%3D. Acesso em: 30 abr. 2019.

Classificação Brasileira de Ocupações **(CBO)**. Disponível em: http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf. Acesso em: 02 nov. 2019.

COMENIUS, I. A. **Didática Magna**. Tradução de Joaquim Ferreira Gomes. 2001. Disponível em: < http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/didaticamagna.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2018.

CRUZ, P. A. G. da; SILVA, N. V. N. Análise do fluxo migratório da cidade de Umuarama. **Akrópolis**: Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, Umuarama, v.11, nº. 3, p. 187-189, jul./set., 2003. Disponível em: https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/373/339. Acesso em: 03 mar. 2020.

CRUZEIRO DO OESTE. Edital de Concurso nº. 001, de 11 de novembro de 2015. **Concurso Público 001/2015**. Cruzeiro do Oeste, PR, 11 de nov. 2015. Disponível em: http://www.cruzeirodooeste.pr.gov.br/arquivos/concursos/file_576_EDITAL_DE_ABERTURA__CONCURSO_001-2015.pdf. Acesso em: 30 abr. 2019.

CURITIBA. Edital de Concurso nº. 04, de 03 de maio de 2012. **Concurso Público 04/2012**. Curitiba, PR, 04 de mai. 2012. Disponível em: https://www.solucaopreparatorio.com.br/img/editais/edital_abertura_FAS_educador_social_2012.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

DIAMANTE DO SUL. Edital de Concurso nº. 01, de 25 de junho de 2018. **Concurso Público 01/2018**. Diamante do Sul, PR, 25 de jun. 2018. Disponível em: http://www.diamantedosul.pr.gov.br/concurso-p%C3%BAblico#. Acesso em: 28 abr. 2019.

DIAS, S. P. **Educadoras e educadores sociais de Porto Alegre em busca de reconhecimento**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DITZEL, D. **A expressão do direito no espaço escolar: direito educacional e Estatuto da Criança e do Adolescente na perspectiva da educação de direitos**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

DOURADINA. Edital de Concurso nº. 035, de 28 de julho de 2015. **Concurso Público 035/2015**. Douradina, PR, 28 de jul. 2015. Disponível em: http://www.douradina.pr.gov.br/novo_site/concursos/processoseletivo/2015/20150729175115.pdf. Acesso em: 30 abr. 2019.

ENGLES, F. **A situação da classe operária na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FAZENDA RIO GRANDE. Edital de Concurso nº. 01, de 20 de abril 2018 **Concurso Público 01/2018**. Fazenda Rio Grande, PR, 20 de abr. 2018. Disponível em: http://www.fazendariogrande.pr.gov.br/wp-content/uploads/concursos/edital_01_2018.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES PESTALOZZI. **Boletim Informativo**: XIV congresso nacional das associações Pestalozzi. Aracruz. 2016. Disponível em: http://www.fenapestalozzi.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Boletim-Especial-Congresso.pdf. Acesso em: 02 nov. 2019.

FERRARO, A. R.; KREIDLOW, D. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 179-200, 2004.

FLACH, S. de F.. Planos de carreira e remuneração do magistério em municípios paranaenses: dados sobre existência, atualização e transparência. **Revista COCAR**, Belém. V.11. N.22, p. 154 a 176 – Jul./Dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/1602. Acesso em:22 jun. 2020.

FLORESTA. Edital de Concurso nº. 001, de 07 de fevereiro de 2014. **Concurso Público 001/2014**. Floresta, PR, 07 de fev. 2014. Disponível em: http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=b054603368csb0&pagina=2. Acesso em: 29 abr. 2019.

FNEM. Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas **Regiões Metropolitanas do estado do Paraná (PR)**. Disponível em: http://fnembrasil.org/pr/. Acesso em: 13 abr. 2019.

FRANÇA, J. P. A ocupação do nordeste do Paraná e a cidade de Umuarama: uma retrospectiva da processo de ocupação. **Akrópolis: Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, Umuarama**, v. 19, n. 3, p. 165-174, jul./set. 2011.disponível em: https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/4030/2519. Acesso em: 05 mar. 2020.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 38 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREITAS, M. C. Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. *In*: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**.3 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p.165-181.

GADOTTI, M. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos:** pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3909/2386. Acesso em: 28 out. 2019.

GASPARIN, J. L. MARCONDES, M. Ap. S. **Johann Pestalozzi**. Tradução: Martha Aparecida Santana Marcondes, Pedro Marcondes, Ciriello Mazzetto. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 112 p. (Coleção educadores).

GODOY MOREIRA. Edital de Concurso nº. Nº 027, de 25 de novembro de 2015. **Concurso Público Nº027/2015**. Godoy Moreira, PR, 25 de nov. 2015. Disponível em: http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/113/261115162038_027__abertura_do_concurso_publico_pdf.pdf . Acesso em: 27 abr. 2019.

GOTSCH, L. Trabalho infantil na Suíça: a infância roubada das "crianças de fábrica". **SWI swissinfo.ch**. 18 out. 2017. Disponível em: https://www.swissinfo.ch/por/sociedade/trabalho-infantil-na-suíça_a-infância-roubada-dos-operários--fabriklerkinder-/43508762. Acesso em: 03 maio 2020.

GRACIANI, M. S. S. **A pedagogia social**. São Paulo: Cortez, 2014.

GUARACI. Edital de Concurso nº. 47, de 07 de novembro de 2018. **Concurso Público 47/2018**. Guaraci, PR, 07 de nov. 2018. Disponível em: https://www.fundacaofafipa.org.br/uploads/281/concursos/3637/anexos/3c05f097f103ab86e17fed12acfd24d8.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.

GUARANIAÇU. Edital de Concurso nº. 001, de 21 de dezembro de 2018. **Concurso Público 001/2018**. Guaraniaçu, PR, 21 de dez. 2018. Disponível em: http://www.guaraniacu.pr.gov.br/concurso-publico/cat_view/134-concursos/217-concurso-publico-001-2018.html. Acesso em: 28 abr. 2019.

HÄMÄLÄINEN, J. The concepto of Social Pedagogy in the Field of Social Work. **Journal of Social Work**. London: Sage publications, p. 69-80, 2003.

HIDALGO, À. J.. **La Pedagogía Social bajo una mirada comparativa internacional: análisis de la perspectiva académica, formativa y** professional. 2017. Tese (Doctorado en Educación) - Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2017.
IBGE, 1993. Disponível em: https://ibge.gov.br/. Acesso em: 03 jul. 3019.

IBIPORÃ. Edital de Concurso nº. 005, de 20 de janeiro de 2016. **Concurso Público 005/2016**. Ibiporã, PR, 20 de jan. 2016. Disponível em: https://concursos-whjsmic3ec9ysjil4rt.stackpathdns.com/concursos/wp-content/uploads/sites/4/2016/01/edital-005-2016-do-concurso-p%C3%BAblico-de-ibipor%C3%A3-pr.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.

INCONTRI, D. **Pestalozz**i: educação e ética. São Paulo: Scipione, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Normas para apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro:

IPARDES. Instituto Paranaense De Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Municipais do Ipardes**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30. Acesso em: 15 abr. 2019.

IPEA. Instituto de Planejamento Econômico e Social. **A institucionalização de regiões metropolitanas**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br. Acesso em: 15 abr. 2019.
IPEA. Instituto de Planejamento Econômico e Social. Relatório de Pesquisa, Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana. 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/150909_relatorio_arranjos_igm_rm_curitiba.pdf. Acesso em: 03 mar. 2020.

ITAPERUÇU. Edital de Concurso nº. 01, de 23 de março de 2015. **Concurso Público 01/2015**. Itaperuçu, PR, 23 de mar. 2015. Disponível em: http://www.soepar.org.br/arquivos/EditaldeAberturadoConcursoeAnexos.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

IVAIPORÃ. Edital de Concurso nº. 31, de 27 de fevereiro de 2014. **Concurso Público Nº 31/2014**. Ivaiporã, PR, 27 de fev. 2014. Disponível em: http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/12074/150715091345_27022014__edital_de_concurso_publico_nordm_312014__abertura_retificado_estatutario_pdf.pdf
Acesso em: 27 abr. 2019.

IVATÉ. Edital de Concurso nº. 001, de 28 de setembro de 2018. **Concurso Público 001/2018**. Ivaté, PR, 28 de set. 2018. Disponível em: http://www.ivate.pr.gov.br/concursosView/?id=3. Acesso em: 30 abr. 2019.

JANDAIA DO SUL. Edital de Concurso nº. 002, de 13 de junho de 2014. **Concurso Público 002/2014**. Jandaia do Sul, PR, 13 de junho de 2014. Disponível em: http://www.jandaiadosul.pr.gov.br/galeria/licitacoes/concurso0022014.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.

JARDIM ALEGRE. Edital de Concurso nº. 002, de 14 de dezembro de 2018. **Concurso Público Nº 002/2018**. Jardim Alegre, PR, 14 de dez. 2018. Disponível em: https://www.jardimalegre.pr.gov.br/concursos13.php. Acesso em: 27 abr. 2019.

KLEIN, L. R. Cadê a criança do Ariès que estava aqui? A fábrica comeu... In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9, 2012, João Pessoa. **Anais**... João Pessoa, 2012. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.26.pdf.

LAHIRE, B. Campo. In: CATANI, A. M. [et al]..(Orgs). **Vocabulário Bourdieu**. 1.Ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017. p. 64-66.

LAPA. Edital de Concurso nº. 001, de 22 de outubro de 2014. **Concurso Público001/2014**. Lapa, PR, 22 de out. 2014. Disponível em: https://lapa.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1556758494782&file=D2D96B36E6BB49E4AA5BDDBCF375E1CF9550435B&sistema=WPO&classe=UploadMidia. Acesso em: 28 abr. 2019.

LIDIANÓPOLIS. Edital de Concurso nº. 02, de 29 de janeiro de 2018. **Concurso Público Nº02/2018**. Lidianópolis, PR, 9 de jan. 2018. Disponível em: http://www.lidianopolis.pr.gov.br/concurso5.php. Acesso em: 27 abr. 2019.

LONDRINA. Edital de Concurso nº. 041, de 18 de março de 2016. **Concurso Público 041/2016**. Londrina, PR, 18 de mar. 2016. Disponível em: http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_recursos_humanos/concursos/edital_041_2016/edital_2016_041_abertura_retificado.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.

LOUREIRO, M.; CASTELEIRO, S. A Pedagogia Social em Portugal. In: Silva, R. da; Souza Neto, J. C. de; Moura, R. (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011. p. 68-78.

LUZURIAGA, L. **Pedagogia Social e Política**. Tradução de: Lólio Lourenço de Oliveira e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

MACHADO, E. M. pedagogia Social: percursos, concepções e tendências. In: Silva, R. da; Souza Neto, J. C. de; Moura, R. (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011. p. 260-274.

MAGGIONI, I. Por que as regiões metropolitanas são importantes para o Paraná? **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 jul. 2019. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/parana/por-que-as-regioes-metropolitanas-sao-importantes-para-o-parana/. Acesso em: 04 mar. 2020.
MAIA, M. B.; QUEIROZ, R. P. de. **O regime jurídico do concurso público e o seu controle jurisdicional.** São Paulo: Saraiva, 2007.

MANACORDA, M. A. **História da educação**: da antiguidade aos nosso dias. Tradução de Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez, 2010.

MAPA administrativo e político do Paraná. **Dreamstime**. Disponível em: https://pt.dreamstime.com/ilustra%C3%A7%C3%A3o-stock-mapa- administrativo-e-pol%C3%ADtico-de-parana-com-bandeira-image90322888. Acesso: 15 mar. 2020.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Edital de Concurso nº. 001, de 17 de abril de 2015. **Concurso Público 001/2015**. Marechal Cândido Rondon, PR, 17 de abr. 2015. Disponível em: https://marechalcandidorondon.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/72. Acesso em: 30 abr. 2019.

MARINGÁ. Edital de Concurso nº. 001, de 07 de dezembro de 2015. **Concurso Público 001/2015**. Maringá, PR, 07 de dez. 2015. Disponível em: http://www.fauel.org.br/download/ed_abertura_pref_maringa_cp_052_2015_efetivo.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.

MARQUES, M. **Os novos paradigmas da educação social**: atuação do educador social em Vila Velha-ES - limites e possibilidades na Grande Terra Vermelha. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3582. Acesso em: 23 jul. 2020.

MIRANDA, H. S. A FEBEM, O Código de Menores e a "Pedagogia do Trabalho" (Pernambuco, 1964-1985). **Projeto História**, São Paulo, n. 55, p.45-77, 2016.

MIRASELVA. Edital de Concurso nº. 003, de 27 de abril de 2018. **Concurso Público 003/2018**. Miraselva, PR, 27 de abr. 2018. Disponível em: http://www.miraselva.pr.gov.br/arquivos/downloads/115081649323912955527975 2.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.

MORETO, F. **Formação de educadores e educadoras sociais brasileiros:** contribuições da Licenciatura em Educação do Campo e da proposta de formação de educadores e Educadoras Sociais do Uruguai. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2975. Acesso em: 13 nov. 2019.

MOTA NETO, J. C. da; OLIVEIRA, I. A. de. Contribuições da Educação Popular à pedagogia social. **Revista de Educação Popular**, v. 16, n. 3, p. 21-35, 9 jan. 2018.

MOTA NETO, J. C. da; STRECK, D. R. Fontes da educação popular na América Latina: contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 78, p. 207-223, nov./dez. 2019. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/65353/39857. Acesso em: 01 fev. 2020.

MOURA, R. Pedagogia Social: o conceito, o legado alemão e os desafios para sua reconstrução na América Latina do século XXI. In: Silva, R. da; Souza Neto, J. C. de; Moura, R. (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011. p. 190-206.

MÜLLER, V. R.; MOURA, F.; NATALI, P. M.; SOUZA, C. R. T. A formação do profissional da educação social: espectros da realidade. *In*: XVIII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/CONE SUL, 2010, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: XVIII Seminário Internacional de Formação de Professores, 2010, p. 446-456. Disponível em: https://seminarioformprof.ufsc.br/files/2010/12/M%C3%9CLLER-Ver%C3%B4nica-Regina3.pdf. Acesso em: 23 mai. 2020.

NASCIMENTO, G.; BARROS, O. N. F. Análise Sócio-Econômica da Região Metropolitana de Londrina e Arco Norte. *In*: 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. **Anais** [...] Montevideo: 2009.

NATALI, P. M. **Formação Profissional na Educação Social**: Subsídios a Partir de Experiências de Educadores Sociais Latino Americanos. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/teses.htm Acesso em: 21 nov. 2018.

NATALI, P. M.; PAULA, E. M. A. T. Instituições de Educação Não Formal: Apontamentos sobre a formação profissional de educadores sociais. **Revista de Ciências da Educação (Aparecida**), v. 20, p. 225-242, 2009.

NATORP. P. **Pedagogía Social**: teoria de la educación de la voluntad. Madri: La Lectura, 1913.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NOVA ESPERANÇA. Edital de Concurso nº. 02, de 08 de abril de 2016. **Concurso Público 02/2016**. Nova Esperança, PR, 08 de abril de 2016. Disponível em: http://www.novaesperanca.pr.gov.br/sistema/contas_arquivos/a3b417b72137c3041eb4f921d6208610.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, v. 1, n. 1.

OLIVEIRA, I. A. de. A experiência educativa popular freireana do Proalto. *In*: Ana maria Araújo Freire (Org.). **A pedagogia da libertação em Paulo Freire**. São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 119-125.

OÑA, J. M. El Educador social: un profesional de la educación en contacto con la infancia. In: **Revista de Educación Social**. España: Asociación Estatal de Educación Social. Nº 4, 27 de setembro de 2005.

ORTIZ, R. A porosidade das fronteiras nas ciências sociais. In: ORTIZ, R.. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d´água, 2003. p. 7-29.

ORTIZ, R. Pierre Bourdieu a procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, R.. **Ciências sociais e trabalho intelectual**. São Paulo: Olho d´água, 2002. p. 149-174.
OURO VERDE DO OESTE. Edital de Concurso nº. 01, de 01 de fevereiro de 2016. **Concurso Público 01/2016**. Ouro Verde do Oeste, PR, 01 de fev. 2016. Disponível em: http://www.ouroverdedooeste.pr.gov.br/concurso-publico. Acesso em: 30 abr. 2019.

PAIVA, J. S. de. **Caminhos do Educador Social no Brasil.** 1. ed. Jundiaí: Paco, 2015. v. 1. 190p.

PAIVA, J. S. de. **Compreendendo as vivências e experiências produzidas na educação social de rua**: desvelamentos pertinentes ao educador social de rua. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós Graduação em Educação, Vitória, 2011.

PALOTINA. Edital de Concurso nº. 002, de 15 de julho de 2014. **Concurso Público 002/2014**. Palotina, PR, 15 de jul. 2014. Disponível em:

http://www.palotina.pr.gov.br/servicos/concursos-publicos/concursos-c-10. Acesso em: 30 abr. 2019.

PALUDO, C. Educação Popular. *In:* Streck, Danilo R. [et al]... (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p.171-172.
PAULA, E. M. A. T. As possíveis relações da Educação Social e da Pedagogia Social no Programa -Mais - Educação. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, v. 11, p. 455-470, 2017.

PAULA, E. M. A. T**.** Dilemas e Contradições de Projetos de Educação Não Formal com a Educação Popular: Reflexões sobre práticas e saberes. *In:* 30ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2007, Caxambu. **Anais** [...] Caxambu: 30ª Reunião da ANPED- Associação Nacional de Pós Graduação em Educação, 2007a. v.1.p.01-16.

PAULA, E. M. A. T. Escola no Hospital: Espaço de Articulação entre Educação Formal e Educação Não Formal. *In*: VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE SABERES DOCENTES E V ENCONTRO NACIONAL SOBRE ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR, 2007, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: VII Encontro Nacional de Educação -EDUCERE, 2007b. v. 1. p. 2424-2438.

PAULA, E. M. A. T**. O currículo nas escolas nos hospitais**: espaço de articulação entre Educação Formal e Não Formal. Luminária (União da Vitória), v. 1, p. 99-110, 2012.

PAULA, E. M. A. T. Pedagogia Social e Educação Social: Análises das convergências e divergências teóricas dessas áreas no Brasil. **Ensino e Pesquisa**, v. 15, p. 8-29, 2017.

PAULA, E. M. A. T.; MACHADO, E. R. A Pedagogia Social na educação: Análise de Perspectivas de Formação e Atuação dos Educadores Sociais no Brasil. **Revista de Ciências da Educação (Aparecida)**, v. 1, p. 123-150, 2008.

PAULA, E. M. A. T**.**; MACHADO, E. R. Pedagogia**:** Concepções e Práticas em transformação. **Educar em Revista**, v. 35, p. 223-236, 2009.

PCI. **Concursos**. Disponível em: https://www.pciconcursos.com.br/. Acesso em: 16 abr. 2019.

PELOSO, F. C.; PAULA, E. M. A. T. A educação da infância das classes populares: uma releitura das obras de Paulo Freire**. Educação em Revista -** UFMG. v. 27, p. 01-15, 2011.

PEREIRA, A. Currículo e formação de educadores sociais na pedagogia Social: relato de uma pesquisa-formação. **Revista Profissão Docente,** Uberaba, v. 13, n. 29, p. 9-35, jul.-dez. 2013. Disponível em: http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/545. Acesso em: 20 de abril de 2019.

PERIN, N. G.; CAMARGO, C. L. Decisões Políticas e seus Impactos Urbanos: um estudo sobre a Região Metropolitana de Toledo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.37, n.130, p.117-133, jan./jun. 2016. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5585258. Acesso em: 25 mar. 2020.

PESTAÑA, J. L. M. Fenomenologia. In: CATANI, A. M. [et al]..(Orgs). **Vocabulário Bourdieu**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017. p. 197-199.

PETRUS, A. Concepto de Educaciós Social. In: _____. **Pedagogia Social**. 1ª ed. Espanha: Editorial Ariel, S.A., 1997.

PIÊN. Edital de Concurso nº. 001, de 20 de outubro de 2015. **Concurso Público 001/2015**. Piên, PR, 20 de out. 2015. Disponível em: https://www.pien.pr.gov.br/uploads/_dados_site/editais/2015/Edital%2001-2015.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

PINHAIS. Edital de Concurso nº. 002, 15 de setembro de 2017. **Concurso Público 002/2017**. Pinhais, PR, 15 de set. 2017. Disponível em: https://pinhais.atende.net/?pg=subportal&chave=81#!/tipo/pagina/valor/443. Acesso em: 28 abr. 2019.
PINTO, U. de A. **Pedagogia escolar**: coordenação pedagógica e gestão escolar. São Paulo: Cortez, 2011.

PIRAQUARA. Edital de Concurso nº. 058, de 22 de março de 2016. **Concurso Público 058/2016**. Piraquara, PR, 22 de mar. 2016. Disponível em: http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/administracao/concursos/Concurso-Edital-0582016-206-5803.shtml. Acesso em: 28 abr. 2019.

PITANGUEIRAS. Edital de Concurso nº. 001, de 05 de março de 2018. **Concurso Público 001/2018**. Pitangueiras, PR, 05 de mar. 2018. Disponível em: http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11973/080318143949_edital_assinado_pdf.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.

QUINTANA CABANAS, J, M. Antecedentes históricos de la educación social. *In*: PETRUS, Antonio. (Org.). **Pedagogia Social**. Espanha: Ariel, 1997. P. 67-68.

RAMOS, J. M.; NUNES, P. A.; BIANCO, J. L. Desigualdades regionais de desenvolvimento econômico no estado do Paraná de 1999 a 2008. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, n. 23, p.90-105, jul., 2011. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1555/1242. Acesso em: 23 mar. 2020.

REOLON, C. A. **A aglomeração urbana da soja**: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na mesorregião este paranaense. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007. Disponível em: http://tede.unioeste.br:8080/tede/handle/tede/2150. Acesso em: 05 mai. 2020.

REOLON, C. A. SOUZA, E. B. C. de. Questões conceituais: das unidades regionais à região metropolitana de Cascavel. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 42, p. 113-135, jan. 2006. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12864/12029. Acesso em: 29 abr. 2020.

RIBAS MACHADO, É. **A constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2010.

RIBAS MACHADO, É. **O desenvolvimento da Pedagogia Social sob a perspectiva comparada: O estágio atual no Brasil e Espanha.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, SP, 2014.

RIBEIRO, M. Exclusão e educação Social: Conceitos em superfície e fundo. In: Silva, R. da; Souza Neto, J. C. de; Moura, R. (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011. p. 140-158.

RIBEIRO, M. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. **Educação e sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 94, p. 155-178, jan./abr. 2006 155. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 06 dez. 2019.

RODRIGUES; A. L. A ocupação urbana da região metropolitana de Maringá: uma história de segregação. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n.108, p.61-86, jan./jun. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228780860_A_OCUPACAO_URBANA_DA_REGIAO_METROPOLITANA_DE_MARINGA_uma_historia_de_segregacao. Acesso em 19 abr. 2020.

SANTOS, K.; **P**AULA, E. M. A. T. A teoria de Paulo Freire como fundamento da Pedagogia Social. **Interfaces Científic**as - Educação, v. 3, p. 33-44, 2014.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Edital de Concurso nº. 064, de 06 de outubro de 2009. **Concurso Público 064/2009**. São José dos Pinhais, PR, 06 de out. 2009. Disponível em: http://servicos.sjp.pr.gov.br/servicos/concursos/concurso_detalhes.php?cod=102&tipo=. Acesso em: 28 abr. 2019.

SÃO PEDRO DO IVAÍ. Edital de Concurso nº. 01, de 16 de julho de 2014. **Concurso Público Nº 001/2014**. São Pedro do Ivaí, PR, 16 de jul. 2014. Disponível em: https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-sao-pedro-do-ivai-pr-96vagas/1280869/eadf91bc9e/edital_de_abertura.pdf. Acesso em: 27 abr. 2019.

SARANDI. Edital de Concurso nº. 380, de 13 de maio de 2016. **Concurso Público 380/2016**. Sarandi, PR, 13 de mai. 2016. Disponível em: http://www.sarandi.pr.gov.br/web/index.php/servicos/concurso-publico/category/concurso-publico-edital-380-2016/10?f=1. Acesso em: 29 abr. 2019.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.

SERRANO, F. J. D. P.; ACEVEDO, C. M. A. La Pedagogía Social y Educación Social en Colombia: Corresponsabilidad Institucional, Académica y Profesional necesaria para la Transformación Social. **Foro de Educación**, v. 16, n. 24, 2018, p. 167-191. Disponível em: https://Dialnet-LaPedagogiaSocialYEducacionSocialEnColombia-6486246.pdf. Acesso em: 07 jun. 2019.

SERRANO, G. P. La Educación Social. Objeto de estudio de la Pedagogía Social. In: SERRANO, G. P.. **Pedagogía Social/Educación Social construcción científica e intervención práctica.** 3 ed. Espanha: Narcea, 2004.

SILVA, R. da. As bases científicas da Educação Não-Formal. In: Silva, R. da; Souza Neto, J. C. de; Moura, R. (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011. p. 159-171.

SILVA, R. da. Visões e concepções necessárias a uma Teoria Geral da Educação Social. In: Silva, R. da; Souza Neto, J. C. de; Moura, R. (Orgs.). **Pedagogia Social**: contribuições para uma teoria geral da educação social. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011. p. 166-189.

SILVA, R.; SOUZA NETO, J. C.; MOURA, R. A. **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão & Arte, 2009.

SÖETARD, M. **Johann Pestalozzi**. Tradução de: Martha Aparecida Santana Marcondes; Pedro Marcondes, Gino Marzio Ciriello Mazzetto. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 2010.

SOUSA, L. M. de. **Sentidos sobre infância e desenvolvimento produzidos por educadores de abrigo**. 2010, 146f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, PE, 2010.

SOUSA, M. S. de; KARAWEJCZYK, T. C. Trajetória da gestão família Würth no Instituto Pestalozzi. *In*: XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC, 2016, Canoas. **Anais** [...] Canoas: SEFIC, 2016. Disponível em: https://anais.unilasalle.edu.br/index.php/sefic2016/article/view/314/257. Acesso em: 03 fev. 2020.

SOUZA NETO, J. C. de. Pedagogia Social: formação do educador social e seu campo de atuação. **Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE-UFES**, Vitória, v. 16, n. 32, p. 29-64, jul./dez. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/index.php/educacao/article/view/4404. Acesso em: 08 de janeiro de 2019.

SOUZA, C. R. T. de. PAIVA, J. NATALI, P. M. BAULI, R. A. MÜLLER, V. R. A atuação profissional e formação do educador social no Brasil: uma roda da conversa. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 3, n. 1, p. 77 – 88, out. 2014. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/1633. Acesso em: 08 de janeiro de 2019.

SOUZA, E. F.; CAMPOS, N. de. **História comparada**: uma possibilidade de escrita da história da educação brasileira e argentina. Imagens da Educação, v. 1, n. 3, p. 21-30, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v1i3.12986. Acesso em: 07 abr. 2020.

SOUZA, L. C. C. de. **Formação e trabalho do educador social**: estudo dos editais de concurso público na região metropolitana de Curitiba. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Do Paraná, PR, 2014.

STORER, C. A. **As Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná**: desafios e perspectivas - Estatuto da Metrópole e Desafios das Cidades. Disponível em: https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/RMs_PR_apresentacao_Carlos_Storer.pdf. Acesso em: 16 mai. 2020.

STRECK, D. R. A educação popular e a (re) construção do público. Há fogo sob as brasas? In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 11, n. 32. Rio de Janeiro, Mai/Ago. 2006.

TIJUCAS DO SUL. Edital de Concurso nº. 001, de 16 de janeiro de 2015. **Concurso Público 001/2015**. Tijucas do Sul, PR, 16 de jan. 2015. Disponível em: https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-tijucas-do-sul-pr-retifica-novamente-concurso-publico/1303148/28e0888544/edital_de_abertura_n_001_2015.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

TOLEDO. Edital de Concurso nº. 01, de 11 de março de 2019. **Concurso Público 01/2019**. Toledo, PR, 11 de mar. 2019. Disponível em: https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/concurso_publico_no_01-2019_0.pdf. Acesso em: 30 abr. 2019.

UBIRATÃ. Edital de Concurso nº. 01, de 07 de março de 2016. **Concurso Público01/2016**. Ubiratã, PR, 07 de mar. 2016. Disponível em: http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/46/070316163906_edital_012016__. Acesso em: 27 abr. 2019.

VALLE, I. R. **A obra do sociólogo Pierre Bourdieu:** uma irradiação incontestável. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 117-134, jan./abr. 2007.

VALLE. I. R. Ler Homo Academicus. In: BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Tradução de Ione Ribeiro do Valle, Nilton Valle. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. p. 13-20.

VARELA, J.; ALVAREZ-URIA, F. **A maquinaria escolar**. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 6, p. 1-17, 1992.

VASCONCELOS, M. D. *Pierre Bourdieu*: A herança sociológica. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 78, p. 77-87, abr. 2002.

VERCEZI, J. T. **Gênese e evolução da região metropolitana de Maringá**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2001.

WACQUANT, L. Habitus. In: CATANI, A. M. [et al]..(Orgs). **Vocabulário Bourdieu**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017. p. 213-217.

WACQUANT, L. J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal, **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.19, p. 95-110, nov. 2002.

WESTIN, R. Até lei de 1927, crianças iam para a cadeia. **Jornal do Senado**, Brasília, terça-feira, 7 de julho de 2015, p. 4-5.

Würth no Instituto PestaIozzi**.** *In*: XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE, 2016. Canoas, RS. **Anais** [...] Canoas: SEFIC, 2016. p. 1-10.

WÜRTH, T. **Pestalozzi e a pedagogia social.** Canoas: Edição de Instituto Pestalozzi de Canoas, 1971.199p.

APÊNDICE A – Editais de concurso: Região Metropolitana de Apucarana

Região Metropolitana de Apucarana

Município	Apucarana
Edital	http://sys.apucarana.pr.gov.br/apucarana-pr/uploads/Edital_001-2017_1491564283.pdf
Ano	2017
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio Completo e Domínio de Informática (Word e Excel).
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 2.032,21
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Promover a atenção, por meio de um conjunto de ações voltadas à proteção da infância, adolescência, família, idoso, pessoa com deficiência e pessoa em situação de rua, bem como à defesa, superação e prevenção de agravamento em casos de situações de risco pessoal e social por violações de direitos; Executar, sob a orientação da equipe técnica e/ou coordenação, atividades socioeducativas e administrativas nas unidades, serviços e programas da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, as quais incluem ações pró-ativas, afirmativas, mediadoras e formativas, que envolvam a acolhida, o atendimento e o acompanhamento ao usuário da assistência social; Implementar atividades socioeducativas de convivência, de promoção social, com caráter protetivo e social; Estabelecer uma relação afetiva personalizada e individualizada com cada usuário do serviço; Organizar o ambiente e espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, pessoa com deficiência, idoso e/ou pessoa em situação de rua; Auxiliar o usuário do serviço para lidar com a sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade; organizar fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada usuário do serviço, de modo a preservar sua história de vida; Acompanhar nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano, sempre que se mostrar necessário e pertinente; Planejar e desenvolver atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de lazer com os usuários do serviço; Incentivar aos usuários dos serviços a organização do espaço; apoiar na preparação do usuário do serviço para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional da equipe técnica; Organizar a rotina doméstica e do espaço; Preencher diariamente o relatório individual de cada criança e/ou adolescente, evoluindo de forma clara e objetiva, sendo

Atribuições	que em toda evolução deve constar as atividades realizadas e dados sobre o comportamento, sentimentos e ocorrências, fazendo constar a data e a assinatura do educador; Observar e informar a coordenação da unidade, serviço ou programa sobre as necessidades existentes para o desenvolvimento das atividades e bom funcionamento da unidade; Seguir criteriosamente princípios morais, sociais e legais no envolvimento emocional e afetivo com os usuários do serviço; Estudar e atender as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, as orientações técnicas do Serviço de Acolhimento (CONANDA), do Estatuto do Idoso, das Normas Técnicas para serviços que atendem pessoa com deficiência e em situação de rua, quando exercer sua função nestes serviços; Orientar, instruir e colocar regras e limites para a segurança dos usuários dos serviços, bem como para o bom funcionamento do abrigo/casa lar e/ou residência inclusiva, considerando seu regimento interno; Oferecer noções básicas de higiene e saúde aos usuários dos serviços, bem como orientar no cuidado nas atividades de vida diária; Encaminhar os usuários dos serviços ao médico e acionar imediatamente as coordenações do programa em casos de doenças ou acidentes; Proporcionar espaço de relacionamento, vivenciando situações de solidariedade, partilha e limites entre os usuários dos serviços; Fazer prevalecer sua autoridade sem subjugar ou humilhar a integridade física ou moral de crianças e/ou adolescentes/idosos/pessoa com deficiência e em situação de rua, em situações de desrespeito às normas estabelecidas; Zelar pelo patrimônio colocado à sua disposição, observando a utilização e a manutenção da casa, jardim, ou qualquer equipamento; Participar das programações promovidas, como passeios, treinamentos, aperfeiçoamento e cursos de capacitação; Executar e atividades e cumprir sua jornada de trabalho e as atribuições do cargo na Proteção Especial de Média Complexidade e Alta Complexidade, quando da ausência de crianças e adolescentes/ pessoas com deficiência/idoso e/ou situação de rua na Proteção Especial de Alta complexidade; realizar registros e controles administrativos da respectiva unidade de trabalho, conforme orientação; Elaborar e confeccionar correspondências internas e externas; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Dirigir veículos mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades;

	Atuar, na qualidade de instrutor de treinamentos e outros eventos de igual natureza, mediante participação prévia em processo de qualificação e autorização superior; Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das demais atividades; executar outras tarefas correlatas /ou determinadas por seus superiores para a eficiência de sua área profissional.
Conhecimentos específicos	Noções básicas de ética e cidadania. Cuidados básicos de enfermagem com a criança, o adolescente, família, idoso, pessoa com deficiência e pessoa em situação de rua. Aspectos psicológicos da criança, do adolescente, família, idoso, pessoa com deficiência e pessoa em situação de rua. Noções básicas de nutrição. A importância do movimento e do posicionamento adequados. Estimulação da criança, do adolescente, família, idoso, pessoa com deficiência e pessoa em situação de rua na sua rotina diária. Noções básicas de higiene pessoal. Desenvolvimento de atividades de acordo com as atribuições do cargo. Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do idoso, Noções básicas de informática, normas técnicas da pessoa com deficiência e pessoa em situação de rua. Noções básicas sobre acolhimento.

Município	Arapuã
Edital	http://www.arapua.pr.gov.br/uploads/concurso/EDITAL-CONCURSOS-PUBLICO-001-2016.pdf
Ano	2016
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino médio completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.155,52
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Executar serviços ligados ao trabalho com pessoas em situação de vulnerabilidade social, participantes de programas e projetos sociais desenvolvidos pelo Município; Garantir a atenção, defesa e proteção às pessoas em situações de risco pessoal e social, assegurando seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando suas necessidades e demandas e desenvolvendo atividades e tratamento; Executar, sob a coordenação do profissional de nível superior, ações de apoio a serem desenvolvidas na área de educação social em serviços da Política de Assistência Social, no atendimento e acompanhamento ao usuário da assistência social; Participar de programas de treinamento que envolvam conteúdos relativos às áreas de atuação; Atuar em instituições sociais e culturais, casas de abrigo, de apoio e de passagem, centros educacionais e de recuperação de dependentes químicos, entidades de assistência social a

Atribuições	crianças e adolescentes, aos idosos, a portadores de deficiência, dentre outros espaços; Realizar palestras sócio-educativas a fim de prevenir situações de ameaça e violações de direitos, busca ativa, visitas escolares, desenvolvimento de oficinas e auxiliar em todas as atividades realizadas pelo serviço. Eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor no desempenho de suas funções; Executar outras atividades de interesse da área.
Conhecimentos específicos	Benefício de Prestação Continuada (BPC) - Decreto nº 6.214/2007 e Decreto nº 6.564/2008; Lei Federal nº. 8.069/1990 Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Federal nº. 10.741/2003 - Estatuto do Idoso; Lei Federal nº. 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica (NOB/SUAS); Norma Operacional de Recursos Humanos (NOB/RH); Orientações técnicas do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social; Orientações técnicas do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social; Programa Bolsa Família Lei Federal nº. 10.836/2004; Lei Federal nº. 8.842/1994 e Decreto Federal nº. 1.948/1996 Política Nacional do Idoso; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Serviços de assistência social conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução- CNAS nº 109/2009); Reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos Resolução CNAS nº 01/2013; Orientações técnicas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas; Resolução nº 9/2014.

Município	Ariranha do Ivaí
Edital	https://www.ariranhadoivai.pr.gov.br/concursos
Ano	2016
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.388,77
Regime de contratação	Regime Estatutário
Atribuições	Desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família; Desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e

Atribuições	participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; Assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social; Apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa; Atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora; Apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; Apoiar e participar no planejamento das ações; Organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade; Acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade; Apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais; Apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações; Apoiar os demais membros da equipe de referência em todas etapas do processo de trabalho; Apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar; Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; Apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados; Apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas; Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;

	Apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; Informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; Acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos; Apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas.
Conhecimentos específicos	História Social da criança e da família. Sistema educacional brasileiro. A educação nos dias atuais. História dos movimentos sociais e mobilização social. Exclusão social. Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Proteção integral: políticas integradas. Conselho de direitos: o que é, o que faz. Conselho Tutelar: o que é, o que faz. Crianças e adolescentes e famílias em situação de rua. Ato infracional e suas vicissitudes. Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos. Ética profissional. Direitos da Criança e do Adolescente, Pessoa com Deficiência e Idoso. Conhecimentos básicos sobre ECA, LOAS, e da Política Nacional dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência Noções básicas de informática. Noções básicas de atendimento ao público.

Município	Godoy Moreira
Edital	http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/113/261115162038_027__abertura_do_concurso_publico_pdf.pdf http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/113/261115155822_027__anexo_i__atribuicoes_de_cargos_pdf.pdf http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/113/041215155403_027__anexo_ii__conteudos_programaticos_pdf.pdf
Ano	2015
Termo	Educador Social
Requisito	Nível médio completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 900,00
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família; Desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e

Atribuições	coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; Assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social; Apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa; Atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora; Apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das 21 informações; Apoiar e participar no planejamento das ações; Organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade; Acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade; Apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais; Apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações; Apoiar os demais membros da equipe de referência em todas etapas do processo de trabalho; Apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar; Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; Apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados; Apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas; Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; Apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;

	Informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; Acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos; Apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas; Desempenhar outras tarefas correlatas.
Conhecimentos específicos	Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de educador social. Noções básicas de didática. Noções básicas de informática. 35 Noções básicas sobre organização de eventos, cursos, seminários e treinamentos. Relações Humanas no Trabalho.

Município	Ivaiporã
Edital	http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/12074/150715091345_27022014__edital_de_concurso_publico_nordm_312014__abertura_retificado_estatutario_pdf.pdf
Ano	2014
Termo	Cuidador Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 724,00
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Executar serviços ligados ao trabalho com pessoas em situação de vulnerabilidade social, participantes de programas e projetos sociais desenvolvidos pelo Município. Garantir a atenção, defesa e proteção às pessoas em situações de risco pessoal e social, assegurando seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando suas necessidades e demandas e desenvolvendo atividades e tratamento. Executar, sob a coordenação do profissional de nível superior, ações de apoio a serem desenvolvidas na área de educação social em serviços da Política de Assistência Social, no atendimento e acompanhamento ao usuário da assistência social; Participar de programas de treinamento que envolvam conteúdos relativos às áreas de atuação; Atuar em instituições sociais e culturais, casas de abrigo, de apoio e de passagem, centros educacionais e de recuperação de dependentes químicos, entidades de assistência social a crianças e adolescentes, aos idosos, a portadores de deficiência, dentre outros espaços; Realizar palestras sócio-educativas a fim de prevenir situações de ameaça e violações de direitos, busca ativa, visitas escolares, desenvolvimento de oficinas e auxiliar em todas as atividades realizadas pelo serviço.

Atribuições	Executar outras atividades de interesse da área. Descrição detalhada vide: Lei n° 2.417/2013.
Conhecimentos específicos	1. Conceitos gerais: democracia, direitos sociais, seguridade social, cidadania, Educação em saúde, Proteção Social. 2. Noções Básicas sobre as Relações Humanas. 3. Higiene, saúde e cuidado. 4 Ética profissional. 5. Plano nacional de convivência familiar e comunitária. 6. Articulação em redes. 7. Visita domiciliar.

Município	Ivaiporã
Edital	http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/12074/150715091345_27022014__edital_de_concurso_publico_nordm_312014__abertura_retificado_estatutario_pdf.pdf
Ano	2014
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.659,61
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Executar serviços ligados ao trabalho com pessoas em situação de vulnerabilidade social, participantes de programas e projetos sociais desenvolvidos pelo Município. Garantir a atenção, defesa e proteção às pessoas em situações de risco pessoal e social, assegurando seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando suas necessidades e demandas e desenvolvendo atividades e tratamento. Executar, sob a coordenação do profissional de nível superior, ações de apoio a serem desenvolvidas na área de educação social em serviços da Política de Assistência Social, no atendimento e acompanhamento ao usuário da assistência social; Participar de programas de treinamento que envolvam conteúdos relativos às áreas de atuação; Atuar em instituições sociais e culturais, casas de abrigo, de apoio e de passagem, centros educacionais e de recuperação de dependentes químicos, entidades de assistência social a crianças e adolescentes, aos idosos, a portadores de deficiência, dentre outros espaços; Realizar palestras sócio-educativas a fim de prevenir situações de ameaça e violações de direitos, busca ativa, visitas escolares, desenvolvimento de oficinas e auxiliar em todas as atividades realizadas pelo serviço. Executar outras atividades de interesse da área. Descrição detalhada vide: Lei n° 2.417/2013
Conhecimentos específicos	LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742 de 07/12/1993); PNAS/2004 – Política Nacional de Assistência Social; NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109 de 11 de novembro de

Conhecimentos específicos	2009); SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo. Lei nº 8.069/1990 – ECA –Estatuto da Criança e do Adolescente; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes; Plano Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil; Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua; Lei nº 11.240/2006 (Maria da Penha); Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso; Decreto nº 3.298/1999 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Município	Jardim Alegre
Edital	http://www.jardimalegre.pr.gov.br/
Ano	2018
Termo	Orientador Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 954,00
Regime de contratação	Regime celetista
Atribuições	O Orientador Social deve elaborar atividades em relação ao cotidiano, promover debates e integração; Acompanhar o desenvolvimento de oficinas; Desenvolver conteúdos lhe são atribuídos, trabalhando com a realidade de cada pessoa do grupo. Participar de reuniões sistemáticas e das capacitações continuada.
Conhecimentos específicos	ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes; Plano Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil; Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua; Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha); Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso; Decreto nº 3.298/1999 – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ética no Serviço Público. Noções Básicas do SUS.

Município	Lidianópolis
Edital	http://www.lidianopolis.pr.gov.br/concurso5.php
Ano	2018
Termo	Orientador Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.250,63

Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Recepção e oferta de informações às famílias do CREAS/CRAS; Realização de abordagem de rua e/ou busca ativa no território; Participação das reuniões de equipe para o planejamento de atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultados; Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS/CRAS; O orientador social deve elaborar atividades em relação ao cotidiano, promover debates e integração; Acompanhar o desenvolvimento de oficinas; desenvolver conteúdos que lhe são atribuídos, trabalhando com a realidade de cada pessoa do grupo; Participar de reuniões sistemáticas e das capacitações continuadas; Desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando a atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família; Desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re)contrução da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; Apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade; Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade; apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais; Apoiar na elaboração de registro das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar; Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; Informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra;

	acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos. INICIATIVA: Procedimentos variados, inclusive os de alguma complexidade, as diretrizes gerais serão estabelecidas pelo Secretário Municipal de Assistência Social. RESPONSABILIDADE POR CONTATOS HUMANOS: contatos regulares com as redes de serviços, com outros órgãos da administração municipal, estadual ou federal, para fornecer e obter informações, requer muita atenção para evitar encaminhamentos errôneos, bem como, orientações indevidas.
Conhecimentos específicos	Noções básicas de ética e cidadania. Cuidados básicos de enfermagem com a criança, o adolescente, família, idoso, pessoa com deficiência e pessoa em situação de rua. Aspectos psicológicos da criança, do adolescente, família, idoso, pessoa com deficiência e pessoa em situação de rua. Noções básicas de nutrição. A importância do movimento e do posicionamento adequados. Estimulação da criança, do adolescente, família, idoso, pessoa com deficiência e pessoa em situação de rua na sua rotina diária. Noções básicas de higiene pessoal. Desenvolvimento de atividades de acordo com as atribuições do cargo. Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Noções básicas de informática, Normas técnicas da pessoa com deficiência e pessoa em situação de rua. Noções básicas sobre acolhimento.

Município	São Pedro do Ivaí
Edital	https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-sao-pedro-do-ivai-pr-96-vagas/1280869/eadf91bc9e/edital_de_abertura.pdf
Ano	2014
Termo	Educador Social
Requisito	Magistério Ensino Médio, Pedagogia e/ou Magistério Superior. Certificado e/ou Diploma de comprovação da escolaridade de ensino médio completo com formação em Magistério, Pedagogia e/ou Magistério Superior fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).
Carga horária	40h
Remuneração	R$882,19
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Auxiliar a equipe técnica do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência da Assistência Social) na condução de tarefas sociais, promovendo encontros e reuniões de trabalho com a comunidade; Operacionalizar, sob orientação técnica, tarefas em projetos e programas sociais;

Atribuições	Recepcionar a população, identificando-a, realizando a prétriagem e os encaminhamentos necessários. Realizar o cadastramento da população; Prestar informações e orientações à comunidade; Orientar as pessoas quanto aos seus direitos e deveres, motivando-as a transformar a sua condição social, informando sobre a rede de atendimento social; Relatar as atividades desenvolvidas e/ou ocorrências verificadas, efetuando registros relativos aos atendimentos; Assistir à equipe técnica no levantamento de dados e informações para a elaboração de planos e programas de trabalho social; Acompanhar a implantação de novos projetos na comunidade, auxiliando na elaboração de material didático e prestando informações, quando necessário, seguindo diretrizes da Política de Assistência Social; Coletar informações, dados para a pesquisa, dando subsídios para a tabulação, conforme orientação. Participar da equipe interdisciplinar, por meio de grupos de estudo e quando solicitado. Manter atualizada a documentação referente ao programa em que está inserido; Executar e orientar atividades referentes à higiene pessoal e alimentação das crianças e adolescentes, incentivando a aquisição de hábitos saudáveis, em unidades específicas sob supervisão técnica; Planejar e ministrar aulas de assuntos diversos para adolescentes e jovens nos Centros de Convivência, estimulando a criatividade; Elaborar e cumprir o planejamento de suas aulas; Acompanhar e registrar frequência dos alunos; Receber, orientar e arquivar as produções dos materiais desenvolvidos pelos alunos, conforme planejamento; Estabelecer diálogos e triagem inicial das situações, criando vínculos com a população alvo, visando a inserção na rede de atendimento social; Zelar pelos equipamentos e materiais utilizados, providenciando a limpeza, manutenção, conservação e guarda dos mesmos, bem como manter limpo e organizado o local de trabalho; Participar da formação continuada dos profissionais e de planejamentos coletivos; Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo.
Conhecimentos específicos	1. Normas básicas de servidor público e Ética profissional; 2. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; 3. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990); 4. Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/93); 5. Lei nº 8.842/94 (Política Nacional do Idoso);

Conhecimentos específicos	6. Normas Internacionais para a proteção de jovens privados de liberdade e para a administração da justiça da infância e da juventude (ONU – UNICEF); 7. Princípios para a educação de jovens e normas básicas de segurança em organizações socioeducativas; 8. Declaração Universal de Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF); 9. Conhecimento básico sobre: legislação referente à política da Assistência Social e dos direitos socioassistenciais (SUAS); 10. Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e realidade social doterritório e da rede de articulação do CRAS e CREAS; 11. Conhecimento sobre as atividades e objetivos do CRAS e CREAS; 12. Conhecimento básico sobre: Trabalho em grupos e atividades coletivas; trabalho interdisciplinar; Elaboração e Planejamento de aulas de assuntos diversos; 13. Protagonismo juvenil e Relações Humanas.

APÊNDICE B – Editais de concurso: Região Metropolitana de Campo Mourão

Região Metropolitana de Campo Mourão

Município	Araruna
Edital	http://www.araruna.pr.gov.br/
Ano	2015
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.143,58
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Trabalha com crianças; Atua no acompanhamento das crianças em todo seu cotidiano; Pesquisa e elabora atividades de acordo com as necessidades dos educandos e com as faixas etárias e outras atividades referentes ao cargo; Atua na área da educação social com foco em alunos, com o objetivo de adquirir novas experiências profissionais e contribui de maneira eficaz para a Instituição oportuna, educadora. Organiza, registra, executa, arquiva e distribui documentos; Organiza e presta as informações solicitadas, e exerce atividades de escrituração e arquivo escolar. **DESCRIÇÃO DETALHADA** Realiza atividades lúdicas e de incentivo a leitura para crianças e adolescentes. Realiza monitoramento do bem estar das crianças que participam das atividades. Elabora planejamento e relatórios pedagógicos. Conduz reuniões com as famílias das crianças, elaborando instrumentos avaliativos. Participa do processo de planejamento e capacitações continuadas oferecidas pelo programa. Realiza acompanhamento contínuo de cada caso através de atividades lúdicas individuais e em grupo, que favoreçam o processo de adaptação ao Programa. Insere temáticas transversais às da proteção, em especial o encaminhamento a projetos sociais segundo o perfil de cada usuário. Orienta sistematicamente os usuários quanto às rotinas de segurança e habitabilidade no local de proteção. Orienta os responsáveis para o acompanhamento dos adolescentes quanto ao desempenho e adaptação escolar ou em cursos profissionalizantes. Presta apoio e orientação sócio-familiar para inclusão social dos usuários em programas e serviços sócio-assistenciais, na perspectiva da garantia de direitos e formulação de alternativas de vida para si e suas famílias.

Atribuições	Orienta os usuários em demandas referentes à saúde, educação, orçamento doméstico e lazer. Planeja junto com o usuário e seus familiares a gestão dos recursos financeiros, avaliando os avanços e dificuldades. Apoia a coordenação e equipe técnica nos atendimentos, fazendo os devidos encaminhamentos necessários à realização dos mesmos, respeitando sempre a metodologia do programa. Elabora ofícios e relatórios sempre que solicitado. Subsidia o superior hierárquico com informações para a construção de Estudos de Caso. Executa outras atividades afins.
Conhecimentos específicos	1. Lei 8.742/1993 – LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social; 2. PNAS – Política Nacional de Assistência Social; 3. NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social; 4. Lei nº 8.069/1990 – ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; 5. Declaração Universal dos Direitos Humanos; 6. SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; 7. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; 8. Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes; 9. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil; 10. Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua; 11. Lei nº 11.240/2006 (Maria da Penha); 12. Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso; 13. Decreto nº 3.298/1999 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Município	Campo Mourão
Edital	https://campomourao.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/129
Ano	2015
Termo	Orientador Social
Requisito	Ensino Médio Completo com magistério ou curso normal superior com habilitação em educação infantil
Carga horária	35h
Remuneração	R$ 1.431,95
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Descrição Sumária: Realizar abordagens e rondas nos períodos diurno e noturno, em regime de escala e plantão, bem como, executar sob supervisão técnica, atividades administrativas e socioeducativas de convivência e promoção social, nos programas e projetos de Proteção Social Básica, Especial de Média e Alta Complexidade, visando a proteção integral e a inclusão social dos usuários das políticas públicas. Descrição Detalhada Executar as atividades planejadas pelo técnico de referência; Realizar abordagens e rondas nos períodos diurno e noturno, em regime de escalas e plantões;

Atribuições	Facilitar o processo de integração dos usuários sob sua responsabilidade; Manter registros de dados dos usuários e encaminhá-los ao técnico de referência nos prazos previamente estipulados; Informar ao técnico de referência as situações que demandam acompanhamento individual e familiar; Acompanhar o desenvolvimento de oficinas e atividades ministradas por outros profissionais; Participar de reuniões com as famílias, crianças, adolescentes, jovens e idosos, para as quais for convidado; Preencher relatórios de acompanhamento dos usuários e relatórios de atividades; Atender o usuário quando este chega aos projetos e programas sociais, acompanhando-o nas oficinas ofertadas; Acompanhar sistematicamente os usuários mantendo os cadastros atualizados; Participar de reuniões técnicas e administrativas com a equipe de trabalho; Participar de ações complementares de caráter cívico, cultural e recreativo, visando desenvolver habilidades, iniciativas, cooperação, criatividade e relacionamento social, mesmo que sejam executadas em horários que excedam a jornada normal de trabalho; Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; Dirigir veículos, mediante autorização previa, quando necessário ao exercício das demais atividades; Manter-se atualizado, participando de curso de qualificação e capacitações afins, visando o acompanhamento e evoluções de novas técnicas e metodologias; Executar outras tarefas correlatas, determinadas pelo superior imediato; Especificações Escolaridade: Ensino médio com magistério ou Curso Normal Superior com habilitação em Educação Infantil.
Conhecimentos específicos	Conhecimento Específico: Desenvolvimento da criança e do adolescente. O espaço social, família, escola. Formas de violência contra a criança e o adolescente. Abuso sexual contra crianças e adolescentes. Gravidez Precoce. Trabalho Infantil. Características especiais dos maus tratos. Trabalhando com grupos. Mediação de conflitos. Trabalho com famílias: famílias em situação de vulnerabilidade social, exclusão social, as famílias contemporâneas e os novos arranjos familiares, multifamílias, violência e abuso na família. Envolvimento com diferenças: síndrome de down, autismo, TDAH, alienação parental, transtornos mentais. Atendimento em abrigos. Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos. Ética profissional. Vivência de rua. Convivência familiar e comunitária: poder familiar, colocação em família substituta, medidas protetivas.

Município	Ubiratã
Edital	http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/46/070316163906_edital_012016__abertura_do_concurso_publico_pdf.pdf
Ano	2016
Termo	Cuidador Social
Requisito	Ensino médio curso técnico específico
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.046,73
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Apoia e auxilia nas atividades realizadas junto às unidades de assistência social, com o objetivo de desenvolver atividades sócio-educativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal. Atribuições Genéricas: Compreende, genericamente, proporcionar segurança e bem-estar aos atendidos em situação de risco ou vulnerabilidade social, com ações objetivando diminuir seu sofrimento psíquico e somático, auxiliando, quando possível, na integração e reintegração dos atendidos às suas famílias e sociedade, intensificando o convívio social, através de atividades sociais, cuidados de saúde, dinâmicas, brincadeiras e outros cuidados de acordo com a faixa etária dos atendidos; Promover a proteção da saúde dos atendidos, participando de discussões, elaboração, desenvolvimento e execução de projetos interdisciplinares, conforme a demanda existente, atuando isoladamente ou com outros profissionais, em atendimentos grupais ou individuais; Prestar serviços de suporte, promovendo a ordem e o convívio entre os atendidos, mediando conflitos quando necessário; Contribuir na formação integral dos atendidos, participando da elaboração do planejamento, bem como da execução de atividades educativas, preventivas e recreativas na unidade, observando a proposta da Secretaria e respeitando o estágio de desenvolvimento dos atendidos; Zelar pela integridade física e moral dos atendidos, acionando órgãos e entidades necessários para garantir a segurança e proteção dos mesmos; Manter o registro dos acontecimentos diários, atualizando-os e organizando-os, a fim de possibilitar a troca de informações entre turnos e o entendimento do histórico do cotidiano da unidade; Manter registros individuais sobre o desenvolvimento dos atendidos, atualizando-os e organizando-os, de modo a preservar a história dos mesmos;

	Acompanhar e auxiliar os atendidos no desenvolvimento das atividades rotineiras, cuidando para que tenham suas necessidades básicas (fisiológicas e afetivas) atendidas; Acompanhar os atendidos nos serviços de saúde, escola, entre outros serviços requeridos no cotidiano; Escutar, estar atento e ser solidário com os atendidos; auxiliar nos cuidados e hábitos de higiene dos atendidos; Estimular e ajudar na alimentação e na constituição de hábitos alimentares dos atendidos; Acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas dos atendidos; Organização da rotina doméstica e limpeza do ambiente da unidade; cuidar do vestuário; Promover o cuidado básico dos atendidos; Executar outras atividades correlatas da mesma natureza e grau de complexidade, quando solicitadas pela chefia imediata.
Conhecimentos específicos	Conceitos gerais de democracia, direitos sociais, seguridade social, cidadania, Educação em saúde, Proteção Social. Noções Básicas sobre as Relações Humanas. Higiene, saúde e cuidado. Ética profissional. Plano nacional de convivência familiar e comunitária. Articulação em redes. Visita domiciliar.

APÊNDICE C – Editais de concurso: Região Metropolitana de Cascavel

Região metropolitana de Cascavel

Município	Cascavel
Edital	https://www.cascavel.pr.gov.br:444/portal_servidor/editais/20170825183154.pdf
Ano	2017
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.830,28
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Promover a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal e social. Executar, sob a coordenação de profissional de nível superior, atividades socioeducativas e administrativas nas unidades, serviços e programas da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, as quais incluem ações afirmativas, mediadoras e formativas, que envolvam a acolhida, o atendimento e o acompanhamento ao usuário da assistência social. Implementar atividades socioeducativas de convivência, de promoção social, com caráter pedagógico e social. Realizar educação social de rua. **Competências pessoais:** Possuir autocontrole e equilíbrio emocional; Ser responsável e disciplinado; Possuir comprometimento com o trabalho; Possuir habilidade para trabalhar em equipe; Ser resolutivo e flexível; Demonstrar iniciativa e criatividade; Possuir habilidades de comunicação falada e escrita, utilizando-se da linguagem de forma clara e concisa; Possuir habilidades de negociação; Demonstrar empatia no relacionamento interpessoal; Possuir capacidade de observação; Demonstrar habilidades de liderança; Reconhecer situações de perigo; Ter habilidade para lidar com frustrações e/ou situações angustiantes para o usuário de forma a contornar situações adversas; Ser proativo; Observar os preceitos éticos da atividade.
Conhecimentos específicos	Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei n.º 8.069/90; Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – Lei n.º 8.742/93; Política Nacional da Assistência Social; Sistema Único da Assistência Social – SUAS; Constituição da República Federativa do Brasil/1988; Noções sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual; Infanto

Conhecimentos específicos	Juvenil; Noções sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária; Noções sobre o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo; Políticas Educacionais; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Estatuto do Idoso Lei n.º 0741 de 01/10/2003; Lei Maria da Penha – Lei n.º 11.340 de 07/08/2006; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF); Noções básicas sobre a Pedagogia do Oprimido; A concepção de Protagonismo Juvenil; Projetos de trabalho na prática educativa – Construção do Projeto Político Pedagógico; Teorias de Aprendizagem/Desenvolvimento Humano; Política da Pessoa com Deficiência.

Município	Diamante do Sul
Edital	http://www.diamantedosul.pr.gov.br/concurso-p%C3%BAblico#
Ano	2018
Termo	Cuidador Social
Requisito	Ensino fundamental completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.026,00
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Executar mediante supervisão, direta ou indireta, de profissional de nível superior, ações de sensibilização, acolhida, atendimento e acompanhamento a famílias e indivíduos com direitos violados, com ou sem vínculo familiar e comunitário, fazendo os registros e encaminhamentos pertinentes; Planejar e desenvolver atividades socioeducativas, educacionais, lúdicas, recreativas, de lazer, desportivas, artísticas e culturais como, por exemplo: pintura, modelagem, reaproveitamento de materiais recicláveis, música, dança, teatro, literatura e outras em conformidade com as normas da unidade, serviço ou programa, direcionadas à pessoas de diversas faixas etárias; Observar e informar a coordenação da unidade, serviço ou programa sobre a necessidade de materiais para as atividades a partir do planejamento da equipe; acompanhar os usuários aos serviços da rede socioassistencial, aos serviços das demais políticas públicas e às entidades parceiras, como também em atividades externas, as quais visem garantir os direitos sociais dos usuários; Orientar os usuários nas atividades de autocuidado e nas ações de conservação, manutenção e limpeza dos espaços e materiais utilizados; Acolher os usuários nas unidades e serviços, realizando os procedimentos de identificação, de registros dos seus pertences, de apresentação do espaço e das regras de convívio;

Atribuições	Acompanhar equipe técnica em visitas domiciliares e em espaços de acolhimento institucional e/ou residencial e outros em que os usuários da Assistência Social estejam localizados, quando solicitado; identificar problemas e dificuldades de ordem pessoal, cultural, religiosa, de saúde que interfiram no convívio social, informando a equipe técnica para providências pertinentes; Facilitar a comunicação entre usuários, comunidade e equipe, registrando as ocorrências que requeiram atenção e encaminhamentos contínuos ou emergenciais; Realizar abordagem social, no espaço rural e urbano da cidade, das famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social para os devidos encaminhamentos à equipe técnica; Entrevistar, cadastrar e providenciar encaminhamentos das demandas para a equipe técnica; Realizar os registros dos atendimentos e encaminhamentos nos Sistemas de Informação, Monitoramento e Avaliação, em conformidade com as orientações da coordenação e da Secretaria Municipal de Assistência Social, participar junto à equipe e/ou coordenação na elaboração de projetos e programas de combate à violência doméstica e/ou sexual contra a pessoa humana e sua execução de forma orientada e supervisionada, participar de campanhas diversas que vise o bem estar social e coletivo; Auxiliar no atendimento da população em programas de emergência de acordo com as orientações recebidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social; Colaborar nos processos de planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização das atividades a serem desenvolvidas na Unidade, bem como na elaboração do Projeto Político Pedagógico da unidade e/ou serviço e demais documentos elaborados pela equipe de trabalho. Encaminhar, acompanhar e monitorar os usuários nas atividades internas e externas, conforme previstas na agenda do serviço; Orientar e acompanhar as atividades de rotina diária como alimentação, higiene pessoal e ambiental, manipulação de alimentos, cuidados com as instalações físicas e outras situações vivenciadas respeitando as necessidades da unidade, serviço ou Programa, junto aos usuários e que contribuam para o desenvolvimento de competências pessoais para ser e conviver, especificamente no Abrigo de atendimento integral à crianças e adolescentes; Executar e/ou estimular atividades voltadas a alimentação e higiene tais como banho, troca de fraldas, e outras que atividades que se fizerem necessárias conforme realidade das crianças e adolescentes abrigadas; Realizar efetivamente a segurança preventiva e interventiva junto aos usuários, dentro e fora da Unidade, observando os

	indicadores das situações de crise e seguindo rigorosamente os procedimentos normatizados; Participar da definição de medidas de segurança e das avaliações dos usuários, buscando e trocando informações de forma a garantir o ambiente seguro e educativo da Unidade; Promover ações que visem o desenvolvimento, a organização e a reinserção do usuário na comunidade; Atuar como agente facilitador no processo de formação do usuário enquanto ser político e social inserido em um contexto de coletividade, contribuindo para o fortalecimento dos usuários nas relações interpessoais e na sua vivência cidadã; Auxiliar em atividades com as famílias usuárias dos serviços socioassistenciais (reuniões, palestras, oficinas), conforme o planejamento da unidade, serviço ou programa. Participar de atividades que visem à capacitação e desenvolvimento profissional; elaborar relatórios mensais das atividades realizadas; Contribuir no zelo e segurança do patrimônio, efetuando vistoria sistemática das instalações físicas e de materiais utilizados nas atividades; Em caso de não haver usuários para atendimento na Casa Lar, prestar serviços junto a Secretaria de Assistência Social do Município. Trabalhar em regime de plantão a ser definido pela Secretaria de Assistência Social, que poderá ser de 24/48 h ou 12/36 h.
Conhecimentos específicos	Noções gerais sobre higiene e segurança no trabalho. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei n.º 8.069/90; Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – Lei n.º 8.742/93; Constituição da República Federativa do Brasil/1988; Noções sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual; Infanto Juvenil; Noções sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária; Estatuto do Idoso Lei n.º 0741 de 01/10/2003; Lei Maria da Penha – Lei n.º 11.340 de 07/08/2006; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF); Política da Pessoa com Deficiência.

Município	Guaraniaçu
Edital	http://www.guaraniacu.pr.gov.br/concurso-publico/cat_view/134-concursos/217-concurso-publico-001-2018.html
Ano	2018
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio Completo em formação de docentes.
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.360,04
Regime de contratação	Jurídico estatutário

Atribuições	Será responsável pela realização de oficinas de convívio realizadas com os Grupos. Deverão planejar, junto ao Coordenador do CRAS e Orientador Social, as oficinas que serão desenvolvidas e viabilizar o acesso dos participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, desenvolvimento e organização oficinas e atividades sistemáticas esportivas, artísticas e de lazer, abarcando manifestações corporais e outras dimensões da cultura local; Organização de eventos esportivos, de lazer, artísticos e culturais; Participação de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do Serviço; Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do Serviço, juntamente com a equipe de trabalho.
Conhecimentos específicos	Legislação e Conhecimentos Específicos: 1) Desenvolvimento humano. 2) Educação Inclusiva. 3) Práticas Promotoras de Igualdade Racial. 4) Educação das Relações Étnico-Raciais. 5) Educação para Todos. 6) Inclusão, acessibilidade e diversidade. 7) Limites, Disciplina e Comportamento. 8) Educação e Sociedade. 9) Infância, adolescência e cultura. 10) Planejamento na prática educativa. 11) Organização do tempo e espaço físico. 12) Características socioafetivas, motoras e cognitivas. 13) Violência e drogas. 14) Limpeza e organização dos materiais, equipamentos e espaços. 15) Prevenção de acidentes e Primeiros Socorros. 16) NOB/SUAS. 17) Legislação. Referências Bibliográficas: - BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69). - BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. - BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. - BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). - Norma Operacional do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS 2012). - GUARANIAÇU. Lei Orgânica do Município. - GUARANIAÇU. Lei nº 51, de 28 de dezembro de 1992. Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Civis do Município.

Conhecimentos específicos	- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. Violências nas Escolas. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME. - ASSIS, S. G. de; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q (Org.). Impactos da Violência na Escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Editora FIOCRUZ. - BOYNTON, M.; BOYNTON, C. Prevenção e Resolução de Problemas Disciplinares: guia para educadores. Artmed. - BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. SECAD. - COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Vol. 1, 2 e 3. Artmed. - DIEHL, A.; FIGLIE, N. B (Org.). Prevenção ao Uso de Álcool e Ddrogas: o que cada um de nós pode e deve fazer? Um guia para pais, professores e profissionais que buscam um desenvolvimento saudável para crianças e adolescentes. Artmed. - GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. Cortez. - HENNING, L. M. P.; ABBUD, M. L. M (Org.). Violência, Indisciplina e Educação. Eduel. - KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. Vozes. - MACHADO, P. B. Comportamento Infantil: estabelecendo limites. Editora Mediação. - MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? Moderna. - MANTOVANI, M. Quando é Necessário Dizer Não. Editora Paulinas. - MUNANGA, K (Org.). Superando o Racismo na Escola. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. - MCLURKIN, D. L. Questões Sociais Desafiadoras na Escola: guia prático para professores. AMGH. - OUTEIRAL, J. Adolescer: estudos revisados sobre a adolescência. Revinter. - PEREIRA, D. Z. et al. Criando Crianças. Artmed. - SUKIENNIK, P. B (Org.). O Aluno Problema: transtornos emocionais de crianças e adolescentes. Mercado Aberto. - ZAGURY, T. Limites sem Trauma. Record. - Publicações e legislações que contemplem os conteúdos indicados.

APÊNDICE D – Editais de concurso: Região Metropolitana de Curitiba

Região Metropolitana de Curitiba

Município	Agudos do Sul
Edital	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-agudos-do-sul-pr-72-vagas
Ano	2011
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 571,89
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Realizar acompanhamento familiar, através de visitas domiciliares ou institucionais, sob supervisão da equipe técnica, levantando dados e fornecendo orientação adequada; Identificar pessoas em situação de rua e na rua de diversas faixas etárias, observando-as como potenciais usuários a serem atendidos por programas sociais; Realizar abordagem de rua e cadastrar a população em situação de rua, observando o cotidiano destes indivíduos e famílias para o conhecimento da realidade, o levantamento de informações e estabelecendo vínculos, para os encaminhamentos necessários; Acompanhar albergados nas atividades de rotina e em atividades extras; Zelar pela segurança individual e coletiva, no âmbito do CREAS; Acompanhar orientar e desenvolver atividades junto aos usuários, nas entidades parceiras; Desenvolver atividades de atendimento a adultos na unidade quanto à entrada, adaptação e saída, alimentação, higiene cuidados básicos de limpeza, repouso, atividades lúdicas e pedagógicas; Manter a execução das ações com os albergados, em termos de convívio social e condições de espaço físico, orientando-os quanto á conservação da higiene de uso coletivo: quartos, banheiros, cozinha e demais dependências internas e externas do CREAS; Participar de reuniões técnicas e/ou administrativas, treinamentos e encontros de capacitação profissional internos e externos, sempre que convocado; Integrar-se com a equipe técnica, contribuindo com dados e informações relativas ao trabalho, solicitando subsídios teóricos práticos, quando necessários; Manter atualizado o arquivo de documentação, registrando dados e informações, coletados nas entrevistas; Elaborar relatórios quantitativos de suas atividades, a partir dos planos e projetos elaborados pela equipe técnica;

Atribuições	Comunicar aos técnicos responsáveis pelos Programas, qualquer irregularidade, repassando informações que subsidiem ações profissionais qualificada na garantia do direito à população atendida; Seguir orientações do técnico responsável sobre a conduta ética no atendimento da população; Elaborar, em conjunto com a equipe técnica, o Plano de Trabalho anual, bem como executá-lo sob supervisão do técnico responsável; Acompanhar pessoas até seu local de embarque, em casos específicos; Realizar palestras educativas para discussão de temas de interesses dos usuários e outros para a formação humana dos mesmos; Respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional; Desempenhar outras atividades compatíveis com a função e determinadas pela Coordenação ou pela Secretaria Municipal de Promoção Social.
Conhecimentos específicos	Conhecimentos sobre: 1. Atuação no âmbito das comunidades: atendimento social individual ou em grupos, contato com entidades comunitárias, levantamento de dados para pesquisa social; 2. Elaboração de relatórios e avaliações; 3. Lei Nº 8742/93 - Lei da Assistência Social; 4. Lei Nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente; 5. Lei Nº 10741/03 - Estatuto dos Idosos.

Município	Almirante Tamandaré
Edital	https://www.aprovaconcursos.com.br/noticias/2015/09/02/prefeitura-de-almirante-tamandarepr-abre-298-vagas-em-3-editais/
Ano	2015
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 890,94
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Executa, mediante supervisão direta ou indireta de profissional de nível superior, ações de sensibilização, acolhida, atendimento e acompanhamento a famílias e indivíduos com direitos violados, com ou sem vínculo familiar e comunitário, fazendo os registros e encaminhamentos pertinentes. Integra as equipes de educação social de rua e em eventos ou situações emergenciais para apoio às ações de integração familiar e comunitária.

Atribuições	Apoia atividades sócio-educativas, recreativas culturais e desportivas com pessoas de diversas faixas etárias, conforme planejamento do serviço, ministrando atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer. Levanta a necessidade de matérias para as atividades a partir do planejamento da unidade. Acompanha os usuários aos serviços da rede sócio-assistencial e de entidades parceiras, como também em atividades externas, ampliando seu universo de conhecimento e de convívio social. Orienta os usuários nas atividades de autocuidado e nas ações de conservação, manutenção e limpeza dos espaços e materiais utilizados. Acolhe o usuário nas unidades, realizando os procedimentos de identificação, de registros dos seus pertences, de apresentação do espaço e das regras de convívio. Realiza visita domiciliar e em espaços de acolhida, abrigamento, educação, saúde e outros em que usuários da Assistência Social estejam localizados. Identifica problemas e dificuldades de ordem pessoal, cultural, religiosa, de saúde que interfiram no convívio social, informando a equipe técnica para providências pertinentes. Facilita a comunicação entre os usuários, comunidade e equipe, registrando as ocorrências que requeiram atenção e encaminhamentos contínuos e emergenciais. Aborda na rua famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal-social para os devidos encaminhamentos à equipe técnica. Entrevista, cadastra e providencia o encaminhamento das demandas para a equipe técnica. Participa de campanhas diversas que visem o bem estar social e coletivo no território municipal. Auxilia no atendimento da população em programas de emergência de acordo com as orientações recebidas pelo órgão responsável.
Conhecimentos específicos	Não há conhecimento específicos, apenas conteúdos de português e raciocínio lógico.

Município	Araucária
Edital	http://www.nc.ufpr.br/concursos_externos/pma2016/documentos/edital_0012016_pma.pdf
Ano	2016
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio Completo Noções Básicas de Informática
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.714,46
Regime de contratação	Regime estatutário

Atribuições	Visam garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de vulnerabilidade, risco pessoal e social, que possuem vínculos familiares, de baixa e média complexidade, mas também aquelas pessoas que se encontram com vínculos familiares e sociais comprometidos e/ou rompidos, casos e situações de alta complexidade. Procuram assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando suas necessidades e demandas, desenvolvendo atividade de resgate, inserção e reinserção social, sob uma supervisão técnica. DESCRIÇÃO DETALHADA: Possibilitar a garantia de acesso dos usuários aos seus direitos: identificar direito violado; Orientar assistidos/usuários e familiares; Encaminhar assistidos/usuários e/ou familiares a rede de serviços sócio assistenciais; denunciar situação de risco; Solicitar resgate de assistidos/usuários; Resgatar assistidos/usuários; Acompanhar assistidos/usuários a atendimentos; Abordar assistidos/usuários: através de visitas domiciliares, verificação de denúncias, receber pedido de ajuda da família; Acolher as demandas espontâneas; atender solicitações das demandas; Percorrer o perímetro do território de abrangência aonde estiver alocado; Identificar demandas ativas e reprimidas; Realizar trabalhos de sensibilização dos usuários: criando vínculos, trabalho de conscientização de riscos sociais; Estimular nos usuários desejo de mudança de vida; Aconselhar resgatar auto-estima; Despertar aptidões e habilidades; Desenvolver as atividades em conjunto e/ou com a supervisão da equipe técnica multidisciplinar; Contribuir na organização de reuniões e atividades grupais coletivas e sócio-educativas; Convidar usuários para participar de atividade sócio-educativa; Acompanhar reuniões sócio-educativas; desenvolver dinâmica de grupo; Construir hábitos; Sugerir mudanças de comportamento; Desenvolver oficinas; Realizar atividades artísticas; Realizar atividades de lazer e cultura (externas); Realizar atividades voltadas para a espiritualidade; Realizar atividades recreativas e esportivas; Realizar atividades pedagógicas lúdicas; Realizar acompanhamento pedagógico; Planejar trabalho em conjunto com a equipe multidisciplinar;

Atribuições	Definir objetivos, metas, metodologia de trabalho, estratégias de atuação, cronograma, pautando-se pelas ações e planejamentos elaborados para o equipamento em que estiver lotado e da equipe multidisciplinar local; Mapear áreas e definir público-alvo, organizar roteiro de visitas, planejar eventos, ações estas decidas em conjunto com a equipe de acordo com o perfil e as demandas dos usuários, pautando-se suas ações segundo as necessidades do público-alvo e das necessidades apresentadas pelas demandas locais, segundo as diretrizes da Política da Assistência Social e implementação do Sistema Único de Assistência Social; Avaliar processo de trabalho: analisar resultados, avaliar ações; contribuir na análise de casos, na avaliação e acompanhamento da reinserção dos usuários e núcleo familiar e na troca de experiências junto a equipe multidisciplinar; Realizar acolhida qualificada dos usuários nos equipamentos públicos em que estiverem lotados; Elaborar relatórios de atendimento e acompanhamento; Realizar cadastramento dos usuários; preencher documentos; Encaminhar documentação oficial; Contribuir no fluxo de informações junto aos usuários e comunidades; Contribuir na mobilização destes nas atividades grupais e reuniões junto aos usuários/comunidade e Rede Sócio Assistência Local; Agendar visitas; Organizar rotinas administrativas; Realizar devolutivas referente a solicitações internas e externas; Divulgar junto aos usuários as atividades desenvolvidas nos equipamentos em que estiverem atuando e da Rede Sócio Assistencial quando pertinente; Demonstrar competências pessoais: trabalhar em equipe; Servir de exemplo; Inspirar confiança; Buscar identificação e empatia; Despertar esperança; Exercitar atividade de escuta qualificada; Agir sob pressão; Demonstrar capacidade de compreensão; Contornar situações adversas; Demonstrar entusiasmo; Respeitar diferenças; Demonstrar criatividade; Assumir riscos; Demonstrar coragem; Demonstrar persistência; Tomar decisões; Demonstrar facilidade de comunicação; Administrar conflitos;

Atribuições	Demonstrar auto-controle; Demonstrar capacidade de negociação; Permanecer em estado de alerta; Realizar cadastramento e acolhimento de usuários de forma qualificada nos equipamentos públicos e/ou programas em que estiver inserido: identificando-as, realizando a pré-triagem e os caminhos necessários; Prestar informações e orientações à comunidade; Orientar os usuários quanto a sua cidadania, pontuando os seus direitos e deveres, motivando-as a transformar a sua condição social, informando sobre a rede de atendimento social; Proporcionar atividades sócio-educativas aos usuários quanto a cuidados pessoais, alimentação das crianças, adolescentes, adultos e idosos incentivando a aquisição de hábitos saudáveis, buscando apoio dos profissionais da rede sócio assistencial, sob supervisão técnica; Relatar as atividades desenvolvidas e/ou ocorrências verificadas, efetuando registros relativos aos atendimentos; Acompanhar crianças, adolescentes, adultos, idosos e portadores de necessidades especiais, quando necessário nos equipamentos públicos; Contribuir no acompanhamento escolar dos usuários inseridos nos serviços e programas da assistência social; Realizar acompanhamento sobre o desenvolvimentos de adolescentes inseridos em programas voltados a este público tais como: inserção no mercado de trabalho; Cursos de qualificação profissional; Estágios; Bem como nos cumprimentos de medidas sócio-educativas em meio aberto (orientador); Efetuar registros de dados inerentes a estes temas; Utilizar e articular, sob supervisão técnica, os recursos comunitários propondo, organizando e acompanhando atividades educativas, recreativas e/ou culturais; Acompanhar atividades sócio-educativas pertinentes à programação do equipamento público e/ou programa em que estiver lotado; Operacionalizar, sob orientação técnica, tarefas em projetos e programas sociais; Auxiliar os profissionais técnicos na condução de tarefas sociais, promovendo encontros e reuniões de trabalho com a comunidade; Assistir a equipe técnica no levantamento de dados e informações para a elaboração de planos e programas de trabalho social; Acompanhar a implantação de novos projetos na comunidade, auxiliando na elaboração de material didático e prestando informações, quando necessário, segundo diretrizes da Política de Assistência Social;

Atribuições	Coletar informações, dados para pesquisas, diagnósticos, para e fundamentação das ações da equipe multidisciplinar, auxiliar na tabulação, conforme orientação do coordenador da pesquisa; Participar de interação com a equipe interdisciplinar, por meio de grupos de estudo, cursos de capacitação ou reuniões, quando solicitado; Manter atualizada a documentação referente ao programa(s)/equipamento(s) público(s) em que estiver inserido; realimentar os registros sob sua responsabilidade; Participar de comissões, grupos de trabalho quando solicitado; Cumprir orientações e atividades administrativas, pertinentes a função; Acompanhar a programação dos cursos e demais atividades de Capacitação e Geração de Renda, sob supervisão técnica do Coordenador do Programa; Divulgar os cursos e oficinas, observando diretrizes e prazos estabelecidos pelos equipamentos públicos/programas e projetos em que estiver atuando este profissional; Realizar as inscrições dos cursos de profissionalização e demais procedimentos necessários ao cumprimento das normas institucionais; Solicitar, receber, conferir, controlar e otimizar a utilização dos materiais permanentes e de consumo nas unidades, quando necessário; Estabelecer contato com lideranças do entorno, conforme orientação técnica, para a divulgação dos serviços e/ou possíveis parcerias; cuidar, controlar o uso adequado dos bens patrimoniais das unidades em que estiver lotado; Sugerir parcerias que oportunizem aos usuários a utilização das práticas e dos conhecimentos adquiridos nos cursos, participando dos eventos sempre que necessário; Mobilizar e acompanhar os usuários nos eventos de encerramento coletivo; Realizar a abordagem da população de/na rua em situação de risco social; Acompanhar o técnico em atendimento a vitimizados em domicílios; Estabelecer diálogos e triagem inicial das situações, criando vínculos com a população alvo, visando a inserção na rede de atendimento social; Realizar a pré-triagem, registrando e encaminhando as pessoas para o atendimento básico de cuidados pessoais, higienização, atendimento de saúde (médico e odontológico), albergagem, alimentação e triagem social; Acionar os órgãos competentes, em conjunto com o técnico, no caso de contenção das pessoas atendidas e dar os encaminhamentos necessários;

	Observar rigorosamente a população atendida e na suspeita de porte de objetos estranhos à rotina do atendimento social (armas, drogas, etc.), em conjunto com o técnico, acionar os órgãos competentes; Acompanhar as pessoas encaminhadas para recâmbio a outros Municípios e Estados quando necessário; Realizar o retorno domiciliar/familiar, quando necessário; Acompanhar o usuário em visitas à familiares, visando aproximação e resgate de vínculos comprometidos ou rompidos, sob supervisão técnica; desempenhar outras tarefas correlatas aos equipamentos sociais/projetos e programas relacionados tanto na proteção básica, como na proteção especial. ANÁLISE E ESPECIFICAÇÕES Requisitos Físicos: O trabalho exige boas condições ortopédicas e físicas em geral, capacidade funcional dos membros superiores; aparelhos circulatório e respiratório em boas condições. O trabalho é executado essencialmente em pé, deambulando, parado, e raramente sentado. Exige destreza e coordenação visomanual, equilíbrio estático, resistência física, acuidade auditiva, e uso constante da voz. Requisitos Mentais: Intelectual: Igual ou superior ao nível médio. Cognitivo: atenção concentrada, percepção visual, coordenação viso-motora, destreza manual. Atenção concentrada e difusa, memória auditiva, domínio do uso da linguagem gráfica e oral, capacidade de compreensão e expressão, capacidade de raciocínio abstrato, orientação espaço temporal, coordenação viso-motora, destreza digital; Comportamental: O trabalho requer organização, dinamismo, capacidade de observação, controle dos impulsos, habilidade no trato com pessoas, capacidade de trabalhar em equipe, flexibilidade para tarefas diversificadas, compreensão e expressão oral e escrita adequada, submissão às normas e hierarquia, probidade.
Conhecimentos específicos	Informática: Conhecimentos básicos de editor de texto – BR Oficce/Linux, editor de planilhas eletrônicas e Conhecimentos básicos de Internet e Intranet. Lei 8.742/1993 – LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social; Resolução 145/2004 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - PNAS – Política Nacional de Assistência Social; Lei nº 8.069/1990 – ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua (Decreto Federal 7.053/09); Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha); Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso;

Conhecimentos específicos	Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência; Resolução 109/2009 – Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - Tipificação Nacional de Serviços Sócioassistenciais; Lei Municipal nº 1.703/06 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Araucária; Lei Orgânica do Município de Araucária – LOMA.

Município	Campo Magro
Edital	http://www.campomagro.pr.gov.br/
Ano	2016
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino médio
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.576,20
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Sumária: Acompanhar crianças e adolescentes em atividades desenvolvidas pelas secretarias municipais, sejam atividades internas ou externas, zelando sempre pelo bem estar. Auxiliar as Secretarias Municipais competentes, no recolhimento de informações, para o atendimento de triagem social, de crianças e adolescentes em situação de risco ou de vulnerabilidade social, assim como, na detecção de ociosidade e desestruturação familiar. Detalhada: Integrar-se com secretarias e órgãos públicos da área social e sociedade civil; Realizar atividades lúdicas de incentivo à leitura e escrita às crianças e adolescentes; Participar no desenvolvimento dos trabalhos realizados com famílias e comunidade; Participar de cursos de qualificação profissional, bem como multiplicar tais conhecimentos; Recepcionar e atender as pessoas que acessam os equipamentos sociais; Participar das reuniões de equipe sempre que solicitado; Integrar-se com a equipe de trabalho e demais setores responsáveis pelo desenvolvimento dos trabalhos sociais; Acompanhar crianças e adolescentes em atendimentos necessários ao desenvolvimento; Relatar as atividades desenvolvidas e/ou ocorrências verificadas, auxiliando nos registros relativos aos atendimentos, quando solicitado, com elaboração de relatórios diversos; Auxiliar nos serviços de apoio e administrativos; Acompanhar e avaliar o desenvolvimento familiar, por meio do incentivo à higiene pessoal e à organização do ambiente

Atribuições	por meio da aquisição de hábitos saudáveis, conduzindo reuniões, quando necessário; Participar e acompanhar crianças e adolescentes nas atividades desenvolvidas no interior das unidades administrativas, bem como, naquelas externas, zelando pelo bem estar; Auxiliar na organização de cursos, oficinas e demais atividades de capacitação e geração de desenvolvimento familiar; Auxiliar no trabalho de abordagem social das Secretarias competentes no atendimento de adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade social; Fortalecer vínculos familiares, por meio de diversas linguagens e utilizando todas as ferramentas necessárias a este fim; Desempenhar outras tarefas correlatas.
Conhecimentos específicos	Conceitos gerais de ética, redução de danos, democracia, rede social, direitos sociais, seguridade social, cidadania, educação em saúde, proteção social, violência social. Noções Básicas sobre as Relações Humanas. Os conselhos de direito: da criança e do adolescente, da saúde, da educação e da assistência social. A importância da participação popular na garantia dos direitos sociais. Dinâmica Familiar: noções básicas. A visita familiar para Educação em Saúde. A importância da família no convívio social e na proteção social da criança e do adolescente. Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS. Unidade Básica de Saúde – UBS. Saúde Pública no Brasil. Lei n.º 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Município	Cerro Azul
Edital	http://www.cerroazul.pr.gov.br/files/arquivos/concurso2016.pdf
Ano	2016
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.063,68
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Trabalhar com crianças, atuar no acompanhamento das crianças em todo seu cotidiano, pesquisar e elaborar atividades de acordo com as necessidades dos educandos e com as faixas etárias e outras atividades referentes ao cargo, atuar na área da educação social com foco em alunos, com o objetivo de adquirir novas experiências profissionais e contribuir de maneira eficaz para a Instituição oportuna, educadora.

Atribuições	Cuido das crianças de 0 a 18 anos, acompanho ao médico escolas, terapias ocupacionais, banho, higiene (escovação dental, banhos, etc), deveres de escolas, acompanho em internações hospitalares, mantenho o ambiente onde elas moram limpo e organizado, cozinho na falta da cozinheira, faço artesanato, crochê, bordados (meninas), jogos e outros tipos de diversões para meninos e meninas.
Conhecimentos específicos	Políticas sociais. Programas, projetos, serviços e benefícios de assistência social: a) controle social. b) Rede Socioassistencial c) financiamento. Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes. Medidas Socioeducativas: Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Família: a) Conceitos b) Família na contemporaneidade c) Convivência familiar e comunitária d) direitos e cidadania. Adolescência e Juventude. Idoso e envelhecimento ativo. Primeira Infância/Desenvolvimento Infantil. População em situação de rua. Trabalho Infantil. Da Dependência Química. Das Pessoas com deficiência: a) tipos de deficiência. Trabalhos em grupo e a organização do trabalho socioeducativo. Violência: a) formas de violência: negligência, física, psicológica, sexual (abuso e exploração). Questões de gênero. Educação Social e comunitária: a) fundamentos b) conceito c) Pedagogia Social d) contexto da intervenção e) relação educador-educando f) desafios e perspectivas. Higiene: a) Importância. b) Higiene física. c) Mental e social. d) A higiene e a saúde. e) Hábitos de higiene. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Legislações específicas. Lei Orgânica do Município de Cerro

Conhecimentos específicos	Azul. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Noções Gerais sobre as Atribuições do Cargo.

Município	Curitiba
Edital	https://www.solucaopreparatorio.com.br/img/editais/edital_abertura_FAS_educador_social_2012.pdf
Ano	2012
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio Completo.
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.809,64
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Núcleo básico: Executar, sob supervisão técnica, atividades sócioeducativas e socioassistenciais e administrativas nos programas e nas atividades de Proteção Social Básica às pessoas que mantém vínculo com a família e comunidade, incluindo ações sócio-educativas de convivência, promoção social, atendimento com recursos emergenciais e de geração de trabalho e renda e nos programas e nas atividades desenvolvidas pela Proteção Social Especial de Média Complexidade com atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e Proteção Social Especial de Alta Complexidade onde as famílias e indivíduos se encontram sem referência e/ou em situação de risco, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário. ATRIBUIÇÕES GERAIS Acolher e recepcionar pessoas, realizando cadastro, triagem, prestando informações, orientações e realizando encaminhamentos necessários para a rede de serviços. Prestar informações dos serviços sócio - assistenciais. Operacionalizar sistemas de informações para inserção de dados e realizar pesquisas para o desenvolvimento do trabalho conforme padrões estabelecidos. Registrar os atendimentos e ações, nos sistemas de informações e demais instrumentos oficiais, conforme rotina da unidade de trabalho. Realizar sob orientação técnica os trabalhos com grupos em sua área de atuação. Participar sob supervisão técnica do desenvolvimento de ações sócio - assistenciais para pessoas, famílias e comunidade. Realizar em conjunto com a equipe técnica a elaboração de serviços, projetos e programas a serem desenvolvidos pela sua unidade de trabalho. Operacionalizar em conjunto com a equipe técnica a implantação de serviços, projetos e programas segundo as diretrizes propostas.

Atribuições	Realizar busca ativa para promoção do acesso de pessoas e famílias aos serviços sócio - assistenciais. Participar do mapeamento dos recursos comunitários existentes no território de abrangência da sua unidade de trabalho. Acompanhar pessoas em deslocamentos para atendimentos externos à sua unidade de atuação, quando necessário. Executar e/ou acompanhar ações com grupos de pessoas em eventos externos à unidade de trabalho. Apoiar, auxiliar e executar em conjunto com o técnico a organização e atendimento de ações e eventos, extraordinários de sua unidade de trabalho. Utilizar sob orientação técnica os recursos da rede local para fortalecer as ações desenvolvidas. Acompanhar e auxiliar no desenvolvimento de ações sócio - educativas e/ou sócio - assistenciais com pessoas, famílias e grupos. Acompanhar, orientar e auxiliar pessoas nas atividades de rotina da vida diária inerentes à área de atuação. Realizar sob orientação técnica atividades com pessoas dentro da sua área de atuação. Desempenhar atividades inerentes ao cargo, conforme protocolos estabelecidos e/ou reconhecidos pela instituição. Desempenhar outras tarefas correlatas pertinentes ao cargo. Ter disponibilidade para desenvolver as atividades tanto em período diurno como noturno, em regime de escalas e plantão, conforme as necessidades da Administração. CONDIÇÕES DE TRABALHO A - AMBIENTE DE TRABALHO Executar atividades internas em próprios municipais com edificações padronizadas, ou em visita à domicílios, comunidades e áreas externas. B - RISCOS DO TRABALHO ERGONÕMICOS: Trabalho em turno diurno e noturno; Sobrecarga emocional. ACIDENTES: Traumas diretos e/ou indiretos. Ataque de animais domésticos e/ou pragas urbanas. REQUISITOS NECESSÁRIOS AO CARGO A - REQUISITOS FÍSICOS: Postura física assumida: o trabalho é executado sentado, em pé, parado e/ou andando, com flexão e extensão dos segmentos corpóreos (coluna vertebral, membros superiores e inferiores). Deslocamento: na horizontal e vertical, com ou sem sobrecarga. Discriminação visual, olfatória, auditiva, táctil e gustativa. Uso da visão, audição, olfato, gustação, voz e destreza manual (alta exigência).

	Esforço físico de membros superiores, membros inferiores e de coluna vertebral em variadas intensidades e freqüências. B - REQUISITOS PSICOLÓGICOS: Atenção concentrada: Capacidade do indivíduo em selecionar um estímulo diante de muitos outros e conseguir voltar e manter sua atenção para o estímulo selecionado pelo maior intervalo de tempo, de modo a conseguir rendimento e qualidade na tarefa realizada. Atenção dividida: capacidade para manter a atenção com qualidade e concentração entre dois estímulos ou mais. Memória: capacidade de adquirir, armazenar e recuperar informações disponíveis. Expressão oral e escrita: habilidade de comunicar-se verbalmente e por meio de escrita, estabelecendo a compreensão e a produção de conhecimento. Habilidade social: capacidade de relacionamento interpessoal adequado, comunicando-se de forma assertiva nos diferentes grupos sociais. Tolerância a frustração: capacidade de suportar tensão resultante de um acúmulo de exigências que não são imediatamente satisfeitas. Adaptabilidade: capacidade de o indivíduo adaptar seu comportamento às diversas situações. Controle emocional: habilidade de reconhecer as próprias emoções diante de um estímulo, controlando-as de forma que não interfiram em seu comportamento/atendimento. Capacidade de estabelecer e respeitar limites, adequando se comportamento às normas de convivência no espaço e nas relações interpessoais e institucionais. CONTRA INDICATIVOS: Portadores de agravos listados na Classificação Internacional de Doenças e problemas relacionados à saúde, décima revisão, CID 10 e outras doenças incompatíveis ao desempenho do cargo pretendido, de acordo com o disponibilizado em literatura médica à época do exame. Candidatos portadores de transtornos mentais e comportamentais que possam interferir no desempenho do cargo, agressividade acentuada, dificuldade no controle de impulsos, dificuldade de estabelecer e aceitar limites, imaturidade emocional, baixo limiar de tolerância à frustração. RESPONSABILIDADE Sobre materiais, equipamentos e principalmente sobre as pessoas. SUPERVISÃO • Requer supervisão hierárquica e técnica.
Conhecimentos específicos	1. Política Nacional da Assistência Social – PNAS / 2004 - Princípios - Diretrizes - Objetivos

Conhecimentos específicos	- Usuários - Assistência Social e as Proteções Afiançadas - Gestão da Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do SUAS – Conceito e a base da organização do SUAS: matricialidade sócio – familiar, descentralização político administrativa e territorialização. 2. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução nº 109/2009 3. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8069/1990 LIVRO I – PARTE GERAL Título I – Das Disposições Preliminares – Art. 1º ao 6º Título II – Capítulo I – Do Direito à Vida e à Saúde – Art. 7º ao 14 Capítulo II – Do Direito à Liberdade, ao respeito e à Dignidade – Art. 15 ao 18 Capítulo III – Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária - Art. 19 ao 52 Capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer – Art. 53 a 59 Capítulo V – Do Direito à Profissionalização e à Proteção No Trabalho – Art. 60 a 69 Título III – Da Prevenção Capítulo I – Disposições Gerais – Art. 70 a 73 Capítulo II – Da Prevenção Especial – Art. 74 a 85 LIVRO II – PARTE ESPECIAL Título I – Da Política de Atendimento Capítulo I – Disposições Gerais – Art. 86 a 89 Capítulo II – Das Entidades de Atendimento – Art. 90 a 97 Título II – Das Medidas de Proteção Capítulo I – Disposições Gerais – Art. 98 Capítulo II – Das Medidas Específicas de Proteção – Art. 99 a 102 Título III – Da Prática de Ato Infracional Capítulo I – Disposições Gerais – Art. 103 a 105 Capítulo II – Dos Direitos Individuais – Art. 106 a 109 Capítulo III – Das Garantias Processuais – Art. 110 a 111 Capítulo IV – Das Medidas Socioeducativas – Art. 112 a 125 Capítulo V – Da Remissão – Art. 126 a 128 Título IV – Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável – Art. 129 a 130 Título V – Do Conselho Tutelar Capítulo I – Disposições Gerais – Art. 131 a 135 Capítulo II – Das Atribuições do Conselho – Art. 136 a 137 Capítulo III – Da Competência – Art. 138 4. Estatuto do Idoso – Lei nº 10741/2003 Título I – Disposições Preliminares – Art. 1º ao 7º Título II– Dos Direitos Fundamentais Capítulo I – Do Direito à Vida – Art. 8º ao 9º

	Capítulo II – Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade Art.10 Capítulo III – Dos Alimentos – Art. 11 ao 14 Capítulo IV – Do Direito à Saúde – Art. 15 a 19 Capítulo V – Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer–Art. 20 a 25 Capítulo VI – Da Profissionalização e do Trabalho – Art. 26 a 28 Capítulo VII – Da Previdência Social – Art. 29 a 32 Capítulo VIII –Da Assistência Social – Art. 33 a 36 Capítulo IX – Da Habitação – Art. 37 e 38 Capítulo X – Do Transporte – Art. 39 a 42 Título III – Das Medidas de Proteção Capítulo I – Das Disposições Gerais – Art. 43 Capítulo II – Das Medidas Específicas de Proteção – Art. 44 a 45 Título IV – Da Política de Atendimento ao Idoso Capítulo I – Disposições Gerais – Art. 46 a 47 Capítulo II– Das Entidades de Atendimento ao Idoso- Art. 48 a 51 Capítulo III – Da Fiscalização das Entidades de Atendimento – Art.52 a 55 Capítulo IV – Das Infrações Administrativas – Art. 56 a 58 Capítulo V – Da Apuração Administrativa de Infração às Normas de Proteção ao Idoso – Art. 59 a 63 Capítulo VI – Da Apuração Judicial de Irregularidades em Entidades de Atendimento – Art. 64 a 68 5. Lei Maria da Penha – Lei nº 11340/2006 Título I - Disposições Preliminares – Art. 1º ao 4º Título II – Da violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher Capítulo I – Disposições Gerais – Art. 5º ao 6º Capítulo II – Das Formas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Art. 7º Título III – Da Assistência À MULHER EM Situação de Violência Doméstica e Familiar Capítulo I – Das Medidas Integradas de Prevenção – Art. 8º Capítulo II – Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – Art. 9º Capítulo III – Do Atendimento pela Autoridade Policial – Art.10 a 12 Título IV – Dos Procedimentos Capítulo I – Disposições – Art. 13 a 17 Capítulo II – Das Medidas Protetivas de Urgência – Art. 18 a 24 6. Política Nacional para a População em Situação de Rua – Decreto nº 7053/2009

Município	Fazenda Rio Grande
Edital	http://www.fazendariogrande.pr.gov.br/wp-content/uploads/concursos/edital_01_2018.pdf
Ano	2018
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.439,84
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Executar sob a supervisão técnica, atividades sócio-educativas e administrativas nos programas e nas atividades de Proteção Social Básica às pessoas que mantém vínculo com a família e a comunidade, incluindo ações sócio-educativas de convivência, promoção social, atendimento com recursos emergenciais e de geração de trabalho e renda e nos programas e nas atividades desenvolvidas pela Proteção Social Especial de Média Complexidade com atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e Social Especial de Alta Complexidade onde as famílias e indivíduos se encontram sem referência e/ou em situação de risco, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário; Realização de abordagem de rua a pessoas de todas as faixas etárias, com objetivo de contribuir para os encaminhamentos necessários seguindo as diretrizes da política nacional de assistência social. Descrição Detalhada Recepcionar a população, identificando-a, realizando a pré-triagem e os encaminhamentos necessários; Realizar o cadastramento da população, identificando-a, realizando a pré-triagem e os encaminhamentos necessários; Prestar informações e orientações à comunidade; Orientar as pessoas quanto aos seus direitos e deveres, motivando-as a transformar a sua condição social, informando sobre a rede de atendimento social; Relatar as atividades desenvolvidas e/ou ocorrências verificadas, efetuando registros relativos aos atendimentos; Acompanhar crianças, adolescentes, adultos e idosos em atendimento de saúde; Realizar acompanhamento escolar dos educandos no seu grupo de trabalho e/ou nas escolas locais e demais programas; realizar acompanhamento sobre o desenvolvimento de adolescentes inseridos em programas voltados à inserção no mercado de trabalho, efetuando registros de dados; Utilizar e articular, sob supervisão técnica, os recursos comunitários propondo, organizando e acompanhando atividades educativas, recreativas e/ou culturais; Operacionalizar, sob orientação técnica, tarefas em projetos e programas sociais;

Atribuições	Auxiliar os profissionais técnicos na condução de tarefas sociais, promovendo encontros e reuniões de trabalho com a comunidade; Assistir a equipe técnica no levantamento de dados e informações para a elaboração de planos e programas de trabalho social; Acompanhar a implantação de novos projetos na comunidade, auxiliando na elaboração de material didático e prestando informações, quando necessário, seguindo diretrizes da Política de Assistência Social; Coletar informações, dados para a pesquisa, dando subsídios para a tabulação, conforme orientação; Participar da equipe interdisciplinar, por meio de grupos de estudo, cursos de capacitação ou reuniões, quando solicitado; Manter atualizada a documentação referente ao programa em que está inserido; Atualizar registros sob sua responsabilidade; Respeitar as medidas básicas de prevenção de doenças infectocontagiosas; Utilizar os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs específicos e necessários para o serviço; Participar de comissões, grupos de trabalho quando solicitado. Cumprir orientações administrativas, conforme legislação vigente; Desempenhar outras tarefas correlatas. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: Acompanhar a programação dos cursos e demais atividades de Capacitação e Geração de Renda; Divulgar os cursos e oficinas, observando diretrizes e prazos estabelecidos; Realizar as inscrições dos cursos de profissionalização e demais procedimentos necessários ao cumprimento das normas institucionais; Acompanhar os cursos de profissionalização de acordo com a programação definida; Acompanhar atividades educativas pertinentes à programação da Unidade; Ministrar cursos de atividades manuais, como pintura, crochê, tricô, bordado e outros, junto a grupos sociais do Município; Levantar necessidades e solicitar materiais para as atividades; Participar na organização e execução de eventos; Desenvolver atividades recreativas e educativas junto a grupos sociais de diversas faixas etárias; Solicitar, receber, conferir, controlar e otimizar a utilização dos materiais permanentes e de consumo nas unidades, quando necessário; Estabelecer contato com lideranças do entorno, conforme orientação técnica, para a divulgação dos serviços e/ou possíveis parcerias;

Atribuições	Cuidar, controlar o uso adequado dos bens patrimoniais das unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social; Sugerir parcerias que oportunizem aos educandos a prática dos conhecimentos adquiridos nos cursos, participando dos eventos sempre que necessário; Mobilizar e acompanhar os educandos nos eventos de encerramento coletivo; Desempenhar outras tarefas correlatas. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL: Executar e orientar atividades referentes à higiene pessoal e alimentação das crianças e adolescentes, incentivando a aquisição de hábitos saudáveis, em unidades específicas sob supervisão técnica; Realizar a abordagem da população de/na rua em situação de risco social; Realizar, sob supervisão da coordenação de Média Complexidade/Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, atividades com as crianças e adolescentes, bem com os seus familiares, inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI a fim de atingir os objetivos da Proposta Pedagógico do referido projeto; Realizar, sob supervisão da coordenação de Alta Complexidade-Casa de Passagem e Casa Lar, atividades com as crianças e adolescentes, bem como seus familiares, abrigados a fim de atingir os objetivos propostos no Projeto Político pedagógico das referidas Casas; Participar das ações integradas de fiscalização urbana em estabelecimentos comerciais; Acompanhar o técnico em atendimento a vitimizados em domicílios; Estabelecer diálogos e triagem inicial das situações, criando vínculos com a população alvo, visando a inserção na rede de atendimento social; Realizar a pré-triagem social, registrando e encaminhando as pessoas para o atendimento básico de higienização, atendimento de saúde (médico e odontológico), albergagem, alimentação e triagem social; Acionar os órgãos competentes, em conjunto com o técnico, no caso de contenção das pessoas atendidas e dar os encaminhamentos necessários; Observar rigorosamente a população atendida e na suspeita de porte de objetos estranhos à rotina do atendimento social (armas, drogas, etc.), em conjunto com o técnico, acionar os órgãos competentes; Acompanhar as pessoas encaminhadas para recâmbio a outros Municípios e Estados quando necessário; realizar o retorno domiciliar/familiar, quando necessário; Acompanhar o educando em suas visitas à família sob supervisão técnica; Executar outras tarefas correlatas.

Conhecimentos específicos	PNAS/2004 Norma Operacional Básica. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Os Direitos da Criança e do Adolescente. Os Direitos da População de Rua. Os Direitos da Pessoa Idosa. O Combate à Violência Doméstica Familiar Contra a Mulher. Os Serviços de Acolhimento Social. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Capítulo II – Seção IV – Da Assistência Social. Lei 8.069/1990: Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 10.741/2003: Estatuto do Idoso. Lei Nº 11.340/2006: Lei Maria da Penha. Decreto Nº 6.135/2007. Decreto Nº 7.053/2009. Estatuto da pessoa com deficiência. Ética e cidadania. Noções básicas de nutrição. Lei Municipal nº 1148, de 25 de maio de 2017.

Município	Fazenda Rio Grande
Edital	http://www.fazendariogrande.pr.gov.br/wp-content/uploads/concursos/edital_01_2018.pdf
Ano	2018
Termo	Pedagogo Social
Requisito	Ensino Superior Completo em Pedagogia
Carga horária	40h
Remuneração	R$2.060,09
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Implementar e avaliar políticas sociais, incentivar a criatividade, integração em famílias, planejar e ministrar cursos. Descrição Detalhada Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais; Estabelecer normas e diretrizes gerais e especificas; Promover debates sócio- educativos com os grupos de famílias e adolescentes na situação de cumprimento de medidas sócio educativas; Acompanhar a situação escolar dos adolescentes, desenvolvendo atividades pedagógicas para a sua inserção e permanência no sistema educacional; Contribuir técnica e pedagogicamente nas reuniões sócio-educativas; Incentivar a criatividade e o espírito de autocrítica e de equipe das famílias, adolescentes e profissionais envolvidos nas reuniões sócioeducativas; Avaliar os processos pedagógicos das reuniões sócioeducativas; Fornecer suporte as famílias do CRAS/CREAS em conformidade com a presente lei; Priorizar as orientações da NOB/SUAS, PNAS e Orientação Técnica de Implantação do CRAS/CREAS; Integrar indivíduos e suas famílias na proposta de trabalho do CRAS/CREAS e no desenvolvimento do processo sócio educativo;

Atribuições	Participar da execução das ações pedagógicas e assegurar o cumprimento dos serviços do CRAS/CREAS de acordo com as diretrizes NOB-SUAS; Coordenar reuniões sistemáticas, acompanhar o processo de avaliação nas diferentes áreas do conhecimento, conhecendo a totalidade do processo pedagógico, detectando possíveis inadequações; Planejar e ministrar cursos, palestras, participar de encontros e outros eventos sócio educativos, orientar as atividades propostas pela equipe multidisciplinar do CRAS/CREAS, com ênfase nas famílias e grupos comunitários na participação de programas e projetos sócio educativos; Prestar atendimento pedagógico; Efetuar orientação pedagógica, acompanhar as avaliações dos trabalhos desenvolvidos; Implantar e desenvolver atividades na brinquedoteca do CRA/CREAS; Executar outras atividades correlatas.
Conhecimentos específicos	Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto. Metodologia do Serviço Social. Ética Profissional. Política Social e Serviço Social. Serviço Social e Família. Serviço Social e interdisciplinaridade. Conhecimento detalhado sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990), abrangendo: linhas de ação, diretrizes e entidades. Medidas de proteção à criança e ao adolescente. Da prática de ato infracional. Das medidas pertinentes ao pai ou responsável. Do Conselho Tutelar: estrutura, atribuições, competência e conselheiros. Do acesso à justiça da infância e da juventude. Dos crimes e das infrações administrativas praticados contra a criança e o adolescente. Disposições finais e transitórias. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Federal n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993): Das definições e dos objetivos. Dos princípios e das diretrizes. Da organização e da gestão. Dos benefícios, dos serviços, dos programas e dos projetos de assistência social. Do financiamento da assistência social. Acompanhamento de casos especiais com problemas de saúde, relacionamento familiar, drogas, alcoolismo e outros. Encaminhamento de casos especiais a Órgãos competentes de assistência, visando ao atendimento destes. Identificação e análise de problemas e necessidades. Programas, projetos e serviços direcionados à população. Vulnerabilidade e Risco Social. Sistema Único de Saúde: Princípios, Diretrizes, Participação e Controle Social. Elaboração de Laudos e Pareceres. Medidas socioeducativas. SINASE – Lei n.º 12.594/12. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996/ LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013.). Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº

Conhecimentos específicos	13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010). Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira. Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil. Planejamento e avaliação escolar–práticas avaliativas e instrumentos de avaliação. O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção. Concepções de currículo e interdisciplinaridade. Projetos de ensino e de aprendizagem. Função social da escola: Relação escola e sociedade. Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano. Lei Municipal nº 1148/2017.

Município	Itaperuçu
Edital	http://www.soepar.org.br/arquivos/EditaldeAberturadoConcursoeAnexos.pdf
Ano	2015
Termo	Educadora Social
Requisito	Ensino médio completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 788,00
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Não há descrição.
Conhecimentos específicos	Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. O atual sistema educacional brasileiro: LDB; dever do estado em relação à educação infantil. Projeto político-pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino-aprendizagem. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador. A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade no processo de ensinar a aprender. O planejamento em educação. Avaliação Escolar.Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei n.º 8.069/90. Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – Lei n.º 8.742/93. Política Nacional da Assistência Social. Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Noções sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil. Noções sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Noções sobre o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo. Políticas Educacionais. Estatuto do Idoso Lei n.º 10.741 de 01/10/2003. Lei Maria da Penha – Lei n.º 11.340 de 07/08/2006. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF). Noções básicas sobre a Pedagogia do Oprimido. A concepção

Conhecimentos específicos	de Protagonismo Juvenil. Projetos de trabalho na prática educativa – Construção do Projeto Político Pedagógico. Teorias de Aprendizagem/Desenvolvimento Humano. Política da Pessoa Portadora de Deficiência. Lei nº 11.340 de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha). Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas alterações. (arts 205 a 217 e arts. 226 a 230).

Município	Lapa
Edital	https://lapa.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1556758494782&file=D2D96B36E6BB49E4AA5BDDBCF375E1CF9550435B&sistema=WPO&classe=UploadMidia
Ano	2014
Termo	Cuidador Social
Requisito	Ensino médio completo e conhecimentos de informática mediante comprovação através de certificado.
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.022,66
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; Relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança/adolescente; Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente; Auxilio a criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade; Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social) deverá também participar deste acompanhamento; Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social). Executar outras atribuições afins. Ministrar treinamento em área de seu conhecimento; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Controlar e zelar pela correta utilização dos materiais, equipamentos e bens públicos.
Conhecimentos específicos	Noções gerais sobre higiene e segurança no trabalho. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei n.º 8.069/90; Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – Lei n.º 8.742/93;

Conhecimentos específicos	Política Nacional da Assistência Social; Sistema Único da Assistência Social – SUAS; Constituição da República Federativa do Brasil/1988; Noções sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual; Infanto Juvenil; Noções sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária; Estatuto do Idoso Lei n.º 0741 de 01/10/2003; Lei Maria da Penha – Lei n.º 11.340 de 07/08/2006; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF); Política da Pessoa com Deficiência.

Município	Lapa
Edital	https://lapa.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1556758494782&file=D2D96B36E6BB49E4AA5BDDBCF375E1CF9550435B&sistema=WPO&classe=UploadMidia
Ano	2014
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino médio completo e conhecimentos de informática mediante comprovação através de certificado.
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.022,66
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Apoio às funções do cuidador; Cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, dentre outros). Cuidados básicos com higiene; Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente; Auxilio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade; Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social). Ministrar treinamento em área de seu conhecimento. Participar de programa de treinamento, quando convocado; Controlar e zelar pela correta utilização dos materiais, equipamentos e bens públicos.
Conhecimentos específicos	Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei n.º 8.069/90; Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – Lei n.º 8.742/93; Política Nacional da Assistência Social; Sistema

Conhecimentos específicos	Único da Assistência Social – SUAS; Constituição da República Federativa do Brasil/1988; Noções sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual; Infanto Juvenil; Noções sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária; Noções sobre o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo; Políticas Educacionais; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Estatuto do Idoso Lei n.º 0741 de 01/10/2003; Lei Maria da Penha – Lei n.º 11.340 de 07/08/2006; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF); Noções básicas sobre a Pedagogia do Oprimido; A concepção de Protagonismo Juvenil; Projetos de trabalho na prática educativa – Construção do Projeto Político Pedagógico; Teorias de Aprendizagem/Desenvolvimento Humano; Política da Pessoa com Deficiência.

Município	Piên
Edital	https://www.pien.pr.gov.br/uploads/_dados_site/editais/2015/Edital%2001-2015.pdf
Ano	2015
Termo	Educador Social
Requisito	Certificado de conclusão do curso de Magistério a nível de ensino médio
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.237,97
Regime de contratação	Administração direta – regime estatutário - e de Emprego Público – regime celetista
Atribuições	Desenvolver atividades socioeducativas com crianças e adolescentes no contra turno escolar. Realizar atividade lúdica e educativa no atendimento de crianças e adolescentes. Orientar e acompanhar as crianças e adolescentes nas refeições e nos cuidados com a higiene pessoal. Desenvolver atividades recreativas para crianças e adolescentes. Não havendo motorista disponível para atender necessidade de deslocamento, em caráter excepcional, devidamente habilitado e autorizado pela Chefia imediata, dirigir veículo do município para o estrito cumprimento das atribuições do cargo. Executar outras atividades correlatas.
Conhecimentos específicos	Lei 12.435/2011 (SUAS); Estatuto da Criança e do Adolescente; Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; Trabalho Social com Famílias; Trabalho com grupos; Constituição Federal de 1988 no que diz respeito à Educação, Saúde e Assistência Social.; Resolução do CMAS nº 01, de 21 de fevereiro de 2013 (Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos); Conceitos gerais: ética, democracia, rede social, direitos

Conhecimentos específicos	sociais, cidadania, proteção social, protagonismo infantil e juvenil. Estatuto da Criança e do Adolescente–ECA, proteção integral à criança e ao adolescente; Dos Direitos Fundamentais; Da Prevenção; Da Política de Atendimento; Das Medidas de Proteção; Das Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável; Do Conselho Tutelar; Mediação de Conflitos; História Social da criança e da família; Desenvolvimento da criança e do adolescente; Formas de violência contra a criança e o adolescente; Exclusão social; Álcool, tabagismo outras drogas; Conhecimentos do Programa de Erradicação do trabalho Infantil; Conhecimentos teóricos e práticos sobre desenvolvimento infantil, aprendizagem; Proposta curricular; processos de avaliação; LDB (Lei de Diretrizes e Bases)–lei 9.394/1996; Conhecimentos sobre o processo se ensino-aprendizagem; processos de avaliação; Qualidade no atendimento ao público ;forma de atendimento ao público; postura; .SUS, ESF, SUAS, LOAS.

Município	Pinhais
Edital	https://pinhais.atende.net/?pg=subportal&chave=81#!/tipo/pagina/valor/443
Ano	2017
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.904,23
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Descrição sumária: Executar, sob supervisão técnica, atividades sócio-educativas e administrativas nos programas e nas atividades de Proteção Social Básica às pessoas que mantém vínculo com a família e comunidade, incluindo ações sócio-educativas de convivência, promoção social, atendimento com recursos emergenciais e de inclusão produtiva e cidadania. Nos programas e nas atividades desenvolvidas pela Proteção Social Especial de Média Complexidade com atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e Proteção Social Especial de Alta Complexidade onde as famílias e indivíduos se encontram sem referência e/ou em situação de risco, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário. Executar e apoiar, sob supervisão técnica, atividades sócio-educativas e administrativas nos programas, projetos e serviços ofertados pelo Município a população em situação de risco sócio econômico e pessoal. Descrição detalhada: Proteção Social Básica

Atribuições	Desenvolver atividades recreativas e educativas junto a grupos sociais; Divulgar os cursos e oficinas, observando diretrizes e prazos estabelecidos pela Secretaria responsável; Ministrar cursos de atividades manuais, como pintura, crochê, tricô, bordado e outros, junto a grupos sociais do Município; Desenvolver atividades com crianças e/ou adolescentes em oficinas; Participar na organização e execução de eventos; estabelecer contato com lideranças do entorno, conforme orientação técnica, para a divulgação dos serviços e/ou possíveis parcerias; Sugerir parcerias que oportunizem aos educandos a prática dos conhecimentos adquiridos nos cursos, participando dos eventos sempre que necessário; Solicitar, receber, conferir, controlar e otimizar a utilização dos materiais permanentes e de consumo nas unidades, quando necessário; Controlar o uso adequado dos bens patrimoniais das unidades da SEMAS; Desempenhar outras tarefas correlatas. Proteção Social Especial Executar e orientar atividades referentes à higiene pessoal e alimentação das crianças e adolescentes acolhidos Institucionalmente, incentivando a aquisição de hábitos saudáveis, sob supervisão técnica, em regime de plantão de 24h; Manter a execução de ações com o abrigado, em termos de convívio social e condições do espaço físico; Desenvolver e/ou acompanhar os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (L.A e P.S.C); Realizar a abordagem da população de/na rua em situação de risco social, sob regime de plantão de 24h; Acompanhar o técnico em atendimento a vitimizados em domicílios; Estabelecer diálogos e triagem inicial das situações, criando vínculos com a população alvo, visando a inserção na rede de atendimento social; Realizar a pré-triagem social, registrando e encaminhando as pessoas para o atendimento básico de higienização, atendimento de saúde (médico, odontológico, psicológico), albergagem, alimentação e triagem social; Acionar os órgãos competentes, em conjunto com o técnico, no caso de contenção das pessoas atendidas e dar os encaminhamentos necessários; Observar rigorosamente a população atendida e na suspeita de porte de objetos estranhos à rotina do atendimento social (armas, drogas, etc.), em conjunto com o técnico, acionar os órgãos competentes;

Atribuições	Acompanhar as pessoas encaminhadas para recâmbio a outros Municípios e Estados quando necessário; Realizar o retorno domiciliar/familiar, quando necessário; acompanhar o educando em suas visitas à família sob supervisão técnica; Executa outras atividades correlatas; Apoiar no planejamento, executar e avaliar atividades sócio educativas de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias, usuários do município (conforme resolução CNAS – MDS); Apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa (conforme resolução CNAS – MDS); Informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra- (conforme resolução CNAS – MDS); Atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora; Apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações- (conforme resolução CNAS – MDS); Organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade; (conforme resolução CNAS – MDS); Acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos programas e serviços, por meio de registros periódicos; Apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais, (conforme resolução CNAS – MDS); Apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações, (conforme resolução CNAS – MDS); Participar de reuniões de estudo de casos com a equipe técnica com referência a assuntos que dizem respeito aos usuários; Acompanhar os usuários em atividades externas, passeios e eventos, (conforme resolução CNAS – MDS); Contribuir na organização de atividades comemorativas, festas, campanhas e eventos; Sugerir, acompanhar e controlar as aquisições de materiais necessárias às atividades sob sua execução, (conforme resolução CNAS – MDS); Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras

Atribuições	políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais, (conforme resolução CNAS – MDS); Apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades, (conforme resolução CNAS – MDS).
Conhecimentos específicos	Conhecimentos específicos: Lei Federal n° 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. ECA; Noções Básicas da Lei Maria da Penha - Lei n° 11340 de 07/08/2006; Noções Básicas sobre o Estatuto do Idoso - Lei n° 10741 de 01/10/2003; Noções sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil; SINASE - Noções sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF); Noções sobre a Política Nacional de Assistência Social; Noções Básicas sobre a Pedagogia do Oprimido; Noções Básicas sobre Relações Humanas; Concepção de Protagonismo Juvenil.

Município	Piraquara
Edital	http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/administracao/concursos/Concurso-Edital-0582016-206-5803.shtml http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/administracao/concursos/uploadAddress/3_Conteudo_programatico_correto[3884].pdf
Ano	2016
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.036,13
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Atribuições: Atuar nas Unidades de Atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social (Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade) desenvolvendo: atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária e instrumentais de autonomia e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas; Atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima dos usuários; Atuar na recepção dos usuários possibilitando uma ambiência acolhedora; identificar as necessidades e demandas dos usuários; Apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária;

Atribuições	Apoiar e monitorar os cuidados com a moradia, como organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos; Apoiar e monitorar os usuários nas atividades de higiene, organização, alimentação e lazer; Apoiar e acompanhar os usuários em atividades externas; Desenvolver atividades recreativas e lúdicas; potencializar a convivência familiar e comunitária; Estabelecer e, ou, potencializar vínculos entre os usuários, profissionais e familiares; Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; Contribuir para a melhoria da atenção prestada aos membros das famílias em situação de dependência; Apoiar no fortalecimento da proteção mútua entre os membros das famílias; Contribuir para o reconhecimento de direitos e o desenvolvimento integral do grupo familiar; Apoiar famílias que possuem, dentre os seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivência familiar; Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família; Desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; Assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social; Apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa; Atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora; apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; Apoiar e participar no planejamento das ações;

	Organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade; Acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade; Apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais; Apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações; apoiar os demais membros da equipe de referência em todas etapas do processo de trabalho; Apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar; Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; Apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados; Apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas; participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; Apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; Informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; Acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos; Apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas.
Conhecimentos específicos	Desenvolvimento da criança e do adolescente. O espaço social, família, escola. Formas de violência contra a criança e o adolescente. Abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Conhecimentos específicos	Gravidez Precoce. Trabalho Infantil. Características especiais dos maus tratos. Trabalhando com grupos. Mediação de conflitos. Trabalho com famílias: famílias em situação de vulnerabilidade social, exclusão social, as famílias contemporâneas e os novos arranjos familiares, multifamílias, violência e abuso na família. Envolvimento com diferenças: síndrome de down, autismo, TDAH, alienação parental, transtornos mentais. Atendimento em abrigos. Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos. Ética profissional. Vivência de rua. Convivência familiar e comunitária: poder familiar, colocação em família substituta, medidas protetivas.

Município	São José dos Pinhais
Edital	http://servicos.sjp.pr.gov.br/servicos/concursos/concurso_detalhes.php?cod=102&tipo
Ano	2009
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio completo específico em Magistério
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 739,86
Regime de contratação	Não descrito.
Atribuições	Participar da manutenção da segurança e disciplina de alunos em unidades de ensino; Orientar e controlar horários; Organizar entrada e saída de alunos; Acompanhar atividades em intervalos de aulas; Conduzir alunos a postos de saúde e residências em situações especiais; Buscar e entregar materiais. Receber e entregar crianças aos seus responsáveis conforme horários e controlar freqüência dessas em unidades de contra-turno escolar; Atender crianças na sua educação, higiene, saúde, alimentação, descanso, passeios, recreação, orientando-as na aquisição de hábitos; Desenvolver atividades com crianças em oficinas; Identificar problemas de natureza educativa e de saúde nas crianças, solicitando encaminhamento. Desenvolver atividades de atendimento às crianças e adolescentes, em unidades de abrigo, quanto à entrada, adaptação e saída, alimentação, higiene, cuidados básicos de limpeza e saúde, repouso, atividades lúdicas e pedagógicas; Detectar e informar eventuais irregularidades com os abrigados; acompanhar abrigado em atendimentos médico, odontológico e psicológico; Manter a execução de ações com o abrigado, em termos de convívio social e condições do espaço físico.

Atribuições	Receber e entregar crianças aos responsáveis e controlar freqüência dessas em centros de desenvolvimento infantil; Promover a adaptação de crianças recém-admitidas; Atender crianças em atividades externas quanto à educação, higiene, saúde, alimentação e repouso, incluindo dar banho, trocar fraldas, dar mamadeiras e refeições para crianças em idade específica; Organizar e manter a ordem e segurança no ambiente de desenvolvimento de atividades com as crianças; Identificar problemas de aprendizagem, de saúde e sociabilização de crianças, adotando orientações específicas; Orientar e acompanhar crianças nas refeições e nos cuidados com a higiene pessoal. Ministrar cursos de atividades manuais, como pintura, crochê, tricô, bordado e outros, junto a grupos sociais do Município; levantar necessidades e solicitar materiais para as atividades; Participar na organização e execução de eventos; Desenvolver atividades recreativas e educativas junto a grupos sociais de diversas faixas etárias. Abordar na rua crianças e adolescentes em situação de risco social, estabelecendo vínculo para posterior encaminhamento; Estabelecer parcerias de trabalho com entidades afins; Observar o cotidiano das ruas para conhecimento da realidade e levantamento de informações; Entrevistar, cadastrar e providenciar encaminhamento de usuários; Comunicar ao Conselho Tutelar situações de crianças e adolescentes que se encontrem em risco pessoal ou social. Identificar pessoas de diversas faixas etárias que perambulam pelas ruas, observando-as como potencial clientela a ser atendida por programas sociais, fazer abordagem e cadastrar clientela; Viabilizar alternativas para retorno de pessoas aos seus locais de origem; Acompanhar pessoas até seu embarque, em casos específicos. Executar outras atividades correlatas.
Conhecimentos específicos	Concepções e Fundamentos da Educação: Concepções de Aprendizagem; As contribuições de Piaget, Vygotsky, Wallon, Paulo Freire e Emília Ferreiro; Projeto Político Pedagógico na Educação Infantil; Grafismo na Educação Infantil; Concepção do educar e cuidar; Concepção de infância, de desenvolvimento humano e aprendizagem; Práticas avaliativas na Educação Infantil; Diversidade e Inclusão; Múltiplas linguagens na Educação Infantil: oral, gráfica, artística, tecnológica (midiática);

Conhecimentos específicos	Transposição didática; Psicomotricidade; Jogos, brincadeiras e ludicidade; Organização do tempo e espaço na Educação Infantil; Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil; Interdisciplinariedade; Identidade e Autonomia. Relação interpessoal e intrapessoal; Formação pessoal e social da criança na Educação Infantil; Psicologia do desenvolvimento. Legislação: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96; Parecer 022/98 e Resolução 01/99 da Câmara de Educação Básica/Conselho Nacional de Educação CNE/CEB - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/90, publicada em 16.06.1990; Orientações MEC: Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Município	Tijucas do Sul
Edital	https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-tijucas-do-sul-pr-retifica-novamente-concurso-publico/1303148/28e0888544/edital_de_abertura_n_001_2015.pdf
Ano	2015
Termo	Cuidador Social
Requisito	Ensino fundamental completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.155,95
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar atividades que visam assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como buscar garantir o atendimento das necessidades básicas aos “CUIDADOS SOCIAIS”. DESCRIÇÃO DETALHADA Estimular e se preciso realizar as atividades diárias de higiene pessoal e bucal, alimentação e locomoção. Cuidar do vestuário, sempre que possível dando o direito de escolher, manter os objetos de uso em perfeitas condições de higiene e organização. Cuidar da aparência da pessoa (unhas, cabelo) de modo a aumentar sua auto-estima. Facilitar e estimular sua comunicação, conversando e ouvindo, acompanhando a passeios, incentivando na realização de exercícios físicos autorizados pelos

Atribuições	profissionais de saúde e na participação das atividades de lazer. Acompanhar a pessoa na ida e no retorno da escola; Acompanhar a pessoa aos exames, consultas e tratamentos de saúde, transmitir aos profissionais de saúde as mudanças no comportamento, humor ou aparecimento de alterações físicas (temperatura, pressão, sono, etc). Respeitar conhecer a dinâmica da pessoa. Manter anotações diárias sobre os cuidados realizados com a pessoa, cuidando da medicação oral em dose e horários prescritos pelo médico. Deve estimular a auto-suficiência da pessoa e sempre que possível fazer com ela e não para ela. Ter cuidados pessoais próprios, apresentar-se com boa aparência, higiene e saúde, garantindo sua auto-estima para estimular o bem estar da pessoa cuidada. Participar de cursos de capacitação sempre que convidado; Realizar outras atividades correlatas ao cargo, quando requeridas por sua chefia imediata.
Conhecimentos específicos	História Social da criança e da família. História dos movimentos sociais e mobilização social. Exclusão social. Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos. Direitos da Criança e do Adolescente, Pessoa com Deficiência e Idoso. Noções básicas de atendimento ao público. Noções básicas de informática. Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de cuidador social.

Município	Tijucas do Sul
Edital	https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-tijucas-do-sul-pr-retifica-novamente-concurso-publico/1303148/28e0888544/edital_de_abertura_n_001_2015.pdf
Ano	2015
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino médio completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.624,58
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exercer atividades sociais de apoio, cuidando de crianças e adolescentes em atendimento às necessidades das unidades sociais do município, atendimento aos idosos, e no apoio aos programas sociais, inclusive nos locais de população carente, bem como servindo lanches, merendas e refeições, limpando e arrumando as dependências da área de trabalho. DESCRIÇÃO DETALHADA

Atribuições	Desenvolver atividades sócio-educativas com crianças e adolescentes no contra turno escolar; Prover atenção socioassistencial e realizar oficinas socioeducativas sob orientação do Assistente Social responsável; Atuar em ações que garantam a atenção, a defesa e a proteção às pessoas em situação de risco social e pessoal; Promover a arte-educação; Atuar em projetos, programas e ações socioeducativas destinadas à atenção socioassistencial; Preparar materiais a serem usados nas atividades; Acompanhar os assistidos em atividades sociais e culturais desenvolvidas e programadas pela unidade escolar; Participar de reuniões e treinamentos sempre que convidado; Realizar atividade lúdica e educativa no atendimento de crianças e adolescentes abrigadas sob a tutela da justiça; Identificar problemas de adaptação e socialização dos atendidos; Orientar e acompanhar os assistidos nas refeições e nos cuidados com a higiene pessoal; Realizar abordagem junto ao segmento em situação de rua e risco social; Dar atendimento aos idosos, e no apoio aos programas sociais; Desenvolver atividades recreativas e educativas junto a grupos sociais de diversas faixas etárias; Executar outras atividades correlatas, desde que previstas nas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social. Executar montagem, ajustamento, instalação, manutenção e reparação na área da eletricidade.
Conhecimentos específicos	História Social da criança e da família. Sistema educacional brasileiro. A educação nos dias atuais. História dos movimentos sociais e mobilização social. Exclusão social. Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Proteção integral: políticas integradas. Conselho de direitos: o que é, o que faz. Conselho Tutelar: o que é, o que faz. Crianças e adolescentes e famílias em situação de rua. Ato infracional e suas vicissitudes. Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos. Ética profissional. Direitos da Criança e do Adolescente, Pessoa com Deficiência e Idoso. Conhecimentos básicos sobre ECA, LOAS, e da Política Nacional dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência Noções básicas de informática. Noções básicas de atendimento ao público.

APÊNDICE E – Editais de concurso: Região Metropolitana de Londrina

Região metropolitana de Londrina

Município	Assaí
Edital	https://docmunicipal.com.br/executivooutrosdocumentos/index/prefeitura-municipal-de-assai/Wm1sc2RHVnlMbVpwYkhSbGNtTmhkR1ZuYjNKcFlRPT0=:TmpNPQ%3D%3D
Ano	2018
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.295,78
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Desempenhar ações de busca ativa para abordagem e atuação em vias públicas; Desempenhar ações de busca ativa para abordagem em locais identificados pela incidência de situações de risco; Realizar abordagem da família para a sensibilização em relação a necessidade do atendimento; Prestar atendimento personalizado; Executar mediante supervisão, direta ou indireta, de profissional de nível superior, ações de sensibilização, acolhida, atendimento e acompanhamento a famílias e indivíduos com direitos violados, com ou sem vínculo familiar e comunitário, fazendo os registros e encaminhamento pertinentes; Integrar as equipes de educação social de rua e em eventos ou situações emergenciais para apoio as ações de integração familiar e comunitária e, se necessário, de acolhimento; Apoiar atividades socioeducativas, recreativas, culturais, desportivas com pessoas de diversas faixas etárias, conforme planejamento do serviço, tais como, ministrando atividades artísticas como pintura, modelagem, reaproveitamento de materiais recicláveis, música, dança, teatro, literatura, dentre outras; Levantar a necessidade de materiais para as atividades a partir do planejamento da unidade/serviço; Acompanhar os usuários aos serviços da rede sócia assistencial e de entidades parceiras, como também em atividades externas, ampliando seu universo de conhecimento e de convívio social; Orientar os usuários nas atividades de autocuidado e nas ações de conservação, manutenção e limpeza dos espaços e materiais utilizados; Acolher os usuários nas unidades realizando os procedimentos de identificação, de registros dos seus

Atribuições	pertences, de apresentação do espaço e das regras de convívio; Realizar visita domiciliar e em espaços de acolhida, abrigamento, educação, saúde e outros em que usuários da Assistência Social e Educação estejam localizados; Identificar problemas e dificuldades de ordem pessoal, cultural, religiosa, de saúde que interfiram no convívio social, informando a equipe técnica para providências pertinentes; Facilitar a comunicação entre usuários, comunidade e equipe, registrando as ocorrências que requeiram atenção e encaminhamentos contínuos ou emergenciais; Observar o cotidiano das ruas para conhecimento da realidade e levantamento de informações; Entrevistar cadastrar e providenciar encaminhamento das demandas para equipe técnica; Auxiliar no atendimento da população em programas de emergência de acordo com as orientações recebidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria de Educação e Cultura; Participar da manutenção da segurança e disciplina e alunos em unidades de ensino; orientar e controlar horários; organizar entrada e saída de alunos, acompanhar atividades em intervalos de aulas; conduzir alunos a postos de saúde e residências em situações especiais; buscar e entregar materiais.
Conhecimentos específicos	Informática Básica: Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações: ambiente Microsoft Office. Sistema operacional: Windows. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e intranet. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. Certificação e assinatura digital. Segurança da Informação. Conhecimentos Específicos: ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes; Plano Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil; Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua; Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha); Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso; Decreto nº 3.298/1999 – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ética no Serviço Público. Noções Básicas do SUS.

Município	Cambé
Edital	http://copps.utfpr.edu.br/concursos/antigos/pmcambe/pages/docs/edital01.pdf

Ano	2009
Termo	Agente Social
Requisito	Ensino Médio completo
Carga horária	35h
Remuneração	R$740,81 + abono R$16,07
Regime de contratação	Regime jurídico estatutário
Atribuições	Executar atividades em unidades de proteção social básica e/ou especial relacionadas à recepção, cadastramento, registro e acompanhamento do usuário da assistência social, dando prossegui mento à orientações estabelecidas no estudo social gerado pelo Assistente Social; Servir de ligação entre a comunidade e os serviços de assistência social; Auxiliar as pessoas nos serviços de promoção e proteção social; Identificar situações de vulnerabilidade e risco individuais e coletivos; Promover a educação social para a conquista da cidadania; Acompanhar e encaminhar usuários às unidades da rede sócio-assistencial; Notificar aos serviços da assistência social os casos que necessitam vigilância; Efetuar o cadastro dos usuários; Estimular a participação comunitária; Analisar, com os demais membros da equipe, as necessidades da comunidade; Preencher formulários dos sistemas de informações pertinentes aos programas sociais; Participar das ações de pesquisa de campo; Realizar visitas domiciliares; Acompanhar as condições de vida das famílias inseridas nos serviços sócio-assistenciais; Participar de programas de treinamento que envolvam conteúdos relativos à área de atuação; Identificar necessidades/demandas; Percorrer perímetros e áreas; Aproximar-se dos assistidos/usuários para abordagem de rua; Elaborar relatórios de atendimento e acompanhamento; Desenvolver atividades sócio-educativas; Executar outras atividades correlatas.
Conhecimentos específicos	História Social da criança e da família. Sistema educacional brasileiro. A educação nos dias atuais. História dos movimentos sociais e mobilização social. Exclusão social. Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Proteção integral: políticas integradas. Conselho de Direitos. Conselho Tutelar. Crianças e adolescentes e famílias em situação de rua. Ato infracional e suas vicissitudes. Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos. Significado da prestação de Assistência Social na comunidade.

Município	Guaraci
Edital	https://www.fundacaofafipa.org.br/uploads/281/concursos/3637/anexos/3c05f097f103ab86e17fed12acfd24d8.pdf
Ano	2018
Termo	Orientador Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.797,86
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Desempenhar funções de apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios, transferência de renda e ao CadÚnico, diretamente relacionadas as finalidades do SUAS, como também desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização, visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família.
Conhecimentos específicos	Constituição Federal 1988 com enfoque aos Artigos 203 e 204. PNAS (Política Nacional Assistência Social) – LOAS (Lei 8742/93) - SUAS (12.435/11) - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução 109/09- Proteção Social Básica e Proteção Social Especial – Serviços de Média Complexidade), com enfoque as Orientações Técnicas para CRAS, CREAS e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes entre 06 e 17 anos. NOB/SUAS e NOB/SUAS RH – Exclusão e mazelas sociais. Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Lei 8069/90 – ECA, Proteção integral: Políticas Integradas. Políticas Públicas e os Conselhos de Direitos. Violação de Direitos. Tipos de Violências Intrafamiliar e Extrafamiliar contra crianças e adolescentes. Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15).

Município	Ibiporã
Edital	https://concursos-whjsmic3ec9ysjil4rt.stackpathdns.com/concursos/wp-content/uploads/sites/4/2016/01/edital-005-2016-do-concurso-p%C3%BAblico-de-ibipor%C3%A3-pr.pdf
Ano	2016
Termo	Educador Social - CARGO 202
Requisito	Ensino Médio Completo e Conhecimento em Informática
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.378,23
Regime de contratação	Regime estatutário

Atribuições **Atribuições**	Descrição Sintética: Promover a atenção, por meio de um conjunto de ações voltadas à proteção da infância, adolescência, família, idoso e pessoa com deficiência, bem como à defesa, superação e prevenção de agravamento em casos de situações de risco pessoal e social por violações de direitos; Executar, sob a orientação da equipe técnica e/ou coordenação, atividades socioeducativas e administrativas nas unidades, serviços e programas da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, as quais incluem ações pró-ativas, afirmativas, mediadoras e formativas, que envolvam a acolhida, o atendimento e o acompanhamento ao usuário da assistência social. Implementar atividades socioeducativas de convivência, de promoção social, com caráter preventivo e social. Realizar abordagem e educação social de rua. Descrição Detalhada: Executar mediante supervisão, direta ou indireta, de profissional de nível superior, ações de sensibilização, acolhida, atendimento e acompanhamento a famílias e indivíduos com direitos violados, com ou sem vínculo familiar e comunitário, fazendo os registros e encaminhamentos pertinentes; Planejar e desenvolver atividades socioeducativas, educacionais, lúdicas, recreativas, de lazer, desportivas, artísticas e culturais como, por exemplo: pintura, modelagem, reaproveitamento de materiais recicláveis, música, dança, teatro, literatura e outras em conformidade com as normas da unidade, serviço ou programa, direcionadas à pessoas de diversas faixas etárias; Observar e informar a coordenação da unidade, serviço ou programa sobre a necessidade de materiais para as atividades a partir do planejamento da equipe; Acompanhar os usuários aos serviços da rede socioassistencial, aos serviços das demais políticas públicas e às entidades parceiras, como também em atividades externas, as quais visem garantir os direitos sociais dos usuários; Orientar os usuários nas atividades de autocuidado e nas ações de conservação, manutenção e limpeza dos espaços e materiais utilizados; Acolher os usuários nas unidades e serviços, realizando os procedimentos de identificação, de registros dos seus pertences, de apresentação do espaço e das regras de convívio; Acompanhar equipe técnica em visitas domiciliares e em espaços de acolhimento institucional e/ou residencial e outros em que os usuários da Assistência Social estejam localizados, quando solicitado;

Atribuições	Identificar problemas e dificuldades de ordem pessoal, cultural, religiosa, de saúde que interfiram no convívio social, informando a equipe técnica para providências pertinentes; Facilitar a comunicação entre usuários, comunidade e equipe, registrando as ocorrências que requeiram atenção e encaminhamentos contínuos ou emergenciais; Realizar abordagem social, no espaço rural e urbano da cidade, das famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social para os devidos encaminhamentos à equipe técnica; Observar o cotidiano das ruas e dos territórios da cidade para conhecimento da realidade e levantamento de informações auxiliando a equipe técnica na elaboração de instrumentos e diagnósticos sociais; Entrevistar, cadastrar e providenciar encaminhamentos das demandas para a equipe técnica; Realizar os registros dos atendimentos e encaminhamentos nos Sistemas de Informação, Monitoramento e Avaliação, em conformidade com as orientações da coordenação e da Secretaria Municipal de Assistência Social. Participar junto à equipe e/ou coordenação na elaboração de projetos e programas de combate à violência doméstica e/ou sexual contra a pessoa humana e sua execução de forma orientada e supervisionada. Participar de campanhas diversas que vise o bem estar social e coletivo; Auxiliar no atendimento da população em programas de emergência de acordo com as orientações recebidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social; Colaborar nos processos de planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização das atividades a serem desenvolvidas nas Unidades, bem como na elaboração do Projeto Político Pedagógico da unidade e/ou serviço e demais documentos elaborados pela equipe de trabalho. Encaminhar, acompanhar e monitorar os usuários nas atividades internas e externas, conforme previstas na agenda do serviço; Orientar e acompanhar as atividades de rotina diária como alimentação, higiene pessoal e ambiental, manipulação de alimentos, cuidados com as instalações físicas e outras situações vivenciadas respeitando as necessidades de cada unidade, serviço ou Programa, junto aos usuários e que contribuam para o desenvolvimento de competências pessoais para ser e conviver. Especificamente no Abrigo de atendimento integral à crianças e adolescentes, executar e/ou estimular atividades voltadas a alimentação e higiene tais como banho, troca de fraldas, e outras que atividades que se fizerem necessárias conforme realidade das crianças e adolescentes abrigadas;

	Realizar efetivamente a segurança preventiva e interventiva junto aos usuários, dentro e fora da Unidade, observando os indicadores das situações de crise e seguindo rigorosamente os procedimentos normatizados; Participar da definição de medidas de segurança e das avaliações dos usuários, buscando e trocando informações de forma a garantir o ambiente seguro e educativo da Unidade; Promover ações que visem o desenvolvimento, a organização e a reinserção do usuário na comunidade; Atuar como agente facilitador no processo de formação do usuário enquanto ser político e social inserido em um contexto de coletividade, contribuindo para o fortalecimento dos usuários nas relações interpessoais e na sua vivência cidadã; Auxiliar em atividades com as famílias usuárias dos serviços socioassistenciais (reuniões, palestras, oficinas), conforme o planejamento da unidade, serviço ou programa. Participar de atividades que visem à capacitação e desenvolvimento profissional; Elaborar relatórios mensais das atividades realizadas; Contribuir no zelo e segurança do patrimônio, efetuando vistoria sistemática das instalações físicas e de materiais utilizados nas atividades; Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; 29. Executar outras tarefas correlatas ao cargo em prol da eficiência de sua área profissional e do serviço público.
Conhecimentos específicos	Desenvolvimento da criança e do adolescente. O espaço social, família, escola. Formas de violência contra a criança e o adolescente. Abuso sexual contra crianças e adolescentes. Gravidez Precoce. Trabalho Infantil. Características especiais dos maus tratos. Trabalhando com grupos. Mediação de conflitos. Trabalho com famílias: famílias em situação de vulnerabilidade social, exclusão social, as famílias contemporâneas e os novos arranjos familiares, multifamílias, violência e abuso na família. Envolvimento com diferenças: síndrome de down, autismo, TDAH, alienação parental, transtornos mentais. Atendimento em abrigos. Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos. Ética profissional. Vivência de rua. Convivência familiar e comunitária: poder familiar, colocação em família substituta, medidas protetivas.

Município	Ibiporã
Edital	https://concursos-whjsmic3ec9ysjil4rt.stackpathdns.com/concursos/wp-content/uploads/sites/4/2016/01/edital-005-2016-do-concurso-p%C3%BAblico-de-ibipor%C3%A3-pr.pdf
Ano	2016

Termo	Educador Social- CARGO 502
Requisito	Ensino Médio Completo e Conhecimento em Informática
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.378,23
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Descrição Sintética: Atuar em atividades de assistência aos programas, projetos e serviços, relativos à área de educação social: auxiliando na identificação da realidade e necessidade própria de cada indivíduo, programando e desenvolvendo atividades lúdicas, recreativas, artesanais, culturais e pedagógicas, visando suprir necessidades fundamentais do indivíduo, tais como: saúde, escola, lazer, profissionalização, cultura e convívio social, articulando com a rede de serviços. Descrição detalhada: Atuar em CAPS com pacientes que apresentam autismo, psicoses e neuroses graves, usuários de substancias psicóticos (álcool/drogas) e todos aqueles que por sua condição psíquica, estão impossibilitados de manter ou estabelecer laços sociais; Auxiliar na execução de atividades visando o estabelecimento de vínculos afetivos e em padrão de convívio grupal, solidário, familiar e comunitário, conforme programas projetos e serviços vigentes; Abordar e buscar ativamente indivíduos nos territórios, no qual se identifiquem as incidências de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. A abordagem tem caráter educativo e seu público alvo compreende crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência; Auxiliar na observação, registro e auxílio e desenvolvimento da criança, adolescente, adulto, família e comunidade através de atendimento individual e/ou grupal, respeitando suas necessidades e aspirações, num processo de decisão conjunta para colaborar com o tratamento do paciente; Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das demais atividades; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação, como elaborar listas de materiais e quantitativos necessários para o bom funcionamento de suas atividades; Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; 9. Executar outras tarefas correlatas ao cargo em prol da eficiência de sua área profissional e do serviço público.
Conhecimentos específicos	Desenvolvimento da criança e do adolescente. O espaço social, família, escola. Formas de violência contra a criança e o

Conhecimentos específicos	adolescente. Abuso sexual contra crianças e adolescentes. Gravidez Precoce. Trabalho Infantil. Características especiais dos maus tratos. Trabalhando com grupos. Mediação de conflitos. Trabalho com famílias: famílias em situação de vulnerabilidade social, exclusão social, as famílias contemporâneas e os novos arranjos familiares, multifamílias, violência e abuso na família. Envolvimento com diferenças: síndrome de down, autismo, TDAH, alienação parental, transtornos mentais. Atendimento em abrigos. Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos. Ética profissional. Vivência de rua. Convivência familiar e comunitária: poder familiar, colocação em família substituta, medidas protetivas.

Município	Ibiporã
Edital	https://concursos-whjsmic3ec9ysjil4rt.stackpathdns.com/concursos/wp-content/uploads/sites/4/2016/01/edital-005-2016-do-concurso-p%C3%BAblico-de-ibipor%C3%A3-pr.pdf
Ano	2016
Termo	Educador Social - CARGO 602
Requisito	Ensino Médio Completo e Conhecimento em Informática
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.378,23
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Descrição Sintética: Atuar em atividades de assistência aos programas, projetos e serviços, relativos à área de educação social: auxiliando na identificação da realidade e necessidade própria de cada indivíduo, programando e desenvolvendo atividades lúdicas, recreativas, artesanais, culturais e pedagógicas, visando suprir necessidades fundamentais do indivíduo, tais como: saúde, escola, lazer, profissionalização, cultura e convívio social, articulando com a rede de serviços. Descrição detalhada: Atuar em CAPS com pacientes que apresentam autismo, psicoses e neuroses graves, usuários de substancias psicóticos (álcool/drogas) e todos aqueles que por sua condição psíquica, estão impossibilitados de manter ou estabelecer laços sociais; Auxiliar na execução de atividades visando o estabelecimento de vínculos afetivos e em padrão de convívio grupal, solidário, familiar e comunitário, conforme programas projetos e serviços vigentes; Abordar e buscar ativamente indivíduos nos territórios, no qual se identifiquem as incidências de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. A abordagem tem caráter educativo e seu público alvo compreende crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência;

Atribuições	Auxiliar na observação, registro e auxílio e desenvolvimento da criança, adolescente, adulto, família e comunidade através de atendimento individual e/ou grupal, respeitando suas necessidades e aspirações, num processo de decisão conjunta para colaborar com o tratamento do paciente; Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das demais atividades; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação, como elaborar listas de materiais e quantitativos necessários para o bom funcionamento de suas atividades; Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; 9. Executar outras tarefas correlatas ao cargo em prol da eficiência de sua área profissional e do serviço público.
Conhecimentos específicos	Desenvolvimento da criança e do adolescente. O espaço social, família, escola. Formas de violência contra a criança e o adolescente. Abuso sexual contra crianças e adolescentes. Gravidez Precoce. Trabalho Infantil. Características especiais dos maus tratos. Trabalhando com grupos. Mediação de conflitos. Trabalho com famílias: famílias em situação de vulnerabilidade social, exclusão social, as famílias contemporâneas e os novos arranjos familiares, multifamílias, violência e abuso na família. Envolvimento com diferenças: síndrome de down, autismo, TDAH, alienação parental, transtornos mentais. Atendimento em abrigos. Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos. Ética profissional. Vivência de rua. Convivência familiar e comunitária: poder familiar, colocação em família substituta, medidas protetivas.

Município	Londrina
Edital	http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_recursos_humanos/concursos/edital_041_2016/edital_2016_041_abertura_retificado.pdf https://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_recursos_humanos/concursos/edital_041_2016/edital_041_2016_anexo_1_descricao_cargos.pdf
Ano	2016
Termo	Técnico Orientador Social Função: Assistência Técnica em Orientação Social
Requisito	Ensino Médio Completo (2º grau); e possuir Carteira de Habilitação “B” ou superior
Carga horária	30h
Remuneração	Salário Base: R$ 1.964,09

Remuneração	Complemento Salarial: R$ 133,12 Auxilio Alimentação: R$ 362,29 Assiduidade*: R$ 83,46 TOTAL: 2.542,96
Regime de contratação	Não descrito.
Atribuições	Descrição Sintética Atuar em atividades socioeducativas e de convivência e socialização, visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento individual, familiar e coletivo, tendo como público usuário: a) indivíduos e famílias em situação de rua; b) adolescentes em conflito com a lei; c) crianças e adolescentes vítimas de violência intra e/ou extrafamiliar; d) crianças e adolescentes no trabalho infantil, na exploração comercial sexual ou na mendicância; e) população indígena em situação de rua; f) mulheres vítimas de violência; e, g) pessoas com deficiência e idosas em situação de ameaça ou violação de direitos. Descrição Detalhada: Desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; Assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social; Apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa de famílias e indivíduos, inclusive daqueles que utilizam os espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência (feiras, praças, terminais rodoviários, lixões, semáforos, entre outros); Atuar na recepção dos usuários, em unidades públicas, ruas, praças, viadutos, espaços públicos, feiras, terminais de ônibus e rodoviárias, domicílios, e demais territórios no Município, possibilitando ambiência acolhedora; Apoiar na identificação de famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, visando o estabelecimento de vínculos e a inserção familiar e/ou comunitária, bem como o registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; Apoiar e participar no planejamento das ações, avaliação e monitoramento de processos e fluxos de trabalho;

Atribuições	Organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e/ou na comunidade; Orientar e monitorar os usuários na execução das atividades, inclusive de higiene e alimentação; Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e/ou na comunidade; Apoiar a equipe na realização de mapeamento/diagnóstico socioterritorial no município, referente à incidência de situações de vulnerabilidade e risco social, bem como identificação das potencialidades dos territórios, com vistas ao planejamento das ações; Apoiar no processo de mobilização, sensibilização da sociedade, campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e/ou pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das unidades socioassistenciais; Apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações; Apoiar os demais membros da equipe de referência em todas as etapas do processo de trabalho; Apoiar na elaboração de registros físicos e eletrônicos, das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e/ou familiar; Apoiar e desenvolver atividades de escuta, orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; Apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados; Apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas; Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; Apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; Informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra;

Atribuições	Acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos; Apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas; Receber supervisão técnica continuada para o exercício de suas atribuições; Realizar treinamentos na área de atuação, quando solicitado;
Conhecimentos específicos	Política Nacional de Assistência Social e suas Regulações: 1. Lei nº 8.742/1993 e suas alterações (Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências); 2. Resolução nº 145, 15 de outubro de 2004, (Aprova a Política Nacional de Assistência Social); 3. Caderno Orientações Técnicas Para o Centro de Referência de Assistência Social 2009, disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf; 4. Cartilha Perguntas e Respostas. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) 2011, disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/perguntasrespostascreas.pdf; 5. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais - Resolução nº 109 de 11 de Novembro de 2009, disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Política de Atenção à Criança e ao Adolescente: 1. Lei nº 8.069/1990 (Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências), LIVRO I - PARTE GERAL (arts. 1º - 85) e LIVRO II - PARTE ESPECIAL (arts. 86 – 258 B); 2. Lei nº 12.594/2012 (Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase); 3. Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo de Londrina (2015-2024), disponível em http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/pdf/plano_decenal.pdf; 4. Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. Brasília: MJ/SEDH/DCA, 2013, disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes2013/pdfs/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-contra-crianca-eadolescentes; Política de Atenção à Pessoa em Situação de Rua: 1. Cartilha Perguntas e Respostas: Centro POP 2011, disponível em https://protecaoespecial.files.wordpress.com/2013/02/05-caderno-centro-popfinal-dez.pdf; 2. Cartilha Perguntas e respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social, disponível em

Conhecimentos específicos	http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretarianacional-de-assistencia-socialsnas; 3. Decreto nº 7.053/2009 (Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.); 4. Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasil, 2008, disponível em http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf; Políticas Públicas de Direitos Humanos: 1. Lei nº 10.741/2003 (Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências); 2. Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha); 3. Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limite – regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 7.612, de 17/11/2011, disponível em http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_0.pdf; 4. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos 2008. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192; Constituição Federal de 1988: CAPÍTULO II - Dos direitos sociais, artigos 6º ao 11º.

Município	Miraselva
Edital	http://www.miraselva.pr.gov.br/arquivos/downloads/1150816493239129555279752.pdf
Ano	2018
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino médio concluído
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.076,29
Regime de contratação	Regime Celetista
Atribuições	Descrição sintética Executar atividades de apoio aos programas sociais na condução de grupos de jovens e adultos na perspectiva da educação popular. Descrição Analítica Realizar atividades em grupo, ministrar treinamento de formação profissional, realizar acompanhamento individual; Comprometer-se com o processo sócio-educativo dos adolescentes em todas as fases, participando da elaboração, execução e avaliação do plano personalizado; Encaminhar, acompanhar e monitorar os adolescentes nas atividades internas e externas; Observar e cumprir normas de segurança e procedimentos técnicos;

Atribuições	Colaborar na elaboração e preenchimento de relatórios e outros documentos; Planejar e desenvolver em conformidade com a proposta pedagógica da unidade, atividades lúdicas, pedagógicas, sociais, culturais, de rotinas diárias como: alimentação, higiene pessoal e ambiental; Organizar o ambiente de trabalho e executar atividades administrativas; Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.
Conhecimentos específicos	Não há. Apenas conteúdos de informática, língua portuguesa e matemática.

Município	Pitangueiras
Edital	http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11973/080318143949_edital_assinado_pdf.pdf
Ano	2018
Termo	Educador Social II
Requisito	Ensino Superior Incompleto, nas áreas de Pedagogia ou Normal Superior
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.375,64
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Desenvolver atividades junto de grupos que carecem de atenção especial, sejam crianças, adolescentes ou idosos, de forma a estimular o acesso a recursos e serviços sociais.
Conhecimentos específicos	LDB: Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996) e suas emendas. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Didática: A didática e a formação profissional do professor; educação; valores e objetivos; aprendizagem: conceito e tipos; tendências pedagógicas; tipos de plano de ensino; objetivos de ensino, conteúdos, métodos e técnicas, recursos de ensino e avaliação. Ética no Trabalho docente; Gestão Escolar Participativa; Educação Inclusiva; A construção do Conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade; Concepções de Educação e Escola; Visão interdisciplinar e Transversal do Conhecimento; Currículo: os diferentes paradigmas, fundamentos, conceitos e concepções; Currículo, tempos e espações escolares; Projeto Político Pedagógico: fundamentos, planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação. A Educação Especial no Sistema Educacional Brasileiro. A Educação Especial no contexto da inclusão social. Necessidades educacionais especiais temporárias e permanentes: deficiências física, mental, visual, surdez, condutas típicas de síndromes e quadros neurológicos, psicológicos graves e psíquicos, altas

	habilidades/superdotação. Flexibilizações e adaptações curriculares, para o atendimento às necessidades educacionais especiais.

APÊNDICE F – Editais de concurso: Região Metropolitana de Maringá

Região Metropolitana de Maringá

Município	Astorga
Edital	https://concursos-whjsmic3ec9ysjil4rt.stackpathdns.com/concursos/wp-content/uploads/sites/4/2017/01/edital-001-2017-do-concurso-prefeitura-astorga-pr.pdf
Ano	2017
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Superior completo em Pedagogia ou Normal Superior, ambos reconhecidos pelo MEC.
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.898,68
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Descrição Sintética: Desenvolver atividades junto a grupos que carecem de atenção especial seja crianças, adolescentes ou idosos, de forma a estimular o acesso a recursos e serviços sociais. Descrição Analítica: Atuar em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento e execução de programas, relativas à área de educação social. Comprometer-se com o processo sócio-educativo das crianças e adolescentes em todas as fases, participando da elaboração, execução e avaliação de plano personalizado, com vistas ao desenvolvimento integral, autônomo e responsável; Encaminhar, acompanhar e monitorar crianças/adolescentes nas atividades internas e externas, conforme previstas na agenda sócio-educacional; Planejar e desenvolver em conformidade com a proposta pedagógica da unidade, atividades lúdicas, pedagógicas, sociais, culturais, de rotinas diárias como: alimentação, higiene pessoal e ambiental, junto à crianças, adolescentes e idosos que contribuam para o desenvolvimento de competências para ser e conviver; Executar atividades visando o estabelecimento de vínculos afetivos e em padrão de convívio grupal, solidário, familiar e comunitário; Observar, registrar e auxiliar o desenvolvimento da criança, adolescente, idoso, família e comunidade através de atendimento individual e/ou grupal, respeitando suas necessidades e aspirações, num processo de decisão conjunta; Encaminhar e acompanhar sob orientação da equipe técnica, os indivíduos aos recursos da comunidade, quando necessário; Participar dos cursos, grupos de estudos, eventos e reuniões, convocados pela coordenação do Programa, visando a capacitação permanente;

Atribuições	Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; Realizar atividades administrativas; Residir e trabalhar na Casa Lar, organizando rotina doméstica e espaço residencial; Realizar cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção das crianças e adolescentes abrigados; Acompanhar as crianças/adolescentes nos serviços de saúde, educação e outros serviços requeridos no cotidiano; Realizar registros individuais de cada criança e adolescente abrigado; Executar outras atividades correlatas.
Conhecimentos específicos	1) Família. 2) Convivência e Fortalecimento de Vínculos. 3) O Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. 4) Cuidados e atenção com crianças, adolescentes e idosos. 5) Educação Social e Educação não formal. 6) Trabalhos e oficinas em grupo e a organização do trabalho socioeducativo. 7) Violência: a) formas de violência: negligência, física, psicológica, sexual (abuso e exploração). 8) Saúde, bem-estar, higiene e cuidados corporais. 9) Alimentação. 10) Primeiros Socorros. 11) Álcool e Drogas: fundamentos, prevenção, abordagem, ações. 12) Doenças transmissíveis e nutricionais. 13) Inclusão. 14) Atividades de apoio e atendimento em abrigos. 15) Conhecimento sobre trabalhos de música, artesanato, reciclagem de papel, crochê, tricô, bordado, pinturas, culinária e costura. 16) Direito de Crianças e Adolescentes. 17) Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência; Adolescente Infrator. 18) Proteção Social Básica. 19) Benefícios Assistenciais. 20) Objetivos das Assistência Social. 21) NOB/SUAS. 22) Legislação. Referências Bibliográficas: - BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 230). - BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Conhecimentos específicos	- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. - BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. - BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. - BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. - BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). - BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. - BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. - BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). - Norma Operacional do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS 2012). - BRASIL. Ministério da Saúde. Dez Passos para uma Alimentação Saudável. Brasília. - BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Criança: Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Série Cadernos de Atenção Básica, n.11. Brasília. - BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. - AFONSO, Maria Lucia Miranda. Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. Casa do psicólogo. - BIZATTO, José Ildefonso. Adolescente Infrator - Uma proposta de Reintegração social baseada em políticas públicas. Editora Baraúna. - CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A Família Contemporânea em Debate. Cortez. - CRAIDY, Carmem Maria (Org.). Medidas Sócio-Educativas: da repressão à educação: a experiência do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS. - DIEHL, Alessandra; FIGLIE, Neliana Buzi. Prevenção ao Uso de Álcool e Drogas: o que cada um de nós pode e deve fazer?. Artmed. - GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. Cortez.

Conhecimentos específicos	- HUTZ, Cláudio Simon. Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção. Casa do Psicólogo. - OLIVEIRA. Walter Ferreira de. Educação Social de Rua - As bases políticas e pedagógicas para uma educação popular. Artmed. - OUTEIRAL, José. Adolescer: estudos revisados sobre a adolescência. Revinter. - TEJADAS, Silvia da Silva. Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência. EdiPUCRS, - TIBA, Içami. Juventude e Drogas: anjos caídos. Integrare Editora. - Site http://www.mds.gov.br/ - Publicações e legislações que contemplem os conteúdos indicados.

Município	Floresta
Edital	http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/31/170614102725_001_2014_pdf.pdf http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=b054603368csb0&pagina=2
Ano	2014
Termo	Atendente Social
Requisito	Ensino médio completo.
Carga horária	40h
Remuneração	R$766,45
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Executar tarefas inerentes à assistência social.
Conhecimentos específicos	Postura Profissional. Constituição Federal de 1988 apenas o artigo 5º e seus incisos e parágrafos. Manual de redação da Presidência da República. Técnicas de Arquivamento e sua legislação. Lei n° 8.159, de 08 de janeiro de 1991.

Município	Jandaia do Sul
Edital	http://t.r4.com.br/arquivos_downloads/EDITAL_DE_ABERTURA_EFETIVO.pdf
Ano	2014
Termo	Técnico em Abordagem Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.208,85
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Construir o processo de saídas das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais;

Atribuições	Identificar famílias e indivíduos com direitos violados, bem como, a natureza das violações, as condições em que vivem, as estratégias de sobrevivência, providências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições; Promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social estabelecimento de parcerias; Promover ações para reinserção familiar e comunitária; V- Apoiar a equipe técnica na execução dos trabalhos pertinentes.
Conhecimentos específicos	Técnicas de atendimento ao público, Noções básicas de atendimento ao público; conhecimento dos aplicativos Office; habilidade no uso do Word e Excel; Disciplina; Comportamento no trabalho e relações humanas; Habilidade no uso da internet. Noções básicas de atribuição dos cargos.

Município	Maringá
Edital	http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=30e927f10f8130 http://www.fauel.org.br/download/ed_abertura_pref_maringa_cp_052_2015_efetivo.pdf http://www.fauel.org.br/download/anexo_II_atrib_requisitos_cp052_2015_pref_maringa.pdf
Ano	2015
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Superior Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 2.614,84
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Descrição Sintética Programar e desenvolver atividades que respondam às questões sociais dos vários segmentos (público alvo da assistência social), Direitos da Criança e do Adolescente, Pessoa com Deficiência e Idoso. Descrição Detalhada Conhecer, identificar e compreender a realidade social, bem como a necessidade própria de cada segmento (público alvo da assistência social), Direitos da Criança e do Adolescente, Pessoa com Deficiência e Idoso, programando e desenvolvendo atividades que respondam às questões sociais apresentadas; Observar, registrar e auxiliar o desenvolvimento do público atendido, através da abordagem individual e/ou grupal, respeitando suas necessidades e aspirações, num processo de decisão conjunta; Participar da equipe interdisciplinar do planejamento, organização execução de atividades da Secretaria de

Atribuições	Assistência Social, pautados nos princípios do ECA, LOAS, e da Política Nacional dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência; Encaminhar e acompanhar, sob orientação da equipe técnica, o público atendido aos recursos da comunidade, quando necessário; Participar de cursos, grupos de estudo, eventos e reuniões, quando convocado, visando a capacitação permanente; Atualizar registros sob sua responsabilidade; Planejar, discutir, avaliar estratégias de intervenção articulação, profissionalização e auto-gestão dos grupos de atuação; Planejar, com a equipe das unidades e/ou programas de trabalho, desenvolvimento de atividades lúdicas, recreativas, culturais e pedagógicas; Identificar e articular os recursos comunitários as existentes para agilizar e efetivar encaminhamentos necessários; Encaminhar as famílias do público alvo atendido; Solucionar problemas, dentro de padrões adequados, e sugerir mudanças com base em seus conhecimentos profissionais; Executar outras tarefas correlatas.
Conhecimentos específicos	Serviço Social e as instituições: Conceito de Instituições. Estratégia de Trabalho de Serviço Social nas Instituições. Fundamentos Teóricos e Éticos do Serviço Social. Relação entre Teoria e Prática do Serviço Social. Ética Profissional. Estratégias. Instrumentos e Técnicas de Intervenção Social: Abordagem Individual e Coletiva. Diagnóstico. Atendimento Assistencial: Familiar. Planejamento Social: Projetos, Planos e Programas. Avaliação de Programas e Políticas Sociais. Pesquisa social: Elaboração de Projetos, Métodos e Técnicas Quantitativas e Qualitativas. A Profissão do Assistente Social; Código de Ética do Assistente Social.

Município	Nova Esperança
Edital	http://www.novaesperanca.pr.gov.br/?Secao=ContasPublicasLista&categ=23 https://www.fundacaofafipa.org.br/informacoes/1750/
Ano	2016
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino Médio
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.055,32
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Descrição sumária das tarefas do cargo: Realizar procedimentos para garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal, social e a adolescentes em conflito com a lei.

Atribuições	Procuram assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando suas necessidades e demandas e desenvolvendo atividades e tratamento. Descrição detalhada das tarefas que compõem o cargo: Acompanhar a reinserção familiar e social dos assistidos/usuários; Acompanhar reuniões sócias educativas; Aconselhar assistidos /usuários/educandos; Agendar visitas; Analisar resultados, casos e práticas, avaliar ações; Cadastrar assistidos/ usuários/educandos; Convidar assistidos/usuários para participar de atividade sócia educativa; Definir rotina administrativa; Despertar aptidões, habilidades; Despertar nos assistidos/usuários/educandos desejo para mudar de vida; Elaborar relatórios de atendimento e acompanhamento; Encaminhar assistidos/usuários e/ou familiares a entidades e serviços; Identificar direito violado dos assistidos/usuários/educandos; - Orientar assistidos/usuários, familiares e educandos sobre os direitos; Realizar atividades de lazer, cultura, esportivas e recreativas; Realizar atividades voltadas para a espiritualidade; Cumprir e fazer cumprir as decisões superiores tomadas em assuntos de sua competência legal; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental; Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.
Conhecimentos específicos	Conceitos gerais: ética, redução de danos, democracia, rede social, direitos sociais, seguridade social, cidadania, Educação em saúde, Proteção Social, violência social. Noções Básicas sobre as Relações Humanas. Os conselhos de direito: da criança e do adolescente, da saúde, da educação e da assistência social. A importância da participação popular na garantia dos direitos sociais. Dinâmica Familiar: noções básicas. A visita familiar para Educação em Saúde. A importância da família no convívio social e na proteção social da criança e do adolescente. Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. Unidade Básica de Saúde – UBS. Saúde Pública no Brasil. Lei n.º 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Município	Sarandi
Edital	http://www.sarandi.pr.gov.br/web/

Ano	2016
Termo	Educador de Base
Requisito	Ensino médio completo e capacitação específica* (*A capacitação específica para o cargo de Educador de Base será oportunamente fornecido pelo município.)
Carga horária	Turnos fixos diários por meio de rodízio de 12h por 36
Remuneração	R$1.285,46
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Realizam atendimento em geral as crianças e adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiência. CARACTERÍSTICA DE TRABALHO: Observar, registrar e auxiliar, sob orientação, o desenvolvimento do público atendido, através de abordagem individual e /ou grupal, respeitando suas necessidades e aspirações; Prestar atendimento em geral as crianças e adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiência, no tocante aos encaminhamentos de suas necessidades: escola, saúde, lazer, profissionalização e cultura, sob orientação; Realizar serviços que compreendam cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção em períodos diurnos e noturnos; Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada adolescente); Auxílio ao público atendido para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade; Organização de materiais, de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada atendido, de modo a preservar sua história de vida; Programar, desenvolver e avaliar as atividades lúdicas, recreativas, culturais e pedagógicas com a população atendida; Desenvolver, conforme o segmento, o projeto pedagógico e o regimento interno estabelecido; Acompanhamento nos serviços de saúde, lazer, profissionalização, cultura, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento; Apoio aos técnicos no acompanhamento familiar do público atendido; Apoio na preparação para o desligamento, sendo para tanto, orientado e supervisionado por um profissional de nível superior; Apoio nos cuidados com a moradia (organização do ambiente acompanhamento durante as refeições, dentre outros); Integrar a equipe interdisciplinar, participando ativamente dos grupos de estudo, curso de capacitação ou reuniões quando solicitado; Outras tarefas correlatas.

Atribuições	ESPECÍFICOS AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO EDUCADOR DE BASE Constituição Federal 1988 com enfoque aos Artigos 203 e 204. História Social da criança e da família. Exclusão social. Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Lei 8069/90 – ECA - Das Deposições Preliminares, Direitos Fundamentais, Da Prevenção, Atuação do Conselho Tutelar, Guarda, Tutela, Curatela, Adoção e família substituta. Crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Violação de Direitos. Tipos de Violências Intrafamiliar e Extrafamiliar contra crianças e adolescentes. PNAS (Política Nacional Assistência Social) - LOAS (Lei 8742/93) - SUAS (12.435/11) - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução 109/09- com enfoque ao Serviço Proteção Social Especial - Serviços de Alta Complexidade), Orientações Técnicas para Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes. Conceitos de Ética e Moral, Cidadania e Sigilo Profissional. Conceito de mediador de conflitos e Noções básicas de atendimento ao público. Estatuto dos Servidores Públicos de Sarandi-PR (Lei 10/92). Lei Complementar 159/2007 – Plano de Cargos e Carreiras.
Conhecimentos específicos	Constituição Federal 1988 com enfoque aos Artigos 203 e 204. História Social da criança e da família. Exclusão social. Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Lei 8069/90 – ECA - Das Deposições Preliminares, Direitos Fundamentais, Da Prevenção, Atuação do Conselho Tutelar, Guarda, Tutela, Curatela, Adoção e família substituta. Crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Violação de Direitos. Tipos de Violências Intrafamiliar e Extrafamiliar contra crianças e adolescentes. PNAS (Política Nacional Assistência Social) - LOAS (Lei 8742/93) - SUAS (12.435/11) - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução 109/09- com enfoque ao Serviço Proteção Social Especial - Serviços de Alta Complexidade), Orientações Técnicas para Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes. Conceitos de Ética e Moral, Cidadania e Sigilo Profissional. Conceito de mediador de conflitos e Noções básicas de atendimento ao público. Estatuto dos Servidores Públicos de Sarandi-PR (Lei 10/92). Lei Complementar 159/2007 – Plano de Cargos e Carreiras.

Município	Sarandi
Edital	http://www.sarandi.pr.gov.br/web/

Ano	2016
Termo	Orientador Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.060,68
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Garantir a atenção, a defesa e proteção a pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, assegurando seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as e identificando suas necessidades e demandas desenvolvendo atividades de convívio. Mediar oficinas coletivas desenvolvidas no âmbito dos serviços socioassistenciais/socioeducativos promovendo atividades participativas fortalecedoras dos laços de convivência e vínculos por meio de atividades elaboradas no âmbito do lazer, esporte, arte e cultura. Planejar em conformidade com a proposta pedagógica do local de trabalho, atividades lúdicas, pedagógicas, sociais, culturais de rotinas diárias. Programar e desenvolver atividades com objetivos de superar as questões sociais apresentadas, devendo conhecer, identificar e compreender a realidade social e a especificidade de cada política pública na área de assistência social do público a ser atendido. Observar, registrar e auxiliar, sob orientação, o desenvolvimento do público atendido, através de abordagem individual e/ou grupal, respeitando suas necessidades, potencialidades e aspirações. Observar e registrar as ocorrências no âmbito do desenvolvimento do projeto/programa/serviço referente ao público atendido. Integrar a equipe interdisciplinar, participando ativamente dos grupos de estudo, curso de capacitação ou reuniões quando solicitado, visando a capacitação permanente. Prestar apoio quando necessário, no tocante aos encaminhamentos para escola, saúde, lazer, profissionalização, cultura entre outros, sob orientação do técnico de referência. Zelar pela organização, atualização e registro de documentos que são de sua responsabilidade. Programar, desenvolver, monitorar e avaliar as atividades lúdicas, recreativas, culturais e pedagógicas com o público a ser atendido, sempre com orientação do técnico de referência. Tomar providências adequadas e/ou comunicar a equipe técnica ou coordenação em situações especiais. Estabelecer um padrão de convívio grupal, solidário, familiar e comunitário. Prestar primeiros socorros, sempre que necessário, seguindo criteriosamente as orientações pertinentes ao assunto.

Atribuições	Auxiliar o público alvo com o qual atuará para que este possa conhecer e refletir sobre sua história, favorecendo-os na reflexão de sua trajetória de vida e na construção de um saber crítico. Executar outras tarefas correlatas.
Conhecimentos específicos	Constituição Federal 1988 com enfoque aos Artigos 203 e 204. PNAS (Política Nacional Assistência Social) – LOAS (Lei 8742/93) - SUAS (12.435/11) - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução 109/09- Proteção Social Básica e Proteção Social Especial – Serviços de Média Complexidade), com enfoque as Orientações Técnicas para CRAS, CREAS e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes entre 06 e 17 anos. NOB/SUAS e NOB/SUAS RH – Exclusão e mazelas sociais. Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Lei 8069/90 – ECA, Proteção integral: Políticas Integradas. Políticas Públicas e os Conselhos de Direitos. Violação de Direitos. Famílias em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social. Tipos de Violências Intrafamiliar e Extrafamiliar contra crianças e adolescentes. Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15).

APÊNDICE G – Editais de concurso: Região Metropolitana de Toledo

Região Metropolitana de Toledo

Município	Assis Chateaubriand
Edital	http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/60/signed-150415093041_edital__de_concurso_publico_10_04_2015_pdf.pdf
Ano	2015
Termo	Educador Social
Requisito	Ensino médio completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.428,44
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Descrição sintética: Realizar levantamentos e executar trabalhos na área sócio assistencial do Município. Descrição analítica na Área de Atuação: Executar mediante supervisão, direta ou indireta, de profissional de nível superior, ações de sensibilização, acolhida, atendimento e acompanhamento a famílias e indivíduos, em situação de vulnerabilidade, direitos violados, com ou sem vínculo familiar e comunitário, fazendo os registros e encaminhamentos pertinentes; Abordar na rua famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco para os devidos encaminhamentos à equipe técnica; Promover atividades sócio-educativas, recreativas, culturais, desportivas e lúdicas com pessoas de diversas faixas etárias, como estratégia para atingir o objetivo do planejamento do serviço; Conhecer a rede sócio assistencial do município e serviços de políticas públicas setoriais, contribuindo com a articulação da rede; Promover escuta e acolhimento qualificado, respeitoso e ético, informando os usuários de seus direitos e as formas de acesso; Orientar e encaminhar a demanda atendida para rede de serviços locais com orientação técnica; Acompanhar os usuários aos serviços da rede sócio assistencial e de entidades parceiras, atividades externas, visitas domiciliares e acolhimento institucional, caso seja necessário; Orientar os usuários nas atividades de auto cuidado e nas ações de conservação, manutenção e limpeza dos espaços e materiais utilizados; Acolher os usuários nas unidades, realizando os procedimentos de identificação, de registros dos seus pertences, de apresentação do espaço e das regras de convívio;

Atribuições	Identificar entraves que interfiram no objetivo do trabalho proposto, informando a equipe técnica de forma propositiva para providências pertinentes; Realizar registros, relatórios e ocorrências para facilitar a comunicação entre usuários, comunidade e equipe; Observar o cotidiano das ruas para conhecimento da realidade e levantamento de informações, conhecendo o território de atuação e dinâmica do local. Pautar atuação nas legislações pertinentes, planos e mapeamentos préexistentes; Auxiliar no atendimento da população em programas de emergência de acordo com as orientações recebidas pela Secretaria de Assistência Social e da Mulher; Executar e orientar atividades referentes à higiene pessoal e alimentação da demanda atendida, incentivando a aquisição de hábitos saudáveis, em unidades específicas sob supervisão técnica. Realizar outras tarefas correlatas solicitadas pela Chefia.
Conhecimentos específicos	Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. O atual sistema educacional brasileiro: LDB; dever do estado em relação à educação infantil. Projeto político-pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino aprendizagem. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador. A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade no processo de ensinar a aprender. O planejamento em educação. Avaliação Escolar. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei n.º 8.069/90. Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – Lei n.º 8.742/93. Política Nacional da Assistência Social. Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Noções sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil. Noções sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Noções sobre o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo. Políticas Educacionais. Estatuto do Idoso Lei n.º 0741 de 01/10/2003. Lei Maria da Penha – Lei n.º 11.340 de 07/08/2006. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF). Noções básicas sobre a Pedagogia do Oprimido. A concepção de Protagonismo Juvenil. Projetos de trabalho na prática educativa – Construção do Projeto Político Pedagógico. Teorias de Aprendizagem/Desenvolvimento Humano. Política da Pessoa Portadora de Deficiência. Lei nº 11.340 de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha). Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas alterações. (arts 205 a 217 e arts. 226 a 230).

Município	Marechal Cândido Rondon
Edital	https://marechalcandidorondon.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/72
Ano	2015
Termo	Orientador Social
Requisito	Ensino Médio completo; Possuir noções básicas de informática.
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.641,99
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Função: Desenvolver serviços de acompanhamento socioeducativo, planejando e desenvolvendo atividades diversas. Descrição sintética: Responsável pelos cuidados diretos, gerais e diários dos usuários na unidade de atendimento. Descrição Detalhada: Acompanhar e executar atividades propostas pela unidade de atendimento, com o objetivo de ampliar trocas culturais e vivenciais, desenvolvendo sentimentos de identidade, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, buscando a valorização humana, bem como a autonomia e as possibilidades de participação cidadã consciente na vida comunitária, através de atendimentos individuais ou em grupos; Realizar o acompanhamento socioeducativo, planejar e desenvolver atividades diversas, segundo normas técnicas previamente determinadas, através de atividades que venham resgatar os costumes culturais, auxiliando no aprendizado do usuário e no desenvolvimento bio-psico-social; Realizar trabalhos em grupos interagindo com outros profissionais; Registrar a frequência dos usuários e das atividades realizadas; Participar de capacitações, reuniões, projetos e planejamento semanais com técnicos de referência do CRAS; Realizar articulações com outras políticas e programas presentes; Zelar pelo material de uso diário e permanente, tendo o cuidado de não desperdiçar materiais e equipamentos diversos na execução de suas tarefas; Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; IX. Executar outras atividades correlatas.
Conhecimentos específicos	Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990). Direitos da criança e do adolescente. O processo de desenvolvimento infantil e estímulos adequados a cada fase. Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e suas alterações). Educação

Conhecimentos específicos	nos dias atuais. Planejamento do processo de ensino-aprendizagem. Elaboração de relatórios. Trabalho interdisciplinar. Fracasso escolar. Aluno, família e comunidade: diagnóstico para compreensão da realidade do aluno. Exclusão social. Conselho Tutelar. Famílias em situação de rua. Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos. Noções de atendimento ao público. Noções básicas de informática. Lei Orgânica do Município de Marechal Cândido Rondon.

Município	Ouro Verde do Oeste
Edital	http://www.ouroverdedooeste.pr.gov.br/
Ano	2016
Termo	Cuidador Social
Requisito	Ensino médio completo; Dois anos de trabalho comunitário com crianças e adolescentes comprovado mediante atestado fornecido por entidade reconhecida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou pelo Conselho Municipal de Assistência Social; curso de atendente, recreacionista, ou estar cursando técnico nas áreas de educação ou ciências sociais.
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.335,36
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Não está descrito.
Conhecimentos específicos	Noções gerais sobre higiene e segurança no trabalho. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei n.º 8.069/90; Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – Lei n.º 8.742/93; Política Nacional da Assistência Social; Sistema Único da Assistência Social – SUAS; Constituição da República Federativa do Brasil/1988; Noções sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual; Infanto Juvenil; Noções sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária; Estatuto do Idoso Lei n.º 0741 de 01/10/2003; Lei Maria da Penha – Lei n.º 11.340 de 07/08/2006; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF); Política da Pessoa com Deficiência

Município	Ouro Verde do Oeste
Edital	http://www.ouroverdedooeste.pr.gov.br/
Ano	2016
Termo	Orientador Social
Requisito	Ensino médio completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.335,36
Regime de contratação	Regime estatutário

Atribuições	Não está descrito.
Conhecimentos específicos	Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. O atual sistema educacional brasileiro: LDB; dever do estado em relação à educação infantil. Projeto político-pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino-aprendizagem. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador. A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade no processo de ensinar a aprender. O planejamento em educação. Avaliação Escolar. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei n.º 8.069/90. Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – Lei n.º 8.742/93. Política Nacional da Assistência Social. Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Noções sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil. Noções sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Noções sobre o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo. Políticas Educacionais. Estatuto do Idoso Lei n.º 10.741 de 01/10/2003. Lei Maria da Penha – Lei n.º 11.340 de 07/08/2006. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF). Noções básicas sobre a Pedagogia do Oprimido. A concepção de Protagonismo Juvenil. Projetos de trabalho na prática educativa – Construção do Projeto Político Pedagógico. Teorias de Aprendizagem/Desenvolvimento Humano. Política da Pessoa Portadora de Deficiência. Lei nº 11.340 de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha). Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas alterações. (arts 205 a 217 e arts. 226 a 230).

Município	Palotina
Edital	http://www.palotina.pr.gov.br/servicos/concursos-publicos/concursos-c-10
Ano	2014
Termo	Agente Social
Requisito	Ensino médio completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$961,34
Regime de contratação	Regime CLT
Atribuições	Executar atividades de recepção, cadastramento, registro, acolhida, visitas domiciliares e acompanhamento ao usuário da assistência social dando prosseguimento às orientações estabelecidas pelo profissional de nível superior; Participar de programas de capacitação que envolvam conteúdos relativos à área de atuação; Executar outras atividades de interesse da área.

Conhecimentos específicos	O Serviço Social no Brasil. História do Serviço Social. Políticas Sociais. Relação Estado/Sociedade. Desigualdade social. Políticas de Seguridade e Previdência Social. Política Nacional do Idoso. Estatuto do Idoso. Estatuto da Criança e do Adolescente. Política da Pessoa Portadora de Deficiência. Trabalho com comunidades. Atendimentos familiar e individual. Possibilidades e limites da prática do serviço social em empresas. Informática: Sistema Operacional Windows XP, 2007 e GNU/LINUX, Conhecimento sobre o pacote Microsoft Office 2003 e 2007 (Word, Excel, PowerPoint), Internet, Anti-vírus.

Município	**Toledo**
Edital	http://www.toledo.pr.gov.br/
Ano	2019
Termo	Cuidador Social I
Requisito	Nível médio normal completo, admitindo-se curso superior de pedagogia ou Curso superior com Licenciatura plena na área de educação e Carteira Nacional de Habilitação – no mínimo categoria B.
Carga horária	40h horas semanais em escala de revezamento
Remuneração	R$ 1.931,72
Regime de contratação	Não encontrado
Atribuições	Descrição sumária das tarefas Responsabilizar-se pelo planejamento, execução e avaliação de atividades voltadas à proteção, cuidado e apoio à educação de crianças e adolescentes abrigados. Descrição detalhada das tarefas Em Casa-Abrigo de crianças e/ou adolescentes: Responsabilizar-se pelo planejamento, execução e avaliação de atividades voltadas à proteção, cuidado e apoio à educação de crianças e adolescentes abrigados; Promover os cuidados com a alimentação, saúde e outras necessidades básicas; Manter uma relação de afetividade e respeito com os abrigados; Organizar um ambiente de respeito, afetividade e companheirismo propício ao desenvolvimento socioafetivo, cultural e social das crianças ou adolescentes atendidos; Manter o espaço físico organizado e adequado às atividades a serem realizadas, conforme a faixa etária atendida; Participar de reuniões/encontros realizados com a família dos atendidos, de modo a favorecer o processo de aproximação e resgate dos vínculos afetivos familiares; Auxiliar a criança e o adolescente para lidar com sua história de vida, favorecendo o fortalecimento da autoestima e construção da identidade;

Atribuições	Organizar com as crianças e/ou adolescentes álbuns de fotografias e realizar registros individuais de modo a favorecer o registro de sua história; Acompanhar as crianças ou adolescentes nos serviços de saúde, educação e outros serviços requeridos no cotidiano, quando necessário; Auxiliar as crianças ou adolescentes nas tarefas escolares, bem como garantir que freqüentem regularmente as aulas; Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, no que diz respeito aos aspectos referentes à intimidade e à privacidade dos usuários e profissionais envolvidos; Oferecer aos adolescentes noções básicas de higiene e organização dos espaços; Promover a inserção dos adolescentes em programas de qualificação profissional, observando a faixa etária; Orientar as crianças e adolescentes quanto à preservação e conservação do ambiente organizado, bem como do zelo e organização dos seus objetos pessoais, a fim de manter um ambiente propício à atividade; Ter disponibilidade de horários, podendo, no cumprimento da carga horária, atuar em regime diferenciado de horários, como em jornada 12x36 (12 horas de trabalho consecutivas por 36 horas de descanso) ou em período noturno, atendendo a necessidade do cargo; Desempenhar outras atividades correlatas. Competências pessoais para o cargo: Atenção Concentração Agilidade psicomotora, Relacionamento interpessoal, Controle emocional, Organização, Criatividade, Disciplina, Bom condicionamento físico.
Conhecimentos específicos	Desenvolvimento da criança e do adolescente. O espaço social, família, escola. Formas de violência contra a criança e o adolescente. Abuso sexual contra crianças e adolescentes. Gravidez Precoce. Trabalho Infantil. Características especiais dos maus tratos. Trabalhando com grupos. Mediação de conflitos. Trabalho com famílias: famílias em situação de vulnerabilidade social, exclusão social, as famílias contemporâneas e os novos arranjos familiares, multifamílias, violência e abuso na família. Envolvimento com diferenças: síndrome de down, autismo, TDAH, alienação parental, transtornos mentais. Atendimento em abrigos. Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos. Ética profissional. Vivência de rua. Convivência familiar e comunitária: poder familiar, colocação em família substituta, medidas protetivas.

APÊNDICE H – Editais de concurso: Região Metropolitana de Umuarama

Região metropolitana de Umuarama

Município	Alto Piquiri
Edital	http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/1120/090615165846_edital_de_concurso_publico__alto_piquiri_pdf.pdf
Ano	2015
Termo	Cuidador Social
Requisito	Ensino Médio concluído
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.544,70
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Não está descrito.
Conhecimentos específicos	Não há conhecimentos específicos, apenas sobre Informática, Língua Portuguesa e Matemática.

Município	Alto Piquiri
Edital	http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/1120/090615165846_edital_de_concurso_publico__alto_piquiri_pdf.pdf
Ano	2015
Termo	Orientador Social
Requisito	Ensino Médio concluído
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 967,70
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Não está descrito.
Conhecimentos específicos	Não há conhecimentos específicos, apenas sobre Informática, Língua Portuguesa e Matemática.

Município	Cidade Gaúcha
Edital	https://docmunicipal.com.br/executivooutrosdocumentos/index/cidade-gaucha-pref-gabinete-do-prefeito/Wm1sc2RHVnlMbVpwYkhSbGNtTmhkR1ZuYjNKcFlRPT0=:TXc9PQ%3D%3D
Ano	2017
Termo	Educador Social
Requisito	Curso superior em Pedagogia ou Curso Normal
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.389,00
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Não está descrito.
Conhecimentos específicos	O planejamento e a organização educacional; A relação família/escola no processo de ensino e aprendizagem; Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990). Lei de Diretrizes e Bases/LDB (9394/96). LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742 de

Conhecimentos específicos	07/12/1993). Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes; Plano Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil; Decreto nº 3.298/1999 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Município	Cruzeiro do Oeste
Edital	http://www.cruzeirodooeste.pr.gov.br/arquivos/concursos/file_576_EDITAL_DE_ABERTURA__CONCURSO_001-2015.pdf
Ano	2015
Termo	Agente Social/ Programas da Secretaria de Assistência Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 840,43
Regime de contratação	Regime estatutário e Celetista
Atribuições	Realizar visitas domiciliares para aferir o perfil socioeconômico das famílias do CADÚNICO; Atender as solicitações e diligências do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, quando necessário; Realizar visitas às famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas na Secretaria Municipal de Assistência Social Preenchimento dos formulários do CADÚNICO; Participar das capacitações referentes ao Programa Bolsa Família; Executar atividades de recepção, cadastramento, registro e acompanhamento ao usuário da assistência social dando prosseguimento às orientações estabelecidas no estudo de caso gerado pelo profissional de nível superior; Participar de reuniões técnicas, fazer visitas domiciliares, elaborar relatórios preliminares, digitar documentos diversos, participar de programas de treinamento que envolvam conteúdos relativos à área de atuação e executar outras atividades de interesse da área. 8. Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e grupo ocupacional.
Conhecimentos específicos	Tipificação Nacional dos Serviços Sócio assistenciais (CRAS/CREAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo SCFV); Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; Estatuto do Idoso.

Município	Cruzeiro do Oeste
Edital	http://www.cruzeirodooeste.pr.gov.br/arquivos/concursos/file_576_EDITAL_DE_ABERTURA__CONCURSO_001-2015.pdf
Ano	2015
Termo	Orientador-Educador Social / Programa da Secretaria de Assistência Social
Requisito	Ensino Superior Completo em Pedagogia
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.917,18
Regime de contratação	Regime estatutário e Celetista
Atribuições	Recepção e oferta de informações às famílias do CREAS; Realização de abordagem de rua e/ou busca ativa no território; Participação das reuniões de equipe para o planejamento de atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultados; Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS; Participação de atividades de planejamento, sistematização e avaliação do serviço socioeducativo; Alimentação de sistema de informação do Projovem Adolescente sempre que for designado; Atuação como referência para os jovens e para os demais profissionais que desenvolvem atividades com o coletivo de jovens sob sua responsabilidade; Registro da frequência dos jovens, registro das ações desenvolvidas e encaminhamento mensal das informações para o profissional de sua referência; Identificação e encaminhamento de famílias para o CRAS; 10. Participação de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do serviço socioeducativo.
Conhecimentos específicos	ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes; Plano Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil; Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua; Lei nº 11.240/2006 (Maria da Penha); Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso; Decreto nº 3.298/1999 – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Constituição Federal Art. º 6º a 11º e art. 39º a 41º. Uso de correio eletrônico. Ética no Serviço Público. Liderança e poder; motivação. Atas. Ofícios. Memorandos. Cartas. Certidões. Atestados. Declarações. Procuração. Recebimento e remessa de correspondência oficial

Município	Douradina
Edital	https://www.pciconcursos.com.br/provas/download/educador-social-prefeitura-douradina-pr-exatus-2015 https://www.exatuspr.com.br/arquivos/1440525512_35%20(2).pdf
Ano	2015
Termo	Educador Social
Requisito	Superior Completo em Pedagogia ou Curso Normal Superior
Carga horária	40h
Remuneração	R$1.803,52
Regime de contratação	Regime estatutário
Atribuições	Atuar como técnico responsável pelas ações sociais, educacional de atendimento aos usuários da assistência social, apoiar a pessoa individualmente para alcançar e satisfazer seus objetivos, bem como o exercício da cidadania, considerando como pessoa aquelas atendidas pela rede municipal assistencial, como crianças, adolescentes e suas famílias; Apoiar as pessoas em seu desenvolvimento para que elas mesmas possam desenvolver e solucionar os seus problemas individuais ou grupais; Potencializar as habilidades de cada um, permitindo com que o mesmo decida por si mesmo; Responsabilizar-se pelo desenvolvimento de ações que visem empoderar a pessoa para que ela seja capaz de entender e atuar dentro de sua comunidade, através de suas próprias perspectivas, conhecimentos e habilidades; O Educador Social deve atuar diretamente na situação e dar uma resposta para as necessidades e desejos das crianças e adolescentes e/ou dos adultos de forma adequada, sem muito tempo para reflexão. Deve ter embasamento teórico e experiência prática para tal; deve também planejar, organizar e refletir com relação as suas ações e intervenções futuras. Deve saber refletir sobre sua própria prática, avaliando sua intenção, ação e resultado esperado; Atuar como promotor da igualdade, o respeito com todos os sujeitos do seu contexto, prestando a devida atenção para a necessidade de cada um, respeitando e protegendo os direitos desses sujeitos, a privacidade, a autonomia; Deve utilizar-se de sua experiência, do seu saber profissional como uma das formas para melhorar a qualidade de vida dos sujeitos, de suas famílias e da comunidade em situação de vulnerabilidade, na batalha contra a pobreza e na luta pela justiça social; Atuar como educador educacional, apoiando à população assistida nos programas sociais, visando o desenvolvimento educacional, social e cultural; Desenvolver outras atribuições correlatas.

Conhecimentos específicos	Noções básicas de higiene: pessoal, ambiental, de utensílios e equipamentos. Noções de segurança do trabalho: acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção; Normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção. Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de educador social. Lei 9394/96. Lei nº 10.639/2003. Lei nº 8.069/90. Noções básicas de informática. Noções básicas de atendimento ao público.

Município	Ivaté
Edital	http://www.ivate.pr.gov.br/concursosView/?id=3
Ano	2018
Termo	Orientador (a) Social
Requisito	Ensino Médio Completo
Carga horária	40h
Remuneração	R$ 1.387,72
Regime de contratação	
Atribuições	- Experiência comprovada: Não há. – Requisitos adicionais: - Conhecimento básico sobre a legislação referente a política de Assistência Social, de direitos sociassistenciais e direitos de segmentos específicos; Conhecimento da realidade social do território e da rede de articulação do CRAS e CREAS; Habilidade para se comunicar com as famílias e os indivíduos; Conhecimento e experiência no trabalho social com famílias e indivíduos em situação de risco. PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES: Desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família; Desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re) construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; Assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social; Realizar abordagem de rua ou busca ativa no território; Atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora; Apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; Apoiar e participar no planejamento das ações; - organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade;

Atribuições	Acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade; Apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais; Apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações; Apoiar os demais membros da equipe de referência em todas as etapas do processo de trabalho; Apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar; Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; Apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados; Apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas; Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; Apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; Informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; Acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos; Apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas. Participar das atividades de capacitação e formação continuada dos profissionais do SUAS. Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e/ou na comunidade;

	Acompanhar e registrar a assiduidade dos usuários por meio de instrumentais específicos, como listas de frequência, atas, sistemas eletrônicos próprios, etc; Executar outras atividades afins e correlatas e demais atribuições pertinentes à profissão.
Conhecimentos específicos	As perguntas serão elaboradas de acordo com esses conteúdos: - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente; - LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação; - Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – Brasília, 2009; - Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – Brasília, 2011); - Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo – Brasília, 2016; - LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Nº 8.742 de 07/12/1993); - PNAS/2004 – Política Nacional de Assistência Social; - SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio educativo; - Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; - Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes; - Resolução Nº 210 de 05 de junho de 2018: dispõe sobre os direitos de crianças cujas mães, adultas ou adolescentes, estejam em situação de privação de liberdade; - ANTUNES, Celso – A LINGUAGEM DO AFETO: Como Ensinar Virtudes e Transmitir Valores, Papirus Editora, 2005; - PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ranalho de; O Coordenador Pedagógico e o Espaço da Mudança; - VEIGA, Ilma Passos Alencastro e Colaboradores – Quem Sabe Faz a Hora de Construir o PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, Papirus Editora, 2012; - Estatuto do Idoso; - Estatuto da Pessoa com Deficiência.